

# Voca(liza)ções Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy

Ana Nemi  
Cristina Wissenbach  
Samira Adel Osman  
Tiago C. P. dos Reis Miranda



**Universidade de São Paulo**

**Reitor**

*Carlos Gilberto Carlotti Junior*

**Vice-Reitora**

*Maria Arminda do Nascimento Arruda*



**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

**Diretor**

*Paulo Martins*

**Vice-Diretora**

*Ana Paula Torres Megiani*

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Rua do Lago, 717 - Cid. Universitária, São Paulo - SP



**Voca(liza)ções**  
**Homenagem a**  
**José Carlos Sebe**  
**Bom Meihy**

**Ana Nemi**  
**Cristina Wissenbach**  
**Samira Adel Osman**  
**Tiago C. P. dos Reis Miranda**  
**(Organizadores)**

DOI: 10.11606/9788575064962



São Paulo, 2024

V872 Voca(liza)ções [recurso eletrônico]: homenagem a José Carlos Sebe  
Bom Meihy / Organizadores: Ana Nemi ... [et al.]. – São Paulo: FFLCH/  
USP, 2024.

5.130 Kb; PDF

ISBN 978-85-7506-496-2

DOI: 10.11606/9788575064962

1. História oral – Polifonias. 2. História ibéria – Brasil. *I.* Nemi, Ana,  
coord. *II.* Wissenbach, Cristina, coord. *III.* Osman, Samira Adel, coord.  
*IV.* Miranda, Tiago C.P. dos Reis, coord.

CDD 907.2

---

# Sumário

Apresentação .....	7
<i>Ana Nemi, Cristina Wissenbach, Samira Adel Osman e Tiago C. P. dos Reis Miranda</i>	

## 1. História oral: polifonias

Histórias de Maria Dirce Calori: história oral de vida .....	15
<i>Alfredo Oscar Salun</i>	
Cartas do mestre a um discípulo: programa de uma história grandiosamente modesta .....	41
<i>Dante Marcello Claramonte Gallián</i>	
Saúde, direitos e história oral: um caminho e muitas possibilidades .....	55
<i>Fabiola Holanda, Marcela Boni e Suzana Lopes Salgado Ribeiro</i>	
Caminhos de história oral: meus encontros com José Carlos Sebe Bom Meihy .....	71
<i>Fernanda Paiva Guimarães</i>	
História Oral e história pública: o pioneirismo e a contribuição de um professor comprometido com a vida .....	81
<i>Marta Gouveia de Oliveira Royai e Juniele Rabêlo de Almeida</i>	
Uma análise dos fenômenos de imigração e retorno pelo olhar de Abdelmalek Sayad. Uma contribuição aos estudos imigratórios .....	97
<i>Samira Adel Osman</i>	

## 11. Entre a Península Ibérica e o Brasil: reflexões

Revisitando José Ortega y Gasset – Ibérico, demasiadamente ibérico .....119

*Ana Nemi*

A falácia da “doença democrática”: a epidemia de 1918 no município de São Paulo ..... 137

*Cláudio Bertolli Filho*

As “aventuras” de D. Sebastião na Inglaterra: panfletos sebastianistas, recepção teatral e circulação de notícias ibéricas na Inglaterra moderna .....157

*Luís Filipe Silvério Lima*

Revisitando os tempos de *Sonhos africanos, vivencias ladinas*.....173

*Cristina Wissenbach*

Procurando um tema, encontrando um caminho .....185

*Maria Helena Pereira Toledo Machado*

Limites da racionalidade .....193

*Valmir Francisco Muraro*

Sobre os autores ..... 211

# Apresentação

Ana Nemi  
Cristina Wissenbach  
Samira Adel Osman  
Tiago C. P. dos Reis Miranda

Em *A hora da estrela* Clarice Lispector nos apresenta um narrador que, depois de pegar no ar “de relance o sentimento de perdição de uma moça nordestina” e tentar contar sua história, afirma que à história que pretendia narrar faltava alguma melodia, seu ritmo era como que descompassado, mas havia fatos em sua narrativa, e eles eram como “pedras duras” das quais não havia como fugir. E ainda indaga: “O fato é um ato?” Talvez sejam essas indagações que acompanharam a trajetória como historiador do professor José Carlos Sebe Bom Meihy entre a História Social, marcada pelos interstícios, vozes, silenciadas e/ou sobrelevadas, e dúvidas colocados pelo século XX, e a História Oral, sempre em busca das vozes esquecidas cujos caminhos não se encontravam em arquivos. Às pedras duras que emblemavam os fatos discutidos nas aulas, o professor buscava sobrepor melodias, ritmos, incongruências e inauditos que permitissem aos alunos vislumbrar temporalidades da aventura humana que não podiam ser encontrados naquelas “pedras”. Talvez por isso nos convidasse, nas

aulas de História Ibérica, a ler *Os fuzis da Senhora Carrar*, de Bertold Brecht, coletivamente, com alguns alunos destacados para representar seus personagens. Ou ainda, talvez por isso também, insistisse em nos ensinar a fazer fichamentos das leituras de documentos e livros, com os quais seus alunos até hoje lidamos: era preciso materializar os fatos/pedras de modo a perceber sua insuficiência e buscar dimensões não reveladas, arriscar indagações imprevisíveis e respostas que, como em *A hora da estrela*, fossem “fotografia muda”, “silêncio” que movimentam o imperceptível e “pergunta”.

José Carlos Sebe Bom Meihy graduou-se em Direito na UNITAU em 1969. Fez Mestrado e Doutorado

em História na USP, universidade na qual se tornou professor de História Ibérica em 1974 e pela qual se tornou livre docente em 1981 e titular em 1992. Foi professor visitante em Standford, em Miami e em Columbia, nos EUA, e na Universidade Agostinho Neto, de Angola. Teve a seu cargo dois grandes programas de formação: entre 1979 e 1988, o Interuniversity Study Program in Brazil, e entre 1997 e 2000, o Council on International Educational Exchange. Como professor de História Ibérica, fundador e coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO) da USP, e docente da UNIGRANRIO, orientou largas dezenas de alunos, numa trajetória rica em pessoas, debates, leituras, polifonias e voca(liza)ções que este livro pretende, ao menos em parte, documentar. No Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, desenvolveu pesquisas com seus alunos que, para além de aprofundarem suas escolhas nos campos da História social, História Ibérica e História Oral, acolheram pesquisas em diferentes temas. Essa profícua atuação, por meio das reuniões de grupos de estudos e seminários organizados, contribuiu para a melhor formação de seus orientandos e para o fortalecimento do referido Programa.

Os textos que compõem esta coletânea são uma homenagem a esta trajetória de nosso professor. Neles se encontram voca(liza)ções da Península Ibérica e do Brasil por meio de fontes de sintaxes/vozes distintas e de colaborações com personagens que contam suas histórias e autorizam a revelação de fatos que, desta forma, assemelham-se menos a pedras, e convidam à reflexão sobre o ofício do historiador e sua relação com a sociedade. Dividimos essa homenagem em dois grupos de voca(liza)ções: um sobre Oralidades, que denominamos *História Oral: polifonias* e que conta com seis artigos, e outro sobre a experiência de seus alunos com diferentes conjuntos documentais, que chamamos de *Entre a Península Ibérica e o Brasil: reflexões*, com sete artigos.

Em *Histórias de Maria Dirce Calori: história oral de vida*, Alfredo Oscar Salun relata uma experiência com seus alunos e com o NEHO coordenado pelo professor José Carlos, na qual se destaca sua própria família e a colaboração de sua mãe, Maria Dirce Calori. Um relato emocionante que potencializa a humanização da História possível por meio da História Oral.

Dante Marcello Claramonte Gallián escreveu *Cartas do mestre ao discípulo: um programa de uma história grandiosamente modesta*, e aproximou as aulas de História Ibérica com a História Oral em sua trajetória entre o final dos anos de 1980 e os começos dos anos de 1990; uma trajetória que, neste livro, nos é informada por meio das

cartas que trocou com nosso professor. Por isso, seu capítulo descreve a busca pela compreensão de relatos orais para além da simples recolha de testemunhos ou fontes e destaca a pluralidade de temas aos quais nosso José Carlos se dedicou.

Fabíola Holanda, Marcela Boni e Suzana Salgado Ribeiro se reuniram no artigo intitulado *Saúde, direitos e história oral: um caminho e muitas possibilidades*. Frequentadoras do NEHO/USP há muitos anos, as autoras exploram as aproximações possíveis entre a Oralidade e o tema do atendimento à saúde, considerando suas amplas dimensões em relação ao público atendido e aos seus profissionais, e destacando ações em estomaterapia.

Revisitando sua dissertação de mestrado, defendida em 2011 na USP, Fernanda Paiva Guimarães conta a história de suas conversas, encontros e reencontros com o professor José Carlos, presencialmente ou a partir dos rastros que ele deixa em nossas bibliotecas e livrarias. Assim, em meio a trechos de letras de canções, o leitor conhecerá lugares e autores de samba, experimentando dialogias possíveis.

No capítulo *História Oral e história pública: pioneirismo e a contribuição de um pesquisador/professor comprometido com a vida*, Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Juniele Rabêlo de Almeida contam a trajetória do NEHO/USP, apontando seus vínculos com a história de diferentes comunidades, com o tema das memórias coletivas e o da superação da história ocidental e eurocentrada. Emergem do texto articulações originais entre história Oral e história pública a partir das possibilidades de formulação de políticas públicas de inclusão social.

Samira Adel Osman escreveu o capítulo *Uma análise dos fenômenos de imigração e retorno pelo olhar de Abdelmalek Sayad – Uma contribuição aos estudos migratórios*. Nele, a autora nos apresenta esse marcante sociólogo de origem argelina e sua contribuição para os estudos de imigração, relacionando-o com os debates do NEHO/USP e a necessidade de se complexificar as histórias de pessoas que se movimentam procurando lugares para viver.

Em *Limites da racionalidade*, Valmir Francisco Muraro, primeiro orientando do professor José Carlos, expõe a sua pesquisa com servidores e pacientes do Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina. As transcrições das entrevistas revelam temporalidades, visões de mundo e experiências que tornam os fatos/pedras em acontecimentos vividos com inúmeras interpretações e recônditos que escapam à lógica dos arquivos.

Estudiosa do mundo ibérico, Ana Nemi retoma os debates do início dos seus estudos de Mestrado, quando enfrentou a ação dos intelectuais na Espanha entre as guerras de 1898 e a Guerra civil, até os dias mais recentes, quando o tema da História da saúde pública reverbera, ainda, um tema caro aos primeiros intelectuais estudados, nomeadamente Ortega y Gasset: quais seriam as especificidades da história contemporânea ibérica na organização de hospitais e do atendimento à saúde em relação ao mundo anglo-saxônico?

Cláudio Bertolli Filho também trabalhou assuntos de História da saúde com o professor José Carlos, mas elegendo o tema das epidemias. Desta forma, seu texto, *A falácia da “doença democrática”: a epidemia de 1918 no município de São Paulo*, a partir da leitura de jornais e de textos oficiais produzidos pelo governo, permite vislumbrar as condições sanitárias/epidemiológicas e os maus caminhos do atendimento à saúde no município de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

A recordação dos primeiros passos de pesquisa em mestrado parece trazer de volta às lembranças de Cristina Wissenbach os cheiros dos arquivos visitados. No texto *Revisitando os tempos de Sonhos africanos, vivências ladinas*, a autora retoma autos criminais que procurou ouvir, retirando deles as vozes e as histórias de resistências, infortúnios e violências vividas por escravizados e escravizadas, e, em meio à pesquisa, as interações com os movimentos sociais da época e as conversas e reflexões junto ao professor José Carlos.

Luís Filipe Silvério Lima foi o último aluno de pós-graduação em História Ibérica do professor José Carlos, e escolheu, para homenagear o mestre, apresentar *As aventuras de D. Sebastião na Inglaterra: panfletos sebastianistas, recepção teatral e circulação de notícias ibéricas na Inglaterra moderna*, assunto a que se dedica atualmente. Essas aventuras seguem marcadas pelos temas do sebastianismo e dos projetos de Quinto Império, iniciados com a orientação do mestre, e por uma fina leitura de impressos da época moderna.

No capítulo *Procurando um tema, encontrando um caminho*, Maria Helena Pereira Toledo Machado, segunda aluna de mestrado do professor José Carlos, faz um balanço de sua trajetória intelectual e do papel que os debates com ele tiveram em sua formação, especialmente no que tange às possibilidades de uma abordagem livre e menos presa a esquemas rígidos de pesquisa e interpretação.

Ao tomarmos como referência alguns de seus alunos e alunas, entre tantos, celebra-se aqui a diversidade dos percursos e das realizações que tiveram origem nos ensinamentos de um grande profissional da educação. Faz sentido celebrá-los em si, e em penhor dos esforços de que beneficiamos, mas não nos podemos deixar de sentir especialmente satisfeitos por fazê-lo com o apoio dos serviços editoriais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde todos estudamos e José Carlos Sebe Bom Meihy trabalhou com assinalável denodo. Agradecemos o acolhimento recebido, na pessoa da Prof.<sup>a</sup> doutora Ana Paula Torres Megiani, Professora Associada Livre-docente em História Ibérica e Vice-Diretora da FFLCH, que sempre nos incentivou desde o primeiro contato.



# *I História Oral: polifonias*



# Histórias de Maria Dirce Calori: história oral de vida

*Alfredo Oscar Salun*

## *Introdução*

A partir da minha trajetória no Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO) durante o doutoramento, coordenei um projeto na extinta UNIABC sobre festas, tradições e memórias relativas ao Grande ABC e à zona leste de São Paulo. Criamos um grupo de pesquisa institucional denominado Grupo de Estudos Regionais e Pesquisa (GERP). Utilizamos o conteúdo curricular Metodologia do Ensino de História nos cursos de Pedagogia e História, em que os alunos produziam um trabalho final de História oral de vida com seus familiares e constituímos um Acervo Digital.

Para a capacitação dos discentes realizávamos aulas teóricas utilizando o livro *Manual de História Oral* (2005) de José Carlos Sebe Bom Meihy e outros artigos relacionados às abordagens, métodos, técnicas e conceitos nos trabalhos com Oralidades. Durante as entrevistas os alunos solicitavam cópias de fotografias, documentos pessoais e outros materiais iconográficos para digitalização, pois de acordo com Mary Del Priore (2008) e Lima e Carvalho (2009) os retratos e as narrativas que compõem os álbuns familiares cumprem funções afetivas e didáticas.

Ao fim do semestre fazíamos uma roda de conversa e cada discente contava sua experiência no projeto, compartilhando

sensações e emoções. Em muitas ocasiões derramavam lágrimas e a voz ficava embarcada, pois sentiam como as entrevistas/experiências narradas de seus entes eram partes de sua própria identidade. Nesses momentos era possível “sentir” como a História Oral possibilita a “humanização da história” como em muitas ocasiões salientou o Professor José Carlos Sebe Bom Meihy em suas aulas.

Em 2011 iniciei um projeto sobre “Histórias de Família” utilizando os trabalhos desenvolvidos no GERP. Contatei meus familiares para entrevistas e em função da proximidade com a colaboradora Maria Dirce Calori, sua entrevista e transcrição foram realizadas pela Professora Flávia Aparecida da Silva em 2012. Contudo, Maria Dirce faleceu pouco depois, e por motivos de ordem emocional abandonei o projeto e a entrevista ficou arquivada durante anos.

Quando colegas ligados ao NEHO me contataram sobre o propósito de uma homenagem ao nosso orientador José Carlos Sebe, me senti duplamente sensibilizado, pois poderia externar a admiração pelo professor e ao mesmo tempo retomar a entrevista da minha mãe. O processo de transcrição foi realizado por mim entre novembro 2021 e junho de 2022, obedecendo as diretrizes pertinentes da História oral de vida concebidas pelo NEHO. É a história de uma viúva e a criação do filho na década de 1960 em uma sociedade ainda com certo preconceito em relação a mãe solteira. Adentramos em questões de gênero, trabalho e religiosidade em sua trajetória junto com a família, sempre presente em suas memórias, por cidades de Minas Gerais e São Paulo.

## *Primeiros tempos*

Nasci em setembro de 1940 na cidade de Divisa Nova, Estado de Minas Gerais. Sou filha de Maria da Conceição Martins Calori e Oscar Calori. Papai era de família italiana e seus irmãos mais velhos nasceram antes da vinda para o Brasil. Meus avós paternos, Malvina Zukini e Egisto Calori, vieram da Itália para trabalhar na lavoura e tiveram dezessete filhos. Meu pai era o caçula, e ele e seus irmãos se espalharam pelo país, perdendo-se o contato entre eles.

Meu avô materno chamava-se Ismael Martins. Era de família portuguesa/espanhola. Minha avó materna chamava-se Ana da Cruz, e sua origem não sabemos corretamente, mas era descendente de brancos, negros e indígenas. Ela viveu até os cento e dois anos de idade e contava que chegou a conviver com escravos quando era jovem. Teve cinco filhos no matrimônio: José, Arlindo, Ismael, Gabriel, Mariuta (minha mãe) e Lilia, que era adotiva.

Meus pais se casaram por volta de 1929, e éramos onze irmãos, pela ordem: Darci, João, Geraldo, Lerci, Dirce, Cleonice, Dairce, Décio, Luiz, Ana e Fátima. Os quatro mais jovens nasceram no Estado de São Paulo, e os mais velhos eram todos mineiros, de diferentes cidades. Eu fui criada até os quatro anos na cidade de Divisa Nova, perto de Alfenas, em Minas Gerais.

Meu pai era pedreiro e também trabalhava em lavoura. Por isso, mudamos muitas vezes em busca de uma situação melhor, o que explica por que meus irmãos nasceram em cidades diferentes, sempre no sentido sul de Minas Gerais em direção a São Paulo. Em Itaiquara, um bairro rural de Tapiratiba, veio morar a família toda, incluindo os meus avós maternos, e foi lá que nasceram meus irmãos mais novos, Décio e Luís Carlos.

Não conheci minha avó paterna e meu avô paterno, mas meus avós maternos sempre acompanhavam meu pai; inclusive, foram trabalhar na fazenda em que morávamos. Eu era bem pequena e, juntamente com minha irmã Cleonice, levávamos o almoço e o café para o meu avô Ismael. A minha avó, que chamávamos de Dindinha, fazia um embornal, uma sacolinha e colocava a marmitta que levávamos aonde ele estava trabalhando. Era um barracão em uma fazenda de açúcar. Era muito grande, parecia até uma cidade; tinha casas, igreja, mercadinho e escola.



*Foto 1 - Oscar Calori (pai, em pé) e Mariuta Martins Calori (mãe, de bolsa escura) com amigos e familiares em Areado, 1930.*

Nós levávamos o almoço para o meu avô e ficávamos sentadas na frente dele. Então ele, coitado, que era muito bonzinho, colocava uma colherada de comida na boca dele, uma na minha, outra na da minha irmã. Depois de muito tempo, eu contei para Dindinha, porque, às vezes, até a filha do dono ia conosco e também comia da marmitta; disse: “puxa, coitado, a gente comia grande parte da marmitta dele, do padrinho, ele podia ficar até com fome”. Então, ela me respondeu: “não sejam bobas, eu sabia, e por isso enchia o caldeirão para que todos pudessem aproveitar”. Na hora do café, era a mesma coisa. Levávamos a comida, sentávamos na frente dele; ele tinha que tomar o café e dar para mim, para Cleonice e para a menina.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

Nessa fazenda, havia uma vizinha que disse certa vez para eu ajudar nas tarefas, e disse que iria me pagar com balas. Como eu tinha uns seis anos, a ajuda era apenas lavar o coador de café e varrer a cozinha. Mas ela não cumpriu o prometido. Fui embora e fiquei com febre. Era sarampo, contudo minha mãe achou que era pela vontade das balas. Então, compraram um saco enorme, que mal conseguia carregar. Nessa época, ingressei na escola, e logo viemos para São Paulo. Eu devia estar com uns sete anos, mas esqueceram de pegar meu boletim, e tive de voltar para a primeira série.

Quando chegamos à cidade de São Paulo, fomos morar na rua Nova dos Portugueses, perto do cemitério Chora Menino, no Imirim. O nome estava relacionado aos muitos portugueses da região, que era repleta de chácaras, e onde hoje é a avenida Engenheiro Caetano Álvares. Na realidade, meus irmãos mais velhos já estavam morando aqui: João, Darci, Geraldo e Zé Roberto, uma espécie de irmão adotivo. Ele era mais velho que todos e muito amigo do papai. Também era de origem italiana, e até pensavam que eram parentes por serem muito brancos e de olhos claros.

João e Darci já estavam trabalhando no Sesi, que era localizado no Palácio Mauá, perto da Praça da Sé, e foram eles que conseguiram trazer o restante da família, pois a situação naquelas fazendas era muito difícil. As pessoas trabalhavam a vida inteira e eram enganadas.

*Foto 2 -  
Mamãe e papai  
com Darci  
(irmão) em 1933  
Aparecida do  
Norte.*



Meu pai era italiano, muito bonzinho e festeiro, mas mamãe era muito brava. Ele tocava sanfona nos bailes, então era sempre requisitado para as festas e nos ensinava a dançar e tocar harmônica. Moramos bastante tempo na rua Nova dos Portugueses. Havia um supermercado Padrão que era também um clube, do qual meu pai tomava conta. Ocorriam vários bailes e toda minha família participava. Nessa época tinha uns

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

quinze anos, então, não era requisitada para dançar. Havia muitas moças e moços. Eu e minhas irmãs, Cleonice e Dairce, éramos muito jovens, ficávamos com as crianças, sentadas nos bancos, pois não havia cadeiras.

Naquela época, havia muita rivalidade entre os rapazes de bairros diferentes, e alguns levavam pedaços de pau e colocavam escondidos debaixo dos bancos onde ficávamos. Se viessem rapazes de outros bairros, eles corriam atrás para que fossem embora. Não deixavam que participassem porque os rapazes não queriam que pessoas de outros bairros viessem namorar as moças dali. Então, se portavam como guardiões. Ocorriam algumas brigas, mas acabavam não sendo violentas, não havia tiro ou facada, havia muita correria e tapas. Como havia muitas famílias, os mais velhos intervinham. O meu pai tinha um pedaço de pau, chamado de “Seu Pedro”, que era envernizado, furado no meio com corda para segurar. Então, se alguém fizesse arruaça, quisesse brigar dentro do salão, o meu pai fazia parar com aquele pedaço de pau. O meu irmão Lerci dançava com Ana, que hoje é esposa dele. Ela e Maria eram gêmeas, e no baile eram a sensação, porque eram muito bonitas. Namoraram durante quinze anos antes que pudessem se casar, mas quando eles se casaram, nós já morávamos na Vila Mariana. A polícia aparecia de vez em quando para conter os briguentos, e Zé Roberto um dia teve um desentendimento com eles. Por isso, acabou indo embora.

Onde morávamos, havia muitas plantações e chácaras, não havia ônibus. Na realidade, havia ônibus somente na avenida Imirim e na Conselheiro Moreira de Barros. Para irmos à escola, tínhamos de ir a pé mesmo. De manhã, as crianças de manhã, quero dizer, as arteiras, iam pegando pão e garrafas de leite, já que era costume o leiteiro e o padeiro deixarem suas entregas na frente das casas.

Dos meus irmãos, o mais bagunceiro era Geraldo. Ele pegava uns coquinhos no cemitério e passava escondido, jogando nos coveiros, que saíam correndo atrás dele e dos seus amigos. Quando minha mãe saía, ele ficava tomando conta da gente, e amarava-nos; Cleonice e eu, numa árvore, e dizia que ia brincar de Joana d’Arc. Brincar de Joana d’Arc é colocar fogo, não é? E ele mandava Décio, que era bem pequeno, juntar lenha. Ele colocava uma luva de boxe em Décio e em Dairce para aprenderem a lutar, punha os dois em um ringue que improvisava. O mais novo, na época, era Luís Carlos, que ele colocava dentro do balde e descia no poço para pegar água para ele beber. Imagine o perigo que ele corria. Quando a mamãe descobriu, ficou uma fera e o castigou.

Minha mãe era muito severa, ela batia mesmo, com cordão de ferro de passar roupa. Pelo que me lembro, todos, alguma vez, levaram uma surra. Uma vez, minha mãe estava grávida de Ana Maria, e eu estava brincando no meio da rua com outras crianças. Ela me chamou para ir abanar o fogão, pois era de carvão. Achei muito desaforo e fiz de má vontade, fiquei distraída. De repente, minha mãe abaixou e bati com a lata de abanar na cabeça dela. Levei uma surra tão grande, só não apanhei mais porque meu irmão Darci chegou e viu aquilo, então tomou o cordão das mãos de minha mãe e chamou a atenção dela. O que mais doeu foi ela dizer que eu nunca seria feliz. Claro que foi um momento de raiva, mas quando a gente é criança isso fica muito marcado. Darci era o salvador de todos, quando minha mãe começava a bater, sempre intervinha. Por ser o mais velho e muito cioso, era respeitado por todos.

Cleonice era quieta como eu, mas Dairce, quando menina, era briguenta; enfrentava todo mundo. Brigava com Décio, armada de cabo de vassoura, e teve até uma briga feia com Lerci, que era mais velho. Ela batia em Ana, e quando estava brava, pegava Fátima e penteava o cabelo dela com força. Ela tinha um espírito muito forte e era mandona, apesar de ser mais nova. Imagine que uma das poucas vezes que meu pai usou o chinelo para bater em Décio, ela interveio e tomou o chinelo dizendo: “sabe de uma coisa, você não vai bater nele nada”. Quem apanhou foi ela. Até de minha mãe, que era brava, ela arrancava o chinelo ou o cinto da mão dela e jogava na rua. Por fim, ela cresceu e se tornou a pessoa mais amável e carinhosa de toda a família.

Com muitas crianças e adolescentes na casa, devia ser realmente difícil para os meus pais. Quando minha mãe juntava os meninos por causa de alguma “arte” ou “briga”, Décio corria em volta da mesa, ajoelhava-se e começava a rezar bem alto com a imagem de Nossa Senhora nas mãos: “Nossa Senhora da Aparecida mamãe/ salve rainha, mamãe misericórdia... /Nossa Senhora da Aparecida que me ajuda/ que esse cinto não me pega”. Minha mãe ficava com dó e não batia nele. Até que, um dia, perdeu a paciência, e falou: “Nossa Senhora não ajuda gente sem vergonha”, e deu uma surra nele.

Nessa época, estava na catequese e Geraldo perguntou se eu sabia rezar, falei que sim. Havia um muro bem alto, e ele me falou: “reza três ave-marias e pula que não vai te acontecer nada”. Então, eu rezei três ave-marias e pulei. Destronquei os dois pés, não levantei do chão. Minha mãe me achou tão ingênua que não teve coragem de me bater por ter feito aquilo, mas Geraldo apanhou porque era mais velho.

Cleonice e eu tínhamos de dar banho nos mais novos; mas, como também éramos crianças, não fazíamos isso direito. Uma vez, Décio estava doente e minha mãe

ia levá-lo ao médico; mas, quando ela foi trocar as roupas dele, viu que estava cheio de sujeira nas orelhas e nos pés. É claro que apanhamos bastante. Ela colocou-o debaixo do chuveiro, e ele começou a gritar tanto, pedindo socorro, que meu tio Gabriel, irmão da minha mãe, que trabalhava perto de casa, foi até lá, correndo, para saber o que estava acontecendo.

Minha família era humilde, mas nunca passamos necessidade. Meu pai media nossos pés, e comprava sandálias e sapatos para nós na feira. Inclusive no Natal, sempre ganhávamos presentes, e eu acreditei em Papai Noel até meus doze anos, quando morávamos na Rua Nova dos Portugueses. Na véspera de Natal, colocava o sapato atrás da porta e ia dormir, para esperar os presentes no dia seguinte. Minha mãe pensou que eu soubesse sobre Papai Noel, então me disse: “a gente vai comprar os presentes, você está sabendo do Papai Noel?”. Eu fiquei olhando, e disse que sim. “Então, você já sabe que o papai Noel é

*Foto 3 - Ana Maria, Luís Carlos e Fátima em 1958 - São Paulo.*



o teu pai, e já que está mocinha, você quer escolher alguma coisa, você quer uma sandália?”. Eu fiquei olhando, e ela percebeu que eu ainda acreditava em Papai Noel. Ela começou a chorar. Muito diferente de mim, meu filho, aos cinco anos, quando lhe perguntei: “o que você quer pedir de Papai Noel?”, me respondeu: “é você quem vai comprar, então até quanto podemos gastar”.

Eu e Cleo sempre fomos muito amigas e íamos juntas à escola. Quando estava chovendo, fechávamos o guarda-chuva e andávamos pela enxurrada. É claro que chegávamos à escola ensopadas, e a professora nos mandava voltar para casa. O nosso lanche era feito pela minha mãe, mas eu morria de vontade de comer o lanche que as crianças pobres recebiam. Hoje a merenda é para todo mundo, mas na época era somente para quem não tinha condições.

Havia crianças que iam descalças para a escola, mas nós sempre tivemos chinelo ou sapato, inclusive uniforme; pois quando a família ia matricular os filhos, eles já recebiam o material escolar se fossem pobres. Quando fui fazer a primeira comunhão, quase apanhei porque disse que iria vestir a roupa da Igreja. Minha mãe ralhou comigo, e ela mesma fez um vestido bonitinho. Ela fazia roupas para nós. Assim, sempre estávamos arrumadinhos, até porque mamãe era muito vaidosa, gostava de andar sempre arrumada e de cabelo ajeitado; não gostava nem que ficássemos mal vestidas dentro de casa. Coitada, acabou morrendo muito jovem ainda.

Eu cursei o primário na escola Estadual Frontino Guimarães, em Santana. Tempos depois, minha cunhada Albina e meu irmão João pagaram para mim um curso de secretariado e datilografia. Os professores eram militares, e só podiam estudar crianças de dez a quatorze anos. Assim, graças a essa iniciativa, a vida toda trabalhei em empregos com atividades de escritório.

Albina, que se casou com meu irmão, já era viúva e tinha um filho pequenino, Marcos. Meu pai e meus irmãos fizeram vários serviços de pedreiro na casa dela, e daí surgiu a relação com meu irmão. Ela tinha uma história triste de infância, como ocorria com vários negros nas fazendas da época. Fora adotada por uma família; mas, na realidade, era tratada como empregada. Obrigavam-na a fazer diversos serviços, e nem roupa ofereciam. Ela dizia que se sentia tão humilhada que, às vezes, por raiva, cuspiam dentro do bule de café ou nos pratos de sopa antes de servir. Quando completou a maioridade, foi embora; mas ficou essa amargura, pois praticamente não teve infância. Era uma mulher que tinha pouca instrução formal, mas era muito forte de personalidade e com uma visão de mundo bastante avançada em relação aos costumes.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

Ainda muito jovem, conheci Waldomiro. Não cheguei a me casar oficialmente, mas tivemos um filho, Alfredo. Ele nasceu no Paraná, em Cornélio Procópio. Pode parecer mentira, mas no dia em que ele nasceu, o pai dele colocou a música “silêncio... lá, lá...”, era uma musiquinha assim. Todas as rádios de Cornélio Procópio tocaram, porque ele trabalhava em uma delas. Ele se chamava Waldomiro Alfredo Salum, por isso o nome do meu filho é Alfredo. Era para se chamar Júlio César, mas o pai dele não quis. Então, optamos por usar os nomes dos avós: os pais do meu marido já eram falecidos (Alfredo Abraão Salum e Beiji Adib Salum). Assim, ficou Alfredo Oscar (nome do meu pai). Ele achava bonitas as iniciais AOS.

Eu conheci Waldomiro em São Paulo, próximo ao Mappin, que era uma loja muito famosa. Tinha dezoito anos, e ele era dez anos mais velho, tinha muita inteligência e cultura. A gente se encontrava escondido, brincávamos, dizendo que se ocorresse um desencontro teríamos que marcar um encontro no Natal, em frente a essa loja. Na época, telefones eram raros, e o contato seria por carta. Engravidei muito rápido, e não sabia o que fazer. Então, fugimos de São Paulo.

Fui morar com a família dele no Paraná, e ele começou a trabalhar também como representante de café; mas, alguns meses depois, morreu em um acidente de carro. Seu fusca bateu em um caminhão, faleceu na hora. As irmãs dele queriam ficar com meu filho, mas um dos irmãos dele, que se chamava Carlos, não permitiu; e me embarcou de trem para São Paulo. Era uma cabine com cama, e foi uma viagem longa. Meu filho tinha ganhado uma botinha, que não tirava nem para dormir. Quando chegamos à estação, meus pais estavam esperando.

Eu havia fugido de casa porque estava grávida, mas meus pais e irmãos me aceitaram de braços abertos, pois naquela época era muito difícil ser mãe solteira, porque oficialmente não me casei. Isso era vergonhoso socialmente, então meu pai e minha mãe tratavam o “Oscarzinho”, que era como minha família sempre o chamou, como filho mais novo. Ele se tornou o xodó da família, ainda não tinha completado três anos.



*Foto 4 - Maria Dirce Calori  
e Oscarzinho (filho) - Cornélio  
Procópio 1962/1965.*



Logo que chegamos, tivemos um grande susto. Tínhamos um cachorro chamado Lulu, que se afeiçoou ao meu filho. Uma noite, ele não parava de latir, subia e descia a

escada correndo, até que minha mãe subiu para ver o que era. Meu filho era pequenino, e estava caindo da cama; mas, quando ela o ajeitou, viu que tinha um caroço na barriga e uma febre alta. Corremos para o hospital, e foi realizada uma cirurgia às pressas, pois era uma hérnia em estágio avançado. Pode parecer mentira, mas parece que Lulu teve um pressentimento ou sensibilidade.

Meus irmãos mais novos, Décio, Ana, Fátima e Luiz, tratavam meu filho como irmãozinho. Aos seis anos, ele já sabia ler, mas ainda não escrevia. Meu irmão Lerci achou que os mais velhos tinham feito que ele decorasse o livro para fingir que sabia ler. Então, pegou um jornal e ficou espantado. Em casa, havia uns livrinhos de poesia e historinhas do Roberto Carlos que pertenciam à Fátima, e ele passava o tempo todo com eles nas mãos.

Nossa vizinha na Luís Góes, Linda, e seu pai, que se chamava Alfredo, eram cantores de ópera e tocavam piano. Os ensaios eram bem bonitos. Um dia, o namorado dela, Miguel, levou seu irmão mais novo, Nicolau Romano. Ele gostou tanto de Dairce que, quando mudamos para Minas Gerais, por volta de 1967, ficou entre eles um namoro a distância, por carta; mas, às vezes, nas férias, ele ia visitá-la. Muitas fotos que temos desse período foram tiradas por ele; pois, diferentemente de nós, vinha de uma família com melhores condições econômicas.

Meu primeiro emprego foi aos quatorze anos, em um escritório de contabilidade da família Poço e Parré. Havia muitos jovens inexperientes e, às vezes, fazíamos confusão com a papelada. Mais de trinta anos depois, quando trabalhava em um escritório na Praça da Sé, fui a um posto fiscal tratar da abertura de uma empresa. Para minha surpresa, o fiscal era o meu antigo patrão, e acabamos conversando; inclusive, depois, alugamos salas comerciais para ele e outros sócios quando se aposentaram, em 1992.

A família do meu pai era muito grande, mas se dispersaram completamente quando jovens. Em Alfenas, morava um sobrinho dele, que se chamava João Calori e era ferreiro. Nessa cidade moramos em dois lugares diferentes, uma casa enorme perto do necrotério. A cidade tinha duas praças, uma principal onde ficava a igreja matriz, e outra, a duas quadras de distância, chamada de “praça dos pretos”, que também tinha sua igreja. Isso era uma forma de segregação. Até aquele período em que moramos na cidade, isso realmente ocorria.

*Foto 5 - Dairce, Fátima, Oscarzinho, Darci,  
Mamãe e Ana Maria - Alfenas em 1968*



*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*



*Foto 6 - Dindinha e Oscar Calori (papai), Areado, em 1970.*

Em Areado, também moravam alguns outros familiares de minha mãe, como Maria Lair, que era minha prima, e o marido dela, que era cabo da Polícia Militar, BG, todos chamavam-no assim, mas seu nome era Dervilio. Muito

alegre e brincalhão. Eles eram um casal muito hospitaleiro. Nessa cidade havia um bairro novo, formado na década de 1950, conhecido como Coréia, onde ocorriam muitas brigas, por isso a denominação ficou até hoje. Entre a praça principal e a Coréia morava outro parente da minha mãe, tio Dionísio, que era negro, benzedor e descendente de escravos, e se casou com a sobrinha dela, Tia Madalena.

Durante uns dois anos, ficamos assim, mas a situação não estava melhor. Por isso, Cleonice, que trabalhava na Wallita, e Geraldo, que na época era cabo da Força Pública paulista, conseguiram um caminhão e foram nos buscar em 1969. E voltamos a morar todos juntos. Exceto os que estavam casados, João e Geraldo. Era uma casa pequena, mas com quintal enorme na Vila Mariana, na rua Quatinga. Na sala dormíamos eu, Cleonice, Dairce e Ana Maria. No quarto dormiam meus pais, meu filho e Fátima. No porão, ficavam os homens: Lerci, Décio, Luis Carlos, Darci e Antônio, que era noivo da minha irmã Cleonice. Ela era muito bonita e trabalhava na época na Wallita, onde ganhou um prêmio de miss.



*Foto 7 - Cleonice, Mariuta (mamãe) e Dona Generosa (amiga de mamãe) Areado, 1965*

Darci, que era o mais velho, havia ficado distante da família. Acho que teve uma decepção amorosa e sumiu. Meus irmãos levaram um tempo para conseguir encontrá-lo em um bairro distante. Ele estava muito doente. Graças a Deus, curou-se, e ficamos durante alguns anos em harmonia; mas, claro, com crises de uma família grande. Quando ele voltou, Darci começou a frequentar um terreiro de Umbanda na nossa rua. Às vezes, até incorporava entidades em casa, e muitas vezes fomos em excursão para o litOral na Praia Grande com o pessoal do terreiro e outros vizinhos.

Algo engraçado é essa relação com o mundo espírita que, de uma certa forma, era presente nas histórias de assombração que se contavam em Minas Gerais, uma tradição de “causos”. Meu pai, mesmo, dizia que o irmão dele, chamado Dante, havia sido aprendiz de um homem que lhe ensinara muitas coisas sobrenaturais. Afirmavam que conseguia fazer o trem se atrasar ou consertar qualquer objeto. Contava também que esse bruxo ofereceu a papai conhecer os segredos, mas ele não quis, pois ficou receoso. Então, como presente, ganhou uma pedra brilhante que, segundo ele, desapareceu em seu corpo, e deveria protegê-lo a vida toda contra doenças físicas e espirituais.

Lerci, Geraldo e Décio eram namoradores, gostavam de passear e ir aos bailes. Inclusive Décio e Genaro, que era irmão da esposa do Geraldo, Maria Tereza Cardamone, eram bastante amigos e se divertiam juntos. O pai deles tinha uma charutaria e uma situação econômica confortável.

O pessoal foi se casando, Dairce se casou com Nicolau; Lerci casou com Ana depois de quinze anos de namoro. Ela brincava com o meu filho, dizendo que ele seria o informante dela, caso Lerci ficasse paquerando pelo bairro. Fátima, que era a caçula, começou a namorar um vizinho chamado Jocimar, e se casaram rapidamente. O Geraldo casou-se novamente com uma moça chamada Maria. Décio casou com a irmã dela, Lourdes, e ficaram juntos até o fim. Mais tarde, Ana Maria que era muito bonita e se casou com José Luiz. Ela tinha um gênio difícil, tanto que não chorava quando mamãe lhe batia. Ficava olhando, mascando chiclete e perguntava: “pronto? terminou de me bater? posso entrar e tomar banho?”.

Era uma época de situação difícil, saíamos muito cedo para trabalhar e só voltávamos à noite. Minha mãe fazia as marmitas de todo mundo, e somente no fim de semana tínhamos tempo de conversar. Os meninos gostavam de jogar futebol, eram palmeirenses e corintianos. Também adoravam truco, um carteadado que era bem famoso em Minas Gerais, era uma farra entre eles. Depois do almoço de domingo, tudo

ficava em silêncio, porque todo mundo dormia pelo cansaço da semana e para repor energias.

## *Outras épocas*

Em 1969, comecei a trabalhar em um supermercado na zona leste, que era bastante distante da Vila Mariana, onde estava começando a construção do metrô. Brincávamos, dizendo que nenhum de nós iria aproveitar, pois levaria décadas para funcionar. Eu trabalhava no setor de contabilidade do mercado Signos devido à minha formação e porque conhecia bastante sobre folha de pagamento e notas fiscais. Os proprietários eram japoneses, e acabei conhecendo Keizo Ogushi, que era um dos sócios, e começamos a namorar. Era uma pessoa muito engraçada e, também, vinha de origem bastante humilde, como muitos imigrantes. A família dele trabalhara na lavoura, no interior paulista, depois tornaram-se feirantes. Por fim, abriram três supermercados. Portanto, era um empreendimento familiar; assim, muitos irmãos também ajudavam nas várias tarefas.

Keizo estava separado e montou uma casa na Vila Carrão para nós. Quis que trouxesse o meu filho para morar conosco. Minha mãe brigou porque não queria deixar. Mas meu pai interferiu e falou para ela: “deixa ir, porque é filho dela”. Então, ele foi morar comigo. Minha mãe morreu pouco depois, em 1972, e meu pai veio a falecer em 1985. Ele gostava muito de andar, visitava todo mundo e ia sempre para Minas Gerais visitar alguns sobrinhos que veio a conhecer somente na década de 1970, em uma cidade chamada Cavaco. Eram todos sitiantes, plantavam café e produziam leite, não havia luz elétrica nem mesmo luz nas ruas da cidade.

Keizo, como disse, era uma pessoa excepcional, e não poderia nem usar o termo “padrasto” para falar dele, pois foi um verdadeiro pai; e meu filho, mesmo depois que nos separamos, teve sempre muito carinho e fala bastante dele. Ele era maçom e dizia que iria levar o Oscarzinho quando crescesse para participar também. Assim, participamos como seus familiares em alguns eventos abertos da maçonaria.

Foto 8 - Keizo Ogushi, Maria Dirce e Oscarzinho em Aparecida do Norte (1975).



Pouco tempo depois, aconteceu um assalto ao mercado. Às vezes, saíamos com um malote para o banco. O assaltante tentou tomar das minhas mãos e ficou nervoso, atirou em minha direção, mas ele se sobrepôs e foi atingido. Graças a Deus sobreviveu, mas acabou perdendo um dos olhos. A bala entrou e saiu. Foi uma recuperação difícil, inclusive pelo trauma.

Como minha situação ficou melhor, pois Keizo cobria todas as despesas de casa, usava meu salário para ajudar minha família. Ele nunca se incomodava, ao contrário, muitas vezes perguntava se precisavam de alguma coisa. Meu filho fez muita amizade com um vizinho, Marco Bianco, e estavam sempre juntos, tinham a mesma idade.

Na infância, apanhei tanto da minha mãe que isso deixou algumas mágoas; assim, criei meu filho de forma diferente. A única vez que bati nele foi com pano de prato. Estava com catapora e febre, não estava nem indo à escola. Como trabalhava o dia inteiro, uma tia minha, chamada Livina, tomava conta da casa. Cheguei e não encontrei o meu filho. Era um sábado e uma chuva muito forte estava para acontecer. Pedi que meu irmão Luis Carlos me ajudasse a procurá-lo. O amiguinho dele, Bianco, foi conosco, mas não o encontramos. Choveu tanto que ocorreu até enchente no Aricanduva. Quase no fim da tarde ele chegou, todo ensopado, tinha estado jogando bola em outra escola. Fiquei muito brava, e até meu pai apareceu em casa, porque estava preocupado. Quando viu como estava, ele disse: “não precisava bater nele não, porque com certeza não vai fazer mais isso”. Meu pai foi da Vila Mariana até o Carrão somente para que meu filho não apanhasse.

Meu filho estava na quarta série e gostava muito de ler livros, mas também colecionava uma revista de terror chamada *Kripta*. Eu fiquei um pouco temerosa e fui conversar com o professor dele, que já era um homem de idade avançada. Ele disse: “olha mãe, não precisa se preocupar, pois seu filho vai ser um professor de História”. Aí eu falei: “mas como?”, e ele falou: “ele gosta de mistério... um dia você volta e vem dizer isso para mim, seu filho vai ser um professor de História”. O tempo passou e eu esqueci. E meu filho realmente formou-se professor de História.

Por volta de 1974, obtive a carteira de habilitação e ganhei de Keizo um carro. No início, não sabia nem ligar os faróis da Variante, mas rapidamente aprendi. Uns três meses depois, fui para Minas Gerais, pela estrada Fernão Dias, que era bem perigosa. Deixei meu filho e um amiguinho em Cavaco, no período das férias escolares. Fui buscá-los uns quinze dias depois, e minha cunhada Albina foi junto. Nos perdemos, paramos em

um posto de gasolina, e ela perguntou para um caminhoneiro se faltava muito para chegar em Varginha. Ele falou: “olha...você já passaram uns duzentos quilômetros”.

O primeiro dia que peguei a carteira de habilitação, fui trabalhar de carro, até o mercado perto do cemitério da Vila Formosa, na avenida Rio das Pedras. Havia uma subida, e fui rezando para que o semáforo não estivesse fechado. Mas não teve jeito, o semáforo ficou vermelho, e depois não conseguia sair com o carro. Então, um policial veio perguntar para mim: “o que aconteceu?”. Eu falei: “ah, é o primeiro dia que estou dirigindo o carro e não estou sabendo sair daqui”. Ele olhou e falou: “seu carro tem breque e acelerador?”. Falei: “tem”. Ele disse: “então, use”.

A maior confusão, foi no litOral, na Rodovia Pedro Taques. Manobrei sem tomar cuidado. Um policial apitou, eu olhei e falei: “é comigo?”. Ele respondeu: “tem mais gente fazendo uma burrada dessas aqui?”. Ele não multou, e orientou como fazer manobras na estrada: “a senhora não pode fazer isso, ainda mais com crianças no carro”.

Assim, fui adquirindo experiência, e acabei dirigindo até Mato Grosso com minha irmã Ana Maria. Fomos para um lugar chamado Coxim, para buscar Keizo, que fora visitar uns amigos. Foram muitas viagens, e o marido de Dairce, na mesma época, comprou uma Brasília. Os dois dirigiam para toda parte.

Eu tive uma vida tranquila, graças a Deus. Em 1980, fui trabalhar num escritório de contabilidade na Praça da Sé, e acabei me separando de Keizo. Na realidade, tentei montar uma lanchonete em um circo, onde fiquei por volta de um ano. Depois, morei com Dairce e Nicolau por alguns meses. Após algum tempo aluguei um apartamento na Avenida 9 de Julho. Meu irmão Luís Carlos, que estava em situação difícil, foi morar conosco. Meus sobrinhos, que eram crianças, adoravam ir nos visitar, pois era uma novidade para eles. Ficavam na janela do apartamento, observando a Praça da Bandeira, vendo o trânsito de carros e pessoas. Não era tão violento como é hoje.

Depois de algum tempo, acabei saindo do escritório; pois tive o convite de um dos clientes, Wellington, que era um empresário ligado aos passos iniciais da informática. O convite foi para formarmos um escritório de contabilidade. Acabei ficando muito amiga da sócia dele, Amália, por muitos anos. Alugamos uma casa, em 1984, em Santana, na rua Ataliba Leonel. O escritório ficava na frente, e eu morava nos fundos.

Ficamos assim durante alguns anos, e depois desfizemos a sociedade. O escritório ficou com um caráter mais familiar. Assim, meu irmão Décio e meus sobrinhos

Ângelo, Miguel, Rafael, Daniel, Leonardo, Nicolau, Juliana e Danilo; cada um em sua época, trabalharam como office boy comigo. Eu tive sempre fama de ser mandona e brava; afinal, dava bronca e tentava colocar todos na linha, principalmente no escritório. Alguns, como Miguelzinho, eram muito arteiros. Ele saía para fazer serviços externos e ficava jogando nas bancas de ambulantes ou jogando fliperama.

Minha família sempre gostou de futebol e, muitas vezes, fomos aos estádios ver os jogos do Palmeiras; principalmente Lau e Dairce, com as crianças. Alguns primos, filhos do Tio Gabriel, como Toninho, Zezé e Henrique, também iam junto. Quando meu filho entrou na faculdade, os colegas dele também frequentavam os jogos conosco; tanto as meninas, quanto os meninos. Era uma mistura de corintianos, palmeirenses e são-paulinos.



*Foto 9 – Dairce Calori, Nicolau Romano (Lau), Mariuta (mamãe) e Oscarzinho – Alfenas, 1968.*

Infelizmente, Lau morreu jovem ainda, em 1988, aos quarenta e quatro anos, em consequência da diabetes. Foi uma situação muito penosa em todos os sentidos, pois os filhos eram crianças. O mais novo era Rafael, que tinha apenas cinco anos. Um pouco antes de morrer, pediu-me que eu zelasse por ele. E realmente cuidei dele como se fosse meu filho.

Dairce conseguiu conversar e se entender com as tias de Lau, que moravam na Mooca. Havia uma história complicada de relações familiares. De qualquer maneira, ela, como esposa, era herdeira de uma

casa; mas as tias Nelda e Júlia tinham direito em vida. Como eram bem velhinhas, acabaram aceitando, o que foi bom para todos, pois era um casarão antigo, na Mooca. Graças a Deus, minha família sempre teve uma característica boa de prestar auxílio uns aos outros. Isso passou de uma geração a outra, e até meus sobrinhos são assim. Eu realmente ajudei minha família, inclusive na criação das crianças. Também ajudei os filhos de Fátima, que acabou se separando e indo morar com Dairce nessa época. Comprava material de escola, tênis e outras coisas quando precisavam e auxiliei o Décio, Ana e o Luís no que podia.

Trabalhei muito, mas também me diverti em algumas ocasiões. No final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, fiz várias viagens ao Paraguai, pois tinha contato com uma agência de turismo que se tornara parceira. Era uma época em que as compras na região foram liberadas; assim, quase todo mês, fazíamos uma excursão. Muita gente aproveitava para se divertir e também comprar. Meu irmão Lerci e seus amigos iam sempre conosco. A viagem até Foz de Iguaçu levava quatorze horas. Íamos ao hotel e depois para as compras. No fim da noite, quase todos iam até uma danceteria e, no dia seguinte, voltávamos para São Paulo.

A situação ficou ruim com o governo Fernando Collor, pois muita gente havia sido prejudicada com o confisco da poupança. Eu também perdi o pouco que havia conseguido juntar durante anos, e lembro que chorei bastante. Muitos clientes do escritório quase faliram, e teve gente que ficou até doente. Nessa época, fazia muita campanha para o PT, pois minha prima querida, Terezinha Martins, foi uma das primeiras vereadoras pelo partido em São Paulo. A Rede Globo chegou até a fazer uma minissérie sobre ela. Acabei ficando próxima de outros políticos que ela apoiava, José Mentor e Rui Falcão.

Em 2009, perdi um rim e comecei a fazer hemodiálise. Então, Alfredo conversou com Nenê (Nicolau), que passou a tomar conta do escritório. Um jovem chamado Pedro, que era aluno da faculdade em que meu filho trabalhava, foi contratado para ajudar, e se entendeu muito bem com Nicolau. Mas antes desse problema no rim, caí da escada e quebrei o pé. Foram colocados dezessete pinos e duas placas na minha perna. Quando estava fazendo tratamento é que foi descoberto que meu rim estava parando de funcionar. Na Santa Casa, o médico ortopedista solicitou exames para fazer uma segunda cirurgia e, ao ver os resultados, ele me disse: “olha, você está com problema nos rins”. Esse acidente foi em agosto de 2004. Em junho, havia feito uma viagem

para a Argentina com Antônio e Cleo. Nós fomos para Buenos Aires e ficamos lá por uma semana. Foi minha última viagem longa; pois, devido à hemodiálise, não pude mais fazer passeios assim. Mas me divirto bastante na Igreja, onde descobri que tenho vocação para cantar e participo das atividades comunitárias. Os padres Vitor, Milton e Hélio tornaram-se grandes amigos meus. Padre Hélio, por exemplo, chegou a celebrar o casamento da minha sobrinha em Bragança e chegou a viajar conosco em outros encontros de família.

Também gosto muito de animais. Sempre que posso, auxilio os que foram abandonados. Tenho uma amiga chamada Nide, que possui um sítio onde abrigamos muitos gatos e cachorros. É um traço de família, pois minha ex-cunhada Maria Teresa e os filhos dela, Adriana e Rogério, são assim também. Até Andréia, filha de Lerci, também tem essa relação com animais.

Nesse período mais recente, tivemos na família perdas significativas por câncer. O primeiro que perdemos foi Antônio Aurélio, marido de minha irmã Cleonice, em 2006. Ele era um cunhado especial e parecia um irmão para nós, gostava da família reunida. Sempre que podia fazia festas ou almoços em família, nos quais, por várias vezes, ele cozinhava. Infelizmente, ficou doente, e foi muito sofrido. Era uma pessoa que tinha muita energia, gostava de ajudar o asilo em Bragança. Viajava bastante, foi muito trabalhador; e, principalmente, nunca perdeu a humildade. No ano seguinte, em 2007, Dairce faleceu também pela mesma doença. Ela era outra pessoa especial para nós, era como se fosse uma mãe; inclusive, abrigou em sua casa pessoas conhecidas que estavam passando por tempos difíceis. Ela e Antônio sempre faziam a família se reunir.

Dairce, quando jovem, era muito brava, e depois tornou-se uma mulher muito sensível, bondosa e chorona. A casa dela estava sempre repleta de pessoas. Ajudava as freiras da Paróquia da Divina Providência, os imigrantes bolivianos e paraguaios da região, que inclusive chegou a abrigar quando foram despejados. As crianças tinham verdadeira paixão por ela. A casa ficava cheia de jovens, alguns até moravam lá com autorização dos pais. Nessa época, os meninos já estavam moços. Muitas vezes, eles me levavam para casa. O lanche da noite era composto de umas dez pizzas e umas oitenta esfihas.

Meu filho a considerava como mãe. Depois, veio a morte de Fátima e de Lerci; mas, antes, já havíamos perdido Geraldo e João. A partida de Fátima, em 2010, foi um grande susto, porque era a mais nova, e teve um problema súbito.

Eu não tenho muitas expectativas, mas; sim, de viver o dia de hoje. Acho que é assim, depois de uma certa idade. Eu sou uma pessoa conformada. Lá onde faço hemodiálise há muitas pessoas revoltadas, pois não podem viajar e têm de estar sempre atentas. Eu tenho uma vida independente, vou à feira, ao mercado, ao médico, cuido da casa e dos cachorros e gatos. Eu sou feliz, pois; apesar da doença, tenho energia para andar. E ainda gosto de cantar na Igreja e assistir futebol, principalmente os jogos do Palmeiras.



Como sempre ajudei minha família, meus sobrinhos cresceram, e acredito que gostam muito de mim, pois me tratam com carinho. Quando preciso ir ao médico, posso sempre contar com algum deles. E sempre que podem, me visitam com os filhos aos domingos. Converso sempre por telefone com meus parentes. Ainda tenho amigas, que muitas vezes vêm tomar um café e até dormir em minha casa. Então, sou feliz e agradeço a Deus por tudo.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

## Considerações Finais

A narrativa da colaboradora nos forneceu alguns vislumbres dos variados papéis em sua vida, que abarcam questões como gênero, trabalho, preconceito, família, maternidade, religião e afetividade. Uma mulher comum, forte e provedora, como tantas outras pelo mundo, que nos preenchem de histórias reflexivas, engraçadas, tristes e intensas. Confesso que cada parágrafo foi uma imersão na minha própria história e no tempo, com muitas pausas repletas de emoções e saudades.

## Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade*. Petrópolis: Editora Paz e Terra, 1984.
- LIMA, Solange e CARVALHO, Vânia. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla e LUCA, Tania (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom e RIBEIRO, Suzana Salgado. *Guia prático de História Oral*. São Paulo: Editora Contexto, 2021.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom e SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e Narrativas: a História Oral aplicada*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A colônia Brazilianista. História oral de vida acadêmica*. São Paulo: Editora Nova Stella, 1990.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *O Brasil fora de si. Experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Editora Parábola, 2004.
- PRIORE, Mary Del. A fotografia como objeto da memória. In: SILVA, René Marc da Costa (Org.). *Cultura popular e educação*. Brasília. CEED/MEC, 2008.



# *Cartas do mestre a um discípulo: programa de uma história grandiosamente modesta*

*Dante Marcello Claramonte Gallián*

Você faz história de sua família. De certa forma, sua atuação é a mesma que a de um Deus. Você dá vida a um passado que não existirá sem a sua mão. É possível que não tenhamos jamais noção correta do significado disto. Às vezes acho que tão grandioso é o papel do historiador que é melhor atuar como aqueles que optam pela “neutralidade” e “objetividade” científicas. Contudo pelo seu “objeto de estudo” você descartou qualquer situação neutra.

Este excerto foi extraído de uma carta manuscrita redigida pelo Prof. José Carlos Sebe Bom Meihy endereçada a mim. Datada de 6 de dezembro de 1989, ela foi composta em São Salvador da Bahia, emoldurada “nada mais nada menos do que pelo cenário do

mar baiano: praia, céu azul, sol (...) e água de coco ofertada pelos orixás”. Prof. Sebe encontrava-se hospedado (acompanhado por mulher e filhos) no Ondina Apart Hotel Residência, com a “conta paga pela história Oral”, a fim de proferir “algumas ‘conferências’ sobre a [sua] pesquisa” sobre a “colônia brasiliense”, que seria publicada no ano seguinte. Prof. Sebe dava então seus primeiros passos na longa e difícil tripa da história Oral, que começava a ser desbravada no Brasil e eu, recém-chegado à Espanha, iniciava uma jornada que redundaria em minha dissertação de mestrado em História Social pela FFLCH-USP sobre histórias de vida de tobarreños (oriundos da aldeia de Tobarra, Albacete,

cidade de meus avós maternos) que haviam vivido a guerra civil espanhola (1936-39), sob a sua orientação.

Reencontrar esta e outras cartas que trocamos durante esse marcante período da sua (e da minha) trajetória intelectual, justamente no momento em que me chegou o convite para participar deste projeto de homenagem ao incomparável amigo, mestre e professor, pareceu-me, mais do que uma mera coincidência, uma “anedota do destino” – conforme o título de um dos livros de contos reunidos da escritora dinamarquesa Karen Blixen (2007). Uma dessas boas e inacreditáveis surpresas que apontam a direção de um trabalho de rememoração e reflexão, onde o pensamento discursivo assume o papel de coadjuvante, tal como soe acontecer nos grandes projetos de história oral de vida. Isso porque o conjunto destas poucas cartas – não mais do que meia dúzia – testemunham, ao meu ver, não só o despontar de uma consciência historiográfica que figura até hoje como uma marca indelével do trabalho de pesquisa e orientação deste peculiar historiador brasileiro, como também explicita a força de sua influência moral e intelectual em minha própria trajetória – o que corresponde, estou certo, àquela experimentada na vida de dezenas de outros pesquisadores que passaram por sua orientação. Desta forma, no escopo desta homenagem, não pude me furtar de delinear, a partir deste pontual *corpus* epistolar, um singelo ensaio sobre o impacto da descoberta da história Oral na história de vida intelectual deste importante historiador que é José Carlos Sebe Bom Meihy, destacando o seu poder revolucionário através do efeito que esta mesma experiência desencadeou em minha própria história de vida.

\* \* \*

Na segunda metade da década de 1980, os estudos históricos passavam por uma fervilhante renovação no Brasil. Os efeitos tardios da *nouvelle histoire* começavam a impactar com grande força, abrindo novas perspectivas, novas abordagens, novos métodos. Na confluência entre a história das mentalidades e a nova história social de matriz anglo-saxônica da *new left*, um universo infinito de possibilidades se abria no horizonte da pesquisa histórica e a história Oral aparecia como um recurso altamente atrativo e promissor em nosso contexto, ainda que não menos controverso e desafiador.

Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy

É claro que o uso de entrevistas e “depoimentos orais” como forma de “produção de fontes” e “obtenção de informações” já vinha sendo utilizado como um procedimento relativamente recorrente pela historiografia nacional desde muito antes, porém, há que se reconhecer que, na maioria dos casos, como algo secundário e subsidiário, como meio de suprir a “carência de fontes escritas e oficiais”. E ainda que as noções de “memória coletiva” e de “discursos contra-hegemônicos” já estivessem ganhando um espaço considerável na produção intelectual de então<sup>1</sup>, o *mainstream* historiográfico tendia a olhar com grande desconfiança as chamadas “fontes orais”.

Neste contexto, a carreira de José Carlos Sebe, professor de História Ibérica do Departamento de História da FFLCH-USP, marcada por um caráter versátil e pouco convencional, atingia o patamar da primeira maturidade. Havendo ingressado no corpo docente da prestigiosa instituição em 1975, Sebe já havia se dedicado a diversas pesquisas que resultaram em célebres e importantes produções. Partindo do papel dos Jesuítas na estruturação do Império Colonial português, passando pela história da medicina, pelas manifestações da cultura popular (futebol, carnaval) e pela literatura (especialmente Monteiro Lobato) Sebe, desde cedo, apresentou um perfil acadêmico bastante heterodoxo, incomum para a sua geração, que refletia um desassossego intelectual que sempre o caracterizou. Quando nos conhecemos, no segundo semestre de 1986, enquanto cursava a disciplina de História Ibérica Contemporânea, Professor Sebe, aproveitando a comemoração dos 50 anos do início da guerra civil espanhola, propunha, em suas aulas, uma profunda e instigante reflexão sobre o tema. Coincidentemente, meu avô materno, Manuel Claramonte Lopez (Manolo), imigrante espanhol que havia vindo para o Brasil no começo dos anos 1950, tinha sido nada mais nada menos que um ex-combatente anti-franquista, voluntário miliciano no início da guerra e em seguida incorporado ao exército da República, onde, como comissário político, chegou a ter patente de capitão.

Lembro-me do entusiasmo com que meu futuro orientador recebeu esta informação e, sem me dar chance sequer de pensar no assunto, decidiu, daquela maneira confiante e peremptória que sempre lhe foi típica: “Então o seu trabalho final para a minha disciplina será uma entrevista de história Oral com seu avô”.

---

<sup>1</sup> Cf. neste contexto, principalmente, os trabalhos de Eclea Bosi (1987), Marilena Chauí (1981) e Carlos Vesentini (1997). Sobre este último, ainda que a publicação só tenha aparecido no final da década de 90, a tese de doutorado a qual tínhamos acesso era de 1983.

Era a primeira vez que eu escutava o termo “história Oral”, porém, associada à palavra “entrevista”, pude imaginar vagamente do que se tratava e, contaminado por seu entusiasmo, além de ver o efeito altamente prestigioso que ter um avô como “fonte histórica” significava frente aos meus colegas de estudos, não hesitei em concordar com a “missão”.

Faltam-me elementos concretos para afirmar se o interesse de José Carlos Sebe pela história Oral começou a despontar justamente nesta ocasião ou se era algo que já vinha se esboçando tempos antes e que aquela feliz coincidência o fortaleceu e o impulsionou. Indício interessante em sua produção acadêmica é a entrevista realizada em janeiro de 1983 com o brasileiro Charles Wagley, publicada no volume 5 da Revista da USP, em 1987. Na ocasião, Sebe confessava que aquela entrevista com o “*velho senhor*” “foi um dos grandes privilégios que a vida acadêmica me possibilitou” (Meihy, 1987: 121). O relativo longo hiato entre a realização da entrevista e sua publicação, nos informa Sebe na sua introdução (que aliás já esboçava claramente o recurso desenvolvido para introduzir as transcrições das entrevistas em seus trabalhos posteriores e que nós, seus discípulos, incorporamos com o nome de “janelas”) deveu-se à percepção da necessidade de “amainar os ânimos” e assim permitir que ela fosse interpretada não apenas à luz do debate historiográfico, mas como um relato da “ordem sentimental”, de um acadêmico para quem o Brasil esteve “ligado às coisas mais íntimas que a vida [lhe] deu”.

Ainda que não faça nenhuma referência ao termo história Oral, já se pode identificar aqui os elementos mais característicos daquela maneira absolutamente original e peculiar de se fazer história (e não só Oral) de José Carlos Sebe Bom Meihy. Ou seja, a valorização do subjetivo, de sentimental, do biográfico, do humano como componente central da pesquisa e, em concordância com tudo isso, a sensibilidade para a dimensão ética do trabalho do historiador.

Talvez tenha sido este conjunto de fatores altamente “humanísticos” ou mais bem “humanizados” que expliquem a atração de Sebe pela história Oral – aquela história Oral que ele então começava a conhecer através dos seus colegas e contatos norte-americanos; aquela história Oral ainda desconhecida no Brasil, profundamente influenciada pela nova antropologia de um Clifford Geertz (1989), ou pela sociologia pós-estruturalista de uma Daphne Patai (1988).

Neste sentido, não me parece leviano afirmar que este historiador, profundamente comprometido com o humano, com o ético e com os temas do presente, marca

registrada do Prof. José Carlos Sebe, ainda que tenha se revelado explicitamente a partir da sua “conversão” à história Oral, existisse já em essência antes da “grande descoberta”. A história Oral que ele conheceu apresentou-se então apenas como uma forma altamente pertinente e concordante com seus valores e seu entendimento do que deveria ser o trabalho do historiador.

De qualquer forma, coincidentemente ou não, foi a partir deste encontro (em meados de 1986) e dos seus imediatos desdobramentos que a aproximação da história Oral começou a se tornar perceptível e marcante, definindo o rumo da sua carreira e, claro, da minha própria.

A entrevista de história Oral com Manolo não apenas me rendeu um estimado e raro dez como aproveitamento da disciplina, como ainda redundou em um interessante vídeo, realizado em parceria com minhas colegas Flávia Panetta Ricca e Lucília Santos Siqueira, premiado pelo júri da SBPC de 1987 na categoria de Iniciação Científica. E foi logo após a sessão de apresentação do vídeo, numa tarde gélida e ensolarada de julho, numa das cafeterias do campus da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba – onde se realizava o encontro da SBPC daquele ano – que recebi o convite por parte do admirável professor para seguir com minha pesquisa em nível de mestrado. Indescritivelmente honrado e orgulhoso, confesso que ainda hesitei por alguns meses, uma vez que desde o ano anterior estava comprometido com um estágio no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP, onde realizava uma pesquisa sobre cultura material a partir de escavações de sítios tupi-guarani no Vale do Ribeira (SP). Entretanto, assim como já estava marcado em seu destino, a história Oral também batia na porta da minha vida acadêmica para entrar e ficar e, antes mesmo de terminar minha graduação, escrevi um novo projeto de iniciação científica, o qual foi realizado com apoio da FAPESP, e que serviu de base para minha pesquisa de mestrado, a qual iniciei no semestre seguinte de concluir meu bacharelado em história, em 1988.

O início do meu mestrado coincidiu com a ida de Sebe para os Estados Unidos, onde passou uma temporada como professor visitante na Universidade de Miami, realizando seu projeto de pesquisa sobre a Colônia Brasilianista e fazendo uma profunda imersão no universo emergente da nova história Oral. É a partir deste momento que iniciamos nossa correspondência postal.

Na primeira missiva em ordem cronológica que guardo em meu arquivo pessoal, datada de 21 de agosto de 1988, José Carlos Sebe traça comentários a respeito do meu

projeto de mestrado, encaminhado à FAPESP e cuja primeira versão seria indeferida. Naquela ocasião, ao que tudo indica, o procedimento de encaminhamento dos pedidos de bolsa ainda não era por fluxo contínuo e, em função da mudança recente do professor para os Estados Unidos, não foi possível a sua revisão antes do encaminhamento do projeto dentro do prazo. Comentava então o meu orientador:

Certamente o resultado seria outro se tempo houvesse para reescrever o projeto. Parece-me – perdoe-me se estou equivocado – que está ainda na primeira redação. Confesso que lendo seu texto senti saudade de Drummond, do poeta na fase dos anos 30, do melodioso Drummond que todo mundo deveria ler para treinar os ouvidos e amaciar o coração.

Chama atenção aqui um aspecto distintivo da sua indelével maneira de conceber a escrita acadêmica e o próprio trabalho de pesquisa: a referência ao literário, ao poético, como critério de inspiração e norteamento. Averso ao formalismo estéril e até certo ponto farisaico da tradição acadêmica brasileira, Sebe inaugurava minha iniciação como pesquisador cobrando uma escrita mais ousada e inspirada, capaz de expressar o coração, sem, obviamente, abrir mão do rigor e do comprometimento com o pensamento científico.

Logo depois de me aconselhar a leitura do poeta, para “treinar os ouvidos e amaciar o coração”, o orientador passa a listar uma série de problemas de ordem teórica e metodológica que identificava em meu projeto, relacionados a conceitos que apareciam ainda pouco “evoluídos”, além dos esperados equívocos de ordem formal e de estrutura: desde os relacionados às normas de citação, até os de falta de clareza na formulação dos objetivos, hipóteses e perguntas da pesquisa.

Havendo iniciado a carta recomendando a leitura de Drummond, Sebe a encerra indicando o estudo de Freud e Melaine Klein, como um recurso interpretativo altamente pertinente: “Penso que no seu caso, tanto em relação à retomada de vida de seu avô quanto ao sentido da epopeia, poderia ser valorizada a inspiração freudiana.”

Em suma, nesta que se apresenta como o primeiro registro histórico da sua orientação a este aluno a quem ele formaria ao longo de quase dez anos, pode-se identificar não apenas os elementos que caracterizam sua forma de orientar e formar seus discípulos, como também aqueles que já constituíam sua maneira de conceber a pesquisa e a escrita da história.

O entusiasmo com que acolheu um projeto tão heterodoxo sobre a memória de um velho ex-combatente da guerra civil espanhola imigrado e que, em seu

desdobramento, pretendia ampliar para uma pesquisa sobre memória de comunidade ou de família a partir de relatos orais, desafiando os marcos “seguros” da historiografia tradicional, já aponta claramente o caráter ousado e inovador deste peculiar professor. Entretanto, é no processo de orientação da pesquisa que este caráter especial se manifesta em toda sua riqueza, consistência e complexidade.

Sem hesitar ou mesmo apresentar qualquer “fraqueza” (até desculpável naquelas circunstâncias históricas) de cunho “positivista” em se aventurar pelo território da memória e das “fontes orais”, José Carlos Sebe, nesta que deveria ser a primeira pesquisa de história Oral que orientaria, encorajava seu neófito a se desprender de qualquer preconceito tradicionalista ou apego às consagradas noções de “fato”, “documento” ou “informação” histórica. Plenamente consciente de que o trabalho com história Oral é mais um trabalho sobre a memória do que sobre o fato, Sebe desenvolve na orientação (tal como posso hoje reconhecer através de um movimento de rememoração e como se pode perceber claramente em suas cartas) um verdadeiro “programa” de descondicionamento e de revelação de novos horizontes, em que o trabalho de pesquisa se amplia e se metamorfoseia em experiência de autoconhecimento e autorrealização.

Na mais longa das cartas que compõe o *corpus* de meu arquivo, composta em Miami a 11 de maio de 1988, esse “programa” se descortina de maneira didática e completa.

O ponto de partida é, como sempre, pessoal e poético:

Teremos muito o que conversar! A vida tem acontecido generosa e pródiga. Academicamente tenho tentado conduzir a minha barca, já na saída do pântano inicial, mas ainda muito longe do mar aberto. Desde que Fernando Pessoa disse (e Caetano reafirmou) que “navegar é preciso”, não tenho economizado energias para provar que “viver não é preciso”... Trabalho o mais que posso e acho que vale a pena. Meto a cara nos livros, no computador, nas cartas e me nutro de uma comida forte para os meus projetos intelectuais.

Uma vez tendo manifestado e compartilhado a dimensão inspiracional do trabalho intelectual, o orientador, que também não esconde o quanto de transpiração tal operação exige, pondera a dimensão ao mesmo tempo grandiosa e modesta que caracteriza o fazer história Oral:

Minha primeira observação é sobre os limites da história Oral e sua relação com a História. De saída vamos concordar que a história Oral não é mesmo ambiciosa, pelo menos não tanto quanto a História. Seu alcance é mensurado, como uma

dose certa, que contudo por mais exata que seja, é [o que] uma cachaça demanda. Esta mania de história Oral é até meio boba pois consiste em tentar entender alguma coisa sobre pessoas/grupos com as quais podemos repartir algum tipo de experiência. Só isto e isto é tudo! Aceitado este “limite” cabe o céu como parâmetro para sondar os experimentos de indivíduos/comunidades que significam alguma coisa para qualquer sociedade. Então eu diria Dante, que história Oral é como uma outra vida que se abre na experiência alheia. Diferente da História, cheia de saídas e explicações abrangentes, convicta de verdades, soberana dos nexos entre o passado e o presente, a nossa história Oral, buscando o indivíduo e seu pequeno grupo, pretende simplesmente focalizar o particular. Até que se de conta da magnitude deste “núcleo”, é preciso muito trabalho... Um dos problemas da comparação entre a “nossa história” e aquela História, reside nos objetivos de ambas. Uma é grande sendo modesta, a outra pretensiosa, impossível.

Tal formulação epistêmica da natureza e objetivos da história Oral em comparação com aquela da História (com agá maiúscula e sublinhada) não só aponta em germe uma concepção filosófica que fundamentaria e nortearia toda sua obra a ser desenvolvida a partir daí, como também estabelece uma pauta de conscientização e compromisso a ser assumida pelo orientando que se dispusesse a “navegar” por esse “mar”, onde “viver não é preciso”.

A questão da “positividade documental” portanto não se aplica. A história Oral não está em essência querendo provar nada, ela é apenas e “só” testemunhal, temática, portanto nada conjuntural. Para que vale?, apenas para mostrar como se dão os laços sociais, o impacto da vida, as lutas pessoais/grupais. Só. Ela é um sopro, flor do campo, saudade registrada ou tematizada. Uma mentira que dá sentido à vida social.

Difícil para mim avaliar o impacto que a leitura desta carta e, em especial, deste último trecho me causou naqueles idos de 1988. Só mesmo na perspectiva de mais de 30 anos de vivências, experiências e descobertas me é possível constatar a beleza, a assertividade e a potência destas palavras. Incapaz de compreendê-las em todo seu acerto e grandeza em meus vinte e poucos anos, hoje reconheço o quanto elas, enquanto sementes, germinaram, brotaram e frutificaram, tanto no conjunto da obra do mestre, quanto na minha própria – obra e vida.

Reconheço neste momento o privilégio de ter sido a testemunha e ao mesmo tempo destinatário primevo (até onde posso saber) deste desabrochar revelador de uma certa maneira de se fazer e se viver a história. Desta percepção do caráter concomitantemente modesto e grandioso do ofício de Heródoto que aquela história Oral que estávamos descobrindo propiciava; essa “mentira que dá sentido à vida social”.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

O caráter programático destas ideias ainda germinais pode ser perfeitamente verificado na profícua produção do Prof. Sebe ao longo dos anos seguintes, começando por *A Colônia Brazilianista; história oral de vida Acadêmica*, de 1990, passando por *Canto de Morte Kaiowá*, de 1991, *Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York*, de 2004, as diversas versões e edições do *Manual de História Oral*, chegando naquela que considero a *opus magno* desta sua vertente historiográfica que é *Augusto & Lea - Uma história de (des)amor em tempos modernos*, de 2006.

Em todas elas é possível identificar a plena realização daqueles princípios fundantes e norteadores do que deveria ser a história Oral praticada por ele e por toda uma legião de orientando e discípulos diretos e indiretos que, congregados a princípio no Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO) da USP, se difundiria por diversos grupos e núcleos de pesquisa Brasil afora. Refiro-me não apenas aos fundamentos epistemológicos acima explicitados, mas também a outros norteamentos também presentes nestas cartas que atestam o esboço deste verdadeiro programa de uma outra maneira de se escrever a história: a sua dimensão colaborativa, pública, comprometida e intrinsecamente ética.

Sobre este último aspecto, tão reconhecidamente marcante da história Oral “sebiana”, lê-se na mesma carta de maio de 1989:

A “ética” em história Oral é daquelas coisas que fazem lembrar as polêmicas medievais sobre mOral e direito. Retomar o sentido da “ética” hoje é quase como viver o debate de Las Casas, o encontro de Valladolid, e, mesmo como se de novo tivéssemos que retomar a argumentação sobre o direito de colonizar os índios, de invadir a vida de pessoas/grupos “estranhos”. Nunca pensei que uma palavra fosse tão decisiva e forte como acontece com a “ética”. Desde as escolhas dos participantes, a forma de conduzir o depoimento, a transcrição (muito cuidado com esta parte Dante), e depois o “uso” da entrevista depende da “ética”. Respeito e confiança, Dante são termos correlatos e dependentes da mOral da utilização do depoimento. Dante isto tem roubado as poucas horas do meu sono miúdo.

Inevitável para os iniciados nesta vertente da história Oral que então se fundava notar aqui o uso de termos que pouco mais tarde seriam não apenas abandonados mas até execrados pelo mestre, como “depoimento”; assim como a ausência de outros, tão característicos e essenciais, como transcrição, que seriam “descobertos” alguns anos mais tarde. Entretanto, não é menos notável a percepção consistente e clarividente do papel que a “ética” já assumia na sua visão do que deveria ser a história Oral a ser praticada por nós. Fundamentada numa base epistêmica essencialmente

fenomenológica, hermenêutica e pós-positivista, norteadada pela ideia de que a objetividade do pesquisador está na conscientização e explicitação da sua subjetividade – conforme ensina Clifford Geertz em seu *Anthropologist as Author* (1989) – a história Oral proposta por Sebe apresenta um caráter efetivamente humanizador. Centrada na experiência da memória individual e comprometida com a vivência da comunidade, a história Oral delineada pelo mestre, nutrindo-se das descobertas e avanços realizados no efervescente contexto intelectual norte-americano da década de 1980, assume uma feição genuinamente latino-americana, ao apresentar um inegável comprometimento ético, político e público. A história Oral “sebiana”, sem ser partidária ou panfletária, é intrinsecamente engajada: exige, por parte do pesquisador, a contrapartida responsável em relação à comunidade de destino e projeta-se como propositiva, tanto enquanto despertadora de consciência individual e de grupo, quanto como norteadora de intervenções e formuladora de políticas públicas.

O poder e eficácia social e política desta “despretensiosa” e “modesta” abordagem historiográfica pôde ser constatada nas décadas seguintes, quando se considera, por exemplo, o efeito mobilizador que trabalhos como *Canto de Morte Kaiowá* produziu no âmbito da problemática indígena no Brasil, ou ainda o impacto causado pelos trabalhos sobre comunidades ligadas ao MST orientados pelo mestre e desenvolvidos por suas discípulas e discípulos (Santos, Ribeiro e Meihy, 1998)

Mais do que discutir o caráter genuinamente revolucionário da nova história Oral “sebiana” no universo acadêmico e social brasileiro, interessa-me aqui, entretanto, destacar, modestamente, seu poder humanizador no plano especificamente subjetivo, pessoal.

Leviano seria de minha parte querer apresentar minha história pessoal como um “dado representativo” do alcance e influência da obra e ação formativa do Prof. José Carlos Sebe Bom Meihy no universo de seus orientandos e/ou discípulos. Entretanto, coerente com os próprios princípios norteadores da história Oral proposta por ele, creio que meu “testemunho” tenha um valor intrínseco absolutamente válido e justificável. Os leitores que também foram seus orientandos e discípulos poderão ponderar e avaliar. Para mim, a oportunidade de rememorar e compartilhar essas modestas reflexões já se apresenta como algo altamente significativo.

Revisitar essas cartas mais de 30 anos depois de havê-las recebido, lido e refletido, apresenta-se não apenas como uma possibilidade de realizar uma “arqueologia” de uma certa vertente da história Oral no Brasil, mas também como um convite a uma

“psicanálise” de vida intelectual; de “descida” aos fundamentos filosóficos de minha trajetória. E não deixa de ser espantoso os signos “proféticos” que nelas pude encontrar.

Voltando ao trecho da carta com o qual iniciei essas digressões (de 6 de dezembro de 1989), pode-se observar como a mensagem essencial de todo esse “programa” historiográfico que procurei delinear acima encontra-se aí sintetizado de forma icônica. O inspirado mestre, cômico do potencial demiúrgico do historiador comprometido com as pessoas e com a comunidade, com a memória individual e coletiva, convida o discípulo a reconhecer e aceitar o desafio:

Você faz história de sua família. De certa forma, sua atuação é a mesma que a de um Deus. Você dá vida a um passado que não existirá sem a sua mão. É possível que não tenhamos jamais noção correta do significado disto.

De fato, mais de 30 anos depois ainda é muito difícil ter uma “noção correta do significado” desta escolha, desta opção por uma história que rompe com a “neutralidade e objetividade científicas”. Entretanto, apesar de toda incerteza e sentimento de incompletude, próprios aliás de todas as escolhas da vida, parte importante deste “significado” pode sim ser avaliado.

Reverberando a pergunta do poeta português evocado numa das cartas do mestre, posso assegurar que sim, que *valeu a pena*; que ao aceitar o convite a descartar “qualquer situação neutra” e encarar a tarefa de historiador com a alma alargada e o coração amplo, o resultado foi mais do que válido, generoso.

Há pouco mais de dez anos, ao saber do desaparecimento do último dos narradores que compartilhou sua história de vida para a minha pesquisa sobre a memória da guerra civil espanhola e demandado por meus filhos e parentes deste e do outro lado do Atlântico, resolvi visitar minha dissertação de mestrado, até então inédita para o público mais amplo. Com o apoio da FAPESP e o entusiasmo da Editora da Universidade Federal de São Carlos, pude publicar *Pedaços da Guerra Espanhola: seis histórias de vida tobarrenhas* (Gallian, 2011). Neste momento pude experimentar de maneira real aquilo a que José Carlos Sebe se referia naquela longínqua carta de 1989: o poder de dar “vida a um passado que não [existiria] sem a [minha] mão”. A constatação de estar contribuindo para a recriação e perpetuação atemporal de uma certa memória coletiva e familiar surtiu-me, efetivamente, um sentimento próximo àquele, divino, ao qual o mestre se referia então.

Hoje, revivendo as emoções de uma década atrás, à luz do que evocam as palavras proféticas escritas há três, percebo que se a opção pela “neutralidade e objetividade científicas” fosse talvez a mais segura, a escolha por meu “objeto de estudo” que descartava “qualquer situação neutra”, sendo a mais arriscada acabou por se mostrar a mais acertada.

Mas as reverberações proféticas das cartas do mestre ao discípulo não se restringem às dimensões epistemológicas e abordagens historiográficas, mas vão além, envolvendo perspectivas mais amplas, de cunho existencial.

Na já citada carta de 11 de maio de 1989, escrita desde Miami, em que, dentre outras coisas, o querido mestre procurava me consolar da frustração de ter meu pedido de bolsa recusado pela FAPESP, depois de propor considerar “o lado bom deste problema” e ponderar o quanto havíamos crescido em termos de argumentativos em relação à história Oral, ainda aconselhava:

O tempo, Dante não é para você acumular frustrações. Não. Deixe isto para os mais velhos que na falta de que se divertir cruzam brigas intermináveis. Querelar, aliás é para esta gente como um lenitivo. Simplesmente volte a atacar, pensando que agora você está mais fortalecido. Anda rapaz! Agarre o mundo com as suas mãos e transforme os atalhos em “caminho seu”. Nada de abatimento, isto é coisa de quem não tem o que fazer. Mude o que não está do jeito que você quer, seja como um deus que cria o mundo à “sua imagem e semelhança”. Lembre-se que você está nos 20 anos e que o vento está a seu favor e por que não voar com ele? Viaje Dante. Aproveite agora que você tem liberdade, juventude, dimensão do futuro. (...) Solte as âncoras Dante: o mar é seu...

E pouco mais de um ano depois, naquela outra carta redigida desde Salvador, o mestre volta a insistir, talvez com o sentimento intuitivo de que aqui estava o principal, o essencial:

Lembro-me de uma carta enviada de Miami, onde lhe dizia que o “mar é seu”. Repito agora Dante: “O mar é seu, navegue”, assumo o risco da viagem e faça-a sua.

Passados 33 anos vejo-me lançando um livro em que, a partir da *Odisseia* de Homero, proponho 12 lições sobre aquilo que a literatura pode nos ensinar sobre o que seria próprio do humano e que nos descaminhos de tantos séculos andamos esquecendo e, por isso mesmo, desumanizando-nos, adoecendo (Gallian, 2022).

A metáfora do navegar, do lançar-se ao mar e de assumir o risco de partir e retornar como único meio de nos humanizar não poderia ser mais eloquente, ainda mais

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

quando se faz da literatura de Homero e de Fernando Pessoa o mote e a inspiração para uma odisseia de reflexão.

Rompendo com padrões seguros e canônicos da trajetória acadêmica esperada, lancei-me por mares desconhecidos e desafiadores, indo aportar em praias exóticas da educação em saúde, onde pude efetivamente “criar um mundo à minha imagem e semelhança”, conciliando a história Oral, a filosofia e a literatura, tendo como meta a humanização e a formação humanística. Efetivamente o “programa” se cumpriu: soltei “as amarras”, fiz meu “próprio caminho”, assumi “os riscos” e, ao ver agora o resultado, concluo, como o lahweh do *Gênesis*, que “tudo é muito bom”.

Como relembra Karen Blixen na narrativa “A Festa de Babette”, um dos contos da coletânea *Anedotas do Destino*: “Os caminhos do Senhor correm pelo oceano e pelas montanhas nevadas, onde o olhar do homem não enxerga nenhum rastro” (Blixen, 2007: p. 31). Assim parece acontecer com as palavras de um autêntico mestre a seu discípulo. Num dia distante elas são ditas ou escritas. Logo, talvez, são esquecidas, mas nunca apagadas. Como sementes potentes ficam às vezes latentes por muito tempo, até que, no tempo oportuno, despertam, germinam e brotam. Ao ver seus ramos, folhas e frutos despontar talvez nem nos lembremos de quando ali foram plantadas, mas quando o destino, através de uma anedota, dá um jeito de rememorá-las, então sim reconhecemos e percebemos que a colheita só foi possível porque alguém, algum dia, ali as semeou.

Não poderia dizer se é sempre assim que as coisas acontecem na relação mestre e discípulo, porém reconheço que, muitas vezes, a grandiosidade advém das ações e palavras mais despretensiosas.

Que cada discípulo que tenha tido a dita de ter tido um mestre como o meu tire suas próprias conclusões.

Ao meu mestre toda a minha gratidão.

## Referências Bibliográficas

- BLIXEN, Karen. *Anedotas do Destino*. Trad. Cássio de Arantes Leite. 3ª Ed., São Paulo, Cosac Naify, 2007.
- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade; lembrança de velhos*. São Paulo, EDUSP, 1987.
- CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia – o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Contemporânea, 1981.
- GALLIAN, Dante M. C. *Pedaços da Guerra: seis histórias de vida tobarrenhas*. São Carlos, EdUFSCar, 2011.
- GALLIAN, Dante. *É Próprio do Humano: a odisseia do autoconhecimento e da autorrealização em 12 lições*. Rio de Janeiro, Record, 2022.
- GEERTZ, Clifford. *Works and Lives: The Anthropologist as Author*. Stanford University Press, 1989.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Visita ao velho senhor: Charles Wagley. *Revista USP*, São Paulo, v. 5, 1987
- \_\_\_\_\_. *A Colônia Brazilianista; História Oral de Vida Acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Canto de Morte Kaiowá*. São Paulo: Loyola, 1991.
- \_\_\_\_\_. *(Re)Introduzindo História Oral No Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Manual de História Oral*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Augusto & Lea - Uma história de (des)amor em tempos modernos*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006
- PATAI, Daphne. *Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories*. Rutgers University Press, 1988.
- SANTOS, A. P.; RIBEIRO, S. L. S.; MEIHY, J. C. S. B. . *Vozes da Marcha Pela Terra*. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

# *Saúde, direitos e história oral: um caminho e muitas possibilidades*

*Fabiola Holanda  
Marcela Boni  
Suzana Lopes Salgado Ribeiro*

## *Introdução*

A História Oral (HO) enquanto campo de pesquisas tem conseguido abranger as mais diversas temáticas. Dentre os segmentos possíveis, aquele que a vincula à possibilidade de discussões públicas e a viabilização do acesso aos direitos por parte dos sujeitos tem nos motivado ao longo de nossa trajetória.

Neste texto, pretendemos nos debruçar sobre as possibilidades da história Oral quando o assunto é o direito à saúde em suas mais amplas dimensões. Desde o acesso aos serviços básicos – e o quanto pode impactar a formação de profissionais da área

da saúde – até os debates que envolvem a luta e a conquista de direitos ainda não consolidados, especialmente quando se trata de grupos em situação de maior vulnerabilidade.

Observar a convergência entre a história Oral e as diversas dimensões da saúde, enquanto área de produção de conhecimentos e atuação profissional, implica dimensionar a relevância da escuta. Escuta esta, voltada para as histórias das pessoas acometidas por enfermidades, por familiares que buscam atendimento nos sistemas públicos de saúde, mas também dos profissionais que atuam em diferentes âmbitos destes serviços e sobre a formação dos futuros profissionais. É sobre tais questões que refletiremos no presente texto.

## *História Oral e saúde: uma trajetória*

Entendendo a importância de se refletir sobre o uso da História Oral em pesquisas sobre tais temáticas, tomamos alguns exemplos de trabalhos realizados a partir da perspectiva dos procedimentos desenvolvidos por pesquisadores do NEHO em Rede, grupo que congrega pesquisadores/as de várias partes do país. O NEHO (Núcleo de Estudos em História Oral) foi fundado pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy na Universidade de São Paulo, na década de 1990. Os aportes teórico-metodológicos ali desenvolvidos têm como referência livros como *Manual de História Oral*, obra com cinco edições, a última datada de 2005 (Meihy, 2005), *História Oral: como fazer, como pensar* (Meihy, Holanda, 2007), o *Guia Prático de História Oral* (Meihy, Ribeiro, 2011) e *Memória e Narrativa: História Oral aplicada* (MEIHY; SEAWRIGTH, 2021).

Há vários exemplos de trabalhos que se desenvolvem nesta direção, mas aqui nos importa marcar o trabalho publicado por Meihy intitulado *Augusto e Lea: um caso de (des)amor em tempos modernos* (Meihy, 2006), que desenvolveu em nós um olhar para a saúde a partir de redes complexas e experiências narradas por diferentes sujeitos de uma mesma família. Trata-se de um estudo do tempo presente, um drama familiar que aborda o problema do adoecimento da matriarca da família, contaminada pelo marido com HIV. As oito narrativas trazidas incluem o marido, os filhos, a nora, uma amiga e a enfermeira, além de Lea, que revela todas as dificuldades enfrentadas: dor, humilhação, revolta e ódio. Sentimentos que afetam não somente Lea, nas circunstâncias que a levaram a adoecer, mas que perpassam outras mulheres na mesma situação e outras pessoas que adoeceram e carregam o estigma de serem portadores de HIV. Para Lea, narrar a sua história era imperativo, e mesmo cansada, sem ânimo, percebeu a importância de contar sua vida

... acho que minha experiência pode ajudar os outros, principalmente as mulheres inocentes, que, como eu, não conhecem os maridos que têm (...) com essa história de contar a vida, estou vendo que tenho alguma coisa para dizer e gostaria de falar... (MEIHY, 2006: 22, 23)

Neste caso, o ato de contar a sua história de vida tinha função terapêutica, quase catártica, e de testemunho da experiência com um tipo de doença que impactava a percepção social dos doentes sobre a sociedade e da sociedade sobre os doentes. A

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

história de vida também possui uma função pedagógica que pode ser utilizada para formar e capacitar estudantes da área da saúde a lidarem com as Narrativas sobre si e as Narrativas do outro, em um processo empático e compreensivo, onde cada um percebe os fenômenos sociais à sua volta, as sensações, os afetos e as afecções provocadas pelo contato com o outro, com o adoecimento, com perdas, propondo dessa maneira um enfrentamento coletivo e compartilhado dessas questões. (Fernandez at. al. 2019).

Outra possibilidade de abordagem da história Oral na área da saúde são os projetos de memória institucional. Nessa linha, foi desenvolvido um projeto junto à Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, em ocasião de seus 75 anos (Gallian, 2008). Nesta pesquisa, foi feito o registro de 75 histórias de vida. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, utilizando equipamentos digitais. Depois do registro foram transcritas e transformadas em narrativas posteriormente conferidas com cada colaborador. Os textos e imagens resultantes desse processo foram publicados no Banco de Memórias e Histórias de Vida da UNIFESP<sup>1</sup>. No que diz respeito ao embasamento teórico, é importante considerar os processos que orientam as diferentes etapas de trabalho que, neste caso, tiveram como um de seus resultados a composição de um banco de histórias:

Banco de histórias se constitui em um procedimento calibrado de recolha, mas como tal deve ter suas regras de arquivamento previstas no projeto. Situações como: direito de uso; condições jurídicas de audiência; soluções para eventual estabelecimento do texto escrito e local de arquivamento devem ser acordadas na proposta. (Meihy, HOLANDA, 2007: 127)

A pesquisa foi desenvolvida por uma equipe de pesquisadores que acreditou que a história de uma instituição pode ser escrita a partir das experiências de pessoas que nela conviveram. O projeto resultou também na publicação de dois livros (GALLIAN, 2008; GALLIAN, 2009) e um vídeo-documentário.

Na linha de projetos institucionais, foi desenvolvida ainda uma pesquisa em parceria com a SOBEST (Associação Brasileira de Estomaterapia: estomias, feridas e incontinências), para celebrar 30 anos de história da estomaterapia no Brasil. O marco inicial dessa história foi a criação, em 1990, do primeiro curso de especialização na

---

<sup>1</sup> Os resultados do projeto podem ser acessados no link: <<https://cehfi.unifesp.br/bmhv/o-projeto-bmhv/>> sobre.

Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. A especialidade ampliou seus espaços e é parte relevante da história da enfermagem brasileira, protagonizando o cuidado de pessoas. A pesquisa em história Oral tinha como objetivo fazer um histórico da Estomaterapia e suas práticas profissionais no Brasil, levando em conta reflexões sobre memória, narrativa e identidade. As motivações giravam em torno da valorização dos sujeitos e seus saberes. O caminho percorrido foi o desenvolvimento de uma pesquisa de dimensão nacional que coletou e sistematizou dados sobre quem eram e onde estavam os estomaterapeutas do país. Esse levantamento tentou alcançar todos os profissionais brasileiros e foi feito por meio da resposta a um questionário eletrônico. Esta pesquisa quantitativa permitiu coletar informações sobre formação, atuação profissional e região de atuação. Identificamos a predominância de cursos de formação e de profissionais atuantes na região Sudeste e um crescimento da especialidade, dos centros de formação e do número de especialistas. Pudemos também notar que a maior parte dos respondentes eram profissionais jovens, indicando o crescimento da especialidade (PAULA; RIBEIRO; SANTOS, 2019). Diante de tais resultados, foi ampliado o escopo de maneira a aprofundar o conhecimento sobre este grupo de profissionais.

Há situações em que o empenho profissional organiza determinadas formas de procedimentos que influem em certos contextos. Em particular quando o impacto conjunto da definição profissional pesa em determinadas realidades, o sentido profissional ganha relevo. (MEIHY; RIBEIRO, 2011: 132)

Neste sentido, em 2019 foi iniciado um projeto qualitativo, no qual a proposta foi registrar histórias de três diferentes gerações de estomaterapeutas das cinco regiões do Brasil. A proporção de entrevistados por região e geração foi feita com base nos dados coletados pela pesquisa de 2016. Assim, foi realizada a gravação de 13 entrevistas de História oral de vida, feitas de forma remota. Todas elas foram gravadas com a autorização dos narradores e tiveram duração média de 1h20. A reunião das narrativas contou uma história afetiva da especialidade e mostrou como o sonho de pessoas de diferentes gerações se tornou realidade em um fazer coletivo e como histórias individuais compõem e são compostas por memórias coletivas (PAULA; RIBEIRO, 2020).

Foi possível notar a existência de uma comunidade cercada por procedimentos da prática profissional, mas também por valores e éticas que cresceram com o grupo assegurando o protagonismo de atos cotidianos do cuidado à saúde. Fazer as entrevistas remotas foi fundamental para a concretização dessa pesquisa, que tinha entrevistados espalhados por todas as regiões do país e, nessa amplitude, uma de suas riquezas.

Além disso, todo o processo de conferência e autorização das narrativas foi feito via troca de mensagens de e-mail e/ou *WhatsApp*. A história compartilhada, afetiva e coletiva dessa pesquisa, foi constituída por uma associação previamente existente, mas pode-se dizer que permitiu compreender enraizamentos, pertencimentos e disseminação de saberes.

A abordagem da História Oral envolvendo a luta pelos direitos que compreendem as questões de gênero e seu alcance no âmbito da saúde pode ser observada nos trabalhos desenvolvidos por Marcela Boni Evangelista. Ao estudar aspectos relacionadas às maternidades adversas (EVANGELISTA, 2015) e à temática do aborto (Evangelista, 2021), a pesquisadora trouxe à tona a importância de considerar a saúde em uma perspectiva que envolve a centralidade das experiências vivenciadas por mulheres, mas também os papéis assumidos pelos homens em diferentes situações.

Sem dúvida, com a ampliação dos estudos que visam à inclusão dos homens na perspectiva de gênero, criaram-se possibilidades de promover o trânsito entre uma visão da relação entre masculinidade-violência com base numa ideia genérica de patriarcado para uma ideia que privilegia a violência como expressão de insegurança masculina ou como a não-atualização de um padrão hegemônico de masculinidade. [...] Isso aponta para a possibilidade de fugir de categorizações abstratas de papéis sexuais constitutivos de uma visão monolítica de homem e mulher. (SCHAIBER; GOMES; COUTO, 2005: 14)

Para além do potencial de debater a dimensão das masculinidades em suas múltiplas feições, estudos que se debruçam sobre questões de gênero abrem um amplo espectro para discussões relacionadas aos direitos, especialmente no que diz respeito às mulheres. Na pesquisa acerca das maternidades adversas de mulheres cujos filhos viviam situação de conflituosidade, foi perceptível a dificuldade no acesso a atendimentos voltados para dependentes químicos. De acordo com os relatos das mulheres-mães, além dos valores exorbitantes de clínicas de reabilitação e da pouca oferta de equipamentos públicos para este tipo de atendimento, há um completo distanciamento entre as vivências dos jovens dependentes e as prerrogativas impostas pelos tratamentos. Isto demonstra dissonância e completa ausência de escuta das demandas reais, permitindo inferir recortes de classe social e geracional. Afinal, qual o atendimento adequado para “drogados e infratores”? A situação é ainda mais complexa quando se trata de pessoas pobres e pretas. Desta forma, mulheres que buscam atendimento para seus filhos experienciam diversas violações de direitos, sendo expressiva a dificuldade de acessar o direito à saúde de seus filhos.

A situação da saúde das mulheres também foi abordada na pesquisa sobre aborto. Neste caso, são várias camadas de violação, começando pela criminalização, que implica na busca de procedimentos arriscados e clandestinos. Muitos casos de interrupção voluntária de gravidez são praticados solitariamente e, por falta de cuidados adequados, necessitam de atendimento emergencial em unidades de saúde. Diversos relatos contam sobre o tratamento marcado por estigmas e preconceitos dispensado às mulheres que buscam serviços médicos em processo de abortamento induzido, chegando a situações de inegável violência obstétrica praticada por profissionais que deveriam ser capacitados para acolher quaisquer pessoas que necessitam de cuidados de saúde.

Os trabalhos apresentados nesta seção demonstram as múltiplas possibilidades de relacionar os procedimentos da História Oral e a área da Saúde: microcosmo familiar enquanto diagnóstico social, que envolve aspectos da saúde coletiva, mas também elementos de ordem psicológica e subjetiva acerca de um tema que ainda é cercado por polêmicas e estigmas, como é o caso do HIV, mote central de “Auguto e Lea”; a história de uma instituição voltada para a saúde no âmbito da formação de profissionais, a partir das trajetórias de quem viveu seus 75 anos de existência, como no caso do projeto da Escola de Medicina da UNIFESP, valorizando as diferentes gerações que ali se dedicaram ao longo do tempo; a identificação e valorização de uma especialidade do campo da Enfermagem, tendo como base o levantamento dos profissionais, sua distribuição regional e o registro de suas experiências, tão bem formulado no projeto da Sobest; mas também a constatação das lacunas e deficiências neste amplo espectro, sobretudo quando se trata de recortes de classe social, raça e gênero, como nas pesquisas sobre maternidade adversa e aborto.

## *Pavimentando o caminho: discussão e fundamentação teórica*

A partir do desenho dessa trajetória, entendemos que há duas abordagens para o diálogo entre História Oral e Saúde: uma, de escuta como direito; outra, de como as narrativas de História Oral impactam na área da Saúde. A primeira abordagem vem aprofundar a necessidade da escuta, do reconhecimento do direito à memória, à fala e ao ser ouvido, dentro de lógicas singulares que articulam demandas plurais. Na

segunda abordagem, as narrativas de HO podem ser pensadas como fonte para a pesquisa, como processo terapêutico e, ainda nessa direção, utilizadas na e para formação dos estudantes.

Para tanto partimos do contributo de autores diversos, como antropólogos, filósofos, educadores em Saúde, entre outros, de maneira que ganha centralidade para as reflexões aqui presentes o conceito de interdisciplinaridade. Importa pontuar que a interdisciplinaridade é o conjunto de interações existentes e possíveis entre as disciplinas (FAZENDA, 2008) e, enquanto conceito, vem sendo trabalhada ao longo das últimas três décadas, sugerindo um conjunto de relações que vão sendo descobertas e estabelecidas entre diferentes áreas.

Atualmente, a história Oral tem influído no comportamento das disciplinas universitárias e atuado diretamente na conduta de museus e arquivos do mundo inteiro. Como fenômeno renovado, a partir do uso de entrevistas, a história Oral tem aproximado pessoas e instituições. (MEIHY, 2005: 44)

Tais reflexões iniciais são importantes para propor um patamar para o diálogo entre áreas, entendendo que essa é parte relevante das questões que se colocam para a produção de um conhecimento, base da reflexão deste capítulo. Destaque-se que a interdisciplinaridade nasceu da necessidade de inclusão do ser humano, em sua complexidade, na organização dos estudos. Com isso podemos compreender que se trata de necessidade teórica, correspondente às demandas plurais e complexas da contemporaneidade.

## *O direito de contar para acessar direitos*

Uma das dimensões acionadas em nossa reflexão diz respeito aos direitos. O direito de ter a própria história reconhecida e validada, mas também o direito enquanto elemento constitutivo da cidadania e que deve ser assegurado pelo Estado, neste caso, especialmente o que se refere ao âmbito da saúde. Tal reflexão se articula com o conceito de “direito ao narrar” que Homi Bhabha apresentou em entrevista ao canal Interloquções:

I've always insisted on that in my writings: hybridity is a form of surviving, it is a form of making new meanings within, when you are caught across power structures and across discourses, to find your own voice, to find the right to narrate. The concept I've been using [...] the right to narrate. So it's a right to narrate that comes not out of autonomy, but it comes out of a network and articulation of circumstances, which are themselves asymmetrical. (BHABHA, <[https://www.youtube.com/watch?v=1s\\_7S3gYmqM](https://www.youtube.com/watch?v=1s_7S3gYmqM)>)

Haveria, assim, a necessidade de construir estratégias preventivas e de cuidado prolongado, levando em consideração a noção de saúde como elemento composto não apenas por doenças e tratamentos, mas por medidas que evitam o surgimento ou agravamento de patologias. Neste sentido, órgãos de alcance internacional têm promovido a elaboração de instrumentos que são referências para a atuação profissional, como é o caso do “Relatório Mundial sobre Violência e Saúde”, publicado em 2002 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Entende-se que, apesar da necessidade de uma atuação de grande escala, os casos devem ser reconhecidos em suas especificidades, uma vez que exigem a visualização de diferentes aspectos da trajetória dos sujeitos, como questões culturais, sociais, históricas, psicológicas e jurídicas.

A convergência de diferentes saberes voltados para a humanização dos cuidados em saúde permitiria não apenas uma atenção particular para cada caso, mas o acesso a um diagnóstico da situação social que se coloca e que viabilizaria, a partir de teorias e métodos variados, a proposição de políticas públicas que atendem as necessidades dos grupos sociais a partir de suas próprias demandas e não exclusivamente de teorias e dados, muitas vezes obsoletos, para contemplar os contextos atuais. Desta forma, os casos particulares e as demandas constatadas indicam as possibilidades de intervenção. Esta deve ter como suposto um atendimento que integra diferentes profissionais e suas respectivas expertises. Porém, é importante enfatizar a necessidade do diálogo entre as partes em torno de um objetivo comum para que haja êxito nas ações implementadas.

Para se justificar, enquanto motivos de luta ou de afirmação social, tanto se fazem imperiosos os argumentos subjetivos dos grupos oprimidos como o enfrentamento com os temas consagrados. A dinâmica histórica, o processo de mudanças, depende substancialmente da vida dos participantes. As políticas públicas atuam, pois, como mecanismos de institucionalização de lutas que buscam lugar social. (MEIHY; RIBEIRO, 2011: 40)

A integração interdisciplinar coloca ainda o desafio de sobrepor a cada respectivo campo algo que remete ao coletivo e, portanto, serve de base para o estudo e

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

a elaboração de novos conhecimentos e práticas condizentes com um papel socialmente ativo dos profissionais envolvidos. “Isto remete à solidariedade das disciplinas, e não suas competições, e exige particular aproximação científica, em que metodologia se combina com ética.” (SCHAIBER, D’OLIVEIRA; COUTO, 2006: 119).

A narrativa que resulta do processo de escuta ativa é permeada por relações intersubjetivas, ou seja, estabelecidas entre sujeitos. A HO propõe a produção de conhecimento de modo a assegurar ao interlocutor a possibilidade de narrar livremente e ser escutado de maneira democrática e ética. A possibilidade da escuta, neste sentido, permite ir além dos sintomas e tratamentos dispensados aos sujeitos e acolhe as situações mais amplas que os envolvem em sua complexidade. A ideia de cuidado surge como alternativa que aponta a convergência entre trabalhos de história Oral e acesso à saúde enquanto direito básico de cidadania.

...as transformações orientadas pela ideia de Cuidado não poderão se concretizar como tecnologias ampliadas se mudanças estruturais não garantirem as reclamadas condições de intersetorialidade ou interdisciplinaridade. A própria interação proposta entre diferentes normatividades terá condições mais limitadas de se realizar se não forem trazidos à cena horizontes necessariamente coletivos ou sociais em sua concepção e expressão, como aqueles configurados nos campos dos direitos, da cultura, da política etc. (AYRES, 2004: 27)

Neste sentido, nos deparamos com propostas que partem de situações específicas e casos particulares e oferecem alternativas de atendimento e acolhimento de âmbito coletivo, ressaltando as potencialidades de refletir sobre as relações possíveis entre projetos de história Oral e seus desdobramentos nas várias vias de atuação que envolvem o direito à saúde.

## *História Oral e Narrativas em Saúde*

É nesse contexto que se inserem as narrativas em saúde (NS) constituídas a partir da História Oral como via de acesso às singularidades, pelo menos em três perspectivas: como metodologia de pesquisa qualitativa, abrindo portas para a fala dos doentes, profissionais de saúde e familiares; como facilitadora na formação de estudantes da área da saúde nos aspectos comunicacionais, aproximando-se da Medicina Narrativa

(MN)<sup>2</sup>, na medida em que pode ajudar esses estudantes a se capacitarem em histórias de vida, ensinando-os a ouvir as histórias de seus pacientes, as suas próprias histórias, e a lidarem de modo mais empático com suas dores, sofrimentos e limitações; e, por fim, colaborando no processo terapêutico, na medida em que abre espaço na sala de aula, na pesquisa e no encontro clínico para o contar e para a elaboração das suas percepções sobre o que lhes acomete.

Em recente ensaio intitulado “Sociedade Paliativa: o modo contemporâneo de lidar com dor” (2021), Byung-Chul Han retoma Benjamin quando vai caracterizar o tempo em que estamos vivendo:

Vivemos, hoje, em um tempo pós-narrativo. Não a narrativa, mas sim a contagem determina a nossa vida. A narrativa é a capacidade do espírito de superar a contingência do corpo. Por isso, não é absurda a ideia de Benjamin de que a narrativa poderia curar toda doença. Também xamãs expulsam doenças e dores com evocações mágicas que têm um caráter narrativo. O corpo ganha poder onde o espírito se retira. (HAN, 2021: 48)

A narrativa tem um poder e um efeito de cura sobre o corpo:

A criança está doente. A mãe coloca na cama e senta-a seu lado. E depois começa a contar-lhe histórias. Como entender isso? Pressenti-o quando N. me falou do estranho poder de cura associado às mãos da sua mulher. Mas sobre essas mãos disse: “os seus movimentos eram extremamente expressivos. Mas seria impossível descrever essa expressão... Era como se contassem uma história”. (BENJAMIN, 2013: 124)

Parte do cuidado com essa criança é contar uma história, narrar uma história é terapêutico, compõe o “combo” do cuidado. Para Benjamin há uma relação entre narrar e curar. Nessa perspectiva, muitos autores vêm chamando a atenção para a potência da relação entre história Oral, narrativas em saúde e medicina narrativa. Em 2001, Rita Charon criou o termo “Narrative Medicine” pensando na importante e necessária capacitação de seus estudantes para lidar com as histórias de seus pacientes e suas próprias histórias. Para ela a prática clínica exige competências e habilidades com narrativas, na medida em que os estudantes e futuros médicos precisam ter:

---

<sup>2</sup> Prática clínica baseada nas histórias dos pacientes utilizadas como ferramenta terapêutica, vem sendo considerada a partir da narrative medicine, termo criado por Rita Charon (2001) ou narrative-based medicine (GREENHALGH, HURWITZ, 1999), como preferem os autores britânicos.

(...) a capacidade para reconhecer, assimilar, interpretar e atuar de acordo com as histórias e dificuldades dos pacientes. Competência em narrativa permite aos médicos alcançar os pacientes e atuar junto a eles na enfermidade, reconhecer sua própria jornada pessoal através da medicina, reconhecer suas obrigações junto a outros profissionais de saúde e introduzi-los a um discurso sobre saúde. (DE BENEDETO et all, 2011: 25)

A História Oral estreita relações com a Medicina Narrativa na medida em que faz uma abordagem do conhecimento a partir de escuta empática, atenciosa e respeitosa das histórias de vida dos nossos colaboradores. Em história Oral o momento da entrevista é tão importante quanto o encontro com o paciente na medicina, e mesmo em outras áreas da saúde. A definição de entrevista que tomamos emprestada de Medina (2008), indica o quanto se deve valorizar esse encontro entre o Oralista e seu colaborador, pois envolve “...uma comunicação entre pessoas [...] é um método de cordialidade, um método de fazer perguntas com o *único objetivo de compreender*”. Podemos dizer que o encontro clínico, também se deve pautar pelos mesmos princípios, favorecendo as boas práticas médicas<sup>3</sup>. Basear-se e refletir sobre as histórias de seus pacientes é imperativo para os profissionais da saúde, para que consigam escutá-los. Segundo De Benedetto et all:

Quando pacientes têm, em uma consulta, a oportunidade de exteriorizarem livremente sentimentos, ansiedades, medos, crenças e fatos tristes acerca de suas histórias de vida deixam o consultório bem melhores do que quando entraram. O efeito paliativo ou curativo das narrativas tem se mostrado incontestável. (DE BENEDETO, 2011: 26)

Sobre as potencialidades da narrativa na formação de estudantes da área da saúde, temos como referência a tese de doutorado de Maria Auxiliadora Craice de Benedetto, defendida em 2017 no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo. Nesse estudo a autora alia a história Oral praticada pelo NEHO, a medicina narrativa e as narrativas literárias como recursos didáticos, visando uma formação mais humanística de estudantes de enfermagem e medicina. O objetivo central foi, segundo a pesquisadora, “verificar a efetividade da utilização de narrativas – relatos de História oral de vida de pacientes transplantados cardíacos e de seus familiares, narrativas médicas e narrativas

---

<sup>3</sup> “Boas práticas” são aquelas que, visando atingir as “melhores práticas”, estabelecem os requisitos mínimos para a certificação e, no caso da medicina, trata-se da segurança do paciente.

literárias – como fonte de reflexão e recurso didático na formação humanística do estudante de Medicina e Enfermagem”.

O *background* da intervenção foi a Disciplina Eletiva “Narrativas em saúde - um caminho para humanização”. A narrativa foi utilizada sob três suportes diferentes e complementares: Narrativas de História Oral, em que as entrevistas transcritas, nascidas de um projeto de pesquisa sobre transplantados cardíacos<sup>4</sup>, foram utilizadas junto com “A Morte de Ivan Ilitch” de Leon Tolstoi (2006); narrativas de pacientes em cuidados paliativos, retiradas de revistas científicas, buscando impactos, sensibilizações e afecções desses textos sobre os estudantes. No caso da HO, que também serviu como meio de verificação da compreensão dos estudantes sobre todo o processo, foi usada como abordagem de conhecimento e, com base nos relatos desses estudantes e das narrativas constituídas a partir do gênero de história Oral de Vida e transcritas, pôde-se realizar uma interpretação por meio da técnica de imersão/ cristalização baseada na fenomenologia hermenêutica, corrente teórica que vem sendo muito utilizada na área da saúde no que se refere à análise e interpretação de dados narrativos. Como resultado, o que de fato se constata é a eficácia das narrativas como “um estímulo e um meio para a reflexão, propiciando um aprimoramento dos relacionamentos interpessoais, a contemplação da afetividade e o reconhecimento da necessidade constante de uma busca de sentido nas práticas da saúde.” (DE BENEDETO, 2017: 149).

O emprego das narrativas como estratégias de ensino-aprendizagem na formação em saúde tem sido tema de vários artigos científicos (Imbiza et al: 2015), mas com esse entrelaçamento entre HO, NS, MN e formação em saúde, ainda é preciso que se realize mais intervenções em salas de aulas de variados cursos da área da saúde para que consigamos melhores evidências sobre a eficácia dos usos e possibilidades da História Oral na formação dos estudantes, no sentido de oferecer capacitação no que se refere à escuta, à comunicação e ao manejo dessas histórias. Pretende-se, assim, que esses profissionais estejam aptos a escutar e compreender seus pacientes, tornando-se profissionais éticos, empáticos, cuidadores, políticos e cidadãos, responsáveis pela segurança integral dos seus pacientes e garantindo que todos tenham direito à saúde.

---

<sup>4</sup> A partir das entrevistas realizadas no projeto de História oral de vida denominado Memória do Coração para saber mais ler:

## *Pontos de chegada: Saúde como Direito e Narrativa como via de acesso a esses direitos*

A partir do estabelecimento de um histórico de trabalhos de uma mesma linha teórica de HO, selecionamos a possibilidade de duas abordagens que entendemos relevantes para o estudo que une a história Oral e a saúde enquanto campos do conhecimento. Uma primeira, que propõe um “ouvir” atento para a compreensão do universo do “outro”. A segunda, que estuda as narrativas sob o ponto de vista das fontes, sua constituição enquanto processo terapêutico e seu uso na e para formação dos estudantes na área da saúde.

Essas abordagens se unem pela necessidade de garantir direitos básicos aos cidadãos, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social. Sobre os Direitos Humanos, Norberto Bobbio afirma: “Os direitos do Homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades, contra velhos poderes e nascidos de modo gradual, não de uma vez e nem de uma vez por todas” (Bobbio, 1992: 32). Essa afirmação nos coloca em alerta, mostrando que de tempos e tempos é preciso firmar direitos, reconquistá-los e garantir seus acessos.

Entendemos que há uma enorme distância entre o que está legislado e o que de fato acontece na efetivação desses direitos no cotidiano das pessoas, especialmente dos mais pobres e vulneráveis. Na seara em que nos encontramos, o direito a falar, a ser escutado, a ser cuidado com dignidade pelos profissionais da saúde e ter um tratamento adequado, embasado numa conduta ética, exercida com profissionalismo, é o que aproxima e relaciona a HO, o Direito e a Saúde. As narrativas constituídas pela HO são vistas como instrumentos, vias, que podem possibilitar aos sujeitos o acesso à Saúde, como um direito humano, fundamental.

Sendo assim, o presente texto mapeou uma rota possível do diálogo entre a Saúde e a História Oral, ao apresentar uma trajetória de trabalhos desenvolvidos e diálogos deles resultantes. Nossa compreensão é que possamos garantir o direito à fala a partir do estabelecimento de uma escuta qualificada. Organizamos esta rota entendendo ser possível ajudar a formar profissionais mais capacitados e aptos para lidar com as histórias de vida dessas pessoas já que, para além da doença que os acomete,

existem pessoas com sonhos, desejos, necessidades que precisam de cuidados que não se relatam exclusivamente a conhecimentos clínicos. Entendemos também que tais profissionais devem ser ouvidos não apenas em seus saberes fazeres, de modo que possamos estabelecer as relações entre saúde e história Oral como possibilidades de construção de novos direitos.

O percurso da História Oral como zona de luta é conhecido e extrapola a dimensão da saúde. As histórias de vida contadas e registradas têm sido recurso para denunciar o que é preciso conquistar ou mesmo consolidar no âmbito dos direitos e, no caso do que se refere à saúde, temos neste tipo de trabalho e conduta potência inegável de aliar procedimentos de pesquisa e participação social.

## Referências

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, v.13, n. 3, São Paulo, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Imagens de Pensamento – Sobre o haxixe e outras drogas*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte, 2013[1972].

EVANGELISTA, Marcela Boni. *Dilemas da (sobre)vida: o aborto*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. *Padecer no paraíso? Experiências de mães de jovens em conflito com a lei*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DE BENEDETTO, MAC; VIEIRA, NV; HOLANDA, F. Narrativas em saúde: um recurso para lidar com a dor, o sofrimento e a morte. In: *Oralidades. Diversitas/USP*, ano 5, n. 10 – jul. Dez./2011; 17-30.

DE BENEDETTO, MAC. *O Papel das Narrativas como Recurso Didático na Formação Humanística dos Estudantes de Medicina e Enfermagem*. Tese de Doutorado – Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo, 2016.

FAZENDA, I. C. A. (Org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

- FRANK, A. W. Just listening: narrative and deep illness. *Fam Syst Health*. 1998; 16(3):197-212.
- GALLIAN, Dante M. C. *75X75 EPM/Unifesp: uma história 75 vidas*. São Paulo: Ed. UNIFESP, 2008.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Recortes da memória: lembranças, compromissos e explicações sobre a EPM/ UNIFESP na perspectiva da história Oral*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2009.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade Paliativa: a dor hoje*. São Paulo: Editora Vozes, 2021.
- Imbrizi JM, Matsubara FK, Silva MLF. Na companhia de Orhan Pamuk: literatura e narrativas de história de vida. In: LAGES R. (Org.). *Psicologia social em experimentações: arte, estética e imagem*. Florianópolis: Abrapso, Edições do Bosque; 2015.
- MEDINA, C. *Entrevista o diálogo possível*. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996 e 2005.
- \_\_\_\_\_; Augusto & Lea: Um caso de (des)amor em tempos modernos. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- \_\_\_\_\_; RIBEIRO, Suzana L. S. *Guia prático de história Oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- Idem e SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: história Oral aplicada*. São Paulo: Editora Contexto, 2020.
- PAULA, Maria Angela B.; RIBEIRO, Suzana L. S.; SANTOS, Vera L. C. G. Quem são e onde estão os enfermeiros especialistas em estomaterapia no Brasil? *The Brazilian Journal of Enterostomal Therapy. Revista Estima*, v. 17, p. 1, 2019.
- PAULA, Maria Angela B.; RIBEIRO, Suzana L. S. (Orgs.). *Estomaterapia: 30 anos de história no Brasil*. Taubaté: Casa Cultura, 2020.
- SHAPIRO, J, ROSS, V. *Applications of narrative theory and therapy or practice of family medicine*. *Fam Med*. 2002; 34(2): 96-100.

SCHRAIBER, Lilia Blima. D'OLIVEIRA, Ana Flávia P.L. COUTO, Márcia Thereza. Violência e Saúde: estudos científicos recentes. *Revista de Saúde Pública*, 2006 (pp. 112-120).

SCHRAIBER, Lilia Blima. GOMES, Romeu. COUTO, Márcia Thereza. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. *Ciências & Saúde Coletiva*, 2005 (pp. 7-17).

# Caminhos de história oral: meus encontros com José Carlos Sebe Bom Meihy

Fernanda Paiva Guimarães

Quem anda em linha reta  
Não pode enxergar vereda  
*Luiz Antonio Simas e Moysés Marques*

É início de 2023. No dia de São Sebastião, Tiganá Santana e Omar Sosa lançam *Iroko*, álbum de 11 canções que falam do orixá do tempo, da gameleira branca que seria a primeira árvore do mundo, representando o que veio antes e o que está por vir. Simas e Rufino, em 2020, diziam que o mensageiro de Iroko é o abutre, que “encarna a nossa noção de finitude”, e sintetizavam: “É o mistério da paciência”.

Ao encapsular o tempo na dimensão do relógio e dos ritmos da produção e do consumo, restringindo a vida a uma funcionalidade utilitarista e comunicada, somos destituídos de vivacidade e nos tornamos mais uma peça de uma engrenagem. Somos nós que produzimos as mercadorias ou são elas que nos produzem?

Alargar o tempo é ir além das aparências e compreender os pluriversos dos seres e suas conexões. Tal compreensão é um alicerce para a experiência comunitária e um meio para intervir em caso de ameaça a ela, bem longe de eruditismos exibicionistas ou especulações inférteis, incapazes de se traduzir em ações responsáveis que elaborem táticas capazes de construir a vida. É disso que se trata. (pp. 17-18)

Ao longo dos últimos doze anos, não foram poucas as oportunidades em que voltei a olhar para a dissertação de mestrado que defendi na USP em 2011, orientada por José Carlos Sebe Bom Meihy. Se trago *Iroko* para a abertura deste texto em homenagem a um professor com quem caminhei é porque enxergo nessa produção, e nessa nossa trajetória em colaboração, esse mistério da paciência.

Em agosto de 2021, uma década depois do mestrado, recebi o convite de Tiago C. P. dos Reis Miranda para colaborar com uma publicação celebrando os 80 anos do Professor Sebe, que foi nosso orientador – meu, dele, e de mais uma porção de ex-alunos que comporiam essa homenagem. De pronto, aceitei, embora hesitante, já que não me mantive nas pesquisas sobre carnaval, velhas guardas e samba, nem na academia nem fora dela, por mais que sejam temas presentes na minha vida e pelos quais mantenho sempre atenção e curiosidade. Expliquei ao Tiago que estava afastada do ambiente acadêmico, que meu texto necessariamente seria mais afetivo. Seguiu-se um longo silêncio de minha parte.

Dezessete meses depois, e poucos dias depois do lançamento de *Iroko*, que agora é minha trilha sonora de todas as horas, estou com o Professor Sebe saindo da minha primeira entrevista feita em sua companhia e falamos sobre a maturação necessária para determinados trabalhos. O Professor não sabe sobre a homenagem, mas, desde que comecei a escrever este texto, por caminhos diversos, o reencontrei. O convite para escrever me foi feito em um momento em que eu pensava, como fazia de tempos em tempos, em publicar a dissertação, mas não tinha um contato recente com o Professor. Em 2022, porém, nos reencontramos em um projeto de história Oral da Casa Museu Ema Klabin, onde estou gestora. Em função desse reencontro, no início de 2023, tive a felicidade de estar ao lado do Professor Sebe pela primeira vez em uma entrevista de história Oral, algo que, relendo nossa correspondência eletrônica, vejo que aventamos em 2010, mas não tinha se concretizado. Em ação junto com o Professor Sebe, conversando sobre a pesquisa do mestrado e nosso novo projeto em comum e os tempos de amadurecimento é que tive certeza de que assim começa este texto: com *Iroko*, Tiganá, Omar, Simas e Rufino, vozes que me acompanham.

Eu digo e até posso afirmar  
Vive melhor quem samba  
*Candeia*

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

Date: Sun, 29 Jul 2007 13:07:50 -0300  
From: feguimaraes@gmail.com  
To: jcarlosbm@hotmail.com  
Subject: Consulta sobre Mestrado – O samba no escuro

Caro Professor José Carlos Sebe,

Venho consultá-lo sobre a possibilidade de tê-lo como orientador no Mestrado em História Social da Universidade de São Paulo a partir de março de 2008.

Formei-me em Comunicação Social (Habilitação Jornalismo) na PUC-Rio em julho de 2003 e pretendo retomar o projeto que iniciei na monografia de fim de curso, chamado O samba no escuro – samba, favela e ditadura militar no Rio de Janeiro.

O objetivo, em linhas gerais, será analisar a relação de um determinado grupo de sambistas de morros cariocas com o movimento de resistência política e cultural ao último Regime Militar, em particular no período de 1967 a 1970.

(...)

Acredito que as linhas de pesquisa trabalhadas pelo senhor são bastante indicadas para o desenvolvimento deste projeto, ligado à História da Cultura, à Historiografia e à História Oral.

Agradecendo desde já por sua atenção e na expectativa de sua resposta, despeço-me,

Atenciosamente,

Fernanda Guimarães

Em julho de 2007, eu trabalhava na Cinemateca Brasileira e entretinha, havia quatro anos, desde o fim da graduação, o desejo de dar continuidade à pesquisa de conclusão do curso em Comunicação Social, na PUC-Rio. Naquele trabalho, eu me perguntava sobre os efeitos que o golpe militar de 1964 teria tido para sambistas de comunidades em comparação a outros grupos de intelectuais e artistas, de origem social diversa, que foram perseguidos, censurados e exilados. Ao decidir por tentar o mestrado e pesquisar no Departamento de História da USP, deparei-me com o nome de José Carlos Sebe Bom Meihy. Vinda de outra área, eu ainda não tinha familiaridade com seus textos, mas suas linhas de pesquisa indicavam ser ele a pessoa ideal para acolher a minha pesquisa.

O e-mail acima foi respondido afirmando que a seleção era aberta a concorrência pública, não cabia ao orientador decidir. O Professor sugeria que eu procurasse os critérios para inscrição na Secretaria e encerrava comentando ser um tema interessante e que outras pessoas do grupo de estudos também pesquisavam música.

Em novembro, fui aprovada no mestrado em História Social e em janeiro de 2008, depois de encaminhar uma primeira versão do projeto – reformulado depois de ler *História Oral: Como Fazer, Como Pensar* –, já recebia o primeiro de tantos e-mails do Professor Sebe cheio de provocações, reflexões e sugestões. Sua leitura atenta de cada linha que escrevi me espantou e deu ainda mais confiança no processo que se iniciava.

O caminho não foi linear, nem simples. Eu era muito engajada na Cinemateca e não pretendia parar de trabalhar, mas muitas vezes senti falta de poder me dedicar integralmente à pesquisa.

É difícil dizer isso sem parecer exagerada, mas é importante dizer com nitidez: o Professor Sebe foi o melhor orientador que eu poderia ter tido. Sem dúvida, houve momentos de insegurança, sofrimento, contradição, mas eu tive nele um parceiro de desafio, alguém que estava ao meu lado e não necessariamente à minha frente, mesmo sabendo infinitamente mais sobre os imensos caminhos que poderiam ser trilhados. O gesto era o de se colocar próximo, dialogar, construir junto: colaborar. Tive nele, sobretudo, um par de olhos para me fazer enxergar a mim mesma, com paciência e generosidade, em meio a uma pesquisa desafiadora. Não apenas eu tinha estado fora do ambiente acadêmico, também estava aterrissando de paraquedas no mundo da História Oral e ainda por cima trabalhava em um lugar dinâmico e cativante como a Cinemateca Brasileira da gestão 2003-2013.

Uma das principais dificuldades que enfrentei no início da pesquisa, em termos conceituais, foi abordar algumas das categorias com as quais pretendia trabalhar: “intelectualidade”, “classe média”, “favela”, “sambista”. A sensação era a de entrar em uma discussão vazia, que não encontrava reflexo algum na realidade, embora movida por uma intuição ou curiosidade real.

O primeiro momento de orientação trouxe de maneira mais concreta uma forma de lidar com as inquietações: além de uma rede de sambistas, seria definida uma de intelectuais e outra de personagens que mediassem as relações entre o mundo de dentro e de fora da escola de samba. Assim, ao invés de tentar elaborar formulações

distantes do ambiente que seria observado, os “formuladores” também seriam colocados em questão, como parte do tema a ser estudado, e não fora dele.

“O samba no escuro”, título da pesquisa da graduação, mais que uma referência à letra de *Apesar de você*, de Chico Buarque, foi se revelando a expressão do sentimento inicial da pesquisa do mestrado, de adentrar campos desconhecidos – tanto o da História Oral quanto o do samba, por mais que fosse parte da minha sensação mais plena de pertencimento desde a infância.

Alguém me avisou  
Pra pisar nesse chão devagarinho  
*Dona Ivone Lara*

Foi preciso fazer uma primeira entrevista para de fato entrar no campo. Revejo inúmeros momentos em que o Professor Sebe dizia que, além das leituras, as entrevistas eram importantes, seriam elas a originalidade maior do trabalho. Quando finalizei a dissertação isso era evidente; hoje, quase doze anos depois de finalizado o mestrado, só se confirma.

Em março de 2009, o projeto passou a se chamar “Os lugares do samba: narrativas da música popular carioca”. Relendo a troca de mensagens com o Professor Sebe, retraçando o percurso que ficou marcado nos títulos do trabalho em quatro diferentes momentos, vou percebendo como fui chegando aos poucos à História Oral. Se em fevereiro de 2008 eu pensava em sobrevoar o oceano do “samba” nas “favelas” durante a Ditadura Militar, em 2009 eu já sabia que precisava me concentrar em um espaço e um tempo mais bem definidos. Passava a falar em mapear “lugares” do samba no Rio de Janeiro, tendo como referência as gravações fonográficas de sambas de enredo (a partir de 1968), o lançamento do álbum *Portela, passado de glória* (1970) – marco do surgimento da Velha Guarda “show” – e a inauguração da Marquês de Sapucaí (1984). Minha intenção, àquela altura, era ouvir sambistas da Portela e do Império Serrano, procurando abordar “narrativas” derivadas das falas dos sambistas e de letras de sambas.

Zé Katimba, José Inácio dos Santos, sambista que ajudou a fundar a Imperatriz Leopoldinense, mas passou, alguns anos depois de seu afastamento da escola, em 1999, a conviver com a Velha Guarda da Portela, foi o primeiro sambista que entrevistei e cuja entrevista *transcriei* (MEIHY, 2005; MEIHY; HOLANDA, 2007). Foi como uma dupla iniciação: na História Oral, manejando o procedimento de transcrever uma entrevista e

devolvê-la ao colaborador, e na pesquisa, com os assuntos trazidos pela presença de Zé Katimba. As relações, identificações, e os cuidados ao entrar no espaço da escola que não é a sua “de coração” já eram temas presentes desde o primeiro encontro com ele, em agosto de 2008, numa feijoada na Portela, mas sua história de vida traria outra dimensão para o projeto.

Depois de Zé Katimba, foi se desenhando a rede de pessoas de fora das velhas guardas musicais, da Velha Guarda da Portela e da Velha Guarda do Império Serrano. E o projeto ganhou mais especificidade no título: “O lugar da velha guarda: narrativas do samba”.

Também a opção por escutar e analisar as letras de sambas como fonte de pesquisa foi importante, condizente com a Oralidade do trabalho e as formas como a história é compartilhada pelas comunidades de sentido das quais a pesquisa se aproximava. Uma observação que me pareceu curiosa foi como os intérpretes, nas gravações, nomeavam quem estava ali presente ou comentavam o contexto da composição, enriquecendo o registro sonoro. Na dissertação, menciono, entre outras, a gravação de *O meu nome já caiu no esquecimento* feita pela Velha Guarda da Portela no álbum *Homenagem a Paulo da Portela* (1988), em que Monarco “puxa uma nota” ao final, falando sobre a desavença de Paulo com a Portela, deixando registrada junto com a música a lembrança do contexto que levou a esse afastamento:

Esse samba o Paulo fez com o coração cheio de mágoa, cheio de saudade da sua querida Portela. Sofreu uma grande ingratidão em pleno desfile da Praça Onze e, (...) dois dias após essa grande paixão, fez esse lindo samba que vocês estão acabando de ouvir. Obrigado, meu professor. (*apud* GUIMARÃES, 2011, p. 24)

No dia 2 de fevereiro de 2010, alguns dias depois de gravarmos a entrevista para o meu projeto, Noca da Portela sugeriu que eu o encontrasse na Rádio Nacional. Ao entrarmos no estúdio onde era gravado o programa de Hilton Abi-Rihan, Noca imediatamente foi chamado para a mesa, ao lado dos sambistas Neguinho da Beija-Flor e Zuzuca. Agradecendo pelo convite, Noca logo informou que estava acompanhado de “Fernanda, jornalista de São Paulo, que veio fazer uma matéria”, e me chamou para dar um alô para os ouvintes. Quando me aproximei de Noca e me dirigi ao microfone que ele estava usando, ao pé do meu ouvido ele disse: “agradece”. Uma questão de educação, mas um fundamento a ser respeitado. Esse conselho, por mais natural que me parecesse o agradecimento, ficou para sempre gravado. É o próprio sentido de chegar

devagarinho, e não tem status ou familiaridade que dissolva: é respeito puro e simples, o fundamento da convivência, do mundo comum.

A velha guarda é o samba em pessoa  
*Dicró e Pongá*

O movimento final de elaboração da dissertação, passadas as escutas, transcrições e leituras, foi o de entender o nome do trabalho: *O samba em pessoa: narrativas das Velhas Guardas da Portela e do Império Serrano*.

Tomei como ponto de partida para o texto o episódio em que a velha guarda da Portela deixou de desfilar junto à escola, no carnaval de 2005. Se carnaval é terreno de simbologia, impossível não ver a alegoria histórica do acontecimento, por mais pontual ou inevitável que tenha sido. Uma velha guarda ficar de fora para não *atrasar* a escola – para não prejudicar o seu tempo total de desfile –, como se o passado precisasse ser deixado de lado para que a escola atendesse aos quesitos do carnaval moderno. Ou seria possível despir o episódio dessa carga interpretativa? Sob qual ponto de vista é possível uma escola *tradicional* desfilar sem a sua velha guarda? É mais importante fazer o carnaval ou ganhar o carnaval?

A produção das narrativas de integrantes das Velhas Guardas da Portela e do Império Serrano abriu ainda outras janelas para o universo desses representantes musicais da tradição e da personalidade das duas escolas.

Dentre as escolas que contam com Velha Guarda (Velha Guarda “show”, que na dissertação diferenciei de velha guarda em geral, grafando com maiúsculas) o Império Serrano foi escolhido por ser geograficamente vizinho à Portela e por ter disputado, a partir de sua fundação, em 1947, as primeiras colocações no carnaval com Portela e Mangueira. A partir da “modernização” das escolas, na década de 1970, o Império Serrano experimentou sucessivas crises, tendo sido rebaixado pela primeira vez em 1978. A comparação também permitiria esboçar a “personalidade” das escolas: o fato de serem mais ou menos receptivas a integrantes de fora das comunidades, sua aceitação dos padrões modernos do carnaval e a relação disso com a percepção de fracasso ou sucesso por parte de seus integrantes, bem como as características definidoras – e diferenciadoras – de quem se diz portelense ou imperiano *de coração*. Por questão de viabilidade, não foi possível tratar da Velha Guarda da Mangueira, grande campeã dos primeiros carnavais e que constituiu Velha Guarda musical ainda nos anos 1950. Para

o trabalho, foi considerada como ponto de partida a gravação do primeiro álbum de Velha Guarda musical, pela Portela, associando as narrativas de seus integrantes, nos anos 2000, com as dos integrantes do Império Serrano.

Havia ainda o meu interesse no samba (em especial o samba de terreiro, vinculado ao cotidiano das escolas, quintais e botecos) como composição Oral, praticamente sem tradução na escrita, uma forma etérea, mas muito real, de se construir sentidos, valores, tradições e, enfim, a história de diversas comunidades de sentido. Vastos e múltiplos terreiros imaginários, cujos atores sociais são desprovidos de riqueza material ou educação formal, mas que conquistaram um lugar de grande legitimidade na cultura brasileira, são comumente os cenários em que nasce esta forma de expressão. O paradoxo estereotipado da pobreza da qual emergem os valores que não estão à venda (elegância, honestidade, compaixão, solidariedade, sabedoria, poesia, emoção) não é de todo irreal.

Por limitações de tempo, não foi possível produzir narrativas de todos os integrantes das duas Velhas Guardas, por isso foram escolhidos homens e mulheres com mais ou menos experiência no grupo. Da Portela: Monarco, o que mais jovem passou a integrar a Velha Guarda, em 2010 um de seus integrantes mais antigos; Serginho Procópio, então o mais jovem dos homens, que entrou em substituição a seu pai, Osmar do Cavaco; Tia Surica, que foi convidada a participar por Manacéa, compositor que fazia parte da “primeira geração” da Velha Guarda; Áurea Maria, a mais jovem das pastoras, filha de Manacéa, que ingressou em 1988. Do Império Serrano: Wilson das Neves, reconhecidamente um dos grandes percussionistas brasileiros, fortemente ligado à escola desde menino; Ivan Milanez, de trajetória semelhante, percussionista e frequentador da escola desde “cadeirinha”; Balbina, filha dos fundadores da escola, nascida na mesma casa em que nasceu a escola; e Lindomar, de fora da comunidade, mas que passou a frequentar a escola aos 11 anos de idade.

A partir dessas redes, seria possível tatear questões como a experiência de gênero, a hereditariedade do pertencimento à escola e ao grupo, a legitimidade – e o peso – de pertencer ao grupo, a representatividade do grupo. Também interessava entender aquele momento (talvez iniciado em 1984, com a inauguração da Marquês de Sapucaí e a formação da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro) das escolas de samba, sua relação com o samba de enredo e o carnaval. Foram entrevistados ainda Noca da Portela, que, apesar de ser compositor antigo da escola,

não integrava o grupo musical; Zé Luiz do Império Serrano, que pertencera ao grupo, mas não participava mais; e Zé Katimba, o meu “ponto zero”, um dos fundadores da Imperatriz Leopoldinense que, ao brigar com sua escola *de coração*, ficara próximo da Velha Guarda da Portela, sendo acolhido por ela.

O Tempo pediu pra folha dançar  
Pra folha dançar e nunca parar  
E sempre curar o dia  
*Tiganá Santana*

Saindo da entrevista de 2023, conto para o Professor Sebe que toco surdo no bloco Kazunji. Ele demonstra interesse: explico que kazunji é palavra originária da língua kimbundo, sem gênero definido, e remete a quem guarda a ancestralidade. Falo sobre a convivência com o Mestre Maurício Badé e todos no bloco, os imensos aprendizados.

De volta à leitura das mensagens de todos esses anos, me deparo com a última mensagem antes da defesa do mestrado, em março de 2011: o Professor me conta que há 14 blocos saindo no carnaval do Rio e vai procurar uma entrevista que recomendei, concedida por Carlos Monte a Francisco Bosco na Rádio Batuta do Instituto Moreira Salles. “Costumo conversar um pouco com os pós-graduandos antes da defesa. Sei que vc é bem articulada, que não precisa disto. De toda forma, estarei meia hora antes do início da sessão na Administração...”. E finaliza com alguns conselhos: “anote tudo, procure responder tudo, com a franqueza que lhe é característica. Acate o que houver de crítica, mas não deixe de mostrar seu percurso”. E no fim, como já dizia Noca da Portela, o fundamental: “agradeça”.

Obrigada, Professor.

## *Referências bibliográficas*

GUIMARÃES, Fernanda Paiva. *O samba em pessoa: narrativas das Velhas Guardas da Portela e do Império Serrano*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5 ed. São Paulo, Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo, Contexto, 2007.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Encantamento: sobre política de vida*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

## Referências musicais

CANDEIA. *Viver*. Rio de Janeiro: Equipe, 1970.

DICRÓ e PONGÁ. *Velha guarda*. Rio de Janeiro: Universal Music, 2002. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=UBXKLnj\\_HrM](https://www.youtube.com/watch?v=UBXKLnj_HrM)>. Acesso em: 2 fev. 2023.

DONA IVONE LARA. *Alguém me avisou*. Rio de Janeiro: Warner Music, 1981. Disponível em: <<https://open.spotify.com/track/6usciGiDOoFfmvnrC7Tyv5>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

LUIZ ANTONIO SIMAS e MOYSEIS MARQUES. *Bravum de Elegbara*. Gravação de Fabiana Cozza. São Paulo: Agô Produções, 2020.

OMAR SOSA e TIGANÁ SANTANA. *Iroko*. São Paulo: Selo Sesc, 2023. Disponível em: <<https://open.spotify.com/album/72mgXHO7Alutf2hyR6ZGUi>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

TIGANÁ SANTANA. *Dembwa – 10 de agosto*. São Paulo: Tratore, 2010. Disponível em: <<https://open.spotify.com/track/2b509VecdIGZk3Z3DYqY0H>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

# *História Oral e história pública: o pioneirismo e a contribuição de um pesquisador/professor comprometido com a vida*

*Marta Gouveia de Oliveira Rovai  
Juniele Rabêlo de Almeida*

## *Apresentação*

Procuramos, neste breve texto, apresentar parte dos caminhos percorridos pela história Oral em seu vínculo com a história pública, no Brasil, especialmente na trajetória do/as pesquisadore/as do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP), coordenado durante anos por José Carlos Sebe Bom Meihy,

o nosso Professor Sebe. Em meio a debates e posicionamentos diversos sobre conceitos e procedimentos relativos à memória coletiva, às comunidades e às identidades, queremos destacar a contribuição deste grande estudioso, não apenas para a universidade, mas também para a escuta e participação ativa do público nos processos de produção e divulgação do conhecimento produzido pelos projetos de história Oral.

Como pesquisadoras que tiveram o privilégio de ser orientadas pelo Professor Meihy durante nossa trajetória acadêmica, e de compartilharem de seu conhecimento, sempre movido pela afetação com e pelo mundo, reconhecemos que também fomos e

somos afetadas por suas preocupações epistemológicas, e que estas continuam a inspirar nossos trabalhos de história Oral e nossas ações dialógicas voltadas à dimensão pública.

## *A história Oral no Brasil e o Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP)*

No Brasil, desde os anos 1980, as preocupações com as demandas sociais em projetos de história Oral tornaram a dimensão pública um dos aspectos que têm ganhado espaço dentro e fora da Academia. A história Oral, pensada como metodologia ou como projeto, organizou-se historicamente em busca do posicionamento em registrar narrativas referentes aos testemunhos da ditadura e às lutas sociais, à valorização da história local e das comunidades, além do desejo de contribuir para a democratização do conhecimento, avançando além de uma concepção acadêmica restrita. Entre as várias possibilidades, emergiram encontros entre a história pública e a história Oral por meio da história colaborativa, compreendendo que as diversas comunidades e movimentos sociais, com suas narrativas, poderiam promover debates públicos capazes de catalisar reivindicações, pedidos de reparação e políticas/ações públicas. Os debates e pesquisas de história Oral, no entanto, não se mostraram sempre voltados a uma história pública, podendo encerrar-se em universidades, bibliotecas e arquivos voltados a um público restrito e entendido como passivo e expectador.

A adesão da história Oral a uma história pública sugere a existência de práticas de responsabilidade político-social com a memória coletiva. Este movimento crescente de pesquisadores/as, chamado/as de historiadores/as orais ou Oralistas, em direção à coprodução do saber problematizado sobre o tempo histórico, estimula o exercício colaborativo e democrático na escuta de sujeito/as cujas “memórias subterâneas” (POLLAK, 1989) insistem em vir à tona e produzirem presença no mundo, com a mediação de uma ciência humanizada.

Observamos a preocupação com as dimensões públicas da história Oral, já presentes nos anos 1980 em dois programas de história Oral – principalmente no que se refere às abordagens inovadoras: 1) O Laboratório de História Oral e Imagem da

Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), fundado pela professora Ismênia de Lima Martins em 1982, por meio das abordagens que associaram as metodologias de história Oral e história visual. Em conexão com o movimento da história pública, apontamos, especialmente, os trabalhos realizados em parceria com Ana Maria Mauad e Paulo Knauss; e as iniciativas no âmbito da história pública da escravidão sob a coordenação de Hebe Mattos e Martha Abreu. 2) O Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais (NHO/UFMG), criado em 1989, marcado por uma perspectiva multidisciplinar (demarcando que a história Oral ultrapassava a disciplina história e os muros da Academia), na figura de Miriam Hermeto e Rodrigo Patto Sá Motta, que associam atualmente as dimensões da história Oral e da história pública às reflexões sobre culturas políticas e história do tempo presente. Entre os fundadores do programa de história Oral estavam: Michel Le Ven, da Ciência Política, Lígia Leite Pereira, da Sociologia; para além das historiadoras Eliza Linhares Borges, Lucília de Almeida Neves e Regina Helena da Silva – apoiadoras da Rede Brasileira de História Pública.

Na Universidade de São Paulo (USP), o Professor José Carlos Sebe Bom Meihy, junto de seus/suas aluno/as e orientando/as, criou o Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO), no ano de 2001, fruto de debates e de pesquisas que já vinham sendo desenvolvidos. Meihy contribuiu, ainda, com a fundação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), junto a Marieta Ferreira, organizadora de trabalhos e de um acervo de entrevista no CPDOC. Desde o início o NEHO tinha como orientação o estabelecimento de processos dialógicos com segmentos sociais, procurando compreender as dinâmicas e os conceitos de comunidade de destino, colônia e rede (Meihy, 1996, 2006, 2007), priorizando o cuidado com a memória presentificada nos consensos e nas disputas coletivas, com as demandas fora da universidade e com os efeitos de uma história Oral participativa, e que poderia se alargar por museus, entidades, empresas, famílias, sindicatos, grupos culturais, não entendidos como públicos ou espaços passivos, ou ainda como objetos de pesquisa.

O movimento da história Oral é entendido, deste modo, como uma possibilidade de implementar ações que inferem caminhos para parcerias no cotidiano das comunidades. Tais caminhos são possíveis a partir do entrecruzamento “experiência, memória e Oralidade” e fornecem instigantes subsídios para a história pública. Assim, a história Oral se estabelece como caminho de participação, suporte para registros da vida cotidiana e como espaço de aprendizagem (ALMEIDA; ANDRADE, 2018). Ao

elaborar e realizar entrevistas, que partem de um projeto, é possível observar múltiplos aspectos da construção da memória coletiva a partir das preocupações do tempo presente. Práticas de história pública em trabalhos com a Oralidade têm como horizonte, para além da realização das entrevistas a partir da rede estabelecida, a possível entrega dos textos resultantes das entrevistas para os narradores; bem como a disponibilização das entrevistas e das publicações delas decorrentes por meio de critérios de abertura ao público. Nas constantes reuniões do NEHO, Meihy defendia que as etapas de realização da história Oral garantissem o respeito à narrativa autorizada pelo/a narrador/a: o/a entrevistado/a relataria suas experiências de vida em um diálogo com o entrevistador/a, que deveria assumir o compromisso de escuta sensível, “guarda”, mediação, publicização e problematização histórica, além da negociação sobre possíveis formas de “devolução”.

O obra pioneira de José Carlos Sebe Bom Meihy (1991), desenvolvida junto à nação indígena Kaiowá, na década de 1990, chamava a atenção para esses procedimentos, em respeito a uma comunidade e à memória coletiva negligenciada por uma sociedade, e consequente Academia, eurocentrada, promovendo um frutífero encontro entre a história Oral e a história pública no Brasil. Mesmo reconhecendo que a história Oral não estaria, necessariamente, associada à história pública, o Pesquisador acreditava que o vínculo entre elas seria de suma importância para questões vivas do tempo presente. Ao tratar do suicídio entre os Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, muito antes do encontro acadêmico no Curso de História Pública, em 2011, na Universidade de São Paulo, ele apontava para o compromisso do historiador com o registro e a análise de seu próprio tempo, tão emaranhado de experiências diversas e de passados vivos e traumáticos. Preocupado em escutar, registrar e publicizar as memórias dos indígenas, defendia, naquele momento, uma história-escuta, uma história-denúncia, uma história-acolhimento; enfim, uma história pública construída pela mediação acadêmica, a fim de promover o reconhecimento, o debate social e a busca por políticas públicas de reparação.

O trabalho de memória, construído em colaboração, por meio das narrativas orais sobre as trajetórias de vida Kaiowá, potencializou o debate público sobre o grande problema de suicídio entre jovens indígenas impactados pelas mudanças socioculturais e políticas públicas. Tal processo, construído a partir dos argumentos do trabalho de história Oral, acionou posicionamentos governamentais para políticas públicas. Os projetos desenvolvidos no âmbito do Núcleo de História Oral da Universidade de São

Paulo, coordenado por Meihy, buscaram, em sua maioria, o caráter público da história Oral, por meio de um conjunto de procedimentos colaborativos (dimensão processual) preocupados com o caráter social para políticas públicas e formas de divulgação do conhecimento – a partir das variadas comunidades e formas de engajamento. Em seu livro, Meihy afirmava sobre a história Oral:

A história Oral, como tributária da história pública, se remete ao leitor comum, vigorando o princípio que privilegia o social como alvo do conhecimento. Porque no Brasil segmentos da população têm sido contemplados apenas pela documentação externa, produzida “sobre eles”, qualquer nova proposta que se oriente em cortar o caminho disposto pelo “outro” se mostra digna de consideração. (MEIHY, 1991, p.15)

Suas reflexões apontavam para a necessária produção de um conhecimento, a partir das múltiplas narrativas que muitas vezes haviam sido ignoradas por uma historiografia preocupada em “falar sobre” e não “com”. Os trajetos dos usos da história Oral, para tornar pública a história social e a integração dos “sujeitos aos processos e aos produtos”, levaram e ainda levam a projetos do NEHO/USP, ou do/as estudiosos/as que por lá passaram, orientados/as pelo Professor Meihy, com temáticas orientadas por questões públicas, tais como as trazidas pelas vozes de trabalhadores/as no campo e da cidade, falando da luta por direitos; de imigrantes, trabalho e identidades; de militantes dos movimentos sociais e identitários, de mulheridades que pensam seus corpos, de combatentes de ditaduras, entre outros. O/as integrantes do NEHO, hoje espalhado/as por várias universidades públicas pelo país, mantiveram e reinventaram os princípios de uma história Oral pública em seus grupos e núcleos de pesquisa e estudo, assim como em suas pesquisas, como aquelas desenvolvidas pela Rede Brasileira de História Pública (RBHP) ou núcleos de NEHO em Rede, o que implicou, também, em descontinuidades e reorientações, sem perder, no entanto, a dimensão colaborativa com as comunidades e as perspectivas inovadoras para as políticas de memória e história pública: tecnologias digitais e produtos que entrecruzam a pesquisa, o ensino, a extensão e a difusão do conhecimento, marcadas pelas construções coletivas para políticas públicas, bem como ações educacionais que potencializam o ensino de história. Meihy nomeou esse processo de “devolução” (1996, 2007), defendendo formas de negociação e comprometimento com os resultados das pesquisas, capazes de gerar formas de solidariedade, políticas públicas, reconhecimento e reparações aos sujeitos e sujeitas que concederam sua voz e suas memórias para que nos responsabilizemos por elas como mediadore/as e amplificadore/as de suas palavras e experiências.

Em seu trabalho intitulado *Augusto e Lea: história de (des)amor*, Meihy tratava de tema delicado: a história de vida de uma família atingida pelo drama do HIV/Aids. Por meio do estilo da escrita, da transcrição sensível e literalizada, ele ensinava como tornar narrativas individuais interseccionadas a questões sociais e públicas relativas às relações de gênero, às desigualdades de classe, à saúde, aos estigmas e à vida numa sociedade urbanizada, apresentando a obra como uma forma de devolução, ao promover o acesso e provocar o debate sob a perspectiva pública:

Lembrando que é para o público que o trabalho de história Oral se faz, as partes devem estar desempenhadas na clareza dos resultados.

Sim, o compromisso com a devolução do texto é uma obrigação de todo Oralista que considera seu trabalho além dos interesses teóricos, acadêmicos ou restrito a grupos específicos. Mas – pergunta-se – devolução, em termos amplos, para quem? ... (...) É nesta operação que a história Oral se realiza enquanto uma forma democrática de versão de situações sociais que, no mínimo, têm olhares diferentes. (MEIHY, 2006, p.167)

As dimensões do público podem estar, também, nas experiências para a construção e para a análise dos acervos de história Oral. E, ainda, nas discussões teórico-metodológicas sobre história Oral que ultrapassam as singularidades de cada pesquisa, sendo compreendidas por meio do comprometimento com a construção do saber histórico, sem perder de vista as demandas do/as participantes da pesquisa, bem como os processos de devolução e divulgação. O/as pesquisadores/as sensíveis aos procedimentos da história Oral e às demandas públicas procuram discutir os procedimentos para construção das entrevistas a partir da negociação de significados entre entrevistador/a e entrevistado/a, atentos às circularidades dos saberes. As fontes orais expressam as dimensões subjetivas dos grupos sociais; e, ainda, indicam aspectos das ações coletivas e dos diferentes sistemas de valores no processo histórico. As narrativas públicas, resultantes do trabalho de memória no tempo presente, expressam lembranças, esquecimentos e silêncios, além de demandas de reconhecimento e de reparação histórica.

## *Repercussões de um trabalho coletivo*

Os trabalhos de história Oral, muitos inspirados em Meihy, atentos ao processo de construção e difusão de narrativas públicas, podem fundamentar as análises históricas,

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

a partir da constituição de arquivos orais públicos, acompanhadas de práticas que afetam os públicos, entendidos aqui como sujeitos ativos e participantes. Ao considerar as interpretações oferecidas pelo/as narradores/as, o/as pesquisadores/as e Oralistas buscam refletir sobre as próprias narrativas orais, evitando invocações teóricas excessivas que desconsideram a força das entrevistas para significação dos trabalhos com história Oral.

Ao estimular novas pesquisas, na inter-relação história Oral e história pública, se descortinam os desafios e as possibilidades da construção e análise de narrativas públicas por meio de entrevistas em diferentes formatos (que podem ter, por exemplo, um caráter público, aberto), geradoras de diferentes acervos de história Oral, capazes de integrar histórias de vida, acontecimentos, subjetividades e questões sociais. A história Oral não é feita de sujeitos abstratos, mas dos micro-poderes cotidianos, das construções da memória social; das resistências e dos sentidos da afetividade, marcas dos corpos na história, preocupações constantes nos trabalhos e nas vivências de Meihy e de muito/as outro/as pesquisadore/as no Brasil que entendem que é possível afetar e ser afetado pelas escolhas que fazemos quando ultrapassamos os muros da universidade. O trabalho com história Oral, a partir desses princípios, não tem como consequência apenas a divulgação da informação, mas a produção de conhecimento sensível que poderá implicar em compromissos públicos; por meio de debates amplos e processos de reconhecimento.

Exemplo da eficácia do trabalho de Meihy, nesse sentido, é a repercussão de sua pesquisa com pessoas que sofreram com a enchente gerada pela tromba d'água em São Luís do Paraitinga, em 2010, e que originou medidas públicas de reparação e atendimento às vítimas. Também seu longo trabalho com mulheres brasileiras que se tornaram prostitutas em países europeus, cujas narrativas estão, em parte, no livro *Prostituição à brasileira*, publicado em 2015. A novela intitulada *Salve Jorge*, e transmitida pela Rede Globo entre 2013 e 2015, cuja temática central foi a questão do tráfico de mulheres e do trabalho sexual, contou com a assessoria do Pesquisador junto a Glória Perez, para quem as mídias, no caso a televisiva, poderiam atuar na divulgação em massa e na provocação de debates sobre essas questões sociais gritantes na sociedade brasileira. Muitas das histórias de vida registradas por ele, em seu trabalho na Europa, serviram como mote para a construção das personagens, colaborando para evidenciar os mitos em torno da prostituição e desconstruir estigmas sociais.

Questão fundamental para a história Oral e para a história pública é discutir as políticas de memória, em um esforço de “dever de memória”, e também problemas do presente, heranças de processos históricos, como o patriarcalismo e a objetificação dos corpos femininos, uma das discussões centrais entre os movimentos feministas. Os acervos de história Oral e a relação entre as histórias orais de vida e as mídias diversas indicam a íntima e complexa relação entre história, memória e política pública; bem como a relação entre historiadores/as e políticas de memória, além de temas que lidam com o trauma, com a injustiça, as demandas sociais e com relações desiguais de gênero, raça e classe. O trabalho de história Oral promove interpretações sobre as formas pelas quais o/as participantes da pesquisa construíram e reconstruíram suas histórias, muitas vezes reafirmando, mas também trazendo outras reflexões e saberes que o/a próprio/a pesquisador/a poderia desconhecer e, desta forma, aprender e amplificar.

Demandas locais e globais reverberam os debates públicos comprometido com a construção, interpretação e circulação dialógica do conhecimento histórico, proporcionando o estabelecimento de ligações entre o saber acadêmico e o trabalho de memória do/as entrevistado/as. A construção dessa ponte de comunicação possibilita reflexões sobre a função social do trabalho de memória por meio do trabalho de história Oral; e nesses trabalhos as comunidades de sentido podem questionar aspectos da memória social e discutir os espaços de reconhecimento/diferenciação.

Na diversidade de procedimentos da história Oral é possível encontrar experiências colaborativas, alimentadas por questões socialmente vivas no tempo presente, com potência para ressignificar politicamente a memória social. Ao envolverem sujeitos (acadêmicos e não acadêmicos), em colaboração, as demandas coletivas podem alicerçar projetos entre os espaços universitários, escolares e comunitários, sobre a memória social; construindo uma imagem abrangente e dinâmica das experiências. A construção das narrativas públicas não tem a pretensão de reconstituição do passado, mas sim da ressignificação histórica que pretende contemplar, de forma cuidadosa, a arte da escuta (PORTELLI, 2016).

No Brasil são vários os grupos, caracterizados pelo engajamento nos diversos ativismos contemporâneos, integrados por historiadores, cineastas, antropólogos, jornalistas, produtores culturais, lideranças comunitárias, atores, artistas plásticos, entre outros, que utilizam os procedimentos da história Oral na organização e disseminação de práticas de história pública (mesmo não utilizando essa nomenclatura). São

projetos independentes com forte ação militante para transformação social em meio aos conservadorismos, às intolerâncias e aos dilemas da globalização enquanto fábula e perversidade (Santos, 2000). O trabalho de história Oral feito por movimentos sociais busca, em muitos casos, processos de fortalecimento das ações coletivas e dos debates públicos. Possibilita, dessa forma, a efetivação das práticas de história pública atentando para a subjetividade das construções históricas e para os traumas sociais do nosso tempo.

Em um balanço do trabalho coletivo na organização de livros e coletâneas que ajudaram na construção e consolidação de uma História Oral voltada ao debate público, observa-se a intensidade das produções: *Ponto de vida: cidadania de mulheres faveladas* (SANTOS, 1996); *Vozes da Marcha pela terra* (SANTOS; RIBEIRO; MEIHY), indicado para o prêmio Jabuti em 1998; *Vozes da Terra: história de vida dos assentados rurais de São Paulo* (RIBEIRO, 2005); *História Oral: como fazer, como pensar* (MEIHY; HOLANDA, 2007); *Solistas Dissonantes: história (Oral) de cantoras negras* (SANTHIAGO, 2009); *Guia Prático de História Oral* (MEIHY; RIBEIRO, 2011); *O enegrecimento da Padroeira do Brasil: religião, racismo e identidade (1854-2004)* (SANTOS, 2013); *Entre memórias, emoções e afetos: histórias de vida de moradores do Lar dos Velinhos de Campinas* (FERNANDEZ, 2014); *Braços da resistência: história Oral da imigração espanhola* (GATTAZ, 2014); *Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica da FFLCH-USP* (BIAZO, 2015); *Tropas em protesto: Manifestações policiais militares no Brasil – Anos 1990* (ALMEIDA, 2015); *Padecer no paraíso? Experiências de mães de jovens em conflito com a lei* (BONI, 2016); *História Oral e Movimento Social* (ALMEIDA, 2016), *História Oral e Imigração* (MAGALHÃES, 2017); *História Oral e História das Mulheres* (ROVAI, 2017); *História Oral e educação* (ALMEIDA; ANDRADE, 2018); *História Oral: a democracia das vozes* (MEIHY; GATTAZ; SEAWRIGHT, 2019); *Que possamos ser o que somos* (ROVAI, 2019); *História Oral e coletivos* (PAES; MURA, 2019); *Memórias e narrativas: história Oral aplicada* (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020); *O aborto na vida: experiências femininas* (BONI, 2021); *Escutas sensíveis, vozes potentes: narrativas de mulheres que nos transformam* (ROVAI, 2021); *(Im)permanências: história Oral, mulheres e envelhecimento na pandemia* (ALMEIDA; LIMA; PIMENTA, 2021); *Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes no sul mineiro* (ROVAI, 2022).

A maioria dos livros aqui citados procura conectar história Oral e história pública e indicar aspectos do compartilhamento de saberes, do trabalho de memória e, em alguns casos, a circularidade dos debates públicos e a difusão do conhecimento. As

narrativas conferidas e autorizadas podem estar disponíveis em acervos abertos para consulta ou tornarem-se ferramentas para exposições, debates públicos, produção de vídeos, mídias virtuais e políticas públicas – que expressam preocupações sobre valores, ações e representações – pelas quais são discutidas trajetórias de vida e estudos temáticos sobre sujeitos históricos variados. Os debates sociopolíticos, as comunidades de sentido e os dissensos cotidianos compõem a tessitura dessas narrativas públicas sobre as quais os registros em livros não são apenas produtos finais, mas provocações de processos participativos. Os trabalhos realizados nessa interface demonstram práticas e análises plurais comprometidas com o caráter público da história, preocupações anteriormente apontadas nas obras de Meihy.

Nesse breve mapeamento, que não deu conta de incluir uma grande gama de pesquisadores/as do NEHO, percebemos que muitos/as autores/as envolvidos/as nas publicações aqui listadas, e um dia orientados/as pelo Professor Sebe, desenvolveram trabalhos relevantes a partir da história Oral (monografias, dissertações, teses artigos/capítulos e livros) em diferentes instituições de ensino e pesquisa pelo Brasil, além de se orientarem pelas dimensões dos públicos em seus diálogos com as comunidades de sentido. Nesse sentido, essas reflexões e ações discutidas na interface história Oral e história pública conectam Oralidade, memória, tempo, narrativa e experiência, e apresentam aspectos fundamentais dos itinerários e formas de compartilhamento público da história. Tal interface pode expressar construções dialógicas da memória social – produzidas e difundidas – entre o saberes acadêmicos e não acadêmicos, considerando o caráter público da história.

Desta forma, rodas de conversa, entrevistas e aulas públicas, exposições coletivas em museus e escolas, assim como acervos digitais de história Oral são propagados com múltiplas interfaces – aliando pesquisa, ensino, extensão, divulgação e engajamentos sócio-políticos na produção de *sites*, *blogs*, *podcasts*, *games*, aplicativos para celular, circuitos de visitação (turismo histórico), a partir de mapas interativos; para além dos filmes, série e documentários disponíveis nessas plataformas digitais. Reconhecem-se e ampliam-se os públicos da história Oral a partir das formas de acesso, de mediação, de provocação e de compromisso com a democratização de autoridades e conhecimentos.

No entanto, vale reforçar a seguinte questão: digitalizar, catalogar, garantir acesso público na internet é uma dimensão importante da história pública; mas a difusão do

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

conhecimento produzido não se torna história pública se não houver a possibilidade da comunicação, da troca, do dialogismo. Por isso, é preciso pensar nos processos de construção da pesquisa, nos interesses públicos envolvidos, bem como estar sensível aos diálogos entre pesquisadores e comunidades, e entre estes e o mundo que os afeta, que norteiam novos rumos para a pesquisa. Dessa forma, como sempre apontou Meihy, projetos em história Oral poderão estar atentos à história dos debates públicos, bem como aos esforços colaborativos que mobilizam diversos compromissos e engajamentos sócio-históricos.

## *A colaboração e a autoridade compartilhada: dimensões importantes*

A sensibilidade e o cuidado para a aprendizagem, no processo de construção dos projetos (em história Oral ou em história pública), reforçam a potência do encontro humano comprometido com as dimensões públicas, dialógicas, da produção do conhecimento.

Os percursos da história Oral e da história pública possibilitam entrecruzamentos. É possível ponderar, a partir da história do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP) e da Rede Brasileira de História Pública (RBHP)<sup>1</sup> os pontos de encontro e desencontro desses dois movimentos – dilemas e perspectivas. A dimensão pública não está presente em todos os trabalhos de história Oral; e, da mesma forma, não são todos os trabalhos de história pública que utilizam a história Oral. No entanto, aliadas, elas podem produzir projetos cujos processos e efeitos nos convidam a pensar sobre a potencialidade democrática de seus usos e práticas.

Em consolidação no Brasil, nos últimos dez anos, a história pública foi potencializada por práticas e discussões que envolviam os diversos coletivos de história Oral – desde os debates sobre a metodologia na construção e tratamento das fontes orais, até o seu arquivamento e acesso, reverberando processos de ensino, pesquisa, extensão e divulgação sobre memória e usos do passado. Mesmo antes que a História

---

<sup>1</sup> A Rede Brasileira de História Pública, lançada em 2013, foi construída a partir das discussões iniciadas em cursos e simpósios que ocorreram, sistematicamente, no país, a partir de 2010.

Pública consolidasse, Meihy anunciava a preocupação com a construção de uma história dialógica, abordando mas ultrapassando a ideia de uma metodologia, para pensá-la enquanto projeto e suas implicações além do registro escrito e da publicização das pesquisas. Apontava, em seus trabalhos, a necessidade de um processo construído de forma dialógica, conceituado como “colaboração”, em que pesquisador/a e entrevistado/a se encontram, se pensam e se analisam, construindo juntos, pela dialogia, uma fonte histórica e, mais do que isso, os comprometimentos com a vida que pulsam das narrativas, demandando posicionamentos e debates públicos. Ao se referir às concepções epistemológicas e procedimentais de Meihy, que orientaram sua tese sobre Adélio, um trabalhador e cantor nordestino na Amazônia, Fabíola Holanda afirma ser fundamental a colaboração e a dimensão pública nos trabalhos de história Oral:

O caminho pode ser de uma história pública, essa história Oral, em que se valoriza a construção da narrativa e que possui pressupostos epistemológicos claros: a colaboração, a mediação e a dimensão pública do texto produzido, buscando saltar os muros da academia e buscando um maior impacto e inserção social do texto em história Oral em espaços maiores. (HOLANDA, 2006, p. 9)

A ideia de colaboração sempre trouxe à tona os questionamentos sobre as autorias e a responsabilidade com as conversações e sobre os efeitos públicos do trabalho com a história Oral. A fala e a performance, assim como os significados diversos do encontro com o/a entrevistador/a, expressas pelo/a colaborador/a, devem ser valorizadas na construção da narrativa, uma vez que o conhecimento e o lugar de fala são compartilhados de forma dialógica e dependem do tempo, do lugar e de todos os atravessamentos culturais, identitários e de classe que têm seus efeitos sobre aquele/as que se “entre-vistam” e se “entre-escutam”. À discussão sobre a ideia de colaboração, veio juntar-se o conceito de *autoridade compartilhada*<sup>2</sup>, defendido por Michael Frisch (2016), que no âmbito da Rede Brasileira de História Pública, também anunciou o comprometimento com o processo de produção dialógica da pesquisa e o exercício da compreensão histórica fundamentada, ao mobilizar questões sensíveis e socialmente vivas em *comunidades de sentido*<sup>3</sup>. Foram inauguradas, reforçadas e reescritas múltiplas possibilidades para catalisar as associações entre história Oral e história

<sup>2</sup> “Bases de autoridade diferentes têm reivindicações distintas e particulares (...)” (FRISCH, 2016, p. 60).

<sup>3</sup> Uma *comunidade de sentido* se expressa por memórias plurais, produzidas historicamente, a partir da experiência social de uma coletividade. O trabalho de memória do grupo, enquanto *comunidade de sentido*, ressignifica o tempo por meio da construção de representações do passado (BACZKO, 1985).

pública. Mas vale lembrar que pesquisas envolvendo ambos os movimentos, ao utilizarem procedimentos e aportes teórico-conceituais próximos, geraram, em alguns casos, inferências equivocadas, que tomaram história Oral e história pública enquanto sinônimos, esquecendo-se que as relações entre elas devem ser resultado de projetos e posicionamentos comprometidos com o público.

As questões sobre “o público” em história Oral são observadas, inicialmente, na relação entrevistador/a e entrevistado/a, no momento do encontro para gravação, considerando que indivíduos e coletivos não apenas recebem, mas têm papel ativo na construção da fonte e da pesquisa. A comunidade, ainda, poderia participar de forma mais democrática da publicização dos resultados e do debate coletivo por meio de diferentes tecnologias e ocupação de espaços. Entretanto, a busca da dimensão pública, caso seja o objetivo do projeto de história Oral, deve ser pensada durante todo o processo metodológico. Por outro lado, alguns trabalhos de história pública se comprometem com propósitos documentais e arquivístico da história Oral – ultrapassando trabalhos de memória com itinerários não acadêmicos para ampliação dos públicos da história. Infelizmente, em alguns projetos de história pública os procedimentos da história Oral não são considerados, ou são assumidos apenas como técnica. É perceptível no movimento da história pública, atualmente, a observação das potencialidades presentes nas escolhas por trabalhos de história Oral para a ampliação do sentido público da história – potência expressa na produção dialógica, circulação e divulgação dos saberes sobre o passado que suscitam debates públicos. Como afirmou Meihy:

A história é de quem consumir e é no fechamento deste circuito que se justifica o trabalho do Oralista. Porque a história é importante e diz respeito à coletividade, ela pode ser impessoalizada, descaracterizada de traços de identificação. Fala-se da proteção aos envolvidos, mas isso ganha mesmo o contorno de detalhe na medida da centralidade do interesse: revelar situações de efeitos sociais e promover debates, suscitar políticas ou grupos de apoios. (MEIHY, 2006, p.168)

As reflexões sobre “produto, sujeito/as e processo” são centrais para o entrecruzamento da história pública e da história Oral, evitando que projetos de história Oral gerem produtos como consequência imediata, ou, por outro lado, uma preocupação restrita sobre o produto – desconsiderando o processo de pesquisa e o envolvimento e efeito sobre a vida do público. Assim, a história pública não estaria apenas

na disponibilização de conteúdos e produtos, resultantes do trabalho de história Oral, sem refletir sobre o processo que ultrapassa a relação dialógica entre entrevistador/a e entrevistado/as; mas, fundamentalmente, na compreensão das dimensões públicas dos procedimentos metodológicos escolhidos – observação processual do “como fazer e como pensar a história Oral” e os debates públicos decorrentes; questões suscitadas no livro de Meihy e Holanda (2007) e que se ampliam hoje nos mais diversos projetos dialógicos que se realizam dentro e fora da Academia.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo. *Tropas em protesto: Manifestações policiais militares no Brasil – Anos 1990*. São Paulo: Letra e Voz, 2015.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ANDRADE, Everardo Paiva (Orgs.). *História Oral e Educação*. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo. *História Oral e Movimento Social: Narrativas Públicas*. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo; LIMA, Lívia; PIMENTA, Denise Nacif. *(Im)permanências: história Oral, mulheres e envelhecimento na pandemia*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.
- BIAZO, Glauber. *Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica da FFLCH-USP*. Salvador: Pontocom, 2015.
- FERNANDEZ, Vanessa Paola R. *Entre memórias, emoções e afetos: histórias de vida de moradores do Lar dos Velinhos de Campinas*. Salvador: Pontocom, 2014.
- FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- GATTAZ, André. *Braços da resistência: história Oral da imigração espanhola*. Salvador: Pontocom, 2014.

HOLANDA, Fabíola. *Experiência e memória: a palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia*. Doutorado (História). Universidade de São Paulo, 2006.

MAGALHÃES, Valéria (Org.). *História Oral e Imigração*. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Augusto & Lea: um caso de (des)amor em tempos modernos*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Canto de morte Kaiowá: história ral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_. *Manual de História Oral*. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_; GATTAZ, André; SEAWRIGHT, Leandro (Orgs.). *História Oral: a democracia das vozes*. Salvador: Pontocom, 2019.

\_\_\_\_\_; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história Oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: história Oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020,

PAES, Vanessa Generoso; MURA, Márcia. (Org.). *História Oral e coletivos: perspectivas da produção de conhecimento das mobilidades em diferentes contextos de articulação*. São Paulo: Pontocom, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; SANTOS, Andrea Paula dos; MEIHY, José Carlos Sebe Bom Meihy. *Vozes da Marcha pela terra*. São Paulo: Loyola, 1998.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado et al. *Vozes da Terra: história de vida dos assentados rurais de São Paulo*, São Paulo: USP/Itesp, 2005.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *História Oral e História das Mulheres*. Coleção História Oral e Dimensões do público. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Que possamos ser o que somos: memórias sobre o Movimento Gay de Alfenas no processo de luta pelos direitos de cidadania LGBT (2000-2018)*. Alfenas: Atenas, 2019.

\_\_\_\_\_. *Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes no sul-mineiro*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

SANTHIAGO, Ricardo. *Solistas dissonantes: história (Oral) de cantoras negras*. São Paulo: Letra e Voz, 2009.

SANTOS, Andrea Paula. *Ponto de vida: cidadania de mulheres faveladas*. São Paulo: Loyola, 1996.

SANTOS, Lourival dos. *O enegrecimento da Padroeira do Brasil: religião, racismo e identidade (1854-2004)*. Salvador: Pontocom, 2013.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

# Uma análise dos fenômenos de imigração e retorno pelo olhar de Abdelmalek Sayad. Uma contribuição aos estudos migratórios.

*Samira Adel Osman*

eles nem imaginam o que é  
perder seu lar e talvez  
nunca mais encontrar outro  
ter sua vida inteira  
dividida entre duas terras  
e se tornar a ponte entre dois  
continentes  
-imigrante  
(Rupi Kaur, *O que o sol faz  
com as flores*, 2017)

## *Introdução*

Para quem se dedica aos estudos migratórios certamente o nome de Abdelmalek Sayad não soa estranho nem distante, pelo contrário. Alguém que atualmente se dedique ao tema e não o tenha como referência teórica fundamental corre o risco de tratar o migrante não como uma pessoa, sujeito com subjetividades, sonhos, esperanças e decepções, sem superar a visão de que seja apenas nosso objeto de estudo.

A primeira vez que ouvi falar sobre Abdelmalek Sayad foi

quando acabara de depositar minha dissertação de mestrado, que versava sobre a questão da imigração árabe no Brasil a partir da História oral de vida, nas perspectivas de gênero, geração e religiosidades (cristãos e muçulmanos). Uma breve nota no *Jornal da USP* de junho de 1998 falava do lançamento “em breve” pela Editora da Universidade do primeiro livro do sociólogo argelino a ser traduzido e publicado no Brasil. Entre o interesse, a curiosidade e a preocupação de desconhecer uma obra que, na nota, destacava a originalidade e a importância de Abdelmalek Sayad para os estudos migratórios, fui presenteada com um exemplar do livro, o qual li com entusiasmo, já que muitas questões apontadas pelo autor apareciam nas narrativas dos entrevistados e nas considerações que eu tecia sobre o impacto da imigração nos conflitos identitários e geracionais entre os imigrantes e seus filhos.

Quando elaborei meu projeto de pesquisa para o ingresso no doutorado, um tema que havia se destacado nas entrevistas realizadas com os imigrantes e seus descendentes no Brasil, sobressaiam era a questão do retorno para o país natal a ser empreendida por aqueles que um dia partiram de lá e por aqueles que antes não haviam estado neste lugar. O conhecimento anterior de Abdelmalek Sayad e da *Revista Travessia*, para a qual havia colaborado com um artigo fruto da dissertação de mestrado<sup>1</sup>, fizeram-me receber a edição especial da *Revista* com o dossiê sobre o retorno. Embasada por essa leitura, desenvolvi a pesquisa de doutorado sobre o processo de retorno de imigrantes árabes e seus descendentes, do Brasil para o Líbano, realizando entrevistas no país com muçulmanos e cristãos, de primeira a terceira geração, homens e mulheres, em faixas etárias compreendidas entre 18 e 70 anos de idade, e ainda incluindo mulheres não-descendentes que retornaram com seus maridos. Na viagem de pesquisa para o Líbano, tive a oportunidade de realizar levantamento bibliográfico no Instituto do Mundo Árabe em Paris e, numa pequena livraria libanesa em seus arredores, me deparei mais uma vez com uma obra que completaria o trio de leituras que me guiaram na compreensão do pensamento de Sayad e nos meus estudos sobre a imigração árabe no Brasil, do qual este capítulo que me proponho a escrever também é parte.

---

<sup>1</sup> Osman, Samira Adel. A imigração árabe no Brasil. *Travessia*. Revista do Migrante. Publicação do CEM. Ano XII, nº 35, set-dez/99, pp.17-23.

## Breve nota biográfica e bibliográfica

Abdelmalek Sayad nasceu em 24 de novembro de 1933 na cidade de Beni Djellil, na região berbere de Cabília, ao norte da Argélia, país que sofreu a mais longa ocupação colonialista, pela França, entre 1830/1847 e 1954/1962<sup>2</sup>. Único filho homem entre cinco crianças, Sayad teve a oportunidade de frequentar a escola primária a partir dos sete anos de idade, em sua aldeia, e dar continuidade a seus estudos na escola secundária em Béjaia e em Argel onde sua formação para professor do ensino básico. Ao mesmo tempo em que assumia um cargo de professor em uma escola na *Casbah* de Argel, Sayad ingressou em 1958 na Universidade para cursar Psicologia, mas acabou migrando para o curso de Filosofia/Sociologia, tendo aí conhecido Pierre Bourdieu, de quem foi aluno e se tornou amigo e companheiro de pesquisa. As discussões teóricas davam-se nas salas da universidade, nos cafés e sobretudo nas pesquisas de campo sobre as condições de trabalho, de desemprego e de habitação da população rural que sofria as consequências brutais do governo colonial francês, como reação à Guerra de Independência.

No retorno de Bourdieu para a França, em 1960, assumindo um cargo na Sorbonne e depois tornando-se professor em Lille, Sayad também partiu para a metrópole para dar início a uma pesquisa de doutorado no 3<sup>ème</sup> Cycle em História. Juntos, produziram nessa época duas obras: *Célibat et Condition Paysane* (1962) e *Le Déraciment. La crise de l'Agriculture Traditionnelle en Algérie* (1964)<sup>3</sup>.

Concluída sua tese de doutorado, após a independência da Argélia, estabeleceu-se em 1963 definitivamente na França onde realizou trabalhos esporádicos para o Centro de Sociologia Europeia da Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, para a UNESCO, sendo em 1977 contratado como diretor de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS). Nessas instituições e em sua trajetória acadêmica, interrompida com seu falecimento em 13 de março de 1998, Sayad dedicou-se

---

<sup>2</sup> A ocupação francesa teve início em 1830 e se efetivou em 1847, enquanto a Guerra de Independência teve início em 1954 e se concluiu em 1962.

<sup>3</sup> As referências às obras do autor nesse capítulo não pretendem ser nem completas nem exaustivas ou, como apontado ao final da obra *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*, na listagem de sua bibliografia, um currículo vitae. As obras aqui referenciadas pretendem relacionar a trajetória intelectual e seu alcance no Brasil, bem como as aproximações que fiz ao autor nos meus estudos sobre imigração.

aos estudos migratórios e deu ao tema um novo patamar no campo da sociologia francesa sobre a imigração, tema que abordarei mais adiante.

Dessa época, destacam-se a publicação em 1974 do livro *L'Immigration Algérienne en France*, e o dos artigos “Les Trois Âges de l'Émigration Algerienne”, publicado em 1977 nas *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, e em 1978 “Les Usages sociaux de la culture des immigrés”, que colocavam no centro do debate sociológico a questão da imigração por um outro viés e um outro olhar, sobretudo humanizado.

Originário de uma região da Argélia marcada pelo fenômeno migratório, seus conterrâneos que passavam da condição de vida rural e campesina para a condição de vida urbana e operária tornaram-se tema de interesse de Sayad, não como objetos de pesquisa mas como pessoas que viviam a experiência migratória, o que significava dizer desenraizamento, perdas, transformações. Rompendo com uma visão tecnicista e economicista, que via o fenômeno migratório na relação da força de trabalho e na teoria da repulsão-atração, Sayad preferiu ouvir essas pessoas, como elas se constituíram e se viram na condição da pessoa deslocada de seu local de origem, e qual o significado desse deslocamento, como elas próprias se viram, se interpretaram e se constituíram como pessoas na migração. Para Sayad, a opção pelo método biográfico não foi uma escolha, foi uma orientação para onde o tema e a pesquisa conduziram

Dessa pesquisa biográfica, baseada na realização de entrevistas com imigrantes argelinos na França, resultaram diversos artigos: “El Ghorba: o mecanismo da reprodução da emigração” (1975), “Os Filhos Ilegítimos” (1979) e “O que é um imigrante” (1979), reunidos com outros artigos escritos e publicados entre 1975 e 1988 na obra *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade* (1991), o primeiro e único livro publicado no Brasil, em 1999 pela EDUSP, além de *Un Nanterre Algérienne, Terre de Bidonvilles* (1995), sem tradução para o português.

Com uma trajetória de pesquisa consolidada e reconhecida no campo dos estudos migratórios, Abdelmalek Sayad foi convidado para vir ao Brasil em duas missões de pesquisa como desdobramento do acordo de cooperação científica entre o Museu Nacional do Rio de Janeiro, por meio do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFRJ) e o Centro de Sociologia Europeia (CNS), por meio do Convênio CNPq-CNRS. A primeira estadia ocorreu entre agosto e outubro de 1990 e a segunda estadia entre setembro a outubro de 1994, e os temas versados pelo pesquisador trataram da imigração argelina na França, das questões geracionais e das novas configurações sociais resultantes do processo migratório.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

Da breve experiência no Brasil, resultaram as seguintes publicações: “Uma pobreza exótica: a imigração argelina na França” publicada na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, em 1991; Entrevista com o autor realizada em 1994 por Federico Neiburg para a *Revista Mana* e publicada em 1996; e o capítulo “Uma família deslocada”, na coletânea organizada por Pierre Bourdieu, com o título *A Miséria do Mundo*, publicada pela Editora Vozes em 1997. Sua relação com o Brasil e sua generosidade intelectual resultou na edição especial de janeiro de 2000 em *Travessia*, Revista do Migrante, vinculado ao Centro de Estudos Migratórios, com o título “O Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”.

Compreender essa generosidade, relatada na apresentação da edição especial pelo editor da Revista, Sidnei Marco Dornellas, vale aqui alguns parágrafos. O convite originalmente feito a Abdelmalek Sayad tratava-se da elaboração de um artigo para compor o número 22 da Revista cujo tema versaria sobre o Retorno. Numa época que as comunicações e convites se davam por cartas, a ausência de uma resposta, positiva ou negativa por parte do autor, levava ao lançamento do número ao mesmo tempo em que chegava aos editores o texto de Sayad sobre o tema do retorno; não um artigo mas um rico e vasto material que ia além do esperado e extensivamente fora dos padrões da revista. Uma carta singela e modesta de Sayad escusava-se pelo atraso do envio do texto, agradecia pelo convite e pela oportunidade de escrever sobre o tema e, a maior de todas as generosidades, dava liberdade aos editores para usarem seu texto em outra oportunidade.

Dornellas relata a complexidade do texto, as dificuldades da tradução do original do francês para o português e, lamentavelmente, com o falecimento de Sayad em 1998, a perda da exclusividade da publicação, já que, em homenagem póstuma, o *Centre d'Information et Études sur les Migrations Internationales* (CIEMI) teve essa primazia. Ao mesmo tempo, a publicação do texto revisado facilitou e incentivou a retomada dos trabalhos para que uma edição especial fosse lançada em janeiro de 2000, brindando os leitores, admiradores e pesquisadores de Sayad e suas contribuições para os estudos migratórios com um dossiê dedicado ao “elemento constitutivo da condição do imigrante”, “o desejo e o sonho de todos os imigrantes”, “ao implícito a todo ato de emigrar”, e à “outra face da mesma moeda chamada imigração”: o retorno.

Outra obra póstuma, sem tradução no Brasil, foi editada e prefaciada por Pierre Bourdieu, como uma concretização do próprio desejo de Sayad de reunir as

conferências e artigos de sua autoria que versaram sobre o tema da emigração-imigração: “Duas palavras que, ele [Sayad] não cansava de lembrar, expressam duas coisas diferentes e inseparáveis, mas que precisam ser pensadas conjuntamente.”<sup>4</sup> Publicada em 1999 em Paris, pela Seuil, *La double absence: des illusions de l’émigré aux souffrances de l’immigré*, conta com uma edição em inglês de 2004 feita pela Polity Press de Cambridge, com o título *The suffering of the immigrant*, e uma edição em espanhol feita pela Anthropos de Barcelona com o título *La doble ausencia: de las ilusiones del emigrado, a los padecimientos del inmigrado*<sup>5</sup>.

Ausência, ilusão, sofrimento, padecimento, são temas que acompanharam as análises de Sayad sobre o fenômeno migratório, que ele definiu como “um fato social completo” ou “fato social total”<sup>6</sup> na perspectiva de Marcel Mauss, e que, ousado dizer, deram um rumo primordial para a temática dos estudos migratórios.

## Sayad e as contribuições para os estudos migratórios

Tema complexo, multifacetado e com diferentes possibilidades de abordagem, Sayad definiu a imigração como fato social completo na medida em que seu estudo, abordagens e métodos imbricam-se, entrelaçam-se, enredam-se no caminho de diferentes disciplinas acadêmicas, quais sejam, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia, psicologia social, ciências sociais, ciências políticas, linguística, sociolinguística, antropologia (social, política, cultural, econômica, jurídica). Assim, estudar a e/imigração como um fenômeno do passado e do presente, da modernidade e da contemporaneidade, do antes e do depois, implicaria necessariamente uma visão plural, interdisciplinar ou transdisciplinar, mas sobretudo um olhar que se

---

<sup>4</sup> SAYAD, Abdelmalek. *La double absence: des illusions de l’émigré aux souffrances de l’immigré*. Paris: Seuil, 1999, p. 9.

<sup>5</sup> Destaco aqui a obra organizada por Gustavo Dias, Lúcia Bógus e outros intitulada *A Contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*, publicada em 2020 como resultado do Seminário organizado anteriormente em homenagem ao autor nos 20 anos de seu falecimento.

<sup>6</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 134.

voltasse para o próprio indivíduo, aquele que assume o papel do que se movimenta, se desloca e se estabelece em outro lugar, diferente de seu lugar de origem.

Tratar sobre as contribuições de Abdelmalek para os estudos migratórios em um capítulo seria uma tarefa, se não pretenciosa, um tanto superficial. Como não se pretende resumir suas ideias a respeito dos temas de emigração, imigração e retorno, seleciono quatro aspectos que julgo essenciais do pensamento de Sayad: a teoria da imigração, o tema do retorno, a definição de *el ghorba* e, do ponto de vista de sua metodologia, o uso das entrevistas e as aproximações possíveis com a História Oral. Cada um desses aspectos não se explica isoladamente ou por si só; estão imbricados e emaranhados nos paradoxos da alteridade, o aposto de Sayad para a definição de imigração.

Os estudos de Sayad sobre o tema das migrações concentraram-se na questão dos argelinos vivendo na França, na perspectiva das questões do trabalho e no papel do Estado-nação no engendramento do imigrante como mão-de-obra, de início provisória, mas que se converteu em familiar e de povoamento e mesmo assim ainda vista como não definitiva. Sayad condena os que analisam o fenômeno migratório tão somente sob o viés da força de trabalho, pois “não existe imigração, mesmo autodenominada de trabalho [...] que não se transforme em imigração familiar, ou seja, no fundo uma imigração de povoamento”<sup>7</sup>, da mesma forma que ele critica a visão contabilística que trata dos estudos migratórios a partir do binômio custo-benefício, comum nas teorias econômicas sobre a imigração que insistem em ver o imigrante apenas como força de trabalho e calculam seus prós e contras: se os prós (vantagem econômica) superam os contras (desvantagens sociais e culturais), trata-se da boa imigração e do bom imigrante; ou ainda, num cenário ideal, as imigrações nem deveriam carregar custos, desvantagens, saldos negativos para a sociedade de imigração. Dessa forma, o imigrante carrega sobre si mais um fardo: é um problema social, para a sociedade que o recebe e o concebe como tal, e para a academia que o estuda na perspectiva de trazer soluções para esse problema chamado imigração e imigrante.

Em sua perspectiva dos estudos migratórios, ou na elaboração de uma teoria de imigração, Sayad defende ainda que a imigração deve ser estudada em sua totalidade, o que significa dizer que os estudos de imigração não começam quando o imigrante se torna um imigrante, ou seja, quando chega a um novo país, mas quando, ao sair de

---

<sup>7</sup> Idem, p.20.

seu país de origem, ele se torna antes um emigrante. Dessa forma, em sua teoria Sayad defende que:

- a. todo imigrante é antes um emigrante, pois antes de chegar a algum lugar e se estabelecer, ele saiu do seu lugar de origem e abandonou aquilo que era certo e familiar;
- b. o imigrante torna-se imigrante quando chega ao outro país; o emigrante torna-se emigrante quando deixa seu país;
- c. toda imigração é fato coletivo (parte de um projeto familiar: a família que decide, apoia e dá suporte para que um de seus membros emigre) e fato individual (ainda que ocorra dentro de um contexto familiar, portanto coletivo, a trajetória e a experiência são vividas individualmente por cada um que parte).

Assim Sayad propõe que se comece estudando a emigração e as condições que levaram o indivíduo a partir, a abandonar seu lar, seu lugar e seu território por outro espaço onde vai se estabelecer. A emigração é o ato inicial do processo de imigrar; são as duas faces da mesma realidade, duas faces da mesma moeda, o côncavo e o convexo; uma não existe sem a outra; a emigração e a contrapartida da imigração; o emigrante e seu duplo, o imigrante. Conhecida essa realidade da partida, é possível olhar para a realidade da chegada, compreender o imigrante em seu papel social no país de acolhida, compreender os efeitos incalculáveis da imigração sobre aqueles que experienciaram a imigração como uma jornada feita muitas vezes mais de perdas do que de ganhos<sup>8</sup>.

Na perspectiva do autor os estudos das migrações não podem ser compreendidos em apenas uma vertente ou numa escolha de perspectiva de análise: ou bem se estuda os motivos da partida, suas causas internas ou externas; intenções e características; ou bem se estuda o imigrante na sociedade de imigração a partir do momento em que adentra nela, a partir do momento que o indivíduo passa a existir para essa sociedade que, bem ou mal, o recebe. Escolher um desses lados é, segundo Sayad, um estudo fragmentado e portanto fragilizado, porque não se vê o fenômeno em sua totalidade, como partes de um mesmo todo que se completam e se explicam.

---

<sup>8</sup> Na perspectiva de Peter Burke, para o deslocado ocorrem “perdas”, mas para as sociedades que os acolhe há sempre “ganhos”. Ver: BURKE, Peter. *Perdas e Ganhos*. Exilados e Expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000. São Paulo: UNESP, 2017.

O fenômeno migratório carrega ainda outra contradição ou ilusão: ou ela é um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente, ou é um estado duradouro que se quer viver provisoriamente. A imigração é uma condição definitiva que se quer viver como provisória, ainda que essa provisoriedade dure indefinidamente. Sayad afirma que o imigrante é o primeiro interessado em se iludir nessa provisoriedade, pois é dessa forma que nega sua condição de imigrante: é um estado provisório, que vai cessar em algum momento; o segundo interessado é a sua comunidade de origem que finge que o emigrante é um simples ausente: uma ausência provisória, que cessará em seu retorno para o lugar de onde não deveria ter partido mas que, tendo partido, fê-lo apenas em caráter provisório; o terceiro, é a própria sociedade de acolhida, que insiste em afirmar a provisoriedade de sua presença, até que possa voltar ao seu lugar de origem: ao retornar, é como se nunca estivesse estado nessa sociedade.

Ilusão, provisoriedade, provação, condição passageira, estado provisório, ausência, dor, sofrimento, nostalgia, saudade, são as condições e os sentimentos que o imigrante carrega consigo até que ele possa fazer o caminho inverso: retornar; retorno esse que é o outro elemento essencial e constitutivo da condição do imigrante, segundo Sayad. Ao duplo emigrante-imigrante une-se mais uma faceta, o retornado; e se antes Sayad afirmara que a imigração era um fato social total, agora, para ele, “a noção de retorno [implica] uma antropologia total do ato de emigrar e de imigrar”<sup>9</sup>. E em outra passagem: “A ideia do retorno está intrinsecamente circunscrita à denominação e à ideia mesma de emigração e imigração.”<sup>10</sup>

Ao partir, o emigrante, que se torna imigrante ao chegar ao seu destino, carrega consigo o desejo de retorno à terra natal: se a imigração se constituiu como uma condição provisória, esta cessa no retorno; o imigrante deseja e trabalha para retornar ao seu ponto de partida; por isso, Sayad considera que o imigrante vive, pensa e age pelo retorno, já que ele tem a consciência de que não é do lugar onde está (provisoriamente). Na análise do autor, emigrar é um ato de deserção e traição do indivíduo em relação aos seus; retornar então é o reverso, é a redenção e afirmação da fidelização em relação aos seus, aos que um dia abandonou.

---

<sup>9</sup> SAYAD, Abdelmalek. “O retorno: elemento constitutivo da condição de imigrante”. *Travessia: Revista do Imigrante*. Publicação do CEM, ano XIII, número especial, jan/2000, p.12.

<sup>10</sup> Idem, p.11.

Se o imigrante vive a ilusão de que a imigração é provisória, porque a imigração cessará com a efetivação do retorno, Sayad nos lembra que o retorno também não é mais que ilusão: ou porque ela nunca se concretizará, existindo apenas como um desejo nostálgico, ou porque, ao se concretizar, o retornado toma consciência da impossibilidade de se viver no retorno como se o tempo da ausência nunca tivesse existido. Para Sayad, o emigrante-imigrante-retornado, na efetivação do retorno, estabelece:

a. uma relação com o tempo: quer-se retornar a si e ao seu grupo, no tempo anterior à emigração, mas não existe retorno ao idêntico, pois ainda que se possa voltar ao espaço, não se pode voltar no tempo, ao tempo que era. O tempo foi e a pessoa que partiu já não existem mais;

b. uma relação com o espaço: o lugar de onde se partiu também já não é mais o mesmo do momento da partida; quer-se voltar ao espaço nostálgico, aquele espaço retido na memória da partida; um lugar sagrado, sacralizado, idealizado, que também já não existe mais;

c. uma relação com os que ficaram: só se deixa o grupo para encontrá-lo de forma fixa, congelada, estática, como foi deixado e não como se reencontrará;

d. uma relação consigo mesmo: quer-se voltar a ser o que se era, ou o que se acreditava ser quando partiu.

Ainda que no retorno cesse a condição de emigrante-imigrante, não se volta a ser o que se era, porque voltou-se para o espaço (o mesmo espaço que já é outro), mas não se voltou para o tempo da partida, para os seus e para o que ele era ou achava que era antes de sua partida. Ele não é mais a pessoa que partiu (emigrante), não é a pessoa que se estabeleceu em outro lugar (imigrante), então é uma terceira forma de si mesmo: o retornado. O eu da partida não é mais o eu do retorno, ou como poetizou Rimbaud “eu é um outro”.

Assim, os resultados do retorno são a decepção, a nostalgia e a anomia, pois “não se habita impunemente um outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia, em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça dessa presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente [seus efeitos]”<sup>11</sup>. Sayad nos lembra que a imigração não ocorre sem deixar marcas; o fato de não se ter essa consciência, de não as percebermos é porque já são parte do imigrante; e não há

---

<sup>11</sup> Idem, p.14.

presença em um lugar que não se efetive na ausência em outro lugar. A imigração é irreversível; o retorno é só ilusão (ou desilusão).

Esse sentimento de não pertencer ao lugar, seja na imigração seja no retorno, foi definido por Sayad como *elghorba*. Como ele afirma: “A experiência da realidade da emigração vem desmentir a ilusão e restabelecer a *elghorba* em sua verdade original”<sup>12</sup>. Mas como traduzir ou explicar o significado e o sentido de *elghorba*? Como apontam Hajji e Escudero, a conceituação deste termo só pode ser compreendida numa “perspectiva semântica, plural e difusa”, cuja raiz formada pelas letras árabes transliteradas como GHRB podem ser usadas em diferentes variações: *ghorba, gharib, gharb, gharbatu, ghirib, ghorub, ghuruba, aghirba, ighrab, maghrib, gharaba, istighrab*, e significados: exílio, banimento, afastamento; estranho, estrangeiro, estrangeiridade; longe, distante, afastado; oeste, ocidente, poente, crepúsculo, anoitecer; mistério, medo, desamparo, melancolia, opressão<sup>13</sup>.

Sayad resume essa sensação e traduz *elghorba* do ponto de vista da experiência migrante:

Todo o discurso do emigrante se organiza em torno da tripla verdade da *elghorba*. Na lógica tradicional é a de ser associada ao ‘poente’, à ‘escuridão’, à distância e ao isolamento (entre os estranhos, logo à sua hostilidade e ao seu desprezo); ao exílio, ao terror (aquele que é provocado pela noite e o que o faz se perder numa floresta ou numa natureza hostil); à perda (por perda do sentido de direção); à infelicidade etc. Na visão idealizada da emigração, fonte de riqueza e ato decisivo de emancipação, *elghorba*, intencional e violentamente negada em seu significado tradicional, tende (sem todavia conseguir completamente) a trazer uma outra verdade que a identificaria com a felicidade, a luz, a alegria, a segurança etc.<sup>14</sup>

*Elghorba* pode ser entendido nos subtítulos das principais obras de Sayad: *A imigração e os paradoxos da alteridade*; *O retorno elemento constitutivo da condição do imigrante*; *A dupla ausência: das ilusões da emigração ao sofrimento da imigração*. Assim *elghorba* é o paradoxo, do ser (ou do não ser) em relação ao outro; é a condição de ser (e de existir) daquele que parte de um lugar e chega a outro; de se iludir

<sup>12</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 44.

<sup>13</sup> ELHAJJI, Mohammed e ESCUDERO, Camila. Sentidos e Expressões da noção de *ghorba* na obra de Abdelmalek Sayad. In: DIAS, Gustavo Dias; BÓGUS, e outros. *A Contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*. São Paulo: EDUC, 2020.

<sup>14</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A imigração...* p. 44.

acreditando que a emigração é a cura e a constatação de que o sofrimento é a doença que acompanhará o imigrante em sua jornada, que não se conclui e não se finda com o retorno.

*Elghorba* é o sentimento, o modo de ser, o modo de existir, o modo de viver do emigrante-imigrante-retornado, em cada uma dessas etapas de seu percurso deslocado. Ao emigrar, parte para o exílio de sua terra natal; ao imigrar, chega no exílio e viverá nessa condição até que o retorno seja possível, mas o que é o retorno se não a concretização de que esse exílio não é nem voluntário nem passageiro? *Elghorba* é o lugar aonde nunca se chega ou o outro nome para a imigração<sup>15</sup>. Ou, como Sayad disse, *elghorba* é o país a que nunca se chega<sup>16</sup>.

## O uso das entrevistas na pesquisa de Sayad: aproximações com a história Oral

Um último aspecto sobre a obra e o legado de Sayad para os estudos migratórios refere-se a sua forma de fazer pesquisa com os imigrantes, e ressalto o com em oposição a sobre os imigrantes. O imigrante, que saiu de seu país de origem (a Argélia), se estabeleceu no país de imigração (a França) e viveu esse período de desterro como um deslocado nostálgico sonhando com um retorno, possível ou impossível, concretizado ou não para a sua terra natal, teve em Sayad mais que um ouvinte, um interlocutor.

As histórias de vida, sejam elas entrevistas orais, entrevistas escritas, entrevistas em profundidade, os testemunhos, as narrativas, a autobiografia, têm em comum a preocupação em valorizar as experiências de vida, como vivências únicas e particulares, sobre as quais números, índices e taxas têm pouco a dizer. Significados, processos sociais e individuais, experiências de vida, elaboração de uma identidade individual e coletiva, sentimentos, dificuldades, frustrações, não são dados quantificáveis e, por isso, não podem ser traduzidos em números e dados estatísticos. A experiência subjetiva da emigração, imigração e retorno, a complexidade da vida cotidiana, a construção e

<sup>15</sup> Observa-se que a palavra árabe para imigração é *mahjar*, de que Sayad não faz uso em seus textos.

<sup>16</sup> SAYAD, Abdelmalek. El país al que nunca se llega. *Correo de la UNESCO*. Octubre 1996, pp.10-12.

reconstrução de uma identidade e memória coletiva só podem ser registradas de uma forma, que é por meio das histórias de vida, por mais que também sejam diferentes as formas de contá-las e registrá-las. É importante notar que, se essas experiências de vida são únicas e particulares, quase exclusivas, e quaisquer que sejam as justificativas apontadas, com certeza, muitas histórias ficarão sem se conhecer.

As entrevistas gravadas são um meio de registrar histórias de vida. Sayad, que realizou um trabalho de entrevista<sup>17</sup> com os imigrantes argelinos vivendo na França, considerava serem estas um meio de comunicação e autocomunicação, um meio de análise e de autoanálise, baseadas sobretudo na confiança estabelecida entre o entrevistado e o entrevistador, que se expressa no alívio e na alegria do momento em que as “palavras mais dolorosas, mais escondidas foram soltas”<sup>18</sup>. Para o sociólogo, o entrevistador assume uma posição de confidente em relação ao entrevistado, como se a partir do depoimento ambos compartilhassem de um segredo, de uma carga, de um pesado fardo aliviado pela fala.

Sayad assim se expressa em relação ao momento da entrevista:

...nunca é sem emoção, e neste caso mais do que em qualquer outra circunstância, que recebemos as confidências mais íntimas de um entrevistado, marca da extrema confiança que acabou depositando no entrevistador, esse eterno questionador, curioso de tudo, fuçador do passado e do presente de todos, nos comportamentos visíveis, manifestos e patentes, bem como nas razões de ser desses comportamentos e em sua finalidade última, todas essas coisas secretas ou latentes; esse “importuno” que tem a pretensão de construir e, por conseguinte, de possuir a verdade dos sujeitos melhor do que esses mesmos sujeitos que a carregam em si, que a fazem agir e a executam (sem os quais ela não existiria); e que, no fim de seu trabalho de espectador e de analista externo, intervindo sempre a posteriori, *post festum*, pretende querer ensiná-la a ser seus próprios autores, adotando assim sobre as coisas, e até mesmo sobre as coisas do mundo social (sobre as coisas dos entrevistados e sobre os próprios entrevistados), um ponto de vista divino.<sup>19</sup>

Ao verbalizar essas angústias no momento da entrevista, o entrevistado ganha uma liberdade pessoal e, ainda, passa a ter uma existência “socialmente atestada.” Ao

---

<sup>17</sup> Mas não de História Oral. Para Meihy: “Uma preocupação importante no entendimento da história oral diz respeito a sua integração no conjunto de outras expressões, como oralidade e as chamadas fontes orais. Isso implica dizer que nem tudo que é oral e gravado remete ao campo da história oral”. MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 20.

<sup>18</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A imigração...* *op.cit.* São Paulo: EDUSP, 1998, p. 134.

<sup>19</sup> Idem, pp. 131-132.

autorizar e incentivar o uso dessas entrevistas, tornando-as públicas<sup>20</sup>, vai-se além do mundo da confiança, da experiência pessoal, para a dimensão social, objetivo do trabalho do sociólogo, do antropólogo ou do historiador.

Bourdieu, em Prefácio da obra de Sayad, definiu o sociólogo argelino como o escritor público, pois:

...dá voz àqueles que dela são mais cruelmente despossuídos, auxiliando-os por vezes, tanto com seus silêncios quanto com suas perguntas, a encontrar as palavras, a reencontrar, para contar uma experiência que a contraria completamente... Isto sem jamais instituir-se como porta-voz, sem jamais se valer da palavra dada... para dar lições ou exhibir bons sentimentos... ele está presente, e escuta, e grava, e transcreve, e transmite, sem frases, as palavras que atrai e acolhe... com uma simpatia sem *pathos*, uma cumplicidade sem inocência, uma compreensão sem complacência ou condescendência.<sup>21</sup>

A relação estabelecida entre entrevistado e entrevistador, além da confiança já citada, circula entre o mundo da admiração, da fascinação e da sedução, mas não por isso se deixa de lado o esforço e a lucidez decorrentes do recolhimento do relato do entrevistado, entregue “com toda afeição..., ‘fraternalmente’... marcado por uma profunda sinceridade e inegável autenticidade”.<sup>22</sup>

As pesquisas que ligam história oral e migração destacam a importância da experiência subjetiva na mudança de um lugar (país de origem) ao outro (país de destino). Tais estudos, entretanto, deveriam ir além da experiência da passagem de um lugar ao outro, que, embora de extrema importância para o processo como um todo, não abarca questões tão relevantes como a experiência migratória em si, os conflitos decorrentes do encontro de velhos e novos padrões culturais, a necessidade de adaptação, reinserção e inserção em uma nova sociedade, além da perspectiva da construção e manutenção de um projeto familiar que engendra e sustenta a migração em todas as

---

<sup>20</sup> Entre as diferentes etapas que compõem o projeto de História Oral está a conferência das entrevistas: “momento em que depois de trabalhado o texto, quando se supõe que este está em sua versão final, o autor entrega a versão par ser autorizada”. MEIHY, José Carlos Sebe, *op. cit.*, p. 184. Da mesma forma, autorização do uso da entrevista, gravação ou texto final, deve ser feito por meio de Carta de Cessão; “documento fundamental para definir a legalidade do uso da entrevista”. MEIHY, p. 214.

<sup>21</sup> BORDIEU, Pierre. “Um analista do inconsciente”. In: SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração... op. cit.*, pp. 9-10.

<sup>22</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração*, p. 134.

suas dimensões, como bem trabalhado por Sayad em suas entrevistas realizada com os imigrantes argelinos estabelecidos na França.

Para Thomson, o fenômeno migratório tem se constituído em um campo vasto e fértil para a pesquisa em história oral. Isto porque

o testemunho oral e outras formas de histórias de vida demonstram a “complexidade real do processo da migração” e mostram como estas políticas e padrões repercutem nas vidas e nos relacionamentos dos migrantes individualmente, das famílias e das comunidades.<sup>23</sup>

O autor ressalta ainda que a história da migração (ou a história do migrante) sofre da falta de registro e de documentação adequada ou, problema ainda mais grave, pode ser “mal documentada”, no sentido em que tais registros não alcançam a dimensão do fenômeno que deve ser entendido em toda a sua complexidade. Tal complexidade refere-se, sobretudo, à experiência pessoal e coletiva do migrante, transcendendo os aspectos de ordem econômica que, por vezes, são o mais abordado nessa análise.

A migração, que não pode e nem deve ser desconectada dos fatores econômicos que também a provocaram, pois envolve fatores múltiplos, motivos variados, experiências complexas, renúncias, negociações e escolhas de diferentes padrões culturais, articuladas tanto num diálogo familiar, envolvendo gênero e geração, quanto num diálogo comunitário entre os dois lugares (origem e destino), que uma possível documentação escrita não pode registrar. De acordo com Thomson, “a evidência oral é necessária para se examinar o funcionamento interno da comunidade imigrante”.<sup>24</sup>

A questão da família, das gerações e o papel das mulheres no processo migratório são questões de forte cunho, cujas sutilezas a história oral pode abordar, revelar e desvendar. A família assume o papel chave na migração, pois é a partir dela que se engendram os projetos de partida, estabelecimento e possível retorno, que se formam as redes sociais e de sociabilidade, que se mantêm ou se modificam os padrões culturais do grupo. Além disso, é por meio da família que se evidenciam e se preservam as questões identitária e mnemônica, como um processo conflituoso entre as gerações.

---

<sup>23</sup> THOMSON, Alistair. “Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração”. In: *Revista Brasileira de História*. SP, v. 22, n. 44, 2002, p. 344.

<sup>24</sup> Idem, p. 345.

Outra importante abordagem permitida pela história oral nos estudos da migração refere-se aos imaginários culturais transportados pelos migrantes em seus deslocamentos e estabelecimentos em diferentes lugares, do ponto de vista da construção de uma imagem, idealizada ou concretizada, dessas diferentes culturas, da dinâmica do retorno como o mito de reencontro com a pátria idealizada. Ao mesmo tempo, a história oral permite registrar a experiência e o impacto de quem se depara com outra e dura realidade.

Thomson afirma ainda que

a história oral é uma ferramenta importante para entender... “os mundos internos” dos imigrantes, para explorar como a “subjetividade” – conhecimento, sentimentos, fantasias, esperanças e sonhos – de indivíduos, famílias e comunidades informa e molda a experiência da migração em todos os seus estágios, e é por sua vez transformada por essa experiência.<sup>25</sup>

O processo migratório e de retorno deve ser, então, analisado do ponto de vista das experiências subjetivas, dos seus significados para aqueles que participaram do processo, numa perspectiva que não é individual, mas, sobretudo, familiar. É necessário compreender os projetos anteriores e as concretizações possíveis, os desejos e a realidade, as intenções e as negociações feitas nesse projeto familiar, no qual cada membro participa conforme as categorias de geração, gênero e papéis sociais. É nesse sentido que a História Oral, da forma como o NEHO USP tem desenvolvido suas pesquisas, pode se aproximar das contribuições de Abdelmalek Sayad aos estudos migratórios.

Para finalizar esse capítulo, escolho três tópicos das análises feitas por Sayad e apresento parte das entrevistas realizadas pelo sociólogo com os imigrantes argelinos e as entrevistas por mim realizadas com imigrantes árabes. Assim, como Sayad, apresentarei a fala do imigrante e deixarei ao leitor as interpretações possíveis.

Sobre a ilusão da imigração:

---

<sup>25</sup> Idem, p.347.

<p>“Não, nunca nos explicam a França como ela é antes que a conheçamos. A gente os vê voltar, são bem vestidos, trazem malas cheias, dinheiro nos bolsos, a gente os vê gastar esse dinheiro... E, quando falam, o que dizem? Eles falam de seu trabalho.” Mohand<sup>26</sup></p>	<p>“... Todo mundo já falava muito do Brasil... e elogiavam muito esse país... O Brasil tinha fama, falavam que aqui o campo de trabalho era grande, quem tinha vontade conseguia se estabelecer e melhorar de vida, coisas assim... Só não contaram como era duro para conseguir isso, né?” Mustapha<sup>27</sup></p>
--	--

### Dos efeitos da imigração:

<p>“... Como continuar a ser argelino quando se mora fora da Argélia há várias décadas; quando se está instalado na França com mulher e filhos...”</p> <p>“Embora evite dizê-lo em voz alta, o emigrante árabe sabe – por experiência – que a emigração é a origem das contradições nas quais se encontra encerrado. Assim, sente-se inclinado, não sem alguma razão, a considerá-la responsável por todas as suas desgraças.”<sup>28</sup></p>	<p>“Acho que a maior dificuldade pela qual passa um imigrante árabe é ter de cuidar da família num país de cultura diferente... Ensinar os nossos valores, os nossos costumes, a nossa língua e a nossa religião em outro país não é muito fácil...</p> <p>Infelizmente, nossos filhos ficam longe da terra, às vezes nem a conhecem, e se quisermos voltar a morar lá eles já não querem... Eles vivem nesse país, fazem parte dele e se consideram brasileiros. Imagine os filhos deles, então! São mais brasileiros ainda”..” Nassib<sup>29</sup>.</p>
---	---

### Os filhos ilegítimos:

<sup>26</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração*, p. 36.

<sup>27</sup> OSMAN, Samira Adel. *Imigração Árabe no Brasil: histórias de vida de libaneses muçulmanos e cristãos*. São Paulo: Xamã, 2011, p. 49.

<sup>28</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração*, p. 225.

<sup>29</sup> OSMAN, Samira Adel. *Imigração Árabe no Brasil... op cit.,*, p. 38.

“Tem todas essas coisas que você carrega com você, que fazem parte de você; todas essas coisas: os gestos, o andar, o olhar... Mesmo quando a gente não está andando na rua, a gente não tem o mesmo jeito. Então dizem de nós: ‘Olhe as emigrantes!’... Achavam que a gente era turista francês... Foi realmente horrível.

(...) Falam dos emigrantes... das filhas dos emigrantes... Falam tudo o que podem das filhas dos emigrantes, podem culpá-las de tudo: elas são assim, essa é a educação da França! Não é uma argelina.” Zahoua<sup>30</sup>

“Não vamos generalizar, mas a maior parte dos libaneses não nos considera árabes como eles, eles nos vêem como estrangeiras... Quando nós estamos no Brasil somos apontados como ‘turcos’, e quando estamos no Líbano somos os ‘brasileiros’... Você nunca pode dizer que você é uma coisa ou outra, porque logo eles se colocam contra. Então eles é que definem o que você é ou não é, você é árabe ou brasileira conforme a definição deles. Só que quando eles dizem ‘as brasileiras’ é uma imagem feia, ruim, não é um elogio...

Eu não gosto de ser apontada como ‘a brasileira’, isso me incomoda muito...” Monira<sup>31</sup>

## Sayad e seu legado: à guisa de conclusão

Devo meu conhecimento de Abdelmalek Sayad à possibilidade de desenvolvimento de um tema de pesquisa que, quando iniciada na década de 1990, era ainda pouco incipiente mas que foi possível pela generosidade intelectual do orientador da pesquisa. Desde então, a imigração árabe, o retorno e o refúgio têm se constituído num campo profícuo da produção acadêmica. Sayad é lido, estudado, referenciado e está presente nos estudos migratórios preocupados com o imigrante e sua visão sobre a experiência que viveu.

Ainda assim, pela falta de tradução de outros textos do sociólogo argelino para o português no caso do Brasil, pela sua morte prematura, pela falta de estudos que pensam suas contribuições além do campo migratório, faz com que eu concorde com

<sup>30</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração*, p.178.

<sup>31</sup> OSMAN, Samira Adel. *Entre o Líbano e o Brasil: dinâmica migratória e história oral de vida*. Tese de Doutorado. EFLCH- USP, 2006, 2 vols, p.446.

a afirmação de Mohammedi em publicação em homenagem aos 20 anos do falecimento de Sayad. Para ele “O seu desconhecimento entre seu povo, nós, os argelinos, mas também entre pesquisadores do Sul, é inaceitável, para não dizer imperdoável.”<sup>32</sup>

Mohammedi ainda destaca a importância da divulgação das obras de Abdelmalek Sayad, a partir da tradução de suas obras para outras línguas franqueando a compreensão de seu pensamento; do incentivo das pesquisas sobre a temática da imigração, tema atual e pertinente ao mundo contemporâneo; da exploração de seu arquivo<sup>33</sup> para que com isso seja possível dar continuidade ao trabalho de Sayad e de seu legado imensurável.

Para os que ainda desconhecem o autor, seu pensamento e seu legado, toma aqui as palavras de apresentação de Francisco Costa para a edição de 1998 de *A Imigração*: “Quem não conhece Abdelmalek Sayad não sabe o que está perdendo”.

## Referências

<[https://www.liberation.fr/culture/1998/03/16/hommage-a-mon-ami-abdelmalek-sayad\\_230098](https://www.liberation.fr/culture/1998/03/16/hommage-a-mon-ami-abdelmalek-sayad_230098)>. Acesso 27.08.2024. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

BURKE, Peter. *Perdas e Ganhos*. Exilados e Expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000. São Paulo: UNESP, 2017.

ELHAJJI, Mohammed e ESCUDERO, Camila. Sentidos e Expressões da noção de *ghorba* na obra de Abdelmalek Sayad. In: DIAS, Gustavo Dias; BÓGUS, e outros. *A Contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*. São Paulo: EDUC, 2020.

GARCIA JR., Afrânio. Abdelmalek Sayad no Brasil: Os imigrantes internacionais como um caso limite de agentes sociais forçados à reconversão. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 8, n. 1, jan.- jun. 2018, pp. 59-82.

MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

---

<sup>32</sup> MOHAMMEDI, Sidi Mohammed. A revolução copernicana de Abdelmalek Sayad. *Travessia- Revista do Imigrante*, ano XXXII, n.86, maio-agosto, 2019, p. 44.

<sup>33</sup> Disponível em: <<https://francearchives.fr/>>, a partir da doação feita pela esposa do autor, Rebecca Sayad.

- MOHAMMEDI, Sidi Mohammed. A revolução copernicana de Abdelmalek Sayad. *Travessia- Revista do Imigrante*, ano XXXII, n. 86, maio-agosto, 2019, pp.39-46.
- OSMAN, Samira Adel. *Entre o Líbano e o Brasil: dinâmica migratória e história oral de vida*. Tese de Doutorado. EFLCH- USP, 2006, 2 vols.
- OSMAN, Samira Adel. *Imigração Árabe no Brasil: histórias de vida de libaneses muçulmanos e cristãos*. São Paulo: Xamã, 2011.
- OSMAN, Samira Adel. A imigração árabe no Brasil. *Travessia. Revista do Migrante*. Publicação do CEM. Ano XII, n. 35, set-dez/99, pp.17-23.
- SAYAD, Abdelmalek. La vacance comme pathologie de la condition d'immigré. Le cas de la retraite et de la pré-retraite. *Revue Européenne de Migrations Internationales*, 2001, v. 17, n. 1.
- SAYAD, Abdelmalek. "O retorno: elemento constitutivo da condição de imigrante". *Travessia: Revista do Imigrante*. Publicação do CEM, ano XIII, número especial, jan./2000.
- SAYAD, Abdelmalek. *La double absence: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Paris: Seuil, 1999.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SAYAD, Abdelmalek. Uma família deslocada. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. São Paulo: Vozes, 1997.
- SAYAD, Abdelmalek. El país al que nunca se llega. *Correo de la UNESCO*. Octubre 1996, pp.10-12.
- SAYAD, Abdelmalek. Entrevista. Colonialismo e Migrações. Entrevista concedida a Federico Neiburg. *Mana 2* (1): 155-170, 1996.
- SAYAD, Abdelmalek. (colab. Éliane Dupuy). *Un Nanterre Algérien, Terre de Bidonvilles*. Paris: Éditions Autrement, 1995.
- SAYAD, Abdelmalek. Um pobreza 'exótica': a imigração argelina na França. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17, 1991.
- THOMSON, Alistair. "Histórias (co) movedoras: história Oral e estudos de migração". In: *Revista Brasileira de História*. SP, v.22, n. 44, 2002, p. 344.

*II. Entre a Península  
Ibérica e o Brasil: reflexões*



# Revisitando Ortega y Gasset – Ibérico, demasiadamente ibérico

Ana Nemi

*“Dime el paisaje en que vives y te diré quien eres.”*  
José Ortega y Gasset

Foi cursando a disciplina de História Ibérica que defini meus primeiros passos como pesquisadora, nos anos de 1980. Nos meandros dessa história, que ora se apresenta como lugar espacialmente definido, ora se afigura como o “lugar de línguas iberas” que os romanos pretenderam conquistar, aprendi sobre o quanto determinados termos podem definir, confundir, obliterar ou revelar. E as perguntas eram incontornáveis. Quais seriam seus conteúdos? O que significaria estudar História Ibérica? Descobrir os Impérios na construção da modernidade, compreender o que parte da historiografia chamou de decadência dos impérios ibéricos, estudar

suas possibilidades no mundo contemporâneo? Ressonâncias africanas, entre Moçambique, Angola e o Riff, Goa e Filipinas? Mas do que falamos? De Portugal e Espanha e seus espaços de colonização? Dos rastros da Península nesses lugares? Seriam os mesmos rastros entre os impérios português e espanhol? Ou ainda, seria a história ibérica parte da experiência ocidental, ou sua variante, fundadora da modernidade e em atraso na contemporaneidade? Lugar de passagem, por onde se estabeleceram romanos, alanos, visigodos, judeus e muçulmanos, e que a cristandade ousou presumir homogeneizar em hierarquias morais e sociais que, emblemadas no

Antigo Regime, sobreviveram às revoluções liberais do maldito século XIX, e ainda respiravam nos confrontos que anteciparam as ditaduras do século XX?

No primeiro projeto de pesquisa, já sob a orientação do professor José Carlos Sebe Bom Meihy, os dilemas da história peninsular foram estudados a partir da geração espanhola de 1898, considerando o conceito de História de José Ortega y Gasset (1883-1955) e os debates propostos pela referida geração, nomeadamente o papel do Império na construção contemporânea da Espanha. E aprendi que todas aquelas possibilidades sobre o que seria a História Ibérica deveriam ser consideradas. Coligindo aulas escritas, cartas, artigos em jornais, textos teóricos ou literários, os letrados e sua produção constituíram a minha primeira documentação básica, e impunham cuidados metodológicos localizados nas fronteiras entre a intenção política, a produção textual, o discurso nas ruas, palanques e parlamentos e a ação pública. Eram letrados que se pretendiam interventores, responsáveis pela perscrutação da história nacional e pela definição de seus rumos. O mesmo caminho segui no mestrado e no doutoramento, com Portugal sempre a me espreitar, como a dizer “falta alguma coisa nesse seu mundo ibérico”. Estudei o pensamento de Jose Ortega y Gasset nas três décadas que antecederam a Guerra Civil espanhola e busquei suas ressonâncias no Brasil, pois estava convencida de que havia um modo de pensar as instituições políticas e sociais que procurava justificar regimes de exceção no mundo ibérico, considerando sua singularidade em relação à experiência ocidental. O pensamento de Ortega, um “ilustre desconhecido”, como sempre me alertara o professor José Carlos, parecia se movimentar com facilidade nos textos dos defensores de regimes de exceção, fato que, se, de um lado, explica-se por seu silêncio entre 1936 e 1939 e por sua digressão comemorativa da vitória de Franco em carta a Gregório Marañon, de outro lado, parecia contradizer sua defesa incontornável de um liberalismo que pudesse se fortalecer por meio de difusão cultural e instituições historicamente legitimadas.

Em meio a essas questões, o que incentivava minha reflexão era o desafio colocado pelo professor José Carlos, algo assim, e que continua a fazer um barulhinho bom em minhas curiosidades e leituras: *Aninha, quando estiver lendo Ortega, sentindo sua mão de ensaísta, esqueça seus escorregões conservadores, e lembre de Caetano Veloso: Se tiver uma grande ideia escreva uma canção, está provado que só é possível filosofar em alemão.* E lá fomos nós, conversas sem fim sobre narrar histórias, destinos inscritos, revelados, construídos, em nações que buscavam compreender seu percurso moderno.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

Haveria um cânone ocidental que a todos concerniria? Seria possível escapar dele? Miguel de Unamuno de um lado, forcejando a Espanha e sua intra-história, cuja percepção escaparia aos racionalismos iluministas e modernizadores. Ortega y Gasset de outro lado, buscando um utópico equilíbrio entre a cultura ocidental e a experiência espanhola, e indagando sobre a Espanha possível entre Cádiz e a República de 1931. Em meio aos dois, o olhar poético de Antonio Machado e o teatro de Ramón María del Valle-Inclán e seus esperpentos, todos retratados em um pequeno cartão que o professor havia me trazido de Madri e que guardo até hoje, enquadrado em meu escritório, sempre a me lembrar os primeiros passos e a inspirar os que vieram depois.



*Foto 1 – A geração de 1898, em cartão emoldurado pela autora.*

Precisei de anos para entender que se tratava de compreender experiências de gerações, povos e lugares independentemente de modelos que, ao fazer comparações, impõem dicotomias redutoras e essencialistas como “decadentes e ascendentes”, “atrasados e modernos”, “utilitaristas ou humanistas”. Melhor seria pensar em articulações entre significados e sentidos singulares, talvez tradicionais, e conceitos que guardam possibilidades de universalização, como a liberdade, e que se expressam em narrativas distintas. Um debate que hoje em dia pode ser encontrado, por exemplo, em Hamid Dabashi (2015), no livro *Can no-europeans think?*, cuja proposta de indisciplina epistêmica em relação à redução de modos de pensar diversos ao filosofar ocidental, para alguns autores, como Walter D Mignolo, aproxima-se da indisciplina epistêmica de Ortega y Gasset, sempre em busca de um certo modo hispânico de pensar e viver em diálogo com a cultura ocidental. Evidentemente que as hierarquias entre povos edificadas pela modernidade viam com alguma desconfiança a possibilidade de os povos mediterrânicos europeus acompanharem a racionalidade iluminista.

No primeiro pós-doutorado, entre 2004 e 2006, meu mundo ibérico se completou: o Império português passou a ser estudado junto ao espanhol, agora destacando a construção da historiografia ibérica entre o final do século XIX e o século XX. Um dos temas centrais desta historiografia debruça-se exatamente sobre o debate acerca da excepcionalidade ibérica em relação à história ocidental, notadamente a história construída em meio às navegações, conquistas e colonizações a partir do século XV, quando, em um primeiro momento, as nações ibéricas tiveram papel pioneiro e, a partir do século XVII, tornaram-se periféricas em relação aos outros Impérios que se desenhavam, merecendo destaque aqui o Império inglês. Esse processo de periferização dos Impérios ibéricos implicou em forte debate, que remonta ao Padre Vieira e ao arbítrista espanhol Cellerigo, no século XVII, e a Gaspar de Jovellanos e D. Luís da Cunha, no século XVIII, entre outros. Em linhas gerais, tal debate buscava perscrutar as razões da chamada “decadência” e suas dificuldades para enraizar em solo nacional a riqueza auferida no Ultramar. (NEMI, 2008) Trazido o debate para o século XIX, quando as nações adiantadas no desenvolvimento do capitalismo viam-se às voltas com projetos liberais de organização do novo regime que deveria substituir o antigo, pautado pelo Absolutismo, as tintas e conteúdos da querela tornaram-se mais graves.

Comparar o mundo ibérico com o mundo anglo-saxão e encontrar a justa medida entre a herança ibérica e a modernização sonhada, foram assuntos que marcaram

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

a historiografia ibérica decimonônica e, também, caros ao século XX. Em textos como *Ariel*, de Rodó, *Espanha Invertebrada*, de José Ortega y Gasset, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, de Antero de Quental, *A ilusão americana*, de Eduardo Prado, e, mais entrado o século XX, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *O Espelho de Próspero*, de Richard Morse, as aproximações e dissonâncias entre o progresso material, que seria característico do mundo anglo-saxão, e o humanismo e heroísmo, que seriam característicos de um certo mundo ibérico, foram amplamente discutidos, metaforizados e transformados em projetos políticos. Ecos da experiência da chamada “decadência”, da impossibilidade de construir a soberania nacional independente das alianças com as nações economicamente poderosas da Europa na época contemporânea. Instrumento de reflexão transformado em categoria de análise histórica ao longo do século XIX, a ideia de “decadência” permitiu construir uma axiologia do percurso histórico peninsular e das áreas coloniais sob sua influência. (NEMI, 2008) Neste sentido, o estudo empírico dos objetos da natureza, das experiências humanas e suas instituições por meio de classificação, descrição e busca de regularidades singulares, foi um caminho para os historiadores e letrados preocupados em compreender o lugar do mundo ibérico na chamada “civilização ocidental”. E de novo as perguntas fundadoras da pesquisa: seria tal mundo excepcional? singular? uma variante ocidental?

Para muitos autores, e novamente cito Richard Morse, a experiência ibérica na modernidade é essencialmente diferente da anglo-saxônica. Tal diferença, também sobrelevada por Gilberto Freyre, indicaria a nossa positividade. Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, aponta a negatividade de tal excepcionalidade, que nos tornaria incapazes de construir um espaço público de caráter democrático. No limite, poder-se-ia afirmar a pouca relevância de direitos políticos e civis, posto que seriam elementos de uma institucionalidade alheia às tradições ibéricas. Estudado o debate historiográfico, senti a necessidade de observar empiricamente as comparações sugeridas pelos autores aqui sumariados. E a oportunidade chegou no início das minhas atividades na Universidade Federal de São Paulo, em 2006, quando me foi colocado um desafio: estudar história da saúde pública, pensar suas instituições de acolhimento, como hospitais e misericórdias.

O primeiro passo foi reconstruir a história do Hospital São Paulo (HSP), sociedade civil sem fins lucrativos e certificada como filantrópica por meio de sua mantenedora, a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), fundada em

1933. Lidando com a documentação financeira da instituição (Livros Diários, Balanços, Atas de Conselho e Assembleia, Folhas de pagamento), buscando deslindar os meandros do seu financiamento, observei a relevância da execução de verbas públicas pelo Hospital privado e filantrópico, execução que se justificava pelo acolhimento da pobreza e que, também, autorizava isenção tributária. José Carlos seguia me oferecendo pistas quando, junto com Cláudio Bertolli, alertava que a história da saúde pública é espaço *útil para se refletir sobre a continuidade e/ou ruptura das relações entre o poder, as atitudes médicas vinculadas à população em geral e as implicações íntimas, constantes na prática da ética política. Trata-se da história da circulação da vontade governante manifestada nos cuidados médicos e nas aceitações populares.* (MEIHY & BERTOLLI F., 1990) O estudo da história do HSP/SPDM (NEMI, 2021) permitiu observar a circulação referida por José Carlos e Cláudio, conhecer as lutas sociais pelo financiamento do Hospital e as afirmações sempre recorrentes sobre a relação entre os cuidados médicos oferecidos pelos serviços públicos e a caridade cristã, relação que enfraquecia a noção de saúde como direito e amplificava as vozes dos movimentos sociais pela saúde que cresceram no entardecer da ditadura militar, ao final dos anos de 1970, e nos trouxeram à construção do SUS.

A origem deste modelo de isenção tributária e execução de verba pública por instituição privada e filantrópica, cuja justificativa no plano ideológico ancorava-se na chamada caridade cristã, encontrei-a nas Santas Casas de Misericórdia, cuja experiência de origem colonial a República transformara em Lei em 1893 (NEMI, 2020A), por meio da figura da sociedade civil sem fins lucrativos, vigente no Código Civil brasileiro e enraizada em nossa experiência. Uma história de tempo longo, que se tornou, então e ainda hoje, meu desafio de pesquisa. Tendo aprendido que era preciso observar especificidades vividas e narradas, novamente inspirada pelo conceito de circunstância<sup>1</sup> de Ortega y Gasset, considerando alinhavos entre lugares e mundo, e retornando às especificidades ibéricas, interessei-me pelos sistemas de saúde desde os finais do século XVIII, quando tintas iluministas pareciam querer alterar as cores do atendimento à saúde baseado no acolhimento católico-cristão da pobreza característico do mundo ibérico. As ações ditas filantrópicas<sup>2</sup>, movimentando-se entre o público e o privado,

---

<sup>1</sup> O conceito de *circunstância* foi desenvolvido pela primeira vez nos textos reunidos em seu livro *Meditaciones del Quijote*, publicado em 1914.

<sup>2</sup> O termo “filantropia” é bastante comum nos textos ingleses (oficiais e arbitristas) desde o século XVI; na experiência luso-brasileira e espanhola, pode ser reportado aos iluminismos. No caso brasileiro, a República viria a institucionalizar o termo, que se desenvolveu ao longo do século XX.

pareciam fundamentais para o entendimento dos distanciamentos e/ou aproximações possíveis entre a experiência ibérica e a anglo-saxônica, tema fundamental da historiografia ibérica. Cabe apontar algumas conclusões, embora esta seja, ainda, pesquisa em andamento.

A Inglaterra conheceu um sistema nacional de assistência aos pobres que se asentava na obrigação de socorro aos necessitados ainda no século XVII, a partir da Lei dos Pobres de 1601, assinada pela rainha Elisabeth I. Cobrava-se uma taxa aos nobres para socorro aos pobres e as paróquias eram obrigadas pela mesma Lei a se responsabilizarem pela organização de socorros e do trabalho de assistência. Construiu-se, assim, uma noção de filantropia por meio da qual a segurança dos negócios privados era garantida quando seus agentes e atores assumiam o custo financeiro de assistência aos pobres. O espaço público das paróquias recebia os efetivos da “poor tax” paga pelos proprietários e oferecia os serviços considerados filantrópicos. A nova Lei dos Pobres de 1834 radicalizou a tese de que a segurança da propriedade se relacionava com a “estabilidade” dos trabalhadores, e associou mais diretamente doença e pobreza, criando “workhouses” para recolher pobres em condições de trabalho, à semelhança do “Hôpital General” edificado na França por Luís XIV em 1656. Mesmo tendo aumentado o papel do Estado na repressão à pobreza e na organização dos serviços voltados aos pobres, a nova Lei manteve a ideia original de que filantropia significava retirar dos ganhos privados recursos para a assistência aos pobres como forma de evitar insurreições populares.

No mundo luso-brasileiro as ações de filantropia estão relatadas às atividades das Santas Casas de Misericórdia, sendo a primeira a de Lisboa, criada pela rainha Dona Leonor e o Rei D. Manuel I em 1498, e tiveram sempre forte relação com os sentidos de caridade que a Igreja Católica lhes imputou: o acolhimento da pobreza, o cuidado com órfãos, viúvas, doentes e velhos, além dos incapazes de se sustentar, independia de legislação, tratava-se de atitude vinculada à consciência do cristão. Nas espanhas, embora não exista a instituição de misericórdia conforme proposta pelos reis portugueses, as ações de atendimento à saúde e acolhimento da pobreza também se pautavam pela caridade cristã, ou seja, pelo livre acolhimento ancorado na teologia mOral cristã, que dispensava obrigações fixas de pagamento de taxas, deixando essas instituições sempre em situação financeira dificultosa. Ao longo dos séculos XIX e XX, no entanto, podemos afirmar que houve uma laicização da noção católica de caridade e que, neste sentido, as ações filantrópicas em terras ibéricas passaram por processos

de racionalização que não podem mais ser considerados apenas como benemerência cristã e/ou católica. Esta inflexão, seguramente relacionada ao enraizamento do capitalismo, aproximou os sentidos da filantropia nos mundos ibérico e anglo-saxão, tema que sigo estudando, considerando as *almhouses* na história dos Estados Unidos e as misericórdias na história do Brasil, com ênfase na Almshouse de Nova York (hoje Hospital Bellevue) e a nas misericórdias de São Paulo e Ribeirão Preto. Investigo os efeitos negativos das isenções tributárias que beneficiam instituições privadas e filantrópicas no financiamento de ações efetivamente públicas em saúde.

Nesta trajetória, não posso deixar de destacar a História Oral, para a qual José Carlos migrara já quando eu fazia doutorado, e por meio da qual ele viria a me ajudar, ensinando como trazer o imponderável do tempo presente e/ou vivido, e seus testemunhos, para a construção da narrativa histórica. (NEMI, MEIHY & CRUZ, 2020B)

Esse pequeno resumo de percurso intelectual, bem mais corrido do que o bom senso costuma sugerir, e feito ao andar, seguindo a seminal advertência de Antônio Machado, permitiu revisitar inquietações de juventude, nomeadamente a perscrutação da circunstância, da paisagem na qual vamos inseridos e que deve compor a moldura sobre a qual historiadores construímos nossa narrativa. Não se trata de pensar a circunstância redutoramente, como contexto que explica ideias, ações ou rebeliões, mas de considerá-la em relação aos objetos estudados, de perceber esses objetos em suas múltiplas leituras e releituras. E, ainda, trata-se de perceber, como aprendi considerando as possibilidades da história Oral, que em uma narrativa histórica existem circunstâncias/paisagens de temporalidades distintas articuladas, o tempo vivido dos objetos estudados, o tempo vivido pelo historiador que narra e, quem sabe, o tempo fabulado pelos personagens envolvidos. Relativismo? Não, já que a narrativa histórica é empiricamente construída a partir de instrumentos de prova e, por isso, aproxima-se efetivamente do vivido que é narrado, e distancia-se do que é apenas desejo.

Tendo iniciado meus estudos lendo Ortega, cedo tive que aprender a lidar com as distintas sintaxes dos múltiplos objetos de estudo que ele trazia para seus textos: memórias, leis, pinturas, discursos, entre muitas outras possibilidades, exigiam cuidados metodológicos que, aos poucos, enfrentei. Imagens, especialmente pinturas, foram sempre meu maior desafio, e seguem sendo, já que aquelas produzidas sobre instituições de atendimento à saúde e de tratados médicos fazem parte da experiência da humanidade e revelam “circunstâncias”. Por isso, resolvi homenagear o professor José Carlos revisitando as obras de arte do pintor espanhol Ignácio de Zuloaga (1870-1945),

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

cujas obras, segundo Ortega, poderiam ter caráter pedagógico na Espanha do início do século XX.

## *José Ortega y Gasset: a arte e a revelação da história e da circunstância*

Talvez caiba, primeiro, algumas observações sobre José Ortega y Gasset. Formado na tradição laica da Institución Libre de Enseñanza e herdeiro das preocupações regeneracionistas do grupo de intelectuais que se convencionou chamar de 1898, filho e neto de periodistas influentes na Espanha do final do século XIX e início do século XX, José Ortega y Gasset, por sua circunstância e vocação, conforme afirma Julián Marías (MARÍAS, 1983-84), não poderia ser mais do que um liberal no sentido ético apontado pelo público que participou dos debates das Cortes constituintes de Cádiz (MARICHAL, 1985). O liberalismo a que aspirou Ortega e em nome do qual militou é, antes de tudo, uma visão de mundo à qual se deve recorrer como instrumento de percepção e interpretação da circunstância em que estamos, todos e cada um em separado, necessariamente imersos.

A importância da arte no pensamento e na ação pública de Ortega pode ser observada em uma simples visada sobre os títulos que compõem os doze tomos de suas *Obras Completas*. Já em 29 de abril de 1910, em artigo publicado para *El Imparcial*, o autor afirmava suas intenções em relação à arte, que viriam a pautar seus estudos e papéis sobre o tema até os últimos textos sobre Velázquez e Goya:

Entre las cosas fáciles, la más importante que podía intentar ahora el ministro de la Instrucción Pública sería, en mi opinión, una Exposición Zuloaga. No se trata de un homenaje (...). La conveniencia de una Exposición Zuloaga (1870-1945) se funda en su utilidad para nosotros que fuéramos visitarla. Y no está para esto puesto ahí el Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes? Su función no es premiar los meritos de los españoles triunfantes con la pluma o el pincel; es más bien hacer posible la cultura, **fomentar en la masa anónima las preocupaciones elevadas, suscitar en el ambiente público motivos de una vitalidad superior y hacer que la trivialidad del comercio ciudadano quede rota a menudo por corrientes difusas de valores ideales.** (ORTEGA Y GASSET, 1987A: 139)

Frente às imposições da vida material e do comércio urbano, encontram-se as possibilidades de entendimento da circunstância, de fomentar preocupações elevadas a partir de “*ejercicios espirituales*” presentes em obras-de-arte. Os sentidos pedagógicos de uma exposição de obras-de-arte sugeridos pelo autor remetem para os lugares, os tempos e as gentes retratados e que permitiriam problematizar e conhecer as circunstâncias vividas. A Ortega interessava especialmente discutir o que a representação pictórica poderia suscitar, para além das trivialidades da vida cotidiana. Zuloaga, Goya, Velázquez e as vanguardas do início do século XX apontaram caminhos que o autor relevou e destacou em seus textos. (ORTEGA y GASSET, 1987B)<sup>3</sup>

Mundo, ou cultura, no pensamento orteguiano, é repertório a partir do qual as pessoas constroem sua vida e ação pública, podem ter sentidos transformadores ou conservadores, mas é fundamental o enfrentamento da circunstância. A obra-de-arte, nesta lógica, constitui-se em uma porta de entrada para que os homens percebam e aprofundem tal repertório. As propostas de ruptura e ação direta, tão criticadas pelo autor, teriam por pressuposto o distanciamento dos homens do seu tempo em relação à cultura ocidental. A modernização, do ponto de vista do crescimento da vida material, teria implicado em uma desumanização da vida, em uma ausência de conhecimento acerca dos saberes guardados pelos artefatos conhecidos e movimentados pelos povos, e aqui se trata de produtos materiais e de instrumentos de participação e organização política. A história dos processos de modernização engendrados desde as primeiras navegações e consolidados durante o longo século XIX teria, desta forma, produzido uma cisão entre a vida dos homens e a herança cultural que a tornou possível. (DUST, 1989) Uma nova aproximação poderia ser alcançada por meio dos conteúdos narrados, dos sentidos produzidos e das sensações provocadas por obras-de-arte, como as telas de Zuloaga.

No âmbito deste pequeno ensaio alguns quadros de Zuloaga conduzirão a argumentação em torno da arte como projeto de fortalecimento da democracia liberal no pensamento de Ortega y Gasset. Observemos, então, algumas das suas telas:

---

<sup>3</sup> Texto original: Goya, 1958; Velázquez, 1959. Sobre as vanguardas artísticas do início do século XX: ORTEGA y GASSET, J. “La deshumanización del arte” (1925), In: *Obras Completas III*. Madri: Alianza/Revista de Occidente, 1987, pp. 351-386.



*Fig. 1 – Corrida de toros en Eibar (1899).<sup>4</sup>*

Eibar, cidade natal de Zuloaga encravada na província basca. As ruas e a praça recebem os touros e as gentes cujas roupas, montarias e modos de andar e ver parecem retirados de outros tempos, que, no entanto, cobram seu lugar nos tempos de modernização que, nesta tela, parecem ausentes, embora povoem os discursos dos letrados que pediam exposições da obra de Zuloaga. E não se trata apenas de Ortega, mas de Luis Araquistáin, Miguel de Unamuno, Ramiro Pérez de Ayala e Gregório Marañón. O casario ao fundo da praça guarda traços de séculos anteriores; as cores um pouco mais vivas talvez sugiram alguma alegria entre as gentes na festa dos touros, que o casario da tela *Segovia*, mais abaixo, não permite entrever. São gentes em roupas andaluzas, que Zuloaga transportava para o País Basco.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.carmenhyssenmalaga.org/obra/corrida-de-toros-en-eibar/>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.



*Fig. 2 - El enano Gregorio el Botero, en Sepúlveda (1908).<sup>5</sup>*



O *enano Gregório el Botero*, retratado em Sepúlveda por Zuloaga, provocou forte debate entre os letrados das duas gerações de intelectuais que, então, ocupavam os espaços públicos com a intenção de conceituar Espanha e apontar os caminhos de sua modernização possível. Os homens de 1898 e 1914 (INMAN FOX, 1988; PRESTON, 2003; MARICHAL, 1985) perguntavam-se se Gregório guardava os conteúdos de uma Espanha essencial que deveria ser preservada frente aos avanços da modernidade ou se trazia em si os sentidos de uma Espanha analfabeta e decadente que deveria ser superada. Um homem pequeno em roupas campônias, com o dorso à mostra e fisionomia observadora cujos conteúdos não se apresentam: um conjunto de traços que denuncia a ausência de letramento e uma Espanha que não se movimenta, que segue

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.lastrasdecuellar.net/un-lastreno-en-el-hermitage-el-enano-gregorio/>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

sem dialogar consigo e com as possibilidades colocadas pelo crescimento da vida e da altura dos tempos estudados por Ortega em *A rebelião das massas*. (ORTEGA Y GASSET, 1987) Na representação abaixo, do mesmo Gregório, sua figura embrutecida, suas mãos e pés, aproximam-no do animal que ele abraça. Ortega indagava se Zuloaga estaria discutindo o arcaico da circunstância espanhola em suas telas: Gregório indica uma deformação ou a representação do espanhol? (ORTEGA Y GASSET, 1987C)



*Fig. 3 - El enano Gregorio el botero - vendedor de ero (1907).<sup>6</sup>*

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/avilas/5057737136>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.



*Fig. 4 - Segovia (1910).<sup>7</sup>*

Na Segóvia de Zuloaga, linhas que se destacam para compor o casario que parece querer se movimentar diante do cenário enuvecido ao fundo: o tempo enuveceu o cenário e seu casario? Teria enfraquecido o cavalo que caminha abaixo? Mas qual tempo? O das nuvens ou o da decadência que anunciara Cellorigo ainda em 1600 quando afirmou que a riqueza sobrevoava a Espanha e nela não se enraizava? Poucas cores em algumas rústicas casas da pequena vila, localizada em Castela, onde Ignácio Zuloaga viveu e cujas tradições e costumes inspiraram suas telas. Alguma melancolia, talvez um tempo que se arrasta em uma continuidade que se eterniza e fortalece os meandros das tradições, resistindo aos tempos de transformação sugeridos pela modernização sonhada pelos letrados, com quem Zuloaga conviveu, e que o defenderam quando foi excluído pelas autoridades espanholas do pavilhão espanhol da Exposição Universal que aconteceria em Paris em 1900.

As telas de Zuloaga despertavam indagações que obrigavam a pensar a circunstância espanhola: são lembranças de uma Espanha que se desfazia? Ou de uma

<sup>7</sup> Disponível em: [https://br.pinterest.com/pin/330310953891525052/?amp\\_client\\_id=CLIENT\\_ID%28\\_%29&mweb\\_unauth\\_id=%7B%7Bdefault.session%7D%7D&simplified=true](https://br.pinterest.com/pin/330310953891525052/?amp_client_id=CLIENT_ID%28_%29&mweb_unauth_id=%7B%7Bdefault.session%7D%7D&simplified=true).

Espanha que sobreviveria sempre? Crítica à circunstância de atraso? Ou narrativa de uma resistência? Percepção da decadência presente nos conteúdos da tradição partilhados pelos espanhóis?

A arte, tal como Ortega sugere, revela e problematiza os temas fundamentais a serem enfrentados naquelas décadas de início do século XX: a vida, o pensamento e a Espanha, sendo esta implicada na circunstância europeia. Nesta chave de compreensão, a arte desenharia os espaços partilhados pelos homens, ela representaria o humano e, por isso, despertaria sentidos diversos da vida, interpretações e possibilidades muitas vezes não percebidas pelos homens em sua circunstância. Trata-se de orientar a vida e a ação pública a partir da arte. Impossível não discutir neste ponto a modernidade tal como vivida pelos espanhóis. Velázquez e suas pinturas, tanto quanto Zuloaga, e Cervantes também, segundo Ortega, conceituam Espanha e seu lugar na modernidade europeia a partir de conceitos pintados em tela, e prescindem da razão ordenadora tal como Descartes havia proposto: é o mundo da cultura que deve ordenar a realidade, daí a relevância da arte como construção narrativa da vida.

É importante destacar que a afirmação da arte como veículo de revelação da História e da circunstância não implica a tese da arte como reflexo da circunstância. Não se trata de entender a obra-de-arte a partir dos seus nexos com a experiência vivida, mas de, a partir da sintaxe interna da obra, colocar-se em relação com a circunstância, compreendê-la, problematizá-la, enfrentar os temas do tempo vivido. O que Ortega pretende promover é o despertar da consciência por meio dos rastros da História e da circunstância que a arte pode revelar, como afirma na descrição dos conteúdos das telas de Zuloaga:

La peregrinación de los lienzos egregios con sus bárbaras figuras por las tierras castizas de donde salieron removerá muchos nervios enmohecidos, levantará disputas, quebrará putrefactas opiniones, clarificará algunos pensamientos, y, en no pocas casas desispiritualizadas, recogidos los manteles tras la cena brutalmente breve a que obliga el ministro de Hacienda, se hablará de estética, gracias al ministro de Bellas Artes. (ORTEGAY GASSET, 1987 A: 140)

Mas não lhe escapam os nexos internos, os traços e caminhos para além da reprodução da realidade: é a narrativa que o autor considera fundamental, além das muitas leituras e sensações plurais que ela pode produzir, promover, inspirar. Neste sentido, não se trata de reduzir a arte às questões políticas coevas pautadas pelas urgências da

circunstância, mas de percebê-la como um modo privilegiado de ver, de ser, de retratar, de sentir, de viver, como um artifício narrativo revelador da História, dos diálogos possíveis entre as cenas, os personagens narrados e as pessoas que observam e vivem a arte quando esta se dá a público. *El enano, Las meninas, el Quijote* constituem, para Ortega, chaves para o entendimento da Espanha contemporânea e sua modernidade possível, ideais a serem alcançados, possibilidades de futuro que se entroncavam, ainda, com a Europa que Ortega pretendia reunida em Estado.

É fato que a guerra civil impeliu Ortega ao silêncio, e este guarda alguma dimensão de convivência com a ditadura que se instalou na sequência. María Zambrano (1904-1991), sua discípula, que lutou ao lado dos republicanos e, após a derrota da República, viveria um exílio só finalizado em 1984, cobrou-lhe um comprometimento com a República golpeada pelo franquismo, mas ele preferiu manter o silêncio e, após breve tempo recolhido na Residência de Estudantes de Madri, seguiu com a família para um exílio que acabaria em 1945. Apesar das contradições e digressões que marcaram sua atuação política, evidentes em seus textos e na sua presença como deputado nas Cortes que promulgaram a Constituição de 1931, seu conceito de circunstância mantém sua força como recurso para explicação de acontecimentos históricos a partir da articulação de documentos de sintaxes distintas, da observação de temporalidades que se sobrepõem e explicitam a complexidade da experiência humana. Minha trajetória como pesquisadora tem seguido essa inspiração e, por isso, agradeço ao professor José Carlos.

## Referências

DABASHI, Hamid. *Can no-european think?* London, Zed Books, 2015.

DUST, Patrick H. *Ortega y Gasset and the question of modernity*. Minneapolis: The Prisma Institute, 1989.

INMAN FOX, E. *Ideologia y política en las letras de fin de siglo (1898)*. Madri: Espasa Calpe, 1988.

MARÍAS, J. *Ortega, circunstancia y vocación*. Madri, Alianza Editorial, 1983-84.

MARICHAL, Juan. *El secreto de Espana*. Madri, Taurus, 1995, pp. 36-7.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BERTOLLI FILHO, C. História social da saúde: opinião pública versus poder, a campanha da vacina 1904S. P: CEDHAL, 1990.
- NEMI, Ana. Lusotropicalismo e hispanidade no mundo ibérico. *Tempo Brasileiro*, v. 174, pp. 7-18, 2008A.
- NEMI, Ana. Decadência e singularidade na historiografia ibérica. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História da Anpuh – Poder, violência e exclusão na Teoria da História e na Historiografia*. São Paulo: DH/FFLCH/Fapesp, 2008B.
- NEMI, Ana. Charity and Philanthropy in the History of Brazilian Hospitals. In: Martin Gorsky, Margarita Vilar-Rodríguez and Jerònia Pons-Pons. (Org.). *The Political Economy of the Hospital in History*. Ed. Huddersfield, England: University of Huddersfield Press, 2020A, pp. 61-94.
- NEMI, Ana; MEIHY, J. C. S. B.; CRUZ, L. *Caravanas da Escola Paulista de Medicina ao Araguaia e Xingu – Narrativas médicas das expedições da década de 1960*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020B.
- NEMI, Ana. *Entre o público e o privado – Hospital São Paulo e Escola Paulista de Medicina (1933-1988)*. São Paulo: HUCITEC, 2021
- ORTEGA Y GASSET, J. *A rebelião das massas*, São Paulo: Martins Fontes: 1987.
- Idem. “Una exposición Zuloaga?”. In: *Obras Completas I*. Madri: Alianza Editorial/Revista de Occidente, 1987A.
- Idem. *Papeles sobre Velázquez y Goya*. (Texto original: Goya, 1958; Velázquez, 1959) Madri: Alianza Editorial, 1987B.
- Idem. “La deshumanización del arte” (1925). In: *Obras Completas III*. Madri: Alianza/Revista de Occidente, 1987, pp. 351-386.
- Idem. “La estética de El enano Gregorio el botero”. In: *Obras Completas I*. Madri: Alianza Editorial/Revista de Occidente, 1987C, pp. 536-545.
- PRESTON, P. *Las tres Españas del 36*. Barcelona: Debolsillo, 2003.
- ZAMBRANO, M. *Persona y democracia. La historia sacrificial*. Barcelona: Anthropos, 1988.



# A falácia da “doença democrática”: a epidemia de 1918 no município de São Paulo<sup>1</sup>

Claudio Bertolli Filho (\*)

Em abril de 1918 os jornais brasileiros começaram a noticiar a ocorrência de uma pandemia de influenza que estava ocorrendo na Europa, no Oriente e nos Estados Unidos, informando que a doença apresentava um alto índice de transmissibilidade e uma baixa taxa de mortalidade e que a situação não era alarmante. A identificação de uma segunda

<sup>1</sup> Elegeu-se o enfoque de alguns aspectos da gripe espanhola porque foi sobretudo a partir da exploração da história social da medicina e da enfermidade que o professor José Carlos Sebe Bom Meihy ensinou ao autor os compromissos, as alegrias e os desesperos do trabalho do historiador.

e muito mais letal onda de influenza ganhou as manchetes em agosto, mas isso pouco impressionou, já que se acreditava que a enfermidade não alcançaria as regiões de clima quente.

Esse cenário sofreu rápida alteração em meados do mês seguinte, quando duas notícias abalaram a esperança da não ocorrência de casos de influenza pandêmica no Brasil. A primeira delas, datada de 9 de setembro, referia-se ao vapor *Demerara* que, procedente de Liverpool, fizera escala em Lisboa antes de chegar ao Recife, quando já contava com alguns passageiros e tripulantes infectados pelo vírus de uma estranha enfermidade, que imediatamente foi rotulada “tanamorbia” (doença que mata) (Farias, 2008:64). Poucos dias depois, outra

nota informava que a esquadra de patrulha marítima brasileira, acompanhada de uma missão médica que tinha a tarefa de socorrer os feridos nos campos de batalha da Europa, havia chegado ao porto africano de Dakar, onde os marinheiros e os profissionais de saúde foram contaminados com o micróbio da influenza, sendo que no final daquele mês já eram contadas mais de uma centena de mortes entre os viajantes brasileiros. Por causa disso, a missão médica brasileira foi cancelada e os infectados sobreviventes retornaram ao país (Gama, 1982:93; Ribeiro, 1967:101).

As apreensões resultantes de tais notícias não impediram que o *Demerara* prosseguisse sua viagem pelas costas brasileiras, deixando novos grupos de infectados nos portos de Salvador e do Rio de Janeiro. A precária atuação dos serviços de saúde dos portos permitiu que a maior parte dos infectados fossem liberados e se dirigissem para seus pontos de destino, enquanto os doentes em estado mais grave não foram submetidos ao isolamento hospitalar adequado, o que viabilizou que a doença se instalasse nas cidades portuárias que acolheram o navio britânico. Já identificada como gripe espanhola, a moléstia se alastrou em pouco mais de um mês por todo território nacional. Do Recife e de Salvador, a influenza se disseminou por outras cidades do Nordeste, alcançando em seguida a Região Norte e, do Rio de Janeiro, a epidemia atingiu as principais cidades do Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país. A presença da influenza atemorizou a população, instigando que muitos buscassem refúgio nas cidades menores e nas áreas rurais, facilitando com isso que a enfermidade ganhasse abrangência, inclusive na Amazônia, onde inúmeras tribos indígenas foram infectadas e dizimadas (RIBEIRO, 1977:275).

Como destacou Rosenberg (1992:281), a primeira reação social a uma pandemia constitui-se na reticência da admissão da presença morbosa, sendo isso justificado pela combinação do medo em relação ao contágio e à morte e o receio que o reconhecimento oficial da ameaça pestífera afete a regularidade das atividades econômicas e institucionais. Reproduzindo esta tendência, Carlos Seidl, chefe da Diretoria Geral de Saúde Pública, sediada no Rio de Janeiro e responsável pela orientação das instituições de saúde de todo o país, declarou que a nova enfermidade nada mais era que “gripe benigna”, postergando as possíveis ações oficiais para deter o avanço da pandemia. Devido às críticas de que foi alvo, Seidl desligou-se do cargo no dia 18 de outubro, tornando acéfalo o órgão federal (Seidl, 1919:56). A gripe espanhola aproximou as cidades do caos. A doença imperou nos centros urbanos de maior porte até dezembro de 1918, enquanto, nas áreas interioranas, o estado epidêmico só foi suspenso em abril do ano seguinte.

O avanço da crise sanitária foi caracterizado na maior parte dos Estados pela indisponibilidade de informações quantitativas confiáveis sobre o número de mortos e de infectados. Isto ocorreu devido a uma série de motivos, sendo alguns deles a precariedade da atuação dos órgãos responsáveis pela saúde pública e o registro de um significativo montante de óbitos gripais como tendo “causa desconhecida” ou como “morte natural”, especialmente nas regiões onde havia escassez de profissionais da saúde. Deve-se levar em consideração também a intervenção das autoridades locais, que em muitos casos desestimularam a contabilização apurada e a divulgação do número de óbitos para evitarem serem alvos de censuras por parte de uma população cada vez mais atemorizada. Finda a pandemia, a voz oficial indicou que 20 mil brasileiros haviam sucumbido em consequência da infecção gripal; no entanto, estudos recentes reportam, sem evidências documentais, que teriam ocorrido entre 35 mil e 50 mil falecimentos devido a influenza (SÁ, 2009:69).

A imprecisão ou total ausência de informações sobre o número de vítimas da crise sanitária mostrou-se fundamental para a orquestração que apresentou a epidemia de 1918 como um evento que imediatamente foi rotulado de “democrático”, ou seja, que a doença havia roubado com a mesma intensidade vidas dos diferentes grupos sociais. O empenho em confirmar esta ilusão teve como principal fundamento a morte de vários personagens de destaque no âmbito nacional, sendo o principal deles o político Francisco de Paula Rodrigues Alves, que havia sido presidente do Brasil entre 1902 e 1906 e que em 1918 fora reeleito para o mesmo cargo. Infectado pelo vírus da influenza, Rodrigues Alves adiou a tomada da posse do posto presidencial por inúmeras vezes, vindo a falecer em janeiro de 1919. Apesar de no seu atestado de óbito constar que a causa da morte fora a influenza pandêmica, em pouco tempo a informação foi redefinida pelos seus familiares, alegando-se então que o óbito fora causado por “assistolia aguda no curso de anemia perniciosa”. Recentemente essa discussão voltou à tona entre os historiadores, havendo aqueles que hoje postulam que o velho político não morreu de gripe, apesar de não oferecerem provas documentais sobre essa versão (SCHWARCZ; STARLING, 2020: 302).

Frente ao exposto, o objetivo deste texto é apresentar alguns dados sobre a falácia democrática referente à pandemia no contexto paulistano, pois foi em São Paulo que essa ideia ganhou maior alento. Além disso, procedeu-se a reavaliação dos dados estatísticos elaborados pelo Serviço Sanitário estadual no decorrer do evento epidêmico, os quais foram empolgadamente invocados pela esfera oficial para validar a suposição que a doença matara indistintamente a gente paulista.

## *São Paulo e a “doença democrática”*

Na segunda década do século XX, o município de São Paulo contava com pouco mais de meio milhão de habitantes, uma parte significativa deles composta por imigrantes oriundos da Europa e do Japão. No mesmo período, a cidade se transformava, abandonando o aspecto colonial para se tornar um dos principais emblemas da modernidade nacional, sendo reverenciada como a “Chicago brasileira” e “um pedaço da Europa transplantado nos trópicos”, cuja população era festejada como os “*yankees* da América do Sul”. São Paulo também era cognominada “Metrópole do café”, porque se constituía no centro político e econômico de um estado onde residiam mais de 4 milhões de pessoas e que tinha como principal sustentação econômica o plantio e a exportação do café (LEÃO, 1920:12).

Em 1918, a modernidade local ostentava como um de seus principais símbolos o Serviço Sanitário, o qual era avaliado como a mais aprimorada repartição de saúde pública do país. Criado em 1892 no âmbito das alterações do recém-instalado Estado republicano, o Serviço Sanitário constituiu-se desde então na instituição pública mais beneficiada pelas verbas governamentais, o que permitiu que contasse com profissionais gabaritados e com equipamentos sofisticados, recebendo ainda o apoio técnico dos docentes da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, inaugurada em 1913, e dos pesquisadores dos institutos científicos inaugurados poucos anos antes, sendo o principal deles o Instituto Butantan (BLOUNT, 1971:19).

Apesar de ser um órgão de abrangência estadual, a maior parte das ações desempenhadas pelo Serviço Sanitário se concentrava na Capital e, em segundo lugar, em algumas poucas cidades estratégicas para a economia cafeeira, como Campinas, Ribeirão Preto e Santos. Com isso, a maior parte do território paulista era alvo de escassa atenção por parte da administração sanitária, que somente enviava seus agentes para as cidades de menor importância econômica quando ocorriam crises localizadas, a maior parte delas gerada pelo aumento do número de casos de febre amarela, varíola e febre tifoide.

No referente à Capital, o Serviço Sanitário, assim como toda a administração pública municipal, concentrava suas ações e promovia a instalação de equipamentos sanitários urbanos, como rede de abastecimento de água tratada e rede de esgotos

subterrâneos, nas áreas habitadas pela elite econômica. Esses benefícios eram escassos ou inexistentes nas demais regiões da cidade, ocupadas pelo proletariado fabril e pelos trabalhadores agrícolas, sendo que nelas a instituição comprometida com a saúde pública atuava parcimoniosamente, favorecendo a continuidade das moléstias que a ciência da época já definia como doenças preveníveis ou cujos efeitos no organismo humano poderiam ser atenuados com a intervenção médico-sanitária (MOTA, 2005:89).

Apesar disso, a esfera oficial reiterava com constância que, devido às melhorias patrocinadas pelo governo estadual, São Paulo era o mais salubre dos estados brasileiros. Em coerência com isso, o relatório de 1916 do Serviço Sanitário proclamava que o município da Capital era uma das cidades “mais higiênicas do mundo”, com um coeficiente de mortalidade de 17,7 por mil habitantes, índice inferior aos de Madri, Berlim, Lion e Montevideú, ao mesmo tempo que buscava atenuar o fato de Leipzig e Amsterdã apresentarem coeficientes inferiores, respectivamente de 11,8 e 11,5 (SÃO PAULO, 1916:35-36).

A propaganda alardeada pelas autoridades paulistas desdobrava-se em alusões sobre a eficiência de sua organização sanitária. Isso incentivou Belisario Penna, um dos principais higienistas do período, a assim avaliar o Serviço Sanitário paulista em um texto publicado no primeiro semestre de 1918:

À exceção do Estado de S. Paulo, que cuida seriamente da instrução e da saúde pública, e que por isso mesmo constitui um povo à parte na comunhão brasileira, e de certo modo, o Rio Grande do Sul, todos os demais estados se limitam a cuidar dessas coisas fastidiosas nas capitais e em algumas cidades maiores, para enganar os incautos. (PENNA, 1918: 11)

Reflexo desta visão idealizada, quando os primeiros casos de influenza pandêmica foram registrados no país, Arthur Neiva, diretor do Serviço Sanitário paulista, declarou que a doença provavelmente não alcançaria o território bandeirante e, caso chegasse, o órgão que comandava estava plenamente capacitado para obstruir a disseminação do micróbio gripal. No entanto, a gripe se instalou no município e, em 15 de outubro, foi declarado o estado epidêmico. Bastaram apenas duas semanas para que o próprio Neiva viesse a público convocar a sociedade para lutar contra a enfermidade, reconhecendo que o Serviço Sanitário não se encontrava em condições de conter o avanço avassalador da pandemia e de socorrer o grande número de infectados.

No transcorrer da quadra epidêmica, que se prolongou oficialmente no município até o dia 19 de dezembro, os comunicados diários expedidos pelo Serviço Sanitário buscaram minimizar os estragos que a influenza estava causando, reiterando cansativamente que o Rio de Janeiro se mostrava bem mais vulnerável ao “germe pestífero” que a cidade de São Paulo. Exceção no contexto nacional, a instituição sanitária paulista procedeu a um levantamento relativamente preciso do número de óbitos diários, mas propositalmente ou não, elaborou quadros estatísticos que indicavam que os bairros onde se concentravam a elite econômica e a classe média concentravam um número de casos fatais igual ou superior aos registrados nos bairros ocupados pelo proletariado (MEYER; TEIXEIRA, 1920:64).

A operação perversa relativa à distribuição espacial do número de mortes impregnou as avaliações oficiais elaboradas tanto no transcorrer da crise sanitária quanto após ela ter chegado ao fim. A ilusão de que a doença se abatia igualmente entre os diferentes agrupamentos sociais do município foi também adotada por alguns jornais paulistanos. Nos últimos dias de novembro de 1918, *O Combate*, que se apresentava comprometido com a causa proletária, mostrou-se convencido da veracidade da condição democrática da gripe espanhola, estampando em primeira página um texto que afirmava: “A presente epidemia veio provar que epidemias não se abatem mais fortemente em uma classe social. Que apesar de todos os aparatos, todos são iguais frente à morte” (AYLE, 1918:1).

Finda a crise sanitária, os relatórios sobre a pandemia mostraram-se contaminados por uma euforia, sobretudo em relação a o que ocorrera durante os dias nos quais São Paulo foi tomado pela peste. Arthur Neiva e o prefeito Washington Luís, ecoados pela nata da administração municipal, não só minimizaram os tormentos impostos pela pandemia, mas também reclamaram para eles próprios a condição de dirigentes vitoriosos do empenho coletivo contra a gripe espanhola, sendo que na verdade foi a sociedade civil que se organizou espontaneamente para superar a quadra epidêmica. Mais do que isso, as autoridades sanitárias e políticas confirmaram com meias palavras que, efetivamente, a influenza havia causado um número igual de óbitos entre os diferentes agrupamentos sociais do município (São Paulo, Prefeitura Municipal, 1916, v.2: 615).

A insistência da condição democrática da influenza pelas vozes governamentais e por parte da mídia consagrou por décadas a representação oficial da pandemia como um evento democrático. Ainda em 1980, a lembrança deturpada da gripe espanhola permitiu que um jornalista assim se referisse aos acontecimentos de 1918:

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

A gripe espanhola (...) não escolhia suas vítimas. O temido vírus se alojava em qualquer pessoa, não importando a classe, a profissão ou o destaque social e político do cidadão. Não poupou sequer o político mais influente do País, o todo-poderoso chefe do PRP, Francisco de Paula Rodrigues Alves. (A verificação..., 1984:13)

## *Uma outra versão da pandemia: estrutura e perfil epidemiológico paulistano*

A versão da gripe espanhola como uma patologia igualitária perde força se a análise adotar como apoio as noções oferecidas pela chamada Epidemiologia Crítica. A partir dela, as doenças são entendidas como fenômenos a um só tempo biológicos e sociais, portanto como processos pautados tanto pelos mecanismos do mundo natural quanto pela produção e reprodução da força de trabalho, acrescidos de outros eixos sociais, como gênero e etnia (BREIHL, 2006:212).

A causalidade social da enfermidade tem como um de seus principais fundamentos o poder diferenciado de negociação de cada grupo social, resultando na constituição de estruturas epidemiológicas distintas, conceito que abrange a totalidade de fatores relacionados com o agente etiológico, o hospedeiro e o ambiente físico e social, os quais propiciam ou inibem a ocorrência da enfermidade ou o agravamento do padrão de saúde de um grupo humano. As condições materiais de vida implicam na constituição dos perfis epidemiológicos das classes sociais, isto é, em possibilidades diferenciadas de viver, de adoecer e de morrer, comprovando que, no transcorrer de um evento epidêmico, o maior número de vítimas encontra-se nos agrupamentos que historicamente são mais vulneráveis às enfermidades de todo tipo. A associação entre o perfil e a estrutura epidemiológica aflora como um recurso fundamental para o entendimento da gripe espanhola e da distribuição de suas vítimas no tecido social<sup>2</sup>.

A recorrência a essas noções impõe que se observe o município de São Paulo como um conglomerado de espaços heterogêneos que, por volta de 1915, colocava em evidência o processo de segregação geográfica das classes sociais como consequência direta do grau de valorização dos terrenos. Os lotes tinham seus preços estipulados

---

<sup>2</sup> O modelo proposto pela Epidemiologia Crítica tem sido alvo de frequentes debates acadêmicos. Veja-se a respeito Minayo (2021).

mediante a recorrência a vários critérios, sendo os principais deles a salubridade do terreno, a disponibilidade de equipamentos urbanos coletivos e as características sociais e culturais da vizinhança (LOVE, 1982:122).

Em conformidade com esses parâmetros, os grupos privilegiados economicamente tinham suas moradias estabelecidas nas colinas e patamares situados ao sul do vale formado pelos rios Tietê e Tamanduateí, áreas relativamente próximas ao centro da urbe e contemplada com um vasto conjunto de benefícios públicos. Em contraste, os grupos proletários estavam fixados no vale e na baixada situada ao leste do centro urbano, em terrenos sujeitos a enchentes periódicas e que dispunham de precários equipamentos urbanos somente nas vias centrais. Nas regiões mais afastadas, ao norte e ao leste do município, o cenário era dominado por fazendas e sítios, que devido à dispersão populacional, apresentavam quase nenhum benefício público.

Ciente da heterogeneidade do espaço paulistano, a administração pública das primeiras décadas do século passado compartimentou o município em 18 distritos, sendo possível agrupá-los tendo como parâmetro as características em comum. Para fins de sistematização dos dados, estabeleceu-se quatro blocos distritais, sendo eles: a) *Distritos Centrais*, onde residiam os grupos mais privilegiados e onde se localizavam os principais prédios comerciais e administrativos e que, por isso, recebiam maiores benefícios públicos, havendo neles também a concentração dos principais hospitais da cidade; b) *Distritos Intermediários*, onde residiam os agrupamentos medianos da burocracia e parte do contingente proletário especializado, usufruindo de parte dos benefícios instituídos nos Distritos Centrais, que lhes eram vizinhos; c) *Distritos Periféricos*, ocupados predominantemente pelo proletariado fabril, cuja parte significativa morava em habitações coletivas e onde também estava sediado o parque industrial do município, e d) *Distritos Suburbanos*, onde coexistiam a parte menos beneficiada do proletariado fabril e os trabalhadores agrícolas, os quais eram responsáveis pelo “cinturão verde”, que abastecia a cidade dos produtos hortifrutigranjeiros.

*Quadro 1: Município de São Paulo – características distritais por volta de 1918*

Grupo distrital	Distritos	Características topográficas	Classes sociais predominantes	Tipos de moradia	Benefícios existentes
Central (9,9% da população)	Sé e Consolação	terrenos altos e patamares	burguesia e classes médias	mansão, sobrado, edifício administrativo e hospitais	sistemas de água e esgoto abrangentes; luz elétrica, telefone; linhas de bondes; ruas pavimentadas e arborizadas
Intermediário (31% da população)	Liberdade, Bela Vista, Sta. Efigênia e Sta. Cecília	colinas e patamares	classes médias e principalmente proletariado	sobrados, chalés e habitações coletivas	Bondes, água encanada, esgoto, luz e telefone apenas nas áreas próximas dos distritos do grupo anterior
Periférico (36,6 % da população)	Bom Retiro, Brás, Mooca e Belenzinho	terraços fluviais de baixada relativamente enxutas e planícies sujeitas a inundações periódicas	proletariado	Habitações coletivas e algumas vilas operárias	Bonde, iluminação elétrica apenas nas principais vias públicas; serviços precários de água e esgoto
Suburbano (22,4 % da população)	Cambuci, Santana, Lapa, S. Miguel, N.S. do Ó; Butantan e V. Mariana	Colinas, patamares e terraços fluviais	Trabalhadores engajados principalmente nas atividades agrícolas	Habitações proletárias e casas rurais (ranchos)	Serviços praticamente inexistentes; telégrafo; difícil acesso ao centro da cidade

*Fonte: dados sistematizados pelo autor.*

O perfil patológico paulistano mostrava-se coerente com a estrutura epidemiológica de cada bloco distrital, apesar das informações oferecidas pelo Serviço Sanitário poderem enganar os pesquisadores menos cautelosos. Isto porque o Hospital de Isolamento, que atendia os portadores de enfermidades infectocontagiosas, e o

Hospital da Santa Casa de Misericórdia, que recebia principalmente os doentes pobres, se situavam respectivamente nos bairros da Consolação e da Sé. Ao serem internados, era frequente o fato de seus endereços residenciais não serem anotados e, caso falecessem, registrava-se que eles moravam no prédio da própria instituição nosocomial, avolumando assim o número de óbitos no bloco dos Distritos Centrais. Devido a isso, ocorria uma “invasão de óbitos” nos distritos da Sé e da Consolação e, em consequência, o rebaixamento dos índices de mortalidade nos demais grupos distritais.

Esse obstáculo, no entanto, não impede o conhecimento das patologias que paupavam o quadro de enfermidades que se abatiam sobre os distritos paulistanos. A vasta bibliografia médica do período, combinada com os dados registrados pelo Serviço Sanitário, esclarecem as causas de morbidade e da mortalidade prevalentes nas diferentes áreas paulistanas. Nos distritos que congregavam a elite econômica, predominavam as moléstias crônico-degenerativas, destacando-se as doenças cardíacas e a asma, além da tuberculose e dos carcinomas, sendo corriqueiro que os mais abonados buscassem tratamento em hospitais, clínicas e sanatórios particulares e, nos casos mais graves, rumassem para a Europa e para os Estados Unidos em busca da recuperação da saúde (FABRI, 1929; GODINHO; ALVARO, 1899). Nos distritos ocupados pelo contingente proletário, as doenças e acidentes do trabalho, reumatismos e tuberculose grassavam com taxas elevadas, além de neles serem registrados endemias e, periodicamente, epidemias de malária, varíola, meningite, sarampo, rubéola, febre tifoide e disenteria amébrica, havendo ainda um grande percentual de mortes entre a população infantil (FERREIRA, 1917; PESTANA, 1918; JUNQUEIRA, 1914).

## *A distribuição das mortes por influenza no município de São Paulo*

Oficialmente, a epidemia de influenza perdurou no município durante 66 dias nos quais os paulistanos lutaram para sobreviver, cuidar dos enfermos e socorrer os necessitados. Em um extenso e impreciso relatório assinado por dois altos funcionários do Serviço Sanitário e publicado em 1920, foi declarado que, durante a crise epidêmica, foram infectados 116.777 paulistanos e que ocorreram 5.214 óbitos gripais. Também nesse documento registrou-se que o auge da epidemia ocorreu nas terceira

e quarta semanas após a identificação dos primeiros casos, apresentando respectivamente 37.690 e 41.059 novas notificações de contágio, declinando rapidamente em seguida (Meyer; Teixeira, 1920:48).

No entanto, os próprios autores do relatório alertaram que o número de infectados era inexato, pois muitos clínicos não acataram a ordem de comunicar às autoridades sanitárias o número de novos pacientes gripados que atendiam diariamente. Para eles, 2/3 da população do município foram infectadas, o que corresponde a aproximadamente 350 mil paulistanos (MEYER; TEIXEIRA, 1920:47). Essa estimativa não se encontra muito longe da realidade, estando a meio termo entre as projeções que indicam que o percentual global de infecção pelo vírus da pandemia de 1918 se situou entre 50% e 90% (Oldstone, 1998:175).

O Serviço Sanitário se mostrou bem mais confiante no referente ao número de mortes declaradas, asseverando que coletara informações sobre os óbitos gripais junto aos cartórios de Registro Civil, acrescentando que 85,50% dos falecimentos causados pela pandemia deram-se no mês de novembro (MEYER; TEIXEIRA, 1920:52-53). No entanto, na década de 1980, quando o autor realizou entrevistas com sobreviventes da gripe espanhola em São Paulo, deparou-se com expressões de descrédito frente aos dados oficiais. Para os inquiridos, ocorreu um número bem superior de mortes por influenza nas áreas ocupadas pelos pobres, o que aconselhou a busca de fontes documentais alternativas às do Serviço Sanitário. Nesse processo, foram consultados os registros constantes nos *Livros de Cemitérios* das dez necrópoles que, durante o período epidêmico, realizaram sepultamentos no município<sup>3</sup>.

A consulta a esta documentação permitiu constatar a ocorrência de 5.100 óbitos atribuídos à gripe espanhola no município de São Paulo, sendo que nos livros de dois cemitérios havia anotações sobre enterramentos em covas coletivas cujos óbitos não foram registrados em cartório, o que implicaria em casos que não foram computados nas estatísticas do Serviço Sanitário. Mesmo assim, os números obtidos mostravam-se ligeiramente inferiores aos da repartição de saúde pública, o que em um primeiro momento poderia ser justificado por vários motivos, entre eles a duplicação

---

<sup>3</sup> Os *Livros de Cemitérios do Município de São Paulo* estão depositados no Arquivo Municipal de São Paulo e é composto pelos registros das seguintes necrópoles: Araçá e Consolação (localizadas nos Distritos Centrais), Brás (Distritos Periféricos) e Freguesia do Ó, Lageado, Lapa, Penha, Santana, São Miguel e Vila Mariana (Distritos Suburbanos).

de informações coletadas pelo Serviço Sanitário, circunstância admitida pelo próprio órgão, e a evasão de óbitos, situação na qual enfermos residentes em outros municípios vinham buscar assistência médica na capital e, quando faleciam, seus cadáveres eram sepultados em suas cidades de origem.

Dando continuidade à análise centrada na documentação cemiterial, foi possível o estabelecimento do excesso de mortes ocorrido durante o período epidêmico<sup>4</sup>. A partir do estudo dos óbitos por causas específicas nos dez anos anteriores à gripe espanhola, detectou-se um excesso de mortalidade de 329 casos, sendo todos eles atribuídos a pneumonia, broncopneumonia e tuberculose, patologias que podem ser associadas ou confundidas com a gripe epidêmica. No referente às mortes por “causas naturais”, indicação imposta aos óbitos que não contavam com o atestado validado por um profissional da saúde, houve o excesso de 132 casos, sendo 93 deles localizados nos distritos suburbanos. A soma do número de óbitos cuja causa declarada foi a influenza com o excesso de falecimentos por causas específicas e por “morte natural” permite supor que a gripe espanhola cobrou a vida de 5.561 paulistanos.

Ainda segundo os *Livros de Cemitérios*, 52,70% das vítimas fatais da gripe espanhola eram homens e 47,30% mulheres, o que permite concluir que não houve relação significativa entre os óbitos e o gênero. Duas faixas etárias pagaram com mais vidas a presença gripal: 40,75% das mortes se deram em indivíduos que se encontravam nos quatro primeiros anos de vida, enquanto os “adultos jovens”, com idade entre 20 e 44 anos, a parcela mais economicamente ativa no âmbito dos espaços urbano-industriais, foram responsáveis por 35,02% das mortes. A partir desses dados pode-se concluir que, na cidade de São Paulo, a crise sanitária de 1918 pouco se diferenciou das demais pandemias de gripe ocorridas posteriormente. Em todas elas a pneumonia, a broncopneumonia e a tuberculose foram as principais enfermidades justificadoras do excesso de mortes, e as crianças de poucos anos de vida e os adultos até 44 anos foram os grupos etários mais atingidos e também os que perderam mais vidas para a influenza (CROSBY, 2010:24).

---

<sup>4</sup> O excesso de morte constitui-se na diferença entre o número esperado de óbitos e o total de mortes efetivamente ocorridas.

*Tabela 1: Mortalidade Gripal no Município de São Paulo, segundo faixa etária (15 de outubro a 19 de dezembro de 1918)*

Faixa etária	Óbitos	%	
0 - 4	2.078	40,75	
5 - 9	211	4,14	
10 - 14	149	2,92	
15 - 19	402	7,88	
20 - 24	486	9,53	
25 - 29	538	10,55	
30 - 34	336	6,59	35,02
35 - 39	280	5,49	
40 - 44	146	2,86	
45 - 49	121	2,37	
50 - 54	83	1,63	
55 - 59	69	1,35	
+ 60	153	3,00	
Casos incompletos	48	0,94	
TOTAL	5.100	100,00	

*Fonte: Livros de Cemitérios do Município de São Paulo*

A especificidade da causa das mortes por influenza permanece um enigma, sendo que 69,86% dos casos foram atestados como sendo simplesmente “gripe” ou “gripe epidêmica”. Isto se deu porque, no auge da epidemia, tornou-se comum os hospitais montados em caráter de urgência disporem de apenas um clínico para atender muitos enfermos, circunstância que coagia o médico a não se deter demoradamente em um único caso, deixando de esclarecer com maior rigor a *causa mortis*. Além disso, também devido a exiguidade de profissionais da saúde, não foi raro o caso de um aluno dos primeiros anos do ensino médico ou mesmo um leigo instruído tornar-se responsável pelos cuidados aos enfermos hospitalizados, medicá-los e, em caso de falecimento, comunicar a causa do óbito ao médico de plantão (Duarte, 1976:426).

Os diagnósticos mais detalhados eram realizados nos hospitais mais tradicionais da cidade, os quais contavam com um corpo clínico mais numeroso e altamente especializado. Desta forma é possível saber que pelo menos 21,33% dos óbitos deveram-se à

gripe pneumônica, seguidos à distância pela gripe bronco-pneumônica e outras complicações gripais, havendo menos de 1% de mortes atribuídas à comorbidades, sobretudo influenza associada à tuberculose.

*Tabela 2: Mortalidade Gripal no Município de São Paulo  
(15 de Outubro a 19 de Dezembro de 1918)*

Diagnósticos registrados	Nº absolutos	%	
Gripe	3.563	69,86	
Gripe pneumônica	1.088	21,33	28,29
Gripe bronco-pneumônica	177	3,47	
Outras complicações gripais	178	3,49	
Gripe aliada a outras doenças	46	0,90	
Casos incompletos	48	0,94	
TOTAL	5.100	100,00	

*Fonte: Livros de Cemitérios do Município de São Paulo*

Uma informação importante constante na documentação das necrópoles é o endereço residencial de 96,33% dos sepultados, o que corresponde a 4913 indivíduos. A partir desse dado foram identificados os distritos onde moravam as vítimas fatais da epidemia permitindo a elaboração da Tabela 3, cujos dados se apresentam mais precisos que os oferecidas pelo Serviço Sanitário, que mesmo durante a gripe espanhola manteve a regra de incorporar ora o endereço efetivo do falecido ora o do nosocômio em que ocorreu o óbito (Meyer; Teixeira, 1920:64).

É certo que a distribuição dos óbitos a partir dos registros cemiteriais ainda guarda alguns enigmas. A tentativa de superação dessas dificuldades levou à elaboração de duas hipóteses, uma atinente ao bloco dos Distritos Centrais e outra ao grupo dos Distritos Suburbanos do município. No referente ao distrito da Consolação, o hospital da Santa Casa de Misericórdia funcionou, até quando houve leitos disponíveis, como polo centralizador do atendimento aos infectados proletários, portanto provenientes de outros blocos distritais. Os *Livros de Cemitérios* registram 144 sepultamentos de

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

cadáveres cujo endereço declarado foi o nosocômio da Santa Casa, os quais provavelmente tenham sido de pessoas tocadas pela pobreza extrema, portanto não residentes nas áreas nobres da cidade. Se aceita essa hipótese, torna-se viável excluir esses 144 óbitos do distrito da Consolação, o que faz o coeficiente de mortalidade gripal dos Distritos Centrais ser rebaixado de 8,89 para 6,12 óbitos por mil habitantes.

A segunda hipótese refere-se aos bairros e unidades agrárias localizados nas áreas mais remotas dos Distritos Suburbanos, que, durante a maior parte do período epidêmico, não foram beneficiados com a instalação de hospitais provisórios e nem com os serviços de profissionais da saúde. Isso resultou no sub-registro dos óbitos de influenza e na elevação das notificações de “mortes naturais”, havendo nesse bloco distrital um excesso de 93 casos que se enquadram nessa categoria, ocorridos principalmente nos distritos de São Miguel e Freguesia de Nossa Senhora do Ó. Se também incorporada essa hipótese, o coeficiente de mortalidade gripal deste bloco eleva-se de 7,01 para 7,82 óbitos gripais por mil habitantes.

Mesmo que passível de críticas, acredita-se que a adoção dessas duas hipóteses viabiliza o conhecimento mais aprimorado da distribuição espacial dos óbitos de influenza no município de São Paulo. Com isso, diferentemente do teor das informações oferecidas pelo Serviço Sanitário, as áreas que mais perderam vidas durante a pandemia foram aquelas ocupadas pelo proletariado fabril, sendo que os Distritos Periféricos apresentaram um coeficiente de 12,35, reiterando a condição de território onde imperavam as doenças e as mortes, reprisando a tendência epidemiológica que marcou a década anterior ao advento da crise sanitária de 1918. No extremo oposto, os Distritos Centrais constituíram-se nas áreas com o menor coeficiente de mortes gripais do município, 6,12, menos da metade do coeficiente dos Distritos Periféricos. Entre os dois extremos, situaram-se os Distritos Intermediários e os Suburbanos, respectivamente com coeficientes de 7,73 e 7,82.

*Tabela 3: Mortalidade Gripal no Município de São Paulo, por distrito (15 de outubro a 19 de dezembro de 1918)*

Grupos distritais	Distritos	População	Óbitos gripais	% do total de óbitos gripais	Mortalidade por 1.000 hab.	Media de óbitos por 1.000 hab./ grupo Distrital
Central	Consolação	41.960	398 (254)	7,80 (4,98)	9,49 (6,05)	8,89 (6,12)
	Sé	9.993	64	1,26	6,40	
Intermediário	Bela Vista	40.652	312	6,12	7,67	7,73
	Liberdade	35.368	217	4,25	6,14	
	Sta. Cecília	49.285	374	7,33	7,59	
	Sta. Efigênia	37.670	357	7,00	9,48	
Periféricos	Belenzinho	41.698	557	10,92	13,36	12,35
	Bom Retiro	27.101	291	5,71	10,74	
	Brás	61.057	674	13,22	11,04	
	Mooca	62.993	860	16,86	13,65	
Suburbano	Butantan	4.866	37	0,73	7,60	7,01 (7,82)
	Cambucí	26.683	189	3,70	7,08	
	Lapa	20.038	144	2,82	7,19	
	N.Senhora do Ó	5.023	20	0,39	3,98	
	Penha	5.549	74	1,45	13,34	
	Santana	28.409	240	4,71	8,45	
	São Miguel	4.290	2	0,04	0,47	
	Vila Mariana	20.561	103	2,02	5,01	
Desconhecido			187	3,67		
TOTAL			5100	100,0		

*Fonte: Livros de Cemitérios. Os dados demográficos de 1918 foram calculados segundo orientação do Grupo Especial de Análise Demográfica da Fundação Sistema Estadual de Dados (Seade).*

## Considerações

A observação da distribuição dos óbitos causados pela pandemia no município de São Paulo sob as lentes da epidemiologia crítica permite uma percepção mais verídica de como a crise sanitária de 1918 se abateu sobre a capital paulista. Em vez de igualitária, a gripe espanhola matou aqueles que se encontravam à margem das atenções administrativas e a reiteração da condição democrática guardava a intenção de construir uma imagem minimamente conflituosa da sociedade paulistana que, um ano antes, vivenciara a maior greve operária ocorrida em São Paulo durante a Primeira República. Repensar o que aconteceu no município há mais de um século é uma forma de se solidarizar com os mais de 5 mil paulistanos que encontraram a morte no último trimestre do ano da peste.

A administração pública serviu-se da pandemia de influenza para arquitetar um modelo oficial de representação da crise sanitária que foi utilizado em outros momentos no qual os paulistas foram assolados por doenças coletivas, como aquelas pautados pela gripe asiática em 1957 e pela meningite, duas décadas depois. Transposto mais de um século desde a ocorrência da gripe espanhola e não obstante as inovações científicas, o aprimoramento das instituições de saúde e o avanço das lutas sociais, o mesmo parâmetro oficial mostra-se perturbadoramente presente. No contexto nacional, a pandemia de Covid-19 foi avaliada inicialmente como uma “gripezinha” e não só os bolsonaristas, mas também parte da elite nacional não alinhada com o governo federal bradou que “estávamos no mesmo barco”, uma referência modernizada à falácia da doença democrática, e, além disso, tentou-se escamotear oficialmente os dados referente às mortes atribuídas à pandemia. Os dados sobre a distribuição dos casos fatais dos óbitos segundo os diferentes distritos paulistanos ainda não estão disponíveis no referente à pandemia atual, mas abundam as evidências de que a doença matou e continua a matar os grupos mais pobres e menos privilegiados pelos órgãos oficiais.

## Referências

- A 'VERIFICAÇÃO DE PODERES' ficou por conta da gripe: Delfin Moreira no poder. *Diário Popular*, Edição do Centenário, São Paulo, 8 out. 1984.
- AYLE, Carl. A 'razzia' da peste. *O Combate*, São Paulo, 27 nov. 1918.
- BLOUNT, John A. *The public health movement in São Paulo, Brazil: a history of the Sanitary Service, 1892-1918*. Tese (Doutorado em História) – Tulane University, New Orleans, 1971.
- BREIHL, Jaime. *Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.
- CROSBY, Alfred W. *America's forgotten pandemic: the influenza of 1918*. 2<sup>nd</sup>. ed., Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- DUARTE, Paulo. *Os mortos de Seabrook*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FABRI, Honorio. *O problema higienico do cancer*. Tese (Doutoramento em Medicina) – Faculdade de Medicina e Cirurgia, São Paulo, 1929.
- FARIAS, Eduardo A. de. *Jornalismo à espanhola: um olhar sobre o noticiário recifense da epidemia de gripe de 1918*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- FERREIRA, Clemente. *Instruções populares sobre a tuberculose*. 2.ed., São Paulo: Associação Paulista dos Sanatorinhos Populares, 1917.
- GAMA, Arthur S. da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982, pp. 93.
- GODINHO, Victor; ALVARO, Guilherme. *Tuberculose*. São Paulo: Serviço Sanitario do Estado de S. Paulo, 1899.
- JUNQUEIRA, M. Meningite cérebro-espinhal e meningococcus. *Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia*, São Paulo, v. 2, pp. 42-63, fev. 1914.
- LEÃO, Antonio A. C. *S. Paulo em 1920*. Rio de Janeiro: Anuario Americano, 1920.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- MAYER, Carlos Luiz; TEIXEIRA, Joaquim R. *A gripe epidêmica no Brasil e especialmente em São Paulo*. São Paulo: Casa Duprat, 1920.
- MINAYO, Maria Cecília de S. Determinação social, não! Por quê? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.37, n. 12, pp. 1-12. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/qCJn9YH3zYqFSWt5dvcvPfqC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- MOTA, André. *Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920*. São Paulo: Edusp, 2005.
- OLDSTONE, Michael B. A. *Viruses, plagues, and history: past, present and future*. New York: Oxford University Press, 1998.
- PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918.
- PESTANA, Bruno R. A febre tifoide em S. Paulo. *Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia*, São Paulo, v.9, n. 6, pp. 123-136, jun. 1918.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. 2..ed., Petrópolis: Vozes, 1977.
- RIBEIRO, Leonídio. *De médico a criminalista*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967.
- ROSENBERG, Charles. What is an epidemic? AIDS in historical perspective. In: IDEM. *Explaining epidemics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, pp. 278-292.
- SÁ, Magali R. Relações médico-científicas entre Brasil e Japão no entreguerras. In: Benchimol, Jaime L. et al. *Cerejeiras e cafezais: relações médico-científicas entre Brasil e Japão e a saga de Hideyo Noguchi*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, 2009, pp. 67-113.
- SÃO PAULO, Estado. Repartição de Estatística Demographo-Sanitaria do Serviço Sanitario. *Anuario Demographico*. São Paulo: Imprensa Municipal, 1916.
- São Paulo, Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado à Camara Municipal pelo prefeito Washington Luis Pereira de Souza*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1918, 2 vols.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- SEIDL, Carlos. *A proposito da pandemia em 1918*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1919.



# As “Aventuras” de D. Sebastião na Inglaterra: panfletos sebastianistas, recepção teatral e circulação de notícias ibéricas na Inglaterra moderna<sup>1</sup>

Luís Filipe Silvério Lima

Entre 1601 e 1603, três panfletos compilando relatos, cartas e profecias que narravam ou se referiam

<sup>1</sup> Agradeço a André Belo, Ariel Hessayon, Luciana Villas Bôas, Marília Machel e Marina Bezzi pelos comentários em versões prévias deste texto. Este texto é resultado de pesquisas financiadas por meio do: processo nº 314046/2018-6, PQ/2018, CNPq; e processo nº 2019/04470-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

às “aventuras” do Sebastião de Veneza foram traduzidos do francês (Teixeira, 1601a, 1602a, 1602b) e impressos em Londres: *The Strangest Adventure that Ever Happened* (TEIXEIRA, 1601b), *The true historie of the late and lamentable adventures of Don Sebastian king of Portugall* (Teixeira, 1602c) e *A continuation of the lamentable and admirable adventures of Dom Sebastian king of Portugale* (TEIXEIRA, 1603). Ao que tudo indica, eram compilações organizadas pelo frade dominicano José Teixeira, antigo apoiador do pretendente à coroa portuguesa D. Antônio, Prior do Crato, que se envolveu na luta antifilipina e que na França galgaria a pregador de Catarina de Médici (Albuquerque, 2000; Bercé, 2003: cap. 1; ATHAIDE, 2016;

BELO, 2021). Os opúsculos foram produzidos em defesa do suposto D. Sebastião, que estava preso nos cárceres italianos e depois seria entregue a oficiais espanhóis sob a acusação de se passar pelo rei português morto em Alcácer-Quibir (1578), e ser nada mais que um calabrês foragido, Marco Túlio Catizzone. Independente de não falar direito português, a notícia de seu aparecimento em 1598 na República de Veneza foi recebida com entusiasmo por fidalgos e religiosos lusitanos espalhados pela Europa (em especial em Paris e Londres) após a dissolução da corte itinerante do Prior do Crato, que falecera em 1595. Alguns dos antigos antonistas, entre eles, José Teixeira, fizeram um grande esforço para provar que aquele prisioneiro era o verdadeiro Sebastião, o Desejado, que teria estado peregrinando “encoberto” na Ásia em penitência pela derrota no Norte da África. Retornado, lutaria contra Filipe III de Espanha (e II de Portugal), rei visto como ilegítimo e usurpador, e retomaria para si o trono que lhe era de direito e, mais além, lideraria o reino luso para cumprir seu papel de Monarquia Universal, que teria sido profetizado (e prometido por Cristo) desde a fundação do reino. Em defesa disso, esse grupo produziu uma série de tratados, cartas, panfletos relatando o episódio desde Alcácer-Quibir, arrolando os seus argumentos contra os Felipes (e a favor do Sebastião de Veneza) e fundamentando-os com profecias (BERCÉ, 2003; VALENSI, 1994; HERMANN, 1999; OLSEN, 2002; CURTO, 2011: cap. 1; SERAFIM, 2014; BELO, 2021). Talvez o mais profícuo entre eles tenha sido o letrado D. João de Castro que escreveu, entre 1597 e 1623, 22 volumes de manuscritos e três de impressos buscando provar que Portugal seria a Quinta Monarquia e que D. Sebastião voltaria ou voltara para liderar o povo português na construção de uma Monarquia Universal. Baseava-se, entre outros lugares, no Livro de Daniel, nos textos do pseudo-Joaquim de Fiori, nas *Trovas* de Bandarra e no “Juramento de Afonso Henriques”. Esses argumentos aparecem nos panfletos, junto a uma carta do próprio Castro endereçada a Teixeira relatando as desventuras do Sebastião de Veneza e as “provas” que confirmariam ser ele o rei português (TEIXEIRA, 1601a: 47-53; TEIXEIRA, 1601b: 49-55).

Por certo, circulações de notícias sobre “reis ocultos” que voltavam ou sobre impostores que se faziam passar por nobres e reis não eram incomuns nos séculos XVI e XVII, como mostraram Yves-Marie Bercé (2003) e Miriam Eliav-Feldom (1999). Muitas vezes, eram vistos como provas da credulidade da população comum ou, outras, entendidos como casos admiráveis que mereciam ser reportados – ainda que não acreditados. E os relatos sobre o Sebastião de Veneza que chegavam a Inglaterra foram lidos nessa chave por vários comentadores da época (Nash, 1599: 60-61; Gainsford, 1618: 6). Mas talvez o que faça a recepção inglesa das notícias sobre o falso de Veneza

particularmente sugestivo é que se inseriam num interesse maior sobre informações vindas do mundo ibérico, tanto em termos de um lugar para preencher páginas e palcos elisabetanos e jacobeiros, quanto um espaço que tinha implicações diretas nas decisões da coroa inglesa e seus projetos imperiais (LIMA, 2023).

Assim, a recepção e circulação inglesa do episódio do falso Sebastião pode ajudar a repensar dois campos aos quais fui introduzido pelas aulas, textos e orientação de José Carlos Sebe Bom Meihy ainda nos meus tempos de graduação: o sebastianismo, o messianismo luso-brasileiro, e o projeto de Quinto Império, e a própria área de História Ibérica. Mas como ele sempre insistia, vistas, porém, para além das perspectivas de um “nacionalismo acadêmico” (para tomar emprestado – ou transcriar? – um termo de um outro tema de pesquisa de Sebe) e sempre buscando o cruzamento de fontes e perspectivas para melhor entender o problema estudado, independentemente de sua origem (o que nos obrigava a pensar a fonte enquanto fonte e buscar diferentes e apropriados métodos de análise conforme a fonte e o objeto). A partir dessas lições aprendidas com Sebe, podemos ler e enquadrar essas notícias inglesas traduzidas do francês sobre um calabrês aparecido em Veneza a partir do qual se armava uma crença portuguesa para uma disputa das coroas ibéricas, sob perspectivas diversas e cruzando-as com fontes de diversos gêneros. Por um lado, é possível pensar as relações anglo-ibéricas (e mais ainda as anglo-lusitanas) num cenário alargado dos desejos imperiais das monarquias europeias ao mesmo tempo que iluminar os debates políticos e de representação na Inglaterra durante o reinado de Elisabete I, Jaime I e Carlos I, sob perspectiva relativamente pouco explorada (ibérica, por assim dizer); por outro, lançar luzes sobre os estudos acerca da construção do sebastianismo, tendo em vista as questões políticas e os circuitos letrados e diplomáticos na Europa durante a União Ibérica (BERCÉ, 2003; OLSEN, 2003; HERMANN, 2010; BELO, 2021), mas atravessando o canal da Mancha.

Foi nesse contexto de relações (e interesses) anglo-ibéricas que o primeiro dos panfletos sobre o Sebastião de Veneza foi traduzido para o inglês, impresso em Londres em 1601, no mesmo ano que apareceu em francês, sob o título de *The strangest adventure that ever happened: either in the ages passed or present*. Ao que parece o primeiro panfleto teve certo sucesso editorial (ou patrocínio dos sebastianistas) e traduziram-se também os demais opúsculos franceses que saíram em 1602. O texto circulara bastante,

pois entre 1603 e 1604, Gervase Smith, um ministro independente (provavelmente puritano) do vilarejo de Polstead, longe de Londres, adquiriu e leu um panfleto sobre o Sebastião de Veneza em meio a outros textos que relatavam milagres e profecias sobre a volta de monarcas, a instauração da verdadeira fé em todo o orbe (ou, pelo menos, no reino inglês). Mais do que isso, teria lhe parecido convincente a ponto de mostrá-lo a seus colegas como uma das provas de que seria possível a volta do rei desejado e a queda de outro, papista e tirano, e assim corroborar sua interpretação profética de que o “papista” Jaime I iria ser deposto pelo retorno do verdadeiramente protestante Eduardo VI, filho de Henrique VIII e irmão da recém-falecida Elisabete I (SMITH, 1605).<sup>2</sup> Até que ponto Gervase Smith aproveitara os argumentos presentes no panfleto sobre a ilegitimidade dos Felipes dos Áustrias para questionar a legitimidade de Jaime I ao trono inglês, não é possível saber. Contudo, esse caso talvez confirme que na virada do século XVI para o XVII havia uma circulação mais ampla de textos e argumentos que uniam profecia, poder e legitimidade monárquica do que temos assumido na historiografia luso-brasileira (SUBRAHMANYAM, 2005; GRUZINKY, 2006; OLIVARI, 1999; LIMA, 2016a; LIMA, 2016b). Ao mesmo tempo, também indica que as fronteiras confessionais ou ao menos os limites dos exemplos em termos das confissões eram mais plásticas do que em geral supomos, pois para se atacar um rei que se acusava de usurpador “papista” escocês (Jaime I) e advogar a volta de um rei “encoberto” protestante inglês (Eduardo VI) Smith valia-se de um rei católico evocado como grande líder da fé “papista” (Sebastião I) que se aliara para tanto a um rei mouro numa disputa pelo trono do reino infiel da Barbaria. Aproximações com a história da monarquia inglesa também apareceram (independente das alianças políticas ou das questões confessionais) em dois textos que tratavam de um impostor vindo de Flandres em finais do século XIV, Perkin Warbeck, que dizia ser príncipe Ricardo, Duque de York, o filho desaparecido de Eduardo IV, e que seria o verdadeiro herdeiro do trono inglês. Num panfleto de 1618 contando essa “The true and vvonderfull history”, há uma breve menção ao Sebastião de Veneza como um “strange Impostor”, em meio a exemplos de charlatões que se faziam passar por príncipes, mas sem indicar a fonte de onde se retirara as notícias sobre Catizone (Gainsford, 1617: 6). Num manuscrito sobre a história de Ricardo III, terminado em 1619 mas só impresso postumamente, em 1647, George Buck, mestre

---

<sup>2</sup> Agradeço ao prof. Bernard Capp pela indicação.

de cerimônias de Jaime I, afirma que o panfleto estava errado, não pela aproximação entre Perkin e Catizone, mas por dizer que ambos não eram os verdadeiros reis. E para isso, parafraseia várias passagens que se encontravam naqueles panfletos sebastianistas, como prova de que o Sebastião de Veneza era o verdadeiro rei, perseguido e caluniado pelas forças espanholas, assim como o príncipe Ricardo fora pelos Lancaster (BUCK, 1647: 97-100).<sup>3</sup>

Entretanto, há um campo no qual o Sebastião de Veneza ganhou seu maior palco na virada do século XVI para o XVII. Como apontado nos estudos pioneiros coordenados por Maria Leonor Machado de Sousa, a recepção às notícias tanto sobre Alcácer-Quibir quanto sobre o Sebastião de Veneza tiveram impacto na dramaturgia elisabetana, jacobea e carolina (SOUSA, 1985: 58, 75, 125, 133ss). Sobre este aspecto, vale notar o interesse do tema despertado na cena teatral inglesa e as possíveis relações com os panfletos analisados.

O tradutor do *Adventure*, Anthony Munday, era uma figura ativa na cena teatral elisabetana e jacobea assim como na República das Letras e no mundo do impresso. Lembrado pelas suas traduções de textos ibéricos, especialmente romances de cavalaria, ao mesmo tempo, fez parte de missões anti-católicas (e mesmo anti-hispânicas) pelo que foi remunerado com cargos. Membro da corporação dos vendedores de tecido, mas atuando também como livreiro, seguindo os passos de seu pai, ativo membro da corporação da Cidade de Londres, mas integrante de grupos ligados a grandes da corte elisabetana e mesmo servindo como mensageiro da rainha, Munday circulava por diferentes esferas da Londres seiscentista. Na cena teatral, colaborara em várias peças (inclusive “Thomas More”, uma das poucas peças com a letra de Shakespeare), mas sobretudo escreveu para os “Admiral’s Men”, trabalhando com os dramaturgos da companhia Thomas Chettle e Henri Dekker (HILL, 2004; HAMILTON, 2005; GEORGE, 2006; BERGERON, 2007).

Essa proximidade com os “Admiral’s Men” faz significativo o que talvez, a primeira vista, fosse mera coincidência: Dekker e Chettle pediram um empréstimo para produzir “King Sebastian of Portugal” em 18 de abril de 1601, três semanas após o direito de impressão e cópia sobre a tradução do *Adventure* ter sido registrado na Stationer’s

---

<sup>3</sup> A correlação entre o impostor flamengo no século XV e o impostor calabrês na virada do século XVI para o XVII foi-me apresentada num texto não publicado de Tiago Sousa Garcia sobre os relatos sobre D. Sebastião em meados do século XVII inglês, a quem agradeço ter me franqueado seu trabalho inédito.

Company, corporação dos impressores e livreiros responsável pelo controle dos impressos em Londres (Wiggins, 2002: 194; Hunt, 1911: 50-51, 66, 79, 83). Nos meses de maio e junho, os “Admiral’s Men” encenaram a peça, agora intitulada “Sebastian, King of Portugal”, com texto de Dekker e Chettle (WIGGINS; RICHARDSON, 2014: 1600-1601; Henslowe, 1904: 136-137). O texto da tragédia não sobreviveu, e sabemos dela somente pelas menções de Philip Henslowe em seu famoso “Diário”, no qual registrava os empréstimos e a realização de peças que financiava, como no caso da “Sebastian, King of Portugal” (HENSLOWE, 1904: 136-7). Alguns estudiosos afirmaram que o enredo da peça não teria se restringido aos eventos da Batalha de Alcácer-Quibir, como em peças anteriores, mas, inspirado nas notícias sobre o Sebastião de Veneza, se concentrara na sobrevivência e aventuras de D. Sebastião após a batalha (Wiggins, Richardson, 2014: 1601; Sibley, 1933: 141). Apesar de não fornecer nenhuma evidência concreta, o editor do *Henslowe’s Diary*, Walter M. Greg, afirmou que a peça teria de fato sido baseada no próprio *Adventure* (Henslowe, 1908: 217). Essas relações e sincronicidades mostram não somente a proximidade entre Munday, os “Admiral’s Men”, Chettle e Dekker, mas também podem fazer supor uma ação coordenada entre eles em torno da peça e do panfleto, algo não incomum numa cena marcada por uma maneira “colaborativa” de escrever, produzir e montar peças (Bate, 2003). Assim, a suposição de Greg é, não obstante a falta de fontes para fazê-lo, bastante atraente, se não convincente, dadas as circunstâncias de produção e troca no mundo teatral inglês da época.

Essa possível articulação ou certa proximidade são indicadores de que a empreitada (seja a peça ou o panfleto) assentava sobre uma avaliação de que haveria retorno, visto que houve um pedido de empréstimo e, mais importante, o registro de um panfleto, que, dado o caráter efêmero da impressão, só valeria a taxa paga pelo registro se estivessem certos de um sucesso comercial ou se houvesse um patrocinador que o financiasse. Mais ainda se tiver sido uma ação conjunta para promover peça e panfleto. Em qualquer grau, isso seria um sinal de que histórias envolvendo as aventuras de D. Sebastião contra os Mouros e a luta de Portugal contra a Espanha tinham apelo.<sup>4</sup> Por um lado, devemos lembrar que já em 1579, um ano após a batalha, foram impressos em Londres panfletos narrando a batalha na “Barbarie” e há notícias de baladas que circularam em folha volante no mesmo ano (Simpson, 1878: 145-150; Sousa, 1985: 55),

---

<sup>4</sup> Por exemplo, “The Spanish Tragedy”, escrita por Kid e várias vezes reencenada (WIGGINS, 2002; ERNE, 2001; ARDOLINO, 1995).

sem contar que Alcácer-Quibir e a campanha de D. Sebastião foram continuamente mencionados em uma variedade de tipos de textos (de crônicas históricas até peças, de poemas até manuais de guerra) publicados até as primeiras décadas do século XVII; por outro, vários estudiosos apontam o apelo e a recorrência de temas sobre os mouros, Espanha, mundo ibérico, o norte da África, muitas vezes apresentados como uma mesma tópica ou na mesma peça, na produção dramática da Inglaterra do período (Bartels, 2010; Fuchs, 2011, Griffin, 2010).

A companhia dos “Admiral’s Men” é um exemplo disso. Desde fins do século XVI, a companhia parecia bastante interessada em encenar tramas ibéricas, nessa compreensão bastante alargada do que seriam histórias sobre a Ibéria (WIGGINS, 2002: 192). Inclusive já havia montado outra peça sobre a Batalha de Alcácer-Quibir, *The battle of Alcazar* (1588-9). Composta originalmente por George Peele e impressa em panfleto em 1594, foi reencenada entre 1598 e 1603 (WIGGINS, 2002; GARCIA; GARRIDO, 2011), possivelmente alternando os palcos com a nova tragédia sobre D. Sebastião. Junto a D. Sebastião, os portugueses e seus aliados, e seus inimigos do lado mouro, *The Battle of Alcazar* focava em Thomas Stukeley, que lutara do lado de Sebastião I e fora parte da corte real.

Stukeley apareceu novamente em *The Famous History of Captain Thomas Stukeley*, cujo enredo misturava diferentes espaços (Londres, Irlanda, Espanha, Lisboa, Marrocos) para seguir as desventuras do personagem principal até sua morte em Alcácer-Quibir. Impressa em 1605, mas já registrada em 1600, não há certeza de quem a encenou.<sup>5</sup> Stukeley, como protagonista, conduz o enredo dessa peça de múltiplas partes, mas quando a trama se centra em Alcácer-Quibir, outro personagem emerge, “Don Antonio”, retratando o Prior do Crato. Na peça, o Prior sobrevive e escapa do campo de batalha disfarçado de padre, mas somente para ser capturado e vendido como escravo, vivendo um tempo entre os mouros (EDELMAN, 2005: cena 27). O desenlace da peça segue muito próximo ao que é narrado no “Discourse” de José Teixeira, a parte

---

<sup>5</sup> Para o texto de *The Battle of Alcazar’s* e *The Famous History of Captain Thomas Stukeley’s*, ver a edição feita por Charles Edelman (EDELMAN, 2005). Para informação sobre ambas, além da introdução de Edelman, ver, entre outros, (GRIFFIN, 2010, e; CARDOSO, 2016: 66ss.). Um estudo comparativo das peças sobre Alcácer Quibir e sobre o Sebastião de Veneza, problematizando a recepção das notícias sebásticas e suas implicações políticas, está sendo realizado por minha orientanda, Aline Davies Moreira, com financiamento Fapesp (processo nº 23/09071-0).

principal do *The Strangest Adventure* (TEIXEIRA, 1601: 22). No panfleto, isto aparece como uma evidência de que D. Sebastião poderia, sim, ter sobrevivido no norte da África como seu primo, D. Antônio. Na peça, D. Sebastião foi morto, mas velado como um valeroso guerreiro e nobre rei, inclusive por seu inimigo, Muley Hamet. Se é provável que a passagem na peça tenha sido inspirada por *The Adventure*, pelo menos em sua versão impressa em 1605,<sup>6</sup> isso não alterou o fim do rei na peça. Entretanto, Don Antonio é o único português sobrevivente mostrado na peça, e, mais significativo, é retratado não somente como em luto pela morte de seu rei (e derrota de Portugal) mas também penitente. Griffin interpreta o fim de Don Antonio como uma confirmação retroativa para os ingleses de que a causa do Prior não teria mesmo ganhado a disputa com a Espanha. Considerando que Elisabete I apoiou, ainda que tímida e reticamente, a causa antonista, é interessante perceber essa reorganização da trama histórica num momento em que outro pretendente ao trono português surgiu em Veneza e panfletos (e peças) sobre sua história apareciam em Londres.

Se “Sebastian, King of Portugal” tiver sido de fato baseado nas *Adventures*, seria um exemplo de uma mudança de percepção do destino de D. Sebastião e talvez uma transferência das expectativas inglesas sobre Portugal de um falecido e derrotado Prior do Crato para um “encoberto” Sebastião, que ainda que também derrotado poderia retornar e ser vitorioso. Se nas chamadas “Stukeley Plays”, o rei Sebastião terminava morto, provavelmente o enredo da tragicomédia “Sebastian, King of Portugal” apontava para sua sobrevivência à batalha e retorno para lutar pelo seu trono. De certa maneira, essa virada também ressoava o clima antiespanhol e anticatólico de inícios do século XVII, e permite vislumbrar as implicações políticas de uma possível escolha por encenar o drama do Sebastião de Veneza nos anos finais do reinado de Elisabete I, a rainha virgem que construiu seu papel como antagonista de um vilão imperial, Felipe II.

Há um contraste com uma peça da qual sobreviveu o texto e que sabemos inspirada no episódio do Sebastião de Veneza: *Believe as you list*, de Philip Massinger, de 1631 (MARTINS, 2005; STREETE, 2017: 142-144).<sup>7</sup> Durante o reino de Carlos I, sob uma

---

<sup>6</sup> Adições, mudanças e alterações no texto da peça e mesmo entre os diferentes impressos do texto dramático eram prática comum na composição e encenação, ainda mais tendo em conta o sentido colaborativo da produção teatral – e mesmo, no limite, das práticas editoriais (LANDER, 2006; BATE, 2013), o que nos permite supor a inclusão de assuntos e tópicos do momento ao longo da produção.

<sup>7</sup> Sebastião de Veneza: *Believe as you list*, de Philip Massinger, de 1631 (MARTINS, 2005; STREETE, 2017: 142-144; MOREIRA, 2022)..

política de proximidade com a Espanha desenhada desde o reinado de Jaime I, a peça foi censurada (1630) e Massinger alterou os personagens localizando a trama na Síria de Antíoco, o Grande (242-187 a.E.C.). Retomar o Sebastião de Veneza, um rei oculto e retornado que vence um usurpador, tinha certamente implicações políticas para as relações diplomáticas anglo-hispânicas, especialmente num momento em que a coroa inglesa assumia uma postura impopular de neutralidade em relação à Guerra dos 30 Anos, não se aliando aos príncipes protestantes, próximos não só pela Fé mas também por relações de parentesco, ao mesmo tempo que mantinham relações estreitas com a Espanha católica. Ademais, ao tocar em temas como o da legitimidade do poder régio ou abordar questões tão próximas e sensíveis ao trono podia ser extremamente perigoso, visto que o reinado de Carlos I enfrentava críticas também em sua política interna, com a suspensão do Parlamento em 1629 e acusações de “papismo” na corte por conta da rainha Henriqueta Maria, católica praticante. O protagonismo do Sebastião de Veneza foi encoberto por uma nuvem vinda da Ásia.<sup>8</sup>

Essa virada da intriga nas peças inglesas sobre Dom Sebastião e o desfecho de Alcácer Quibir, de um rei morto em uma batalha na qual se apresentava como personagem secundário, para um protagonista que vem reivindicar seu trono usurpado por conta de seu desaparecimento na batalha, se torna mais interessante ainda se imaginarmos que foi um resultado – muito provavelmente não previsto nem esperado – de um esforço transnacional e multi-linguístico para a defesa da causa do Sebastião de Veneza, do qual os panfletos das “Aventuras” talvez sejam a fonte mais emblemática e de maior circulação. Mais ainda, se pensarmos esse deslocamento de enredo e de centralidade de personagens à luz das próprias intrigas da mudança dinástica inglesa, de Elisabete Tudor para Jaime Stuart, pelas acusações de aproximação de “papistas” que marcaram a nova dinastia praticamente até seu fim e que tanto incomodaram Gervase Smith, leitor dos panfletos já nos primeiros anos do reinado de Jaime I. Da mesma maneira, a interdição da trama sebástica, pelas suas implícitas críticas à Espanha dos Felipes, que de nêmesis passara a potencial aliado, pode nos fazer pensar, a uma vez, nas discussões sobre a legitimidade do poder régio na Inglaterra e na sua dimensão exterior (e ibérica) no concerto dos reinos e impérios europeus. Reversamente, essa

---

<sup>8</sup> A trama sebastianista retorna aos palcos com Dryden no fim do século XVII.

virada mostra como o sebastianismo, na sua defesa do falso de Veneza, foi uma construção que pensou outros palcos além daqueles do mundo ibérico.

Desse modo, estudar a recepção das notícias do Sebastião de Veneza, sua adaptação no teatro e sua circulação na cultura política inglesa pode servir de termômetro de duas medidas importantes. Em primeiro lugar, ao se pensar a hispanofobia (ou filia), para usar os termos de Yolanda Rodríguez Perez (2020: 11-38), tem que se ter em conta a própria expansão do Império Espanhol, na qual a União Ibérica com a monarquia dual é momento central. Expansão esta que, neste momento e em resposta à própria expansão, sofreu uma série de revoltas, rebeliões e levantes dentro de seus domínios que, como demonstrado por Olivari (1999), todas permeadas por um tom profético-messiânico, do qual o sebastianismo (e o caso do Sebastião de Veneza) foi uma das expressões mais significativas. Nesse sentido, estudar a representação e leitura inglesa do sebastianismo, de D. Sebastião, da luta anti-filipina pelos portugueses pode permitir compreender, de modo privilegiado, pois tópico, as próprias variações e tensões das relações anglo-ibéricas tanto em suas disputas políticas e diplomáticas quanto na construção do anti-“papismo” e dos desejos imperiais ingleses (Parker, 2002; Williamson, 2005; Yates, 1993; Armitage, 2001). Em segundo lugar, ao deslocar o foco do sebastianismo da história luso-brasileira, e pensar sua produção sob uma perspectiva conectada e transnacional, tem-se uma compreensão mais acurada da produção de textos que foram considerados como fundadores do “sebastianismo letrado” (Hermann, 1999: 219) ou mesmo do pensamento messiânico, profético e do projeto da Quinta Monarquia (ou Império). Isto se faz ao se mover o problema da especificidade do sebastianismo<sup>9</sup> para o fenômeno sebástico visto em uma escala anglo-ibérica e europeia.

---

<sup>9</sup> É emblemático dos efeitos dessa perspectiva da especificidade o fato de que nos vários estudos sobre o sebastianismo pouco espaço se deu para a constatação que o “apóstolo do Sebastianismo”, como chamou João Lúcio a D. João de Castro (Azevedo, 1984: 29), escreveu sua obra no exílio e seus textos foram impressos na França. Um esforço em pensar esse problema foi o trabalho de Bruno Romano, *Ovídio à Lusitana*, que, apesar da proposta original, não deu uma resposta satisfatória (Rodrigues, 2016).

## Referências

- ALBUQUERQUE, Manuel, “Acerca de Fr. José de Teixeira e a origem popular do poder” In: *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, v.2.
- ARDOLINO, Frank. *Apocalypse & Armada in Kyd's Spanish Tragedy*. Sixteenth Century Journal Publishers, Northeast Missouri State University, 1995.
- ARMITAGE, David, “Literature and Empire” In: Nicholas Canny (Org.). *The Origins of Empire*, Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ATHAIDE, Filipe Duret, “Frei José Teixeira, defensor do Falso de Veneza: sebastianismo e cultura política na Europa setecentista”, *Temporalidades*, 22, v. 8, n. 3 (set./dez. 2016), <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5734>>.
- BARTELS, Emily C. *Speaking of the Moor: from Alcazar to Othello*, Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- BATE, Jonathan, “General Introduction” in *The RSC Shakespeare: William Shakespeare and others. Collaborative Plays*. Nova York: Palgrave, 2013.
- BELO, André, *Morte e ficção do rei Dom Sebastião*. Lisboa: Tinta da China, 2021.
- BERCÉ, Yves-Marie. *O rei oculto*, Bauru: Edusc, 2003.
- BERGERON, David M. “Munday, Anthony (bap. 1560, d. 1633)”, *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford University Press, 2007, recurso on-line URL: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/19531>>, Acesso em: 20/5/2015.
- BUCK, George. *The History and Life and Reigne of Richard the Third Composed in Five Bookes by Geo. Buck* Londres: Printed by W.Wilson and are to be sold by W.L. H.M. and D.P, 1647.
- CARDOSO, Ricardo, “A Invencível Armada na pena de Shakespeare. Diplomacia e dramaturgia na transição do século XVI para o XVII”, Dissertação (História Social), USP, 2016.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: ed. 70, 2011.
- EDELMAN, Charles (Org.). *The Stukeley Plays*, Manchester: Manchester University Press, 2005.

- ELIAV-FELDON, Miriam, “Invented Identities: credulity in the age of prophecy and exploration”, *Journal of Early Modern History*, 3,3 (1999).
- ERNE, Lukas Christian. *Beyond ‘The Spanish tragedy’: a study of the works of Thomas Kyd*. Manchester: Manchester Univ. Press, 2001.
- FUCHS, Barbara, *Exotic Nation, Maurophilia and the construction of Early Modern Spain*, Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2011.
- GAINSFORD, Thomas Gainsford, *The true and vvonderfull history of Perkin VVarbeck, proclaiming himselfe Richard the fourth*, Londres: Printed by E.G. for NATHANIEL BVTTER, and are to bee sold at his shop in Pauls Church-yard, at the signe of the Pyde-Bull, 1618.
- GARCIA, Jesús M.; ZUNINO GARRIDO, Cintia, “As we are Englishmen, so are we Men:’ Patterns of Otherness in George Peele’s *The Battle of Alcazar*” in Jesús López-Peláez (Ed.). *Strangers in Early Modern English Texts*, Berlim: Peter Lang, 2011, pp. 75-108.
- GEORGE, G.D., “Earning a living as an author in early modern England: the case of Anthony Munday”, Tese de Doutorado (Letras), Bowling Green State University, 2006.
- GRIFFIN, Eric, “Spain is Portugal/Portugal is Spain”, *Journal of Early Modern Cultural Studies*, 10:11 (2010).
- GRUZINSKI, Serge Gruzinski, ‘From The Matrix to Campanella: cultural hybrids and globalization’, *European Review*, 14:1 (2006).
- HAMILTON, Donna Hamilton, *Anthony Munday and the Catholics, 1560-1633*, Burligton, EUA: Ashgate, 2005.
- HENSLOWE, Philip. *Henslowe’s Diary* (ed. Walter M. Greg), Londres: A.H. Bullen, 1904, pte. 1.
- HENSLOWE, Philip, *Henslowe’s Diary* (ed. Walter M. Greg), Londres: A.H. Bullen, 1908, pte. 2.
- HERMANN, Jacqueline, “Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato”. *Rev. Bras. Hist.* v. 30, n.59 (2010), pp.141-166. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882010000100008>>.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HILL, Tracey Hill, *Anthony Munday and the Civic Culture. Theatre, History and Power in early modern London. 1580-1633*, Manchester: Manchester University Press, 2004.
- HUNT, Mary Leland, *Thomas Dekker, a study*, Nova York: Columbia University Press, 1911.

LANDER, Jesse, “‘Whole Hamlets’: Q1, Q2, and the work of distinction” In: *Inventing polemic: religion, print, and literary culture in early modern England*, Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LIMA, L.F.S., “Between the New and the Old World: Iberian Prophecies and Imperial Projects in the Colonisation of the Early Modern Spanish and Portuguese Americas”. In: Andrew Crome (Org.). *Prophecy and Eschatology in the Transatlantic World, 1550-1800*. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2016b, pp. 33-64.

LIMA, L.F.S.. “Prophetical Expectations, New World Experiences and Imperial Visions: Menasseh Ben Israel, Antônio Vieira, Fifth-Monarchy Men, and the millenarianist connections in the seventeenth-century Atlantic.” *AHAM*, v. XVII, 2016a.

LIMA, L.F.S., “Entre ‘notícias estranhas’ e ‘rumores frescos’: estatutos de veracidade e gêneros documentais na recepção inglesa do caso do Sebastião de Veneza (1598-1603)”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 41, n. 2, 2023, pp. 138-171. <<http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2023.41.2.06>>.

MARTINS, Isabel Oliveira, “Um novo D. Sebastião na tragédia de Massinger” in Maria Leonor Machado de Sousa (Org.). *D. Sebastião na literatura inglesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1985.

NASH, Thomas. *Nashes Lenten stufte*. London: Printed [by Thomas Judson and Valentine Simmes] for N[icholas] L[ing] and C[uthbert] [Burby] and are to be sold at the west end of Paules, 1599.

MOREIRA, Aline Davies, “‘Believe as You List’: entre a crise monárquica e as repercussões do Sebastianismo na Inglaterra Carolina”, Monografia de Conclusão de Curso, História, Unifesp, 2022, <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/66994>>.

OLIVARI, Michele, “Milenarismo y política a fines del quinientos: notas sobre algunos complots y conjuras en la monarquía hispánica” in *En pos del tercer milenio*, ed. Adeline Rucquoi et. al. (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1999), pp. 137-160.

OLSEN, Eric, *The calabrian charlatan, 1598-1603*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2002.

PARKER, Geoffrey, “The Place of Tudor England in the Messianic Vision of Philip II of Spain: The Prothero Lecture”. *Transactions of the Royal Historical Society*, v. 12 (2002), pp. 167-221.

RODRIGUES, Bruno Romano, *Ovídio à Lusitana. Exílios portugueses durante a União Ibérica (1604-1605)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RODRÍGUEZ PÉREZ, Yolanda (Org.). *Literary Hispanophobia and Hispanophilia in Britain and the Low Countries (1550-1850)*. Amsterdam: Amsterdam University Press. 2020.

SERAFIM, João Carlos, “Elevar um Rei com vaticínios – textos e pretextos no caso do Rei D. Sebastião de Veneza (1598-1603),” *Letras*, v.24, n.49, (Julho/Dezembro 2014), pp. 77-96.

SIBLEY, Gertrude Marian Sibley, *Lost Plays and Masques*, Ithaca, EUA: Cornell University Press, 1933.

SIMPSON, Richard. *The School of Shakespeare*, Londres: Chatto and Windus, Piccadilly, 1878.

SMITH, Gervase. *The Cecil Papers, Hatfield House, Volumes, v. 114, 117, 192*, Hertfordshire: The Marquess of Salisbury, 1605 (disponível em *Cecil Papers Online*, Proquest).

SOUSA, Maria Leonor Machado de (Org.). *D. Sebastião na literatura inglesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1985.

STREETE, Adrian. *Apocalypse and Anti-Catholicism in Seventeenth-Century English Drama*. Cambridge: CUA, 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Sixteenth-Century Millenarianism from the Tagus to the Ganges” In: *Explorations in connected history: from the Tagus to the Ganges*. Oxford, Oxford University Press, 2005.

TEIXEIRA, José. *Adventure admirable par dessus toutes les autres des siècles passéz & présent : par la lecture de laquelle il appert euidemment, celui que la Seigneurie de Venise a detenu captif l'espace de deux ans & vingtdeux iours, estre le propre & vray roy de Portugal, Dom Sebastian : qui perdit la bataille qu'il eut contre les infideles en Aphrique l'an 1578*. np: ne, MDCI [1601a].

TEIXEIRA, José. *Histoire véritable des dernières et piteuses adventures de Dom Sebastian, roy de Portugal, ...jusques aujourd'huy qu'il est en Espagne à S. Sucar Barrameda*. np: ne, M.CDII. [1602a].

TEIXEIRA, José. *Suyte d'un discours intitulé Adventure admirable, &c. touchant Dom Sebastian, rey de Portugal: avec un narré de son succez, & de ses peregrinations depuis qu'il se perdit en Aphrique, combatant contre les infidelles, l'an 1578 jusques aujourd'huy 1602*. np: ne, M.DCII [1602b].

TEIXEIRA, José. *The strangest aduventure that euer happened: either in the ages passed or present: Containing a discourse concerning the successe of the King of Portugall Dom*

*Sebastian, from the time of his voyage into Affricke, when he was lost in the battell against the infidels, in the yeare 1578. vnto the sixt of Ianuary this present 1601. In which discourse, is diuerse curious histories, some auncient prophesies, and other matters, whereby most euidently appeareth: that he whom the Seignurie of Venice hath held as prisoner for the space of two yeres and twentie two dayes, is the right and true king of Portugall Dom Sebastian. More, a letter that declareth, in what maner he was set at libertie the xv. of December last. And beside, how he parted from Venice and came to Florence. All first done in Spanish, then in French, and novv lastly translated into English, Londres: Printed [by Richard Field] for Frances Henson dwelling in the Black-Friers, 1601b.*

TEIXEIRA, José. *The true historie of the late and lamentable aduentures of Don Sebastian king of Portugall after his imprisonment in Naples, vntill this present day, being now in Spaine at Saint Lucar de Barrameda.* Londres: Printed by Simon Stafford and Iames Shaw, 1602c.

TEIXEIRA, José. *A Continuation of the lamentable and admirable adventures of Dom Sebastian King of Portugale. With a declaration of all his time employed since the battell in Africke against the Infidels 1578. vntill this present yeare 1603.* Londres: Printed for Iames Shaw, 1603.

VALENSI, Lucete Valensi, *Fábulas da Memória.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WIGGINS, Martin Wiggins, "A choice of impossible things: dating the revival of *The Battle of Alcazar*", *Actes des congrès de la Société française Shakespeare*, 20 (2002).

WIGGINS, Martin; RICHARDSON, Catherine. *British Drama (1533-1642): A Catalogue.* 1598-1602. Oxford University Press, 2014.

WILLIAMSON, Arthur H. "An Empire to End Empire: The Dynamic of Early Modern British Expansion," *Huntington Library Quarterly*, 68 (2005).

YATES, Frances A., *Astraea. The imperial theme in the Sixteenth Century.* Londres: Pimlico, 1993.



# Revisitando os tempos de Sonhos africanos, vivências ladinhas<sup>1</sup>

Cristina Wissenbach

Recordar os primeiros tempos de pesquisa, lá pelos anos de 1984 e 1985, traz de volta lembranças quase sensoriais pois, de imediato, elas vêm acompanhadas dos odores fortes dos depósitos malcuidados e desprezados de cidades do interior, das sensações táteis de pó e de papel velho trazidas pelo contato com pilhas e pilhas de processos criminais, e com seus amarelos que íamos desfazendo e avidamente decifrando as informações contidas nas capas.

---

<sup>1</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1800)*. Dissertação de mestrado, defendida em novembro de 1989, sob a orientação do prof. José Carlos Sebe Bom Meihy. Banca composta pelos professores Iraci del Nero e Maria Odila Leite da Silva Dias.

Nomes, indiciamentos e cenas transformavam-se rapidamente em experiência ímpar, nunca sentida no transcorrer dos anos de sala de aula, de leituras e de formação. Além dos efeitos físicos, outros sentimentos eram trazidos a partir da sensação de encontro com a materialidade do passado – o que era para mim novidade. Lembro que, tempos depois, numa primeira reflexão produzida pela leitura de um conjunto destes processos, eu expressava no título de um texto acadêmico a dramaticidade que transparecia dos autos, colocando a frase que ouvira de um escravizado julgado pela morte do feitor, ocorrida num momento de saturação e de humilhação: “quando a raiva não deo mais logar”. O contato com

os autos criminais permitiu a aproximação às experiências daqueles e daquelas que viveram as duras contingências e realidades da escravidão e as dores da diáspora. Em razão disso, o livro de Arlette Farge, *Le goût de l'archive* (1989) no qual a historiadora narra seu trabalho com a documentação judiciária do século XVIII tornou-se para mim uma referência e mais do que isso, uma máxima que me acompanha quando penso em pesquisa histórica e em arquivos.

Depois de quase dez anos de magistério numa escola de São Paulo, retornei à academia e iniciei minha pesquisa de mestrado sob a orientação do professor José Carlos Sebe Bon Meihy e foi com ele, por meio dele e suas indicações que cheguei aos processos criminais de escravizados e de escravizadas, de homens e mulheres livres e pessoas comuns que viveram a sociedade escravista, inicialmente a de Taubaté, marcada pelos ritmos da violência das senzalas e das plantations e depois pela realidade não menos tensa da cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX. Definida a temática nas dimensões da escravidão urbana, aos primeiros contatos seguiram anos de uma rotina diária de trabalho em arquivo, às vezes extenuante, mas que era compensada pelo reconhecimento de histórias múltiplas que brotavam por vezes inesperadamente de cada peça processual, revelando fragmentos do dia a dia da cidade e aos quais, eu como pesquisadora, deveria dar uma forma histórica. A partir da pesquisa feita no velho e acanhado prédio do Arquivo do Estado, na rua dona Antônia de Queiroz, os resultados destes anos estão expressos em *Sonhos africanos, vivenciais ladinhas*, obra na qual estão inscritas as reflexões trazidas pelo contato com a materialidade do passado histórico, mas também sensações. Movimentos que não foram desprovidos de incerteza e de angústia; por ocasião da dissertação escrevia, aparentemente muito segura: “Os processos criminais em sua acentuada heterogeneidade, indicaram os caminhos percorridos pelo trabalho. Enfrentar a diversidade de temáticas, a multiplicidade de tipos sociais que pontilhavam os espaços entre a condição livre a escrava, a disparidade de funções, meios de vida e respostas à dominação, foi talvez o desafio maior colocado a esse trabalho. Cada uma das peças criminais iluminava dimensões dispare, pequenos fragmentos da realidade social e histórica da São Paulo oitocentista.” (WISSENBACH, 1998, 16-17).

Ao longo das pesquisas, e depois na fase de sistematização e de redação, as inspirações teóricas e os caminhos metodológicos iniciaram-se com a leitura de *Vale de lágrimas, a história da pobreza em Taubaté (1889-1948)*, tese de livre docência do

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

professor Sebe, defendida em 1981 e com indicação e localização de uma parte do acervo do Tribunal de Justiça de Taubaté, depositado numa sala nos fundos de um cartório civil da cidade. Tanto a leitura como o primeiro contato trouxeram os vislumbres da potencialidade e da importância dos autos criminais para a história social. De outra parte, a experiência inicial, deslocada para São Paulo e imaginada como ineditismo como gostávamos de pensar, se deu junto a um movimento maior de revisão que marcou a produção historiográfica da escravidão a partir dos anos de 1980.

Nossas iniciativas – e só consigo pensar esse movimento em conjunto – e sem que soubéssemos muito bem, se dava coletivamente uma vez que seguíamos as sugestões trazidas por obras e estudiosos do naipe de Edward Thompson (1975, 1987), Peter Linebaugh (1978), Douglas Hay (1978), Eric Hobsbawm e George Rudé (1969, 1982), e no Brasil, além de Boris Fausto (1983), no campo dos estudos da escravidão e do cotidiano, as indicações de Emília Viotti da Costa (1967, 1982), Robert Slenes (1983), Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), entre outros. Estudiosos que tiveram grande ressonância nos rumos das investigações que, ao priorizar agentes históricos que haviam sido durante muito tempo subsumidos, propunham rever o mundo da escravidão a partir de um novo ângulo. Além disso, de uma base marxista ou neomarxista que ditava os compromissos maiores do ofício, dialogávamos com uma produção que ampliou a abrangência e a validação do conceito de movimentos políticos, desvendando, como o fez Edward Thompson, tais dimensões na vida social de artesãos às vésperas da Revolução Industrial, e entre os camponeses atingidos pelos cercamentos na Inglaterra do século XVIII. Do crime e dos comportamentos violentos às múltiplas formas de associação, mas principalmente a resistência calada do dia a dia, nascida das tensões da vida cotidiana e nos espaços da informalidade, as insurgências políticas passaram a ser concebidas em dinâmicas arejadas. Em especial, a resistência de escravizados e escravizadas ganhou sentidos mais amplos do que aqueles pensados a partir dos limites das revoltas e dos quilombos.

A historiografia brasileira rapidamente reverteu as contribuições da nova história social na direção dos estudos da escravidão (e mais recentemente do pós-Abolição) realizados a partir dos finais da década de 1980 e que coincidiram com as comemorações do Centenário da Abolição, em 1988. Em obras espalhadas por muitos núcleos de produção de conhecimento (em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão) incorporou também os avanços trazidos pelos estudos da escravidão

nos Estados Unidos, particularmente os autores que transferiram o foco analítico do mundo dos senhores para o mundo que os escravos construíram (Genovese, 1976) e da sociedade estadunidense para o Brasil (Karash, 1972, 2000), enfrentando os largos debates sobre resistência e acomodação, e revendo pressupostos arraigados sobre as estruturas societárias, entre elas as de parentesco, vizinhanças e famílias de cativos. De outra parte, renovou-se também com a superação da dicotomia trabalho livre / trabalho escravo, ao incorporar as premissas advindas do estudo das experiências quilombolas do Caribe (MINTZ, 1975), da formulação dos espaços de autonomia e existência da chamada brecha camponesa no interior do sistema escravista (CARDOSO, 1978, 1987). A localização por Stuart Schwartz (1977) do tratado de paz dos escravos rebeldes do engenho Santana calou profundamente o pressuposto de imaginá-los como massa inarticulada, incapaz de pensar por si só e reconduziu os largos contingentes de cativos à lógica da história ou, em termos mais específicos, em direção à economia mOral da multidão.

Certamente os avanços acadêmicos estiveram acoplados aos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, recolhendo e usufruindo, mesmo que indiretamente, as propostas dos intelectuais-ativistas vindos das lutas pela retomada dos direitos políticos, dos movimentos estudantis e dos movimentos negros. Entre os últimos, na inspiração de figuras expressivas como a de Abdias Nascimento, Lelia Gonzalez, Beatriz Nascimento, os fundadores e participantes do Movimento Negro Unificado (MNU), os expoentes do Teatro Experimental do Negro e das discussões acaloradas que ocorriam dentro das universidades, como foi a *Quinzena do Negro na USP*, organizada por Eduardo de Oliveira e Oliveira, em 1977 (Trapp, 2020; Gomes, 2017). Os registros dessa movimentação podem ser recuperados nos documentários feitos na época, entre eles *O negro, da senzala ao soul* (Departamento de Jornalismo, TV Cultura, 1977) e *Ori* (Beatriz Nascimento e Raquel Gerber, 1978), e, mais recentemente, reverenciados na produção de jovens intelectuais-artistas, como em *Emicida, AmarElo*, (Fred Ouro Preto, 2020).

O ano de 1988 teve um significado histórico profundo para a realidade social do país e para as pautas em defesa dos direitos humanos: de um lado, os debates travados na Assembleia Constituinte, entre 1987 e 1988, e a promulgação da Constituição Cidadã, de 1988, e de outro, os eventos que marcaram as comemorações do Centenário da Abolição, e se estenderam por todo o país. Esses dois acontecimentos colocaram

em cena instituições da sociedade civil, educadores, intelectuais, políticos, ativistas, artistas, e os anseios pelos direitos da população negra, dos povos indígenas e dos quilombolas, da luta antirracista e da recuperação histórica dos setores sociais até então desconsiderados da sociedade escravista.

A questão dos direitos dos povos negros e dos povos indígenas na Constituinte e depois as políticas de ação afirmativa e de reparação são pontos que devem ser equacionados nas inflexões ocorridas nos rumos dos estudos históricos desta época, como enfatizam autores como Joel Rufino dos Santos (1994), Petrônio Domingues (2008), Nilma Gomes (2020) e David Ribeiro (2022), entre outros. As conquistas foram muitas a começar pela condenação do racismo como crime inafiançável e imprescritível, segundo o inciso 42, artigo 5º da Constituição Federal, bem como nos itens que asseguraram os direitos dos povos originários e das populações tradicionais, complementados pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. E as transformações que atingiram diretamente as diretrizes do ensino brasileiro, numa política feita para reverter “a pedagogia que nos acostumou ao racismo”, como quer Achille Mbembe (2013, 2018), especialmente voltadas a incorporar a história dos povos africanos, afrodescendentes e indígenas, com as leis 10.639/03 e 11.645/08 que modificaram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei 12.711, de 2012, de reserva de vagas no ensino superior.

O conceito de reparação visto a partir de sua dimensão histórica perfaz o eixo principal da política de ações afirmativas e foi claramente explicitado por ocasião da defesa da Lei de Cotas, em 2010, contra a presunção de inconstitucionalidade proposta pelo Democratas (DEM), e cuja argumentação contou com falas de diferentes personalidades e entre elas Luís Felipe de Alencastro que a sintetizou historicamente: o compromisso com milhares de africanos e africanas mantidos ilegalmente como escravizados a partir da lei de 1831 (Alencastro, 2010). Os descompassos provocados por isso e, mais do que tudo, a necessidade de repor a parte de humanidade que lhes foi roubada deve ser considerado dever moral de toda a sociedade. Nesses termos, adverte Achille Mbembe, no epílogo de seu livro de 2013:

Para construir esse mundo que nos é comum, será preciso restituir àqueles e àquelas que foram submetidos a processos de abstração e de coisificação na história a parte de humanidade que lhes foi roubada. Nessa perspectiva, o conceito de reparação, além de categoria econômica, remete ao processo de recomposição das partes que foram amputadas, a reparação dos laços que foram rompidos, o reinício do jogo de

reciprocidade sem que o qual não pode haver elevação em humanidade./ Restituição e reparação estão, portanto, no cerne da própria possibilidade de construção de uma consciência comum do mundo, ou seja, da realização de uma justiça universal. Os dois conceitos de restituição e de reparação se baseiam na ideia de que existe uma parcela de humanidade intrínseca de que é depositária cada pessoa humana. Essa parcela irreduzível pertence a cada um de nós. Ela faz com que, objetivamente, sejamos a um só tempo distintos uns dos outros e semelhantes. A ética da restituição e da reparação implica, conseqüentemente, o reconhecimento do que se poderia chamar de a parte do outro, que não é a minha, mas da qual sou fiador, queira eu ou não.

E mais adiante, sublinha as marcas dos processos históricos e, no horizonte, seu desejo da existência de um só mundo:

Reparação, ademais, porque a história deixou lesões e marcas profundas. O processo histórico foi, para grande parte de nossa humanidade, um processo de habituação à morte do outro – morte lenta, morte por asfixia, morte súbita, morte delegada. Essa habituação à morte do outro [...] deixou vestígios muito profundos, quer no imaginário e na cultura, quer nas relações sociais e econômicas. Essas lesões e marcas impedem fazer comunidade. De fato, a construção do comum é inseparável da reinvenção da comunidade. (MBEMBE, tradução 2018, 313-314)

A Universidade de São Paulo participou de muitas formas dos acontecimentos dos finais da década de 1980. Entre outras iniciativas, destacou-se pela organização do *Escravidão – Congresso Internacional* e no desenvolvimento de projetos pioneiros de recolha de memórias que buscavam preencher uma lacuna documental indesculpável numa sociedade que viveu a escravidão até recentemente. Uma pesquisa feita recentemente (Ferreira, 2021) pontuou algumas das dimensões e características do projeto *Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo*, desenvolvido sob a coordenação das professoras Maria de Lourdes Janotti e Suely Hobles Reis de Queiroz, entre os anos de 1988 e 1989, financiado pela Ford Foundation e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto resultou na disponibilização em fitas magnéticas e transcrições de cerca de 127 entrevistas, de pessoas ligadas a 44 famílias, distribuídas em diferentes pontos do Estado de São Paulo. Hoje o material encontra-se depositado no Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH), do Departamento de História/USP, e sem dúvida essa coleção preconizou a importância da história Oral, concretizada, anos mais tarde, com a formação do Núcleo de História Oral, coordenado pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy.

Já o *Escravidão – Congresso Internacional*, também de 1988, foi patrocinado por várias instituições, entre elas o Centro de Estudos Africanos e alguns dos seus investigadores, nomeadamente os professores Fernando Albuquerque Mourão e Kabengele Munanga, contando com a coordenação geral do professor José Jobson de Arruda. Segundo João Batista Borges Pereira, que realizou a abertura, o evento colocava-se na linhagem dos congressos afro-brasileiros, na sequência dos que ocorreram ainda na primeira metade do século XX, na Bahia e em Pernambuco, sendo o de São Paulo, o quarto deles, comemorando o Centenário da Abolição dos Escravos no Brasil (CATÁLOGO, 1988; WISSENBACH, 2010). Neste evento, com parte da pesquisa realizada sobre a escravidão em São Paulo, participei de uma mesa ao lado de Maria Odila Leite da Silva Dias, Katia Mattoso e Emília Viotti da Costa, esta última aposentada pelo AI5 e na época do evento docente da Universidade de Yale.

Algumas das direções deste encontro mostram, numa espécie de radiografia, o estado dos estudos históricos nos anos finais da década de 1980, esclarecendo ainda caminhos que as pesquisas sobre os temas tomariam a seguir. Além disso, a menção aos módulos do congresso – era essa a forma pela qual se organizava – indica as interfaces entre disciplinas e áreas de estudo priorizadas: a abordagem da iconografia, as coleções dos museus e dos arquivos; os diálogos com a literatura, com a demografia histórica; questões relativas ao Direito, à arquitetura e à religião. Mais especificamente, entre módulos, destacam-se o de estudos sobre o tráfico, o de cultura religiosa e o de História da África. De outra parte, a presença de participantes africanistas é digna de nota: entre muitos, Claude Meillassoux, Orlando Patterson, Joseph Miller, Frederick Cooper, Richard Price, Mary Karash, bem como pesquisadores integrantes de centros de pesquisas e instituições africanas: José Capela, Maria Inês Nogueira da Costa, Boubacar Barry, D. T. Niane, Joseph E. Inikori. No evento não faltaram representantes da imprensa negra, das irmandades religiosas, das escolas de samba, dos terreiros de Salvador e de São Paulo. Em suma, em seu conjunto, um time de primeira. Se olharmos os resumos e o teor das propostas vemos que desde aquela época, como já disse, se faziam evidentes as novas direções dos estudos históricos sobre o mundo da escravidão e de seus legados, como também se sublinhava a importância das investigações sobre África, por seus conteúdos próprios e para o avançar dos estudos históricos no Brasil. E de que os diálogos entre africanistas e os estudiosos da diáspora eram imprescindíveis.

Passados mais de 30 anos, as propostas e as questões colocadas no congresso continuam latentes. Graças ao esforço inicial, somado aos dos movimentos sociais da

década de 1980 e 1990 e suas conquistas, não se entende mais a história do Brasil sem uma compreensão profunda acerca do mundo da escravidão e nem a história do negro sem os estudos africanistas. Como foi assinalado, a importância disso se encontra materializada na Lei 10.639, de 2003 e sua extensão, a 11.645 de 2008, que tornaram as disciplinas de História da África e da História do Índio no Brasil obrigatórias nas escolas brasileiras de ensino elementar e médio, e a cultura afro-brasileira e a africana definidas como eixos temáticos que perpassam as várias áreas de conhecimento e do trabalho no ensino.

Á época da realização do mestrado que resultou em *Sonhos africanos* a história da África ainda se colocava de forma muito tímida no horizonte dos estudos históricos brasileiros e devo confessar que, apesar da presença constante de africanos e africanas moradores na cidade, muito das Áfricas contidas nas vivências dos escravizados e das escravizadas participes do livro passaram despercebidas. Atualmente e considerando os avanços de História da África no Brasil e no exterior seriam outras as ponderações sobre os sentidos africanos da diáspora a serem feitas e o teor africano que transparece em seus depoimentos, em suas visões de mundo e formas de associação. Seguir desde lá até agora, em 2022, na oportunidade de um prefácio para a obra de Marcelo D'Saete que refaz em HQ a história de Tiodora, as visões de mundo e as religiosidades africanas de Theodora Dias da Cunha, tem revelado um componente estruturador do mundo tal qual concebiam os escravizados (D'Saete, 2022; Wissenbach, 2012 2017). Suas cartas e suas experiências documentadas no processo criminal de 1867 inspiraram e acompanharam minhas trajetórias de estudos e permitiram a ampliação de sua interpretação, tornando possível associar o desejo da escravizada em retornar à África a formas de reversão das dores da travessia, bem como o anseio em recuperar estruturas familiares que a escravidão havia desfeito. Impossível ignorar a presença da entidade com quem Theodora dialogava à noite e que só pode ser entendida a partir da força viva da ancestralidade junto a ela – “esta conga que fala comigo diz que se eu morrendo aqui não cumprirei promessa que nem eu eu só”. Bem como, a intensidade da concepção de nação diaspórica articulada a uma união afetiva que ultrapassava os limites impostos pela escravidão, ao conclamar, na crítica ao senhor, que “Deus não quer que se separe conga de negro de Angola”.

A recomposição da vida social de São Paulo a partir da vivência de africanos e africanas, de ladinos e crioulos, junto a um contingente multifacetado entre a condição cativa e a experiência da liberdade demandou longas conversas e diálogos com

o meu orientador. Talvez tenha decorrido dessas conversas a indicação de um eixo central na condução das análises e no encaminhamento interpretativo que privilegiou a organização espacial da cidade e de seus arredores a partir das sociabilidades e vivências dos agentes escravizados como a maneira possível de contornar uma perspectiva exclusivamente elitista, e exatamente enfrentar a diversidade de situações e a multiplicidade de testemunhos que iam sendo revelados pelos processos criminais. “Traços aos milhares”, como quer Fauvelle (2013), na dimensão tensa do cotidiano, instantes da vida de pessoas ordinárias pouco referidas nos registros tradicionais que se transformariam em narrativa histórica. Eventos da vida cotidiana recuperados como tal; como escreve Farge (1989, p.13): “O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, o vislumbre tenso de um evento inesperado” (1989, p.13).

O processo de transformação do processo criminal em fonte histórica faz emergir conteúdos fascinantes que evidenciam vestígios da sociedade do passado e sobretudo das vivências das classes subalternas, despossuídas e pobres, alijadas do poder político e econômico. No caso de *Sonhos africanos* e para além dos aspectos conformadores da escravidão urbana e das formas de exploração do trabalho cativo nas cidades, na segunda metade do século XIX, a ênfase recaiu, reiteradamente, na busca e no registro dos depoimentos de réus, testemunhas e vítimas, homens e mulheres africanos e crioulos, africanos livres, camponeses negros, quitandeiras, pedreiros, amas de leite que trazem à tona as “vozes”, ou seja, as concepções e as subjetividades destas camadas sociais. Diálogos sensíveis reveladores de suas humanidades, expressões significativas que somente (acredito) os processos criminais poderiam conter, por conta da natureza de documento que busca verdades, “estilhaçando a realidade em múltiplos fragmentos”.

No geral, o mundo da cidade reaparece nos contrapontos entre as andanças dos subalternos e as ações dos poderes públicos no sentido de coibi-los, revelando nos autos um mundo repleto de becos, de valos, de moradias coletivas e de redes e espaços de sociabilidades que se faziam e se desfaziam na medida das necessidades, mas também instruídos pelos desejos de se manterem ocultos. Sobre isso, uma das observações mais sensíveis sobre o fazer história das classes subalternas e das pessoas comuns veio da leitura de Elena Pájaro Peres quando tomando de empréstimo os termos colocados por Michael de Certeau, em *A invenção do cotidiano* (1990), diz da preferência pelas sombras e pelas fimbrias. Como mostra também Maria Odila (1985) por aqueles que sobreviviam ou viviam para além das linhas da ordem, os que não se concebiam no

interior das normas estritas ditadas pelos poderes e pelas classes dominantes da cidade: escravos de ganho, escravizados letrados, quitandeiras, mulheres pobres, camponeses recém-chegados às cidades, escravos e escravas fugidos das zonas de plantation e que tomavam a direção do ambiente mais propício das cidades. Escreve Elena:

Para um tal objeto de pesquisa, movediço e inconstante, assustadiço e fugidio, percebi que o cuidado maior teria que estar em não jogar luz excessiva com a intenção de enxergar o que não é visível [...] A única coisa que conseguiria com uma luz excessiva, ou seja, um desnudamento racionalizador e sistemático, seria a destruição de qualquer tipo de sombra, a extinção da obscuridade onde esses seres se manifestam, e aí sim, não chegaria nem perto daquilo que se quer compreender”. (PERES, 2006, p. 56)

Pensando a partir dessas observações os pressupostos teóricos que em grande parte conduziram a escrita de *Sonhos africanos*, apreende-se e depreende-se que as interpretações não podem ter pretensões cartesianas e os conceitos devem ser flexíveis e móveis, históricos por excelência, como quer Maria Odila e como conclui Ecléa Bosi, no prefácio de *Quotidiano e poder*: “Refazer sua história – das mulheres no mundo da cidade oitocentista – não requer uma competência abstrata para lidar com o passado, mas uma evoção semelhante à evocação religiosa, ou melhor uma invocação”. (BOSI, in Dias, 1984)

*Sonhos africanos* veio numa espécie de mar de confluências, difícil de equacionar; algumas relacionadas à vida pessoal, a encontros e a desencontros, outras mais públicas ligadas ao clima do movimento estudantil e o das *Diretas Já* dos anseios coletivos por mudanças, mas também das lembranças da vida no escondido, ainda sob os impactos da ditadura militar recém vencida. Tudo isso entremeado por referências teóricas e metodológicas múltiplas e de um aprendizado acumulado pacientemente. Alguns dos caminhos foram solitários, sobretudo os da escrita e de trechos que de certa forma evidenciavam meus próprios embates internos. Outros foram coletivos, junto a muitas pessoas com as quais convivi naquela época. O resultado de tudo foi uma imensa paixão que me nutre até hoje.

Renovo aqui, especialmente, agradecimentos profundos a quem abriu as portas, me instruiu e permitiu que trilhasse esses caminhos e, mesmo como presença constante, generosamente me deixou livre para escolhas. Obrigada Sebe!

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

## Referências

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. Cotas e democracia, Supremo Tribunal Federal, Audiência pública de 04/03/2010, contestando a arguição de inconstitucionalidade da Lei de Cotas impetrada pelo DEM. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastro/>>.
- BARBOSA, Muryatan. *A razão africana – breve história do pensamento africano contemporâneo*. São Paulo: Todavia, 2020
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês. O proto-campesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda, 1982.
- DIAS, Camila Loureiro Dias Artionka Capiberibe (Org.). *Os índios na Constituição*. São Paulo: Ateliê Editorias, 2019.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana. Negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, v. 15, número especial, 1985.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, UFF, 23, 2008.
- D'SALETE, Marcelo. *Mukanda Tiodora*. São Paulo: Veneta, 2022.
- FAUVELLE-AYMAR, François-Xavier. *Le rhinocéros d'or – histoires du Moyen Âge africain*. Paris: Alma Editeur, 2013.
- FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.



# Procurando um tema, encontrando um caminho

*Maria Helena Pereira Toledo Machado*

Tudo começou quase por um acaso. Depois me formar, eu dispendi uns dois anos pensando se queria fazer pós-graduação e, neste caso, qual seria a área com que eu me identificaria. Nesse estado de espírito me deixei levar para mais longe da história; fiz curso de ciência política como ouvinte, pensei em investir em temas da economia, da literatura, da psicanálise ... Fazendo um balanço *a posteriori*, acredito que o que eu vivi naquele período foi um conflito interno decisivo. Nos inícios dos anos de 1980, era imperativo pensar nos grandes temas nacionais, na saída do autoritarismo, no modelo econômico, no que se entendia como liberdade, na quebra dos paradigmas, no feminismo, e em tantos outros temas que atravessaram a minha geração. Mas, como fazê-lo?

Sendo filha de um intelectual, que lia, e mais além, vivia a política todos os dias, os clássicos fizeram parte do meu bê-á-bá. Ainda criança, em 1964, meu pai teve que esconder a maior parte da sua biblioteca com medo da repressão. Os livros foram colocados em caixas em um quarto de despejo na casa dos meus avós, em Campinas (SP). Durante as férias, eu bisbilhotava aqueles livros proibidos com uma curiosidade enorme. Também pegava alguns deles e escondia em meu quarto para ler à noite, sem minha avó perceber. Entre aqueles que escolhi estavam, em espanhol, clássicos como *Imperialismo: a etapa suprema do capitalismo*, que meu pai havia trazido da União Soviética,

onde fora a convite, quando ainda era cortina de ferro. Obviamente, eu não entendi nada, nem desse livro, nem dos outros menos interessantes, que haviam sido produzidos na antiga URSS para propaganda na América Latina. Mas a experiência ficou lá no fundo da memória. Os temas sociais do Brasil eram minha meta, e eu tinha que pensar grande. Como?

Além de ser uma pessoa que vivia a política com paixão, meu pai foi também um intelectual heterodoxo, que não se satisfazia com nenhuma resposta pronta. Era rebelde, por natureza. Ah, sim, também era amigo do Professor Sebe. E depois de algumas conversas aqui e ali, ele me aconselhou a ir conversar com o Prof. Zé Carlos, que estava fazendo um trabalho interessante sobre Taubaté. E lá fui eu!

Nós nos demos bem. Não fui a primeira orientanda do Zé Carlos, mas a segunda, finalizando o mestrado em 1985. Assim, me sinto, muito honradamente, uma das iniciadoras de uma longa fila de orientandos, que, como o orientador, derivaram para mil temas, produzindo trabalhos inovadores. O Zé Carlos que conheci era um intelectual extremamente curioso e aberto para inventar e reinventar, e se reinventar, se interessando por tudo que o cercava.

Quando iniciei o mestrado, o Zé Carlos tinha acabado de defender sua tese de livre-docência, “Vale de Lágrimas: História da Pobreza em Taubaté, 1889-1945”. O trabalho, embora se interessasse por um tema social – a pobreza no Vale do Paraíba pós-abolição – derivava para uma abordagem mais livre, que não se apegava aos modelos estabelecidos pela análise marxista clássica. Porém, não perdia de vista as questões importantes para nossa história. Mais ainda, o Zé Carlos usava como fonte principal de seu trabalho os processos criminais de Taubaté, que ele havia literalmente descoberto.

Na companhia dele fui visitar o Cartório de Registro de Notas e Anexos de Taubaté, onde aquele mundo de relatos de vidas contadas naqueles papéis amarelados, isto é, os processos criminais antigos, dormiam. Achei tudo uma verdadeira maravilha. Naqueles tempos pretéritos, nos inícios da década de 1980, se o historiador quisesse pesquisar, ele tinha que ir ao arquivo, ao cartório, à cúria, ou achar alguns poucos documentos oficiais publicados. Mesmo assim, as fontes impressas costumavam estar em algumas bibliotecas apenas, no setor de obras raras.

Portanto, o historiador tinha que, necessariamente, se tornar um desbravador de caixas empoeiradas, um detetive de manuscritos, um paciente copista. Sim, copista: o levantamento da documentação do mestrado, por exemplo, exigiu o manuseio de

centenas de caixas de processo, a elaboração de fichas, a redação do resumo de cada processo, o registro das informações principais, que obviamente eram variáveis que dependiam do objetivo da pesquisa. Como cada processo podia ter centenas de páginas manuscritas, o trabalho se alongava de forma inacreditável. Mas a vantagem era que o próprio processo de registro, lento e paciente, te obrigava a definir claramente o objetivo da pesquisa, te colocando à frente dos limites de cada documento e te obrigando a se defrontar com as grandes questões da pesquisa que você fazia.

No caso dos de Taubaté, os documentos estavam aleatoriamente encaixotados e não existia nenhum livro de tombo. Como o Zé Carlos havia se dedicado aos processos criminais mais recentes, de 1889 a 1945, ele me aconselhou a olhar os mais antigos. A sala onde se encontravam guardados estes documentos era mínima, cheirava a veneno e poeira. O lugar era realmente insalubre, um pequeno quarto de despejo, onde se amontoavam aqueles papéis que, não tendo para onde ir, haviam sido enviados para este anexo do cartório de terras, à espera de serem considerados perdidos e, muito provavelmente, incinerados discretamente ou deixados ao relento.

A tarefa, para mim, que não tinha tema definido, nem experiência em arquivos, me pareceu gigantesca. O que fazer? Era o que eu me perguntava todos os dias. Além de tudo, me faltava método para registrar o que eu lia. Passava dias manuseando os documentos, sem descobrir qual seria meu roteiro, e, assim, perdia a oportunidade de fazer um registro útil do que eu tinha nas mãos.

Aos poucos, depois de muita conversa e esforço, conseguimos – eu e Zé Carlos – concordar que eu separaria os processos criminais anteriores a 1888, que envolviam escravizados e escravizadas. Esta seria a primeira tarefa a ser realizada. A definição do que fazer com os documentos encontrados ficaria para depois de eu conseguir ler tudo. Da massa de processos criminais, separei então 53 documentos que envolviam escravizados e escravizadas entre 1840-1888. Mais tarde, no Arquivo do Estado de São Paulo, pesquisei os processos criminais de Campinas. O total de documentos era de 1274. Destes separei 144 processos envolvendo cativos e cativas. Um número gigantesco para a dimensão das pesquisas contemporâneas.

Ler os processos criminais que envolviam escravizados nas fazendas de Taubaté e arredores foi uma das experiências mais significativas da minha vida de historiadora. Eu me apaixonei de tal maneira pelos relatos dramáticos que os processos criminais narravam, que eu mal podia dormir. Andava com a cabeça cheia de imagens

devastadoras dos escravizados e escravizadas explorados e maltratados, rememorava o tempo todo as descrições das surras homéricas, da fome e da brutalidade que aqueles documentos contavam. Ao mesmo tempo, fui entrando no mundo do século XIX do Vale do Paraíba. Eu já conhecia bem essa região, já que parte da minha família é de lá. Comecei a juntar as reminiscências familiares com o mundo pretérito da escravidão. Comecei a reconhecer que traços sociais contemporâneos eram resquícios da escravidão.

Naquele momento, autores como Stanley Stein (*Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*), Alves Mota Sobrinho (*A Civilização do Café*), os viajantes que passaram pela região e os memorialistas locais começaram a definir o contexto no qual eu poderia inserir o meu objeto de pesquisa. A literatura internacional também veio a calhar, me ajudando a delimitar uma abordagem. Aos poucos consegui ler os projetos, e com a ajuda de Cristina Wissenbach, construir à mão – não existia Excel – os quadros iniciais dos crimes, com nome, datas, tipo de crime etc. A partir desta organização inicial foi que consegui vislumbrar a minha abordagem, que seria a de analisar os crimes que envolviam cativos, ocorridos no contexto do trabalho escravo. Pouco a pouco percebi que eu não queria apenas denunciar a exploração brutal dos africanos e seus descendentes escravizados, mas queria mostrar, principalmente, que eles haviam sido capazes de resistir à exploração e impor certos limites ao poder senhorial.

Meu objetivo era analisar os crimes por dentro, revelar as dinâmicas que haviam ocasionado tais eventos, descobrir a racionalidade, motivos e formas de agir dos escravos no contexto das fazendas, os quais poderiam revelar as motivações, racionalidade e objetivos do escravizado e escravizada ou – melhor dizendo – dos grupos de escravizados. Inicialmente, minhas leituras da escravidão eram muito marcadas pela literatura lida na graduação – Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, entre muitos outros – que levavam a discussão para a abordagem que, hoje, convençamos chamar de sistêmica. Porém, como já mencionei, neste quadro a leitura do Stanley Stein foi muito marcante, o *Crime e Escravidão* deve muito a pesquisa minuciosa que ele fez, na qual maneiras de viver, trabalhar e folgar dos escravos do Vale do Paraíba foram reconstruídos.

Já a literatura internacional veio possibilitar que eu percebesse ser possível conceber uma nova estrutura interpretativa. Certamente E.P.Thompson foi uma influência de longo prazo. Naquela época, o grande impacto foi o livro *Albion's Fatal Tree. Crime*

*and Society in Eighteenth Century England*, que mostrava como se poderia entender a lei, sua interpretação social, os costumes e as mudanças, como formas de reconstruir a história social. Mas, no meu caso, o que mais me marcou nesta época foram Eugene Genovese e o Herbert Gutman. A abordagem que desenvolvi naquela época buscava a dinâmica da escravidão e de uma cultura escrava, vista por meio dos conceitos de acomodação/resistência e autonomia. Neste período, ainda não havia emergido, com clareza, que devíamos nos voltar para o estudo das autonomias e recriações culturais, com uma busca de conexão com a história da África. No entanto, a questão das identidades e da cultura eram muito presentes. Embora o par acomodação/resistência, percebo hoje, sejam conceitos um tanto fechados, eu já pensava em autonomia, e como poderia enfocar este tema.

Minha perspectiva era ir além daquelas discussões a respeito do sistema, mas eu nunca me afastei de uma preocupação com o contexto maior, com as forças estruturais e conjunturais que fazem o contexto do escravizado inteligível e parte da história. Uma outra influência forte para mim foi o Steve Stern, *Resistance, Rebellion, and Consciousness in Andean Peasant World*. Eu já me interessava pela questão da consciência do grupo, das organizações dos pobres para resistir e como poderia ser gerada uma “consciência de classe na ausência da classe”, entendida em termos clássicos.

Certamente que estas novas perspectivas estavam vinculadas ao processo de redemocratização, de construção de uma nova perspectiva política. Mas, ao lado disso, esta abordagem ou formas de ver a história também estavam vinculadas ao declínio das grandes interpretações e utopias, que permitiu a emergência de novos sujeitos da história. O descentramento da narrativa nos deu chance de pensar em novas formas de narrar a história, no qual o indivíduo e o cotidiano podem se tornar nosso alvo de interesse. Não há mais uma verdade a ser atingida, uma narrativa correta ou canônica, uma explicação, mas sim aproximações, enredos e pontos de vista imersos em contextos complexos. Gilles Deleuze e Felix Guattari, Homi Bhabha e outros vieram a me possibilitar repensar o próprio estatuto da narrativa na história, me mostrando que não é mais possível se construir uma explicação síntese da história, que temos que nos tornar mais modestos e mais realistas, a História tem que ser substituída pelas histórias.

Ao longo dos anos, enveredei por muitos temas – alguns, aparentemente fora do tema da escravidão. No entanto, na realidade, tudo o que eu estudei esteve ligado ao grande problema da escravidão e da necessidade de sua superação. No correr do

tempo, novas pesquisas e leituras me mostraram que o estudo das mentalidades das elites era muito importante, pois permitia que se compreendesse melhor a moldura intelectual e ideológica no qual haviam se desenvolvido os debates sobre a escravidão e a abolição. Foi enveredando por estes caminhos que encontrei de maneira clara o debate sobre raça. Embora eu tenha feito um vasto estudo sobre como os cientistas e intelectuais produziram suas teorias, meu interesse sempre foi pela história social da ciência, quer dizer, minha preocupação se voltou para descobrir como essas ideias foram formadas no meio social e a ele retornaram e foram reinterpretadas ou colocadas em uso de maneiras diversas.

Porém, todas estas ideias, que começaram a germinar naquela minha primeira experiência como historiadora, e foram definindo meu caminho, demoraram a amadurecer. Os anos do mestrado foram de grandes desafios. Naquele período nada estava claro. E ainda eu havia decidido, ou as fontes haviam decidido por mim, que eu tinha que trilhar um caminho muito novo e de muito risco.

Depois de muito bater a cabeça, consegui redigir um projeto que já continha uma proposta de realização do mestrado. Tornei-me então a primeira orientanda do Zé Carlos a receber uma bolsa Fapesp. A dotação criou um ânimo em mim, mas também redundou em mais uma responsabilidade.

Naquelas alturas, o meu orientador também sentia a responsabilidade de me conduzir à realização de um trabalho factível. Minhas escolhas, porém, eram muito diferentes do que ele havia imaginado como meu trabalho. No entanto, sendo um intelectual que havia criado sua própria trajetória como historiador, ele também abriu o espaço para que eu me lançasse naquele âmbito, novo para nós dois, que era os dos complexos mundos escravidão. E, por tal, fiquei sempre grata. A fundação da minha carreira como historiadora foi ali criada, com muita batalha, compreensão e liberdade.

Em 1985, defendi a dissertação “Crime e Escravidão. Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas, 1840-1888”. Na banca de defesa, o Prof. Zé Carlos não pôde deixar de relembrar as agruras daquela trajetória, e de como ele havia literalmente suportado e estimulado uma jovem estudante rebelde, em uma área tão diferente da dele e que havia explorado um tema muito novo no contexto daquela década. O trabalho saiu publicado em 1987 pela Editora Brasiliense, a tempo de pegar as discussões do Centenário da Abolição, de 1988. Acabou dando certo, e o Prof. Zé Carlos pôde respirar aliviado.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

A trajetória do mestrado definiu o tema da minha vida como historiadora. A documentação levantada pelo Zé Carlos, por mim e por outros estudantes foi organizada e hoje repousa confortavelmente no Museu Histórico Municipal Feliz Guisard Filho, a salvo das intempéries que costumam acometer a documentação histórica em nosso país, mesmo nos dias de hoje.

A partir de 1996, virei colega de departamento do Zé Carlos, e foi um prazer conviver com meu orientador. Até o momento, ele orientou 51 mestrados e 42 doutorados, e continua orientando. E eu, já conduzi à defesa 17 mestrados e 21 doutorados. Dificilmente chegarei aos números recordes do meu orientador, mas sua generosidade e sabedoria deixaram marcas na minha atuação como orientadora.

Como historiadora, ainda batalho nos mundos complexos da escravidão. Ainda hoje releio minhas fichas, resumos e xerox de processos de Taubaté. Eles continuam sendo a fundação da minha formação como pesquisadora. Artigos novos foram redigidos a partir de documentos coletados naquela época. Minha visão como historiadora foi ali fundada. Dela participa meu orientador, Prof. José Carlos Sebe Bom Meihy.

Em 2022, escrevendo este texto na minha sala na Universidade de Reading (Reino Unido), onde estou como professora visitante, participando de grupo de pesquisa em escravidão, gênero e maternidade, tive que rememorar o meu próprio passado. Para descobrir que a década de 1980 com a descoberta do tema da minha carreira ainda pulsa com igual paixão.



# Limites da racionalidade

Valmir Francisco Muraro

[...] nós chegamos lá no dia cinco de agosto de 1971. Começamos a tomar contato com o hospital. Encontramos 2.156 doentes internados. [...]. Havia 1.400 camas, somente! Uma coisa terrível era o índice de óbitos. Bom, esse é um lado da minha história [...].<sup>1</sup>

## Introdução

A história da Colônia Sant'Ana, a partir da transferência de pacientes de Brusque, em 1939, da inauguração oficial em São José, em 1941, e da sua transformação em Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina, em 1994, recebeu análises significativas somente a partir dos últimos anos do século passado<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Entrevista de História Oral realizada com o enfermeiro e professor da Wilson Kraemer de Paula, no dia 20 de abril de 2001.

<sup>2</sup> As investigações do projeto “De Médico e de louco” resultaram em escritos como os elencados a seguir: MELO, M. C. *Ser ou não ser*,

‘De Médico e de Louco’<sup>3</sup> foi denominado o

---

“Louco”: relações crime-loucura na Florianópolis da década de 70. Florianópolis, Biblioteca UFSC, (Dissertação de Mestrado), 2003. MELO M. C. *O Estado e a “loucura”: da trajetória à concretização da Colônia Sant’Ana (1905-1951)*. Florianópolis: Biblioteca CFH-UFSC, 2002 (TCC). BENOSKI, D. A. *A loucura controlada: poderes e influências da administração da Colônia Sant’Ana*. Florianópolis: Biblioteca CFH-UFSC, 2002. (TCC). MARQUES, Elisa Paula. *A Relação entre os Pacientes da Colônia Sant’Ana com os Familiares e sua Comunidade (1940-1960)*. Florianópolis: Biblioteca CFH-UFSC, (TCC), 2003. PIAI, A. J. *A Presença das Irmãs da Divina Providência no Hospital da Colônia Sant’Ana, de 1941 a 1994*. Brusque: Febe, 1997. (TCC).

<sup>3</sup> Dois professores e 6 acadêmicos do Laboratório de História, Saúde e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Catarina investigaram fontes bibliográficas, periódicos, prontuários médicos, legislação, documentos institucionais e relatórios de autoridades sanitárias e políticas. Aqui serão apresentados os resultados obtidos na análise de entrevistas realizadas com médicos, servidores técnicos e administrativos, pacientes e seus familiares.

projeto desenvolvido junto ao Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina, antiga Colônia Sant'Ana, que revelou parte das experiências vivenciadas na instituição pelos diferentes atores que nela atuaram, servidores e pacientes. As trajetórias vivenciais e os acontecimentos foram percebidos de formas diferenciadas e, muitas vezes, divergentes. Houve entrevistados que associaram o sucesso da instituição ao número de pacientes asilados. Outros identificaram no mesmo fenômeno práticas desumanas e degradantes, num espaço considerado como “depósito de pessoas, como se fossem loucas”<sup>4</sup>.

Decididas a encontrar a solução que parecia ideal para os problemas dos doentes mentais, as autoridades do Estado de Santa Catarina, em 1937, adquiriram uma área de aproximadamente 2.200.000 m<sup>2</sup>, no interior do município de São José. Os antigos moradores da região contam que as primeiras edificações receberam moradores, no ano de 1939. Aos olhos dos agricultores da região pareceram “vizinhos estranhos”, sob os cuidados de três irmãs da Congregação da Divina Providência, religiosas que atuavam junto aos doentes mentais de Santa Catarina, na cidade de Brusque, desde 1930.

Os pacientes mais antigos, que foram trazidos de Brusque e já não vivem mais, contaram que na Colônia Sant'Ana encontraram um local bucólico, agropastoril, com poucas edificações, no qual atuavam somente pessoas contratadas pelo governo de Santa Catarina, quase todas do sexo masculino. Diziam que as irmãs receberam a incumbência de gerenciar as alas femininas, que abrigavam pacientes com idades e doenças variadas, atuando prioritariamente como cozinheiras, “enfermeiras práticas” e farmacêuticas.

## *No paraíso*

Posso me apresentar, professor?<sup>5</sup> Sei que o senhor está colhendo informações sobre a Colônia Sant'Ana. Agora achou a pessoa certa para lhe contar tudo! Chamam-me

---

<sup>4</sup> As informações apresentadas nesse texto referem-se às três primeiras décadas da Colônia Sant'Ana e resultaram de um exercício de análise envolvendo uma rede de entrevistas e transcrição. Sobre a técnica de História Oral vide MEIHY, José C. Sebe Bom, *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996. As entrevistas utilizadas nesse escrito foram realizadas com Wilson Kraemer de Paula, Sonir Malara, Dário Lírio da Silva, D. Sirene, Irmã Escilda, Irmã Antônia, Irmã Evaldina, Irmã Zenir, Néri e Nilza Koerich, Aloísio e Blandina Schweitzer.

<sup>5</sup> Diante do volume das informações coletadas nas entrevistas de História Oral, e por motivações éticas, decidiu-se pela apresentação dos resultados através das lentes de um paciente fictício, que denominamos Zinho.

de Zinho. No passado anterior à minha internação, talvez meu nome fosse Rafael, Davi ou Luiz Guilherme! Aqui todos me chamam de Zinho. Se no meu prontuário está escrito outro nome é mentira! Pergunte ao Doutor Isaías, à irmã Geraldina ou a Dalva e todos dirão que sou o Zinho. Logo, me chamo Zinho. Creio que o nome não faz muita diferença aqui. O que importa é que sou um dos moradores mais antigos da nossa casa. Quando falo “nossa casa” quero dizer que é o meu lar. Com certeza, não sou louco! Nunca fui! Internaram-me, nem lembro quando! Meus familiares e amigos estão aqui. Os parentes do passado sumiram! Portanto, esta é a minha casa e sei tudo sobre ela e seus moradores, inclusive médicos e administradores!

Sabe, nunca tinha andado de ambulância e nem tinha visto o mar. Depois de mais uma surra de meu pai, pelas reclamações da professora que dizia não aguentar mais minha mania de tirar a roupa na escola, o delegado escreveu uma carta, que entregou ao motorista da prefeitura, ordenando minha internação na Colônia Sant’Ana. Lembro que minha mãe e minha irmãzinha, as únicas que me entendiam, choravam.

Depois de muitas horas de viagem, acordei e fiquei impressionado com a quantidade de prédios que pareciam brotar das águas do mar. Uma linda cidade! O motorista disse: “Olhe maluquinho, estamos passando por Florianópolis! Mais alguns minutos e vou te deixar no paraíso!” Olhava o mar e nem prestava atenção ao que ele dizia, nem conseguia falar! Na minha terra só conhecia um riacho, que parecia enorme em épocas de enchentes. Não dava para comparar com aquele lago enorme. Nunca mais o vi! O senhor sabe se ainda está lá? Acho que mudou, porque as praias que vejo na TV estão diferentes. Repletas de gente quase sem roupas, mas continua lindo!

Professor, o senhor está gravando? E essa máquina fotográfica? Sabia que o senhor viria e fiz o cabelo e a barba. Gostaria que tirasses uma foto minha e desses quadros da parede que eu mesmo pintei. Fotografa aqueles quadros da triagem, com colegas e amigos que ainda estão procurando pelas famílias que sumiram!

Florianópolis desaparece na distância, e, depois de meia hora, chegamos aos portões de uma grande construção. Avistei um jardim. Pensei que ele se estendia para

---

A estratégia atendeu a solicitação de alguns entrevistados que preferiram manter oculta sua identidade e a participação nos acontecimentos polêmicos. Os termos, frases e expressões que aparecem entre aspas indicam palavras dos entrevistados (as). Os parágrafos em itálico identificam as intervenções do entrevistador, personagem que denominamos professor. As fitas e os relatos transcritos e rubricados estão depositados no Laboratório de História Oral do Departamento de História, da Universidade Federal de Santa Catarina.

todos os lados, mas as flores e arbustos enfeitavam apenas o local de recepção. Vou contar ao senhor o que vi nos fundos dos pavilhões. Lembro que foi no tempo em que o Brasil ganhou o tricampeonato mundial de futebol. Os médicos e os funcionários falavam muito de Pelé, Gerson, Rivelino e outros. Um médico me disse que havia um prontuário meu que comprovava outras internações, desde a época de Brusque. Deixa pra lá! Talvez esta seja a minha segunda ou terceira internação. Não importa, não é?

Meio desnortado com as perguntas de médicos, enfermeiros e com a quantidade de pessoas que estavam aguardando consulta, pensei: “estou bem arranjado neste hospício”. Observei grupos de sujeitos no interior daqueles pavilhões enormes, nos quais cabiam todas as pessoas da minha terra. Pareciam milhões. Alguns perambulavam sonolentos pelo jardim e ruas da vila. Muitos caminhavam sempre em círculos, ou na mesma direção. Outros defecavam e urinavam nos pátios. Gostei da turma que não usava roupas e não apanhava por isso. Pensei com os meus botões: assim que esse filho da mãe do motorista se mandar, vou me juntar a eles. Só não gostei de ver que as mulheres estavam separadas dos homens. Acho que o motorista entregou uma carta de algum político, do padre ou do juiz da minha cidade, pois facilitaram a minha entrada, sabe?

## *De boas intenções...*

Com a inauguração oficial da Colônia Sant’Ana, em novembro de 1941, “os alienados do Estado” não teriam mais que enfrentar as “miseras condições, sem tratamento médico; nem as prisões, como nos tempos primitivos”. Essas eram as impressões que as autoridades sanitárias e governamentais tentam provocar no leitor dos seus discursos.

Aparentemente, os doentes mentais das mais diferentes regiões do Estado teriam asilo e tratamento, com os medicamentos e terapias mais modernas do tempo. Assim pensavam os idealizadores do projeto. Uma grande distância, porém, separava o sonho da realidade, pois a história da Colônia, até bem pouco tempo, foi marcada pelo número de internações sempre superior à capacidade de acolher e tratar os pacientes. Li numa mensagem encaminhada pelos diretores da instituição à Assembleia Legislativa, em 1957, que número de leitos era de 550, e o de internos, superior a 800!

O hospital era dividido em duas alas, a masculina e a feminina, sem qualquer possibilidade aparente de aproximação. Então, o que acontecia quando um doente pulava a cerca? Ele pegava o que aparecesse! Então, você tinha um sexo contra a vontade ou um sexo completamente mais do que irracional. O enfermeiro Wilson dizia: “quando nós chegamos, nós vínhamos com a ideia da comunidade terapêutica de abertura do hospício e nós abrimos o hospital, nós aconselhamos o doente masculino e feminino. Houve uma aproximação de gênero, que a gente teve muita dificuldade de pôr em prática, porque quando aproximava gênero à consciência das pessoas, fala a sua própria desinformação, sua cultura. Aproximar gênero significa sexo para os funcionários. [...] Mulher não trabalhava em setor masculino e homem não trabalhava em setor feminino. A separação de gênero era impressionante. Era tão sério que as mulheres iam trabalhar com camisola. Levavam a camisola porque depois das tarefas maiores, elas iam para uma caminha, lá num quartinho da vigilante, e dormiam de camisola. Porque era completamente separado, mas toda vez que aconteceu o sexo, era aquele sexo animal, um sexo irracional. [...] Claro que isso deu origem a uma polêmica imensa. Quando as mulheres passavam clandestinamente para o lado masculino, a coisa era terrível”<sup>6</sup>.

Na década de 1960, de acordo com os relatos das irmãs, mais de 200 pacientes aglomeravam-se na ala feminina, três em cada colchão, sem travesseiro e com apenas um cobertor. Nos dias chuvosos, utilizava-se o formo da padaria para secá-los. Professor, uma tarde de inverno, quando me dirigia para o jantar, encontrei um colega num cantinho dos fundos do segundo pavilhão. Falei: “cara, vamos jantar!” Disse que não iria. Você não está com fome? Ele respondeu: “lógico que estou faminto, mas caso abandone este local, durante a noite passarei muito frio”. Acrescentou ainda que a enfermaria tinha muitos vidros quebrados e naquele cantinho estaria mais protegido.

*Caro Zinho, os outros entrevistados se referem à Colônia nesse período com expressões reveladoras, como “depósito de doentes”. Alcoólatras, idosos abandonados, excepcionais e apenados eram afastados do convívio social e asilados em Sant’Ana e assistidos por poucos profissionais, médicos e enfermeiros. “Para você ver, professor! Hoje a Colônia abriga em torno de 500 pacientes e conta com 30 médicos. Isso aqui está uma beleza”! Quando da minha internação que recordo, acho que foi em 1971, havia cinco médicos e 2.156 pacientes”. Lembrei de todos: Doutor Bertelli, doutor Ivan, doutor Pedro Largura, doutora Iracema e doutor Rauli. Ouvi-os comentar que não havia*

---

<sup>6</sup> Entrevista de História Oral realizada com o enfermeiro e professor Wilson Kraemer de Paula, no dia 20 de abril de 2001.

nenhum profissional de enfermagem e de Serviço Social. Na época, foram contratadas as duas primeiras assistentes sociais.

Antigamente havia cinco médicos, uma bioquímica, que estava à disposição de outro órgão público. Diziam que “há muito tempo não aparecia no hospital um dentista”. Estes eram os únicos profissionais qualificados que tratavam da gente. Imagina, cinco médicos cuidando de tantos loucos! Por sorte, muitos eram certos da cabeça, como eu, e não davam trabalho. O senhor já enfrentou a experiência de passar algumas semanas com dor nos dentes, provocada por cáries? Ouvi muitos gemidos noturnos de colegas sofrendo por falta de atendimento odontológico. Veja a minha boca! Não tem dentes!

*Zinho, não havia dentistas? Já ouvi muitas pessoas mencionando que os doentes mentais possuíam poucos dentes.* Sim, professor! Havia um dentista para tratar de mais de 2.000 bocas, não muito visitadas pela escova de dentes! Somente um tinha qualificação. Outros usavam métodos próprios de extração de dentes e tratamentos para controlar a dor. “É cara! Depois de muito tempo contrataram um dentista para tratar de duas mil e tantas bocas! O administrador, muitas vezes uma nomeação política, dizia que a enfermagem não necessitava de pessoal estudado para “cuidar de loucos”.

Jesus, apenas seis médicos atendiam esses dois mil e tantos pacientes! Veja bem, professor, o diretor assistia a um número menor de pacientes. Se bem me lembro ele ficava com uns, 250. O doutor Ivan Bastos, uma pessoa com a qual eu conversava muito. “O cara era extraordinário”. Ele tinha sob a sua responsabilidade mais de 500 pacientes, mesmo sendo administrador, e dizia o seguinte: “eu atendo todos eles uma vez por mês”.

Meu primeiro choque não foi elétrico, ocorreu mais tarde, provocado pelas cenas que vislumbrei na hora do almoço. O senhor, que é estudado, e não esteve internado aqui, consegue imaginar uma multidão faminta, de homens e mulheres, disputando comida? Era uma loucura! Muitos brigavam pela comida. Facas e garfos? Nem pensar! Só colher. Havia muita comida, mas nem sempre era gostosa. Aquela carne que eles faziam era sempre a mesma. Era uma “carne aferventada”. Diziam que os próprios pacientes tinham dificuldade para comer, pois muitos não tinham dentes. Aí distribuía aquela quantidade de carne “engrossada com farinha, entende?”

Olha, os médicos e os funcionários dispunham de um refeitório separado, conhecido como “restaurante cinco estrelas”. Nunca entendi o significado dessas estrelas,

mas a comida era saborosa! Meu amigo Pepe dava umas escapadinhas e sempre arranjava uma comida do “restaurante”.

Somente no setor masculino contei “um certo dia, a existência de 33 pacientes sem qualquer roupa sobre os seus imundos corpos! Alguns, com resíduos de fezes em seus corpos, genitálias eréteis e ameaçadoras, como a única forma que tinham para se proteger da violência e abuso sexual”. Professor, o senhor ainda pergunta por quê?

“Tu chegavas naqueles refeitórios e encontrava uma fila imensa, as pessoas famintas. Haviam tomado ‘café corridão’ às seis e meia da manhã e, às dez e meia, almoçado? Jantar às quatro da tarde? Aí, aquela fila imensa, desorganizada, doentes mal-cuidados, andrajosos, ranhentos, às vezes, evacuando, ou mulheres menstruadas, entende? Era horrível! Muquirana, como tinha muquirana naquele hospital! Um tipo de piolho que pega também na roupa. [...] Roupa de semanas no corpo, grudado, pegajoso. Era uma fila enorme. Alguém querendo furar, os funcionários querendo controlar. Controlar como? [...] Aí, na hora de abrir a porta, é antiético contar, mas era uma manada, entende? Os doentes mentais comem com muita pressa e com as mãos, são vorazes”<sup>7</sup>.

Os médicos daqui dizem que é típico da doença. Os sadios como eu e os “loucos mais calmos” éramos chamados para trabalhar. Gostava disso, pois ficava ocupado e longe dos “loucos de verdade”. Nós usávamos um prato de plástico, daqueles que iam envelhecendo, impregnando-se de graxa, sabe? Cara, vou te contar! Não havia mesas para sentar! Comíamos em pé. Havia alguns lugares que tinham uns banquinhos, mas em geral era em pé, entende? Era terrível, terrível!

Professor, você sabia que ocorriam casos de homicídio e suicídio, com certa frequência? Se analisarmos friamente a maneira como funcionava o hospital, o sujeito via aquele ambiente todo, ele percebia que não sairia facilmente e a morte se apresentava como uma saída.

Ouvi muitas vezes o pessoal clínico discutir sobre as razões que justificaram a construção das instalações da Colônia Sant’Ana ao lado de um rio. Realmente, instalar uma clínica de doentes mentais na beira do rio, “eu achei demais”! Sabe, professor, o rio matou muita gente! É uma pena que o senhor não encontrou aqueles livros de ocorrências policiais. Talvez ainda os localize no fórum de São José. Houve tantos óbitos nos primeiros anos da década de 1960, que um promotor público veio averiguar a ocorrência de tantas mortes na Colônia. Não encontrou nada, pois as informações não

---

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*.

foram fornecidas. O rio, que durante as chuvas mais fortes se torna caudaloso, servia de instrumento para a prática de suicídios<sup>8</sup>. Do seu leito também se retirava areia. Todos os dias uma turma era enviada para extrair areia do rio. O candidato era escolhido para a tarefa pelos funcionários, que não se preocupavam em verificar na ficha se o paciente era encaminhado para uma terapia. Isso não existia, não!

Houve uma época, se não me falha a memória, em 1971, que na segunda ala masculina havia 360 pacientes. Uma loucura, pois fora projetada para abrigar apenas 40. Os pacientes começavam a se encolher nos cantinhos, pois tinham que dormir sentados, por que não era possível deitar. E os guardas batiam! Então, eu ficava observando. Não aguentava ver aquilo, pois o número de pacientes mortos dentro do hospital era tão alto, que os “anatômicos” da medicina, da enfermagem, da bioquímica e da odontologia, da Universidade Federal, eram mantidos pelos cadáveres daqui”<sup>9</sup>.

## *Promiscuidade e enxertias*

Ainda não contei ao senhor o drama que enfrentávamos quando se aproximava a hora de dormir. Imagine que numa determinada época o número de internos ultrapassou a marca de 2.100 indivíduos. O número de camas era de mais ou menos 1.400. Os funcionários espalhavam colchões pelo chão. Distribuía alguns cobertores, daqueles “tomara que amanheça”, aqueles minis, entende? A gente se amontoava e o calor dos corpos nos aquecia. Não havendo cama para todos, três ou quatro dormiam numa única cama. Algumas enfermarias, as mais da frente, eram mais organizadas, e cada paciente tinha a sua caminha. A “turma do chão” era composta pelo pessoal bonzinho, que não competia com a cama do outro. A gente se amontoava. Você sabia que o calor da proximidade dos corpos aquece? Assim nos aquecíamos durante o inverno, mesmo sem cobertores. Professor, tente imaginar a seguinte cena: dezenas dos meus

---

<sup>8</sup> Há também relatos de pacientes que utilizavam sacos de areia, colocados sobre o corpo, para praticar o suicídio, quando o rio se apresentava baixo em volume de água.

<sup>9</sup> Os novos administradores que ingressaram em 1971 vinham, na sua maioria, da Universidade Federal de Santa Catarina. Consideravam que a promiscuidade entre doentes mentais e portadores de outras enfermidades causava a enxertia. Diagnósticos diferenciados no momento da internação recebiam tratamentos idênticos e, com frequência, promoviam a enxertia.

colegas numa manhã de inverno, amontoados no chão, com aquelas roupas de “presidiários”, cheios de frio, sono e remela, acordados pelos guardas, que não eram nada santos!

Caro amigo, aqui ouvi muitas vezes a palavra *promiscuidade*. Não sei bem o que significa, mas acho que tinha algo a ver “até com sexo, também!” Ouvi de um médico que:

“[...] O dependente químico, paciente crônico, regressivo, todos juntos. Você corre o risco do alcoolista, de repente, enxertar comportamentos. Eu vi muito enxertia de comportamento, né? Ele enxerta comportamento. O cara acaba se adaptando à condição de sobrevivência social, entende? Porque se ele não fizer também é problemático, ele tem problemas se ele não fizer, não se comportar de acordo com a normalidade. A normalidade de um ambiente de deficientes mentais é o quê? Aqueles gestos grotescos, aquele linguajar próprio, entende? E quem sai fora disto está fora d’água, né? Então o cara acaba se adaptando, enxertando determinados comportamentos, sua condição social, então a gente tem que evitar essas coisas, né? Eu acho que o deficiente mental, por exemplo, tem que ser protegido do alcoolista, do psicótico, e de outras pessoas. Porque havia uma mistura também com a questão jurídica. [...] De estuprador, né? Imagina dentro de um hospício com aqueles doentes completamente desorientados, um estuprador, um pedófilo, um tarado sexual! Então, eu acho que nesse ponto de vista, grosseiramente, há que se fazer algumas separações [...]”<sup>10</sup>.

*Zinho, vi um dia desses que ali havia um espaço próprio para crianças. Eram filhas dos servidores ou internas?* Professor, posso lhe afirmar que:

“[...] havia ocorrências de crianças geradas aqui, mas também havia muita ocorrência de virem pacientes grávidas e as crianças nascerem aqui. Até existia uma clínica com berçário. A presença de crianças neste ambiente era algo horroroso! Ninguém lhe contou que no interior da Colônia também funcionava uma maternidade? O número de crianças era tão grande que foi necessário criar uma escola. As irmãs ensinavam a doutrina. Aqui, realmente, há Histórias com “h” maiúsculo e não são conhecidas, pois eles não contam. Existem histórias de profissionais da saúde que estiveram por lá e transaram com doentes, que tiveram filhos com doentes”<sup>11</sup>.

Houve uma série de trocas afetivas e sexuais. Também vi muitas mulheres que vinham grávidas de casa. Outras que sofriam internações provocadas por “psicose

<sup>10</sup> Entrevista de História Oral realizada com a enfermeira Sonir Malara, em agosto de 2001.

<sup>11</sup> Entrevista de História Oral realizada com o servidor Dário Lírio da Silva, em junho de 2001.

pós-parto”, como diziam os médicos. Estas já vinham com os seus bebês. As crianças eram tantas, que era necessário oferecer escola. Muitas vezes frequentei festas de Primeira Comunhão.

A superpopulação, que era um dos maiores problemas que enfrentávamos na época, foi lentamente diminuindo. Professor, o hospital tinha capacidade para 800 pacientes e agrupava 2.200”. Havia beliches “em tudo quanto era lugar”. Havia gente dormindo nos corredores e nos banheiros. Vou te contar, professor! “Desembarcavam bêbados. Bebiam, brigavam, estavam doidos! Mandavam para a Colônia Sant’Ana. Aí o hospital enfrentava aquele problema de superpopulação”.

Quando chegou o pessoal da Universidade, houve uma tentativa de eliminar a segregação de gênero. Foi o maior escândalo! Foram para o jornal e um dos psicólogos da universidade foi acusado de ser “favorável ao sexo livre entre os loucos”. Houve reações às novidades e conflitos sérios, de modo especial com os guardas e os antigos médicos. Os novatos tentavam, por exemplo, evitar as internações sem critérios médicos, a violência física no contato com os pacientes e os tratamentos limitados à insulina e ao eletrochoque. Nossa liberdade aumentou; porém, muitos colegas aproveitaram a oportunidade para fugir. Muitos morreram pelos caminhos dos matos!

## *Eletrochoques e insulinoterapia*

*Li nuns documentos que estavam no museu do hospital que os profissionais da enfermagem, até a década de 1970, tinham apenas formação de auxiliar de serviço médico ou de atendente. Aplicavam injeções e davam banhos nos pacientes. Sabe, professor, vi muitos novatos, inclusive freiras que ajudavam a aplicar eletrochoque e insulina: “a gente tava lá também fazendo junto com os enfermeiros”. Lembro de que havia um ou dois funcionários que distribuía a medicação para todos. Quer dizer, eles preparavam a medicação, saíam com uma “bandejão” pelo pátio distribuindo remédios. Não havia posto de enfermagem.*

Duas vezes por semana eu assistia ao espetáculo doloroso dos eletrochoques. Duas pessoas os aplicavam e outra se encarregava da aplicação da insulina. Todos tinham muita prática. Era genial! Vinham as moças do interior e não tinham onde ficar. Então o hospital oferecia um lugarzinho. As mais espertas se tornavam enfermeiras.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

As outras se ocupavam de tarefas menos dignas. As Irmãs da Divina Providência, que tinham um pouco mais de esclarecimento, “entre aspas”, eram encaminhadas para a enfermagem. Lembro que cada enfermeira “tinha uns 300 pacientes” para aplicar injeções, ou dar medicações. Era uma loucura! Eram 2.200, né? Era um depósito!

Professor, ouvi que até a década 1940 predominaram os tratamentos baseados no uso de insulina e eletrochoques. “Sabia que os choques curavam, apesar de tristes, pois deixavam os pacientes como mortos”. No mesmo período, os banhos frios passaram a fazer parte do tratamento dos doentes mentais. Os medicamentos químicos que viriam no futuro teriam que conviver com a aplicação de insulina e eletrochoque, que presenciei quase todos os dias, às dezenas! Vi muitos colegas que se diziam “arrasados” quando recuperavam a consciência. Alguns se suicidavam. Todos, até os mais valentes, tinham medo de eletrochoque. Alguns faziam porque não queriam criar problemas, mas, com certeza, posso garantir que não são agradáveis mesmo, né? Eletrochoque acontecia todo o santo dia! A rotina era pouco edificante.

Após a chegada do pessoal da Universidade Federal, na década de 1970, os aparelhos de eletrochoque, lentamente, sumiram das enfermarias. Não me pergunte como! Não conte a ninguém! Ajudei o pessoal a sabotar o funcionamento dos aparelhos. Vi que alguns foram recolhidos no nosso museu, que existia, ali atrás!

*Zinho, ouvi de alguns entrevistados que “na época do choque terapia não havia tantas sequelas físicas e que não se via na Colônia pacientes tremendo, com a boca torta, babando ou agindo como robôs”. Essas figuras, aparentemente, com comportamentos padronizados, teriam surgido após a utilização de fármacos?*

Sem dúvida, professor. O paciente passou a sofrer mais, pois os efeitos da insulina e do eletrochoque são momentâneos. “É aquele segundo”. Alguns reclamavam de dor de cabeça e outros “não estavam nem aí!” Recebiam a aplicação e, em seguida, voltavam à vida normal. Ouvi médicos e enfermeiros que diziam: “é um tratamento para o qual não encontro explicação”. Como é que ele agia? Não se tratava de tratamento, “era aquela coisa! Um choque na cabeça. Ele recebia aquela corrente elétrica, dava aquela convulsão “e o cara modificava totalmente”.

Sabe, professor, vi muita aplicação de eletrochoque e percebi que exigia cuidados especiais. Deveria ser aplicado com cuidados. Era necessária a aplicação, mesmo correndo o risco de ferimentos e fraturas nos pacientes. Houve um caso que eu presenciei no qual houve a fratura das duas pernas. O cara estava muito tempo “entrevado na

cama” e, na hora em que recebeu a carga elétrica, seu corpo reagiu com tal violência que quebrou os joelhos. Não foi seguro corretamente. O paciente tinha que permanecer deitado na horizontal e seguro com firmeza para evitar acidentes como esse. Na verdade, vi um número maior de mortes provocadas pela aplicação da insulina do que de eletrochoque, por incrível que pareça!

Mesmo não sendo louco, levei muito choque elétrico e até gostava. Agora, detestava as injeções de insulina. Elas provocavam o coma. Sentia-me morto, depois, lentamente, acordava como de um pesadelo. Hoje tomo “uns remediozinhos” que me deixam sempre calmo. Acho que tomo poucos porque não sou louco! Sinto, porém, que são muito fortes.

## *O quinto dos infernos!*

Uma vez, professor, recebi o convite de um médico para acompanhá-lo no percurso do seu turno. Nesse passeio descobri o famoso e temido *quinto pavilhão*. Entramos numa sala, na qual encontramos 50 pacientes nus. Quer saber por que se despiam? Eles não suportam a roupa e a atitude não está relacionada com doença. O problema estava no ambiente.

Caminhando pelo hospital conheci um local que me fez lembrar a cidade onde nasci. Quando desejava que as pessoas se afastassem de mim, tirava as roupas e fazia minhas necessidades na rua, na igreja ou na praça. Fazia de conta que me masturbava e dirigia palavrões às senhoras. Já contei que a polícia me recolhia para a prisão? Atrás das grades ninguém me importunava. Aqui dentro encontrei celas iguais. Nos primeiros anos elas sempre tinham “hóspedes”. Não me recordo muito bem, mas tenho a impressão de que eram dez ou doze celas. Havia um corredor com diversas portas, mais de cinco em cada lado. Eram individuais e coletivas. Vi no setor feminino uma porção de pacientes, à noite, dentro de uma mesma cela. Espalhavam colchões pelo chão e jogavam todas para dentro. Algumas celas eram individuais, situadas lá nos fundos, onde as pacientes ditas agressivas, perigosas, ficavam trancadas. Já no setor masculino, as celas tinham uma característica especial: abrigavam moradores eternos.

Doutor, o senhor já ouviu falar dos quintos? Os quintos dos infernos de Dante! Considero essa lembrança perfeita. *Os quintos* sempre foram os piores locais do hospital.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

Os mangueirões! Um lugar de recolhimento dos pacientes agitados, dos perigosos, dos que ofereciam riscos de fuga, né? Quando o paciente era avaliado como “bonzinho” ou conhecido, era conduzido à primeira ou segunda enfermaria. Quando desconhecido, ia parar *no quinto*. Porque lá no quinto era fechado. Lá tinha a possibilidade de colocá-lo numa cela, caso se agitasse muito<sup>12</sup>.

Posso voltar ao início da nossa conversa, professor? Falei do jardim, mas ainda não contei tudo o que vi depois. Nos fundos, estás me entendendo? Lá estavam as celas. A gente entrava ali pela frente e a visão não era tão chocante, sabe? Ora, a visita que chega lá na frente vê o jardim, a recepção, lugares e cômodos bonitos! A visão não é tão chocante, sabe? Mas os fundos do hospital eram trágicos! A parte de cima abrigava a direção, as chefias, “o estrato nobre”, e aqueles que pagavam.

Sabe, professor, a Colônia Sant’Ana, em síntese, durante as três primeiras décadas, recebeu investimentos na ampliação da capacidade de internação que, para as autoridades sanitárias e governamentais, representaram o sucesso da instituição. Santa Catarina dispunha de um lugar para “proteger” seus doentes mentais. Porém, os conceitos de tratamento e de cura eram frágeis. Sofreram mudanças quando os ecos dos discursos da antipsiquiatria se tornaram audíveis no Estado. Eu acredito que as intenções das autoridades sanitárias e dos governantes eram louváveis, porém, os resultados podem ser traduzidos pela seguinte frase: era o inferno de Dante!

Professor, gostaria de falar de um local da Colônia Sant’Ana que existiu durante muito tempo e causava horror nos internos. Refiro-me a um lugar que chamávamos de *quarto dos moribundos*. Até “os loucos, mais loucos” sabiam o significado do termo *geladeira* e da expressão *internado no quarto dos moribundos*: era a última parada, anterior à do cemitério, também conhecido como Morro do Aipim. Os pacientes debilitados, que estavam “morrendo pelo hospital”, eram recolhidos à unidade mencionada. A penumbra, iluminada por velas, produzia um ambiente fúnebre. O silêncio do lugar era quebrado por orações piedosas que encomendavam a alma a Deus.

---

<sup>12</sup> Na Colônia Sant’Ana, *nos quintos* pavilhões eram colocados “os doentes mais graves e também abandonados”. Eram salas de aproximadamente 100 m<sup>2</sup> e, ao lado, se localizavam as celas. “Da sala maior tinha-se acesso aos pátios, superlotados, com muros de mais de três metros de altura e com algumas meias-águas que serviam de abrigo do sol e chuva”.

## “Laborterapia” e autossuficiência econômica

Professor, já lhe contei que houve tempos em que a Colônia era quase que autossustentável. E que existia a chamada indústria das propinas? Muitos internos se candidatavam ao trabalho para evitar o confinamento no hospital. Como se trabalhava na Colônia! Na horta, na criação de suínos, aves e bovinos. Existiam na Colônia Sant’Ana equipamentos e instalações como a olaria, a sapataria, que serviam para abastecer a comunidade dos internos e, em tese, tratava-se de uma forma de laborterapia:

“Não comprava banha, carne de porco, de jeito nenhum! Ela tinha um bananal, ela tinha um cafezal e uma padaria muito potente, uma olaria e uma fábrica de charutos. Também se plantava trigo. Ela era quase autossuficiente à custa do trabalho escravo! Como vai ser laborterapia se você pega uma pessoa e bota ela a trabalhar o dia inteiro por um pedaço de fumo?” “Não, não! Ele acreditava e ia trabalhar. Se não quisesse trabalhar iria ficar confinado lá dentro do hospital. Então preferia ir promato. Ele preferia ir pra roça. [...] Chegaram a fazer mil e quinhentos sacos de farinha de mandioca, em um ano. Lembrei que, além da olaria, havia ainda a torrefação de café, o engenho para serrar madeira e a serrinha circular para a lenha. Quer dizer que esse pessoal trabalhava, mas sem encaminhamento médico para o trabalho. Aquilo não contava praticamente como terapia”<sup>13</sup>.

*Zinho, os funcionários eram remunerados pelas atividades desenvolvidas ou se tratava de terapia?*

Meu Deus! E o louco sou eu! Junte os fatos, professor, e conclua o senhor mesmo. Os pacientes atuavam ainda em outros setores, sem nenhum cunho terapêutico. Na verdade, era para aliviar o trabalho do funcionário, “em troca de fumo, cultura que persiste até hoje”. Não havia nenhum objetivo terapêutico. “É mais no sentido de exploração do trabalho mesmo, para fazer o serviço sujo”.

Professor, sobre a questão das famílias dos colegas posso afirmar o seguinte: que o maior problema do hospital, além da superpopulação, eram as dificuldades de comunicação. Os familiares acompanham muito pouco os seus doentes mentais, quer dizer, “os pacientes são superdesprezados”. No hospital, após a internação, o paciente recebia aquela roupa especial, uniforme que vestia a todos os hóspedes. “Uma roupa

---

<sup>13</sup> Entrevista de História Oral realizada com a irmã Escilda, em junho de 2001.

igual à da penitenciária. A roupa azul”. A higiene e a limpeza, de modo geral, eram péssimas, tanto pela carência de funcionários, como falta de orientação. Ocorria um óbito e o sujeito era enterrado aqui. Até que a família soubesse e se deslocasse, o defunto já estava enterrado há muito tempo!

## *Antipsiquiatria<sup>14</sup> e desospitalização*

Além do controle sobre as internações a partir da década de 1970, houve uma diminuição progressiva de pacientes internados, com a identificação daqueles que poderiam conviver com as famílias. Fretavam-se ônibus, que se dirigiam ao interior do Estado, carregados de pacientes, na busca do antigo lar. Eu não embarquei nessa, doutor! Muitos voltaram. Chegavam lá, não encontravam mais ninguém, “ou então o cara já tinha casado com outra, já tinha filhos”. Muitas famílias abandonavam a região, sem deixar o novo endereço, pois a presença de um indivíduo considerado louco é perturbadora para a maior parte das pessoas. Aqui há muitos pacientes que receberam alta, mas “ninguém vem buscar”.

Antigamente, muitos que recebiam diagnóstico de alta não encontravam as famílias, pois sumiam, de forma intencional; outros informavam endereço inexistente ou errado. Também havia pacientes que, apesar da localização dos familiares, não desejavam partir, porque eram maltratados em casa, né? Não tinham ninguém da família para tratá-los com a atenção e o respeito devido. Aqui o cara tinha roupa lavada, a sua caminha e ele estava satisfeito. Eles queriam ficar aqui no hospital o resto da vida.

Sabe, professor, hoje a Colônia está uma beleza. Tem pisos no chão, está tudo limpinho, tem cama para todos, já não se vê a multidão de pessoas nuas, cagadas, menstruadas e vagando sem rumo. Até eu já ando com roupa, não tenho medo, nem necessidade de afastar as pessoas. Já foram desativados os depósitos de pacientes? Creio que

---

<sup>14</sup> Movimento desencadeado por médicos americanos na década de 1960 e que revolucionaria as formas de tratamentos dispensados aos doentes mentais. Defendiam a inclusão dos pacientes na sociedade e condenavam as práticas asilares do passado, pois segregavam os indivíduos do seu meio. Pregavam a queda dos muros dos hospícios. Na Itália, a proposta foi colocada em prática e alguns hospitais psiquiátricos foram transformados em locais de lazer. Os reflexos dessa nova orientação seriam sentidos no Brasil. Na Colônia Sant’Ana houve um grande esforço para reduzir o número de internos num processo de triagem e encaminhamento de pacientes às comunidades e famílias de origem.

hoje somos em torno de seiscentos, dos quais trezentos já podem sair. Alguns preferem ficar porque se sentem bem aqui. Tenho muitos amigos na Colônia Santa Tereza<sup>15</sup> que tiveram alta, mas vivem lá por opção. O Pepe é um deles. Ele adora relógios. As paredes do seu quarto estão ornamentadas com dezenas deles, de vários modelos, ao lado de quadros de santos muito bonitos. Esteve aqui há poucos dias e disse que visitou os parentes, mas sua casa de verdade é aquele quarto lá da Santa Tereza.

Professor, para não parecer pessimista, tenho que dizer que muitos receberam alta e reencontraram seu antigo lar, sendo conduzidos pelos funcionários do hospital. A partir da década de 1970, a palavra “entrega” passou a ser utilizada com maior frequência. Os servidores da colônia eram reconhecidos no interior pelas caravanas que organizavam com um público formado pelos meus colegas. Contam que quando a caravana chegava a uma cidade, ouvia-se da população: “lá vem o ônibus dos loucos”! Os hotéis nem sempre aceitavam hóspedes considerados loucos.

Falei tanto que o amigo deve estar pensando: O Zinho é louco. Nunca fui! Eu penso que certas pessoas, em determinados momentos das suas vidas, não têm condições de conviver com seus familiares. Elas precisam se afastar desse mundo, da sua casa, dos seus amigos e procurar outro local, que pode ser o hospital psiquiátrico. Para alguns basta algum tempo, uma semana, dez dias, entende? Uma breve internação. Outros decidem se afastar dos parentes e do passado para sempre. Aqui é nossa casa!

Quer saber há quanto tempo estou aqui? Olha, faz tanto tempo que já nem sei. Creio que ainda era menino, quando estive aqui pela primeira vez. Acho que faz uns trinta anos que me trouxeram à Colônia Sant’Ana. O prefeito, o delegado e o padre disseram que aqui era um lugar bonito, onde eu poderia passear por jardins, tomar banho no rio e namorar. Diziam que deixaria também de envergonhar meus pais e irmãos com a minha mania de andar sem roupas. O senhor já andou nu? É tão bom! A gente se sente livre e protegido sem as roupas. Nunca vi índio, a não ser nos livros de história, que sempre gostei de ler. Eles andavam nus, felizes e ninguém sentia vergonha ou era castigado por isso! Cismaram somente comigo.

Professor, antigamente não entendia, mas hoje compreendo por que muitos funcionários tomavam remédio de louco. Quem tem condições de suportar 24 horas de

---

<sup>15</sup> Instituição pública localizada na mesma região da Colônia Sant’Ana, destinada ao isolamento de indivíduos portadores de hanseníase, que abriga um número pequeno de pacientes. Alguns espaços disponíveis formam cedidos para abrigar pacientes da antiga Colônia Sant’Ana considerados curados e sem outro local para viver.

convívio com a loucura? É por isso, inclusive, que tantos servidores usam medicação. As pessoas estão expostas a um ambiente inóspito, violento, agressivo e desumano. Não suportam, sem remédios, “esse ambiente maluco”, entende? Eles suportam por um determinado tempo. Lembro de um amigo médico ensinando que as pessoas têm mecanismos de defesa, de proteção da sua personalidade. Sem cuidados, com o tempo, passam a tomar atitudes de projeção. Têm que acionar mecanismos, entende? Ele usava palavras bonitas para ensinar os alunos. Dizia: “Aqui temos que sublimar, usar da negação e de mil mecanismos para poder sobreviver. E se alguém tentar resistir, corre o risco de expor sua sanidade, sua saúde mental. Está sujeito a sofrer muito”. Eu vi isso acontecer.

Professor, você sabe o que representa uma internação em hospital psiquiátrico como a Colônia Sant’Ana? Vou lhe dizer: significava receber uma marca que jamais se apaga. O sinal da loucura cola na identidade da gente, mesmo se a doença mental nunca existiu ou houve cura. A comunidade, os familiares e os amigos passam a nos ver com reservas. Quando o sujeito “cai aqui, já era”! O doente mental não tem defensor, louco não tem direitos. Ele os perde a partir do momento da internação em hospital psiquiátrico. O senhor acha que me chamo Zinho, não é? Quem sabe se não tinha outro nome lá fora? Aqui dentro não faz qualquer diferença! Ele não tem um defensor! Quem é o amigo que está ao lado dele? Ninguém!

Concordo que as pessoas ficam preocupadas ao ouvirem o nome Colônia Sant’Ana, pois logo pensam num local cheio de loucos. Sei que todos os internos desse local perdem o nome, a identidade. Só sobra o louco, como todos fossem iguais, um único louco. O paciente da Colônia Sant’Ana carregara pelo resto dos seus dias a marca da loucura, mesmo que, como eu, não seja louco, ou tenha sido tratado com sucesso. As pessoas demonstram medo ou já não falam com a gente. Já não é mais digno de crédito. A credibilidade do cara vai pro espaço!

No passado existia o problema da identificação de paciente. Vi muita gente sendo internada e que “não dizia mais o nome dele”. Como saber de quem se tratava? Meu Deus, quantos mudos nós tínhamos aqui! O mudo da delegacia de Florianópolis e o Mudo de Bom Retiro, o qual todos chamavam de Mudo do Quinto. Quem era ele, de fato, ninguém sabia. O cara que apareceu em Bom Retiro e foi recolhido aqui. Era louco? Tinha família? Ninguém jamais soube, pois era mudo e “morreu aí com aquele nome, mas ninguém sabia quem ele era”. Aqui em Santa Catarina a expressão *Colônia*

*Sant'Ana*, como no Rio Grande do Sul, *Clínica Pinel*, de Porto Alegre, o fenômeno é idêntico: “pronto, estive no São Pedro”! Não é mais Antônio, Luca ou Genésio! Não é mais ninguém!

Lá na Serra me chamavam de louquinho, aqui sou conhecido como Zinho. Gosto desse nome, ele sou eu. Não tenha medo de ser internado aqui, professor. Como gostei do senhor, vou ensinar-lhe tudo o que aprendi aqui. Quem sabe, um dia conto aquelas histórias mais cabeludas. As de louco, mesmo! Ah! Estava esquecendo. Quando da sua internação, vou batizá-lo com um nome bonito. Até breve!

# Sobre os autores

*Alfredo Oscar Salun* é pesquisador do NEHO/USP e GEINT, professor do curso de Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal do ABC. Possui pesquisas e artigos sobre História Contemporânea, Educação Básica, Futebol e Sociedade, e Autoritarismos na Guerra Fria.

*Ana Nemi* é Professora Associada de História Contemporânea da Universidade Federal de São Paulo e coordenadora do Núcleo de Estudos Ibéricos da mesma instituição, onde também é professora do Programa de Pós-Graduação em História.

*Cláudio Bertolli Filho* é Livre-docente aposentado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), atuante no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da mesma Universidade.

*Cristina Wissenbach* é Doutora em História Social pela USP, Professora de História da África na mesma instituição, onde também é Professora do Programa de Pós-graduação em História Social

*Dante Marcello Claramonte Galián* é Doutor em História Social pela USP e Professor Titular da Universidade Federal de São Paulo, onde dirige o Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde.

*Fabiola Holanda* é Doutora em História Social pela USP e professora na Faculdade São Leopoldo Mandic.

*Fernanda Paiva Guimarães* é produtora e gestora cultural com graduação em Comunicação Social (PUC-Rio), mestrado em História Social (USP) e MBA em Gestão de Museus e Inovação (Unimais/ABGC/Expomus). É superintendente da Casa Museu Ema Klabin.

*Juniele Rabêlo de Almeida* é Doutora em História Social pela USP e Professora de História do Brasil no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, onde também é Professora do Programa de Pós-graduação em História.

*Luís Filipe Silvério Lima* é Doutor em História Social pela USP e Professor Associado de História Moderna na Universidade Federal de São Paulo, onde também é Professor do Programa de Pós-graduação em História.

*Marcela Boni* é Doutora em História Social pela USP e Professora na Faculdade de Educação da USP.

*Marta Gouveia de Oliveira Rovai* é Doutora em História Social pela USP e Professora da Universidade Federal de Alfenas. Colaboradora no Programa de Pós-Graduação Diversitas da USP.

*Maria Helena Pereira Toledo Machado* é Professora Titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo e Professora Colaboradora da Universidade de Reading (Reino Unido).

*Samira Adel Osman* é Doutora em História Social pela USP e Professora Associada de História da Ásia na Universidade Federal de São Paulo onde também é Professora do Programa de Pós-graduação em História.

*Voca(liza)ções / Homenagem a José Carlos Sebe Bom Meihy*

*Suzana Lopes Salgado Ribeiro* é Doutora em História Social pela USP e professora na Universidade de Taubaté – UNITAU e do Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Sul de Minas – UNIS.

*Tiago C. P. dos Reis Miranda* é Doutor em História Social pela USP e pesquisador do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora.

*Valmir Francisco Muraro* é Doutor em História Social pela USP e Professor nas áreas de História Ibérica e História do Brasil na Universidade Federal de Santa Catarina, onde também atua na Pós-graduação.

